

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação  
Conhecimento e Inclusão Social em Educação

CLÁUDIA REGINA BARROSO RIBEIRO

**USOS DE SI E (IN)FORMALIDADE NO TRABALHO DA  
EMPREGADA DOMÉSTICA DIARISTA**

Belo Horizonte  
2014

CLÁUDIA REGINA BARROSO RIBEIRO

**USOS DE SI E (IN)FORMALIDADE NO TRABALHO DA  
EMPREGADA DOMÉSTICA DIARISTA**

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Universidade Federal de Minas  
Gerais, como requisito parcial para obtenção do  
título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profª. Dra. Daisy Moreira Cunha

Belo Horizonte  
2014

Cláudia Regina Barroso Ribeiro

**USOS DE SI E (IN)FORMALIDADE NO TRABALHO DA EMPREGADA  
DOMÉSTICA DIARISTA**

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Daisy Moreira Cunha  
Faculdade de Educação da UFMG

---

Profa. Dra. Daisy Moreira Cunha (Orientadora) –UFMG

---

Prof. Dr. José Newton Garcia de Araújo – PUC Minas

---

Prof. Dr. Jean Rémy – Aix Marseille Université

---

Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas – UNB

---

Prof. Dr. José Eustáquio de Brito – UEMG

---

Profa. Dra. Maria de Fátima Almeida Martins – FAE/UFMG

---

Profa. Dra. Antônia Vitoria Soares Aranha – FAE /UFMG

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2014.

*Se não formos audazes, o que não é sinônimo de irresponsabilidade, se não formos terrivelmente audazes com os nossos sonhos e não acreditarmos neles até os tornar realidade, então os nossos sonhos murcham, morrem e, com eles, nós também.*

Luis Sepúlveda

Dedico este trabalho aos meus três amores Luca, Sofia e Paulo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais as minhas conquistas.

À professora Daisy Moreira Cunha, mais que orientadora, foi uma acompanhante imprescindível e surpreendente neste trabalho, por estimular minha autonomia, respeitar meu ritmo, meu jeito e minhas dificuldades; e além de tudo acreditar.

A José Newton, com postura sempre muito atenta e respeitosa, agradeço as orientações.

Ao professor Yves Schwartz, o acolhimento afetuoso na Université Aix-Marseille, os encontros, conversas, seminários e debates essenciais para a construção desta pesquisa.

A Jean Rémy e Pierre Trinquet agradeço as orientações e o acolhimento na Université Aix-Marseille.

Ao colega Admardo Bonifácio o carinho e a paciência com que me recebeu e orientou no caminho das pedras no solo estrangeiro.

Aos acadêmicos Paloma Brito e Wesley Matheus, obrigada pelo tratamento dos dados estatísticos.

A Paulo, meu companheiro no doutorado e na vida, que segurou, com uma paciência heróica e companheirismo, o estresse de uma mulher no fazer de um doutorado.

Aos meus filhos, meus amores, fontes de vida e inspiração, obrigada pela paciência e compreensão.

A Náisa Gesida Santos e Pauliane Coelho, que procederam à leitura (quase) final deste trabalho, tendo a delicadeza de compreender meus “desvios” de normas.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a concessão da bolsa de estudos.

À PUC Minas, que, por meio do PPCD, financiou parte desta pesquisa.

Às mulheres trabalhadoras diaristas que se disponibilizaram em participar das entrevistas, fornecendo informações importantes para a construção desta tese. Muito obrigada por acreditar no nosso projeto.

E finalmente a Deus, sempre presente em minha vida.

## RESUMO

A tese investiga as “dramáticas do uso de si” e as normas do trabalho informal das empregadas domésticas diaristas, analisando como acontece a interação entre as normas definidas pelos empregadores e as novas normas, criadas pelas diaristas, para dar sentido às suas atividades, estabelecendo os modos de gestão do cotidiano. Trata-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa e buscou analisar uma situação determinada, a das trabalhadoras diaristas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A proposta foi abordar as trajetórias familiar e profissional de mulheres trabalhadoras diaristas, abrangendo especialmente suas vivências no mundo do trabalho. A orientação teórica que fundamentou as reflexões e análises aqui apresentadas tem como eixo central a abordagem ergológica do trabalho, mas identifica também o aporte de outros campos disciplinares. A metodologia utilizada nesta pesquisa teve como aporte teórico-metodológico a utilização de entrevistas em profundidade fundamentadas pela corrente metodológica de Marie-Chistine Josso, intitulada de pesquisa-formação. Nas narrativas das trabalhadoras diaristas destacaram-se a falta de reconhecimento, a invisibilidade, a servidão e a submissão no trabalho realizado, configurando-se como riscos psicossociais no seu cotidiano de trabalho. Os dados desta pesquisa apontaram que o trabalho realizado pelas diaristas se inscreve na divisão social e moral do trabalho, ocupando especialmente mulheres, negras, de baixa escolaridade e com baixos salários, atrelado à ausência de regulamentação legal. Um trabalho desvalorizado e não reconhecido socialmente. No trabalho doméstico remunerado na atualidade persiste uma herança histórica, social e cultural de práticas de desigualdade da realidade brasileira. Foram sugeridas estratégias que possam agregar valor e reconhecimento ao trabalho da diarista, legitimando os seus direitos e fazendo com que ele seja visto como atividade, dando visibilidade às pessoas que o vivenciam.

**Palavras-chave:** Trabalhadora diarista. Trabalho informal. Ergologia.

## RESUMÉ

La thèse étudie l'«utilisation dramatique de soi» et les règles du travail au noir des femmes de ménage, analysant la façon comment l'interaction se produit entre les normes établies par les employeurs et les nouvelles normes créées par les femmes de ménage pour donner un sens à leurs activités en établissant des modes de gestion de la vie quotidienne.

C'est une recherche essentiellement qualitative et vise à analyser une situation donnée, des femmes de ménage de la région métropolitaine de Belo Horizonte. La proposition était d'aborder les trajectoires familiales et professionnelles de celles-ci, notamment leurs expériences dans le monde du travail.

L'orientation théorique qui a établi les réflexions et les analyses présentées ici réunit les abordages multidisciplinaires telles que : la Sociologie, l'Histoire, le Droit, la Psychologie, la Science du Travail, l'Ergologie et les Cliniques du travail. La méthodologie utilisée dans cette étude a eu comme apport théorique méthodologique l'utilisation des entrevues réalisées par le courant méthodologique de Marie-Chistine Josso, nommé recherche-formation. Dans les récits des femmes de ménage a été mis en évidence le manque de reconnaissance, l'invisibilité, la servitude et la soumission au travail effectué, provoquant des risques psychosociaux dans leur travail quotidien.

Les données de cette étude ont montré que le travail réalisé par les salariés, relève de la division sociale et morale du travail, où l'on trouve, en particulier, des femmes, noires, avec un faible niveau de scolarisation et de bas salaires, attelée à l'absence de réglementation juridique. Un travail dévalorisé et pas socialement reconnu. Dans le travail domestique rémunéré persiste, encore aujourd'hui, un héritage historique, social et culturel des pratiques de l'inégalité de la réalité brésilienne. Nous suggérons des stratégies qui pourront ajouter une valeur et une reconnaissance du travail des femmes de ménage, en légitimant leurs droits et qu'il soit considéré comme une activité, donnant de la visibilité à la personne qui l'exerce.

**Mots-clés:** Travail informel domestique (travail au noir), Ergologie.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Estimativa e percentual de trabalhadores domésticos Brasil e Grandes Regiões - 2009 .....	134
Tabela 2- Distribuição das empregadas domésticas por escolaridade, segundo cor/raça Brasil 2004 e 2011 (em %).....	137
Gráfico 1-Distribuição das mulheres ocupadas nos serviços domésticos por cor/raça Brasil 2004 e 2011 (em %) 136	
Gráfico 2-Distribuição dos empregados(as) domésticos(as) por relação de trabalho de 2000 a 2012 .....	139
Gráfico 3-Taxa percentual de trabalhadores(as) domésticos(as) entre 2000 e 2012 .....	141
Gráfico 4 - Média de horas de trabalho semanais para domésticos(as) entre os anos 2000 e 2012 .....	142
Gráfico 5-Percentual dos(as) domésticos(as) que desejam e têm disponibilidade efetiva de trabalhar mais horas semanais em % entre os anos de 2000 e 2012.....	143
Gráfico 6-Rendimento médio por hora de trabalho para domésticos(as) entre os anos 2000 e 2012 .....	144
Gráfico 7-Percentual de trabalhadores(as) domésticos(as) com carteira assinada entre os anos de 2000 e 2012.....	146
Gráfico 8-Percentual de domésticos(as) que contribuem com a Previdência Social entre os anos de 2000 e 2012 .....	148
Quadro 1- Direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas antes e depois da aprovação da Emenda Constitucional nº 66/2012 .....	158

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APST –	Análise Pluridisciplinar das Situações de Trabalho
CBO –	Código Brasileiro de Ocupações
CCJ –	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CLT –	Consolidação das Leis do Trabalho
Dieese –	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EJA –	Educação de Jovens e Adultos
FAT –	Fundo de Amparo ao Trabalhador
Fenatrad –	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FGTS –	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FJP –	Fundação João Pinheiro
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS –	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA –	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA –	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OIT –	Organização Internacional do Trabalho
ONGs –	Organizações Não Governamentais
ONU –	Organização das Nações Unidas
PEA –	População Economicamente Ativa
PEC –	Proposta de Emenda à Constituição
PED –	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA –	População em Idade Ativa
PLS –	Projeto de Lei do Senado
PME –	Pesquisa Mensal de Emprego
Pnad –	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Prealc –	Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe
RMBH –	Região Metropolitana de Belo Horizonte
Seade –	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Seppir –	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sete –	Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego
SPM –	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SPM –	Secretaria Especial de Políticas
TST –	Tribunal Superior do Trabalho

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 Aspectos metodológicos .....	16
1.2 Instrumento e método de coleta de dados.....	18
1.3 Os sujeitos autores das narrativas.....	23
1.4 A escolha da amostra e a coleta de dados .....	28
1.5 Método de análise dos dados.....	29
<b>2 GESTÃO DOS USOS DE SI NO ESPAÇO TRIPOLAR.....</b>	<b>34</b>
2.1 O trabalho sob enfoque ergológico.....	35
2.2 O trabalhador, o mercado e o Estado: um espaço tripolar para compreender o fazer história.....	44
2.2.2 <i>Atividade de trabalho</i> .....	56
<b>3 TRABALHO INFORMAL: O CONTEXTO DO EMPREGO DOMÉSTICO.....</b>	<b>59</b>
3.1 A transformação do emprego e o crescimento do setor informal .....	60
3.2 Trabalho doméstico remunerado e informalidade .....	72
<b>4 O TRABALHO DOMÉSTICO: ALGUNS ESTUDOS DE REFERÊNCIA.....</b>	<b>78</b>
4.1 As contribuições de Le Guillant.....	80
4.2 O que dizem os estudos contemporâneos.....	83
4.3 O estigma e a desvalorização do trabalho doméstico .....	89
4.4 Trabalho doméstico, trabalho sujo? .....	95
4.4.1 <i>Divisão moral do trabalho</i> .....	101
4.5 O problema do reconhecimento no trabalho doméstico .....	106
4.6 Invisibilidade do trabalho e desigualdade social?.....	113
<b>5 TRABALHO DOMÉSTICO: RAÍZES HISTÓRICAS E ATUALIDADE.....</b>	<b>118</b>
5.1 Estudos feministas e o trabalho doméstico .....	122
5.2 O trabalho doméstico remunerado e em números .....	128
5.2.1 <i>Perfil geral das trabalhadoras domésticas no Brasil</i> .....	133
5.2.2 <i>Perfil da trabalhadora doméstica remunerada na Região Metropolitana de Belo Horizonte</i> .....	139
5.3 O trabalho doméstico do ponto de vista jurídico .....	149
5.4 Empregado doméstico e diarista .....	155
5.5 Proposta de Emenda à Constituição Federal - PEC das Domésticas.....	157
<b>6 USOS DIÁRIOS DE SI NO DIA A DIA DO TRABALHO DOMÉSTICO.....</b>	<b>162</b>
6.1 Aspectos da trajetória familiar e profissional .....	167
6.2 Aprendizado de sofrimento e subordinação .....	169
6.3 Da “ajuda” à ocupação principal .....	172
6.4 Identidade profissional .....	173
6.5 Na ausência e na instabilidade das normas, a autonomia .....	175
6.6 A servidão .....	188
6.6.1 <i>Exploração e humilhação</i> .....	188
6.6.2 <i>Invisibilidade do trabalho</i> .....	194
6.6.3 <i>Desvalorização e reconhecimento</i> .....	196
6.6.4 <i>Presentes e donativos</i> .....	200
6.7 Saberes investidos na atividade de trabalho .....	202

<b>7 À GUIA DE CONCLUSÃO.....</b>	<b>209</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>218</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>247</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As transformações do mercado de trabalho pelas quais o Brasil vem passando indicam que o ingresso das mulheres nesse meio tem acontecido de maneira diferenciada. Por um lado, observam-se um crescimento no mercado de trabalho e o ingresso em profissões de nível superior de prestígio e, por outro, um número elevado em trabalhos informais, precarizados e de pouca valorização social, como, por exemplo, os trabalhos domésticos remunerados, como uma herança dos trabalhos escravos (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1999).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) avalia que, no mundo, existem mais de 50 milhões de trabalhadores domésticos remunerados. Mas a OIT afirma que, tendo em vista a forte informalidade presente no trabalho doméstico remunerado, esse número pode chegar a 100 milhões (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2012). No Brasil, em 2011, estimava-se que 6,6 milhões de pessoas estavam ocupadas nos serviços domésticos no país. Desse total, o contingente de mulheres correspondia a 6,1 milhões (92,6%) (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2013).

Nos últimos anos o número de mulheres na categoria de trabalho doméstico não baixou de 93%. A taxa de empregabilidade no serviço doméstico diminuiu de 17,2% no ano de 1999 para 15,6% no ano de 2011, uma vazão de 1,6% na população economicamente ativa. Atualmente o trabalho doméstico remunerado não é mais a maior categoria profissional feminina no Brasil (BRITES, 2013, p.428).

O processo de crescimento econômico e estruturação do mercado de trabalho brasileiro, nos últimos anos, vêm oferecendo novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, aumentando o número de trabalhadores ocupados e reduzindo o desemprego. Esse processo também foi acompanhado pela evolução qualitativa no mercado de trabalho que se manifesta, por exemplo, no aumento da escolaridade dos trabalhadores, na maior formalização das relações de trabalho e numa arrastada recuperação dos níveis salariais.

Segundo Brites (2013, p.428), “ineditamente” o trabalho doméstico não é mais a maior categoria profissional feminina no Brasil. Os fatores que justificam a redução da empregabilidade no setor ainda não foram qualitativamente investigados para comprovar se existe uma queda ou se são justificados pelos fatores conjunturais que desenvolvem o fenômeno. Para a autora, pesquisas similares apresentam um aumento na escolaridade das mulheres e o envelhecimento da população no trabalho doméstico. Elementos que sinalizam que as mulheres mais jovens estão se recolocando em outros setores da economia, nas

palavras da autora, “não necessariamente mais rentáveis, mas, pelo menos, de maior reconhecimento social” (BRITES, 2013, p.429).

O trabalho doméstico remunerado no Brasil é uma categoria profissional que na sua maioria é ocupada por mulheres, é um trabalho pouco valorizado e de pouca visibilidade na sociedade. Nos dias atuais é comum encontrar um número significativo de trabalhadores pertencentes a essa categoria e que estão na informalidade e não possuem os direitos trabalhistas garantidos. As histórias dessas profissionais têm origem no escravagismo, e suas atividades estão relacionadas com a divisão sexual do trabalho, que historicamente foi cristalizando a diferenciação entre os papéis dos homens e das mulheres, ou seja, os homens eram os responsáveis pelas atividades externas e as mulheres se incumbiam dos afazeres internos, como cuidar da casa, das crianças, da comida e das roupas. Essas eram as mulheres da classe baixa, que possibilitavam que mulheres pertencentes à camada social superior desempenhassem outras atividades de trabalho fora de seus domicílios. Dessa forma, cria-se uma divisão do trabalho da mulher, de um lado observam-se um aumento da participação no mercado de trabalho e seu ingresso em atividades de níveis hierárquico superiores, conferindo status, e, de outro lado, sua entrada em trabalhos precários e de pouca valorização e visibilidade, exercendo atividades domésticas remuneradas.

Esse trabalho torna-se ainda mais relevante quando levamos em consideração a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 66, a chamada PEC das Domésticas, em abril de 2013, que assegura a extensão dos direitos trabalhistas às empregadas domésticas. Porém, o caminho a ser trilhado é longo, uma vez que a implementação depende de legislação específica ainda não aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Destaca-se também que a PEC das Domésticas não contempla os direitos da trabalhadora diarista, cuja participação no emprego doméstico tem crescido nos últimos anos.

A literatura sobre trabalho doméstico é unânime em reconhecer a complexidade das relações de trabalho dessa categoria profissional, que é realizado nas residências, ou seja, em ambiente privado, destacando questões acerca de relações marcadas por normas, preconceitos, invisibilidade das suas tarefas e precariedade dos direitos sociais (BRITES, 2000; KOFES, 2001; SORATTO, 2006).

As trabalhadoras domésticas costumam realizar longas jornadas de trabalho, recebem baixas remunerações, possuem acesso limitado aos direitos trabalhistas plenos (mesmo quando têm a carteira de trabalho assinada) e más condições de vida, fatores esses que contribuem para a desvalorização do seu trabalho. Arrumar a casa, lavar, passar e cuidar das roupas, limpar o chão, fazer a comida, tirar a poeira e executar trabalhos essencialmente

simples são algumas das tarefas delineadoras dessas mulheres diaristas. Tarefas que podemos nomear como incrustradas de componentes psicológicos e sociais, fortemente marcadas pela degradação, humilhação e servidão, além de elas estarem sujeitas a repreensões de seus empregadores, muitas vezes sem motivos. São tarefas reservadas a uma fatia de mulheres de baixa escolaridade, pobres, com pouca ou nenhuma qualificação e que têm engrossado os números das estatísticas.

O trabalho doméstico e o emprego doméstico estão relacionados à reprodução da vida, mas, enquanto o trabalho doméstico destaca os afazeres domésticos que as pessoas realizam em suas próprias residências e não são remuneradas, o emprego doméstico aponta que se trata das atividades realizadas pelas empregadas.

Os trabalhos domésticos remunerados se inserem na categoria dos trabalhos “desvalorizados socialmente, carregados de preconceitos” (BARROS; SILVA, 2004, p.319) e em alguns casos os trabalhadores sentem-se envergonhados por realizar essas atividades ou são discriminados. Isso porque nos dias atuais, ainda, carregam a herança escravista e colonialista.

Meu percurso constitui-se por toda uma trajetória de vida, que engloba tanto aspectos pessoais, acadêmicos, profissionais, quanto afetivos, dentre outros. No percurso atual posso destacar a minha experiência vivenciada no meu Curso de Doutorado da Faculdade de Educação da UFMG, a minha trajetória acadêmica como psicóloga e professora na área organizacional e do trabalho. O convívio e as orientações da Profa. Dayse Cunha têm me aproximado da produção teórica sobre a ergologia e as clínicas do trabalho, de forma que hoje percebo essas temáticas como essenciais nos estudos sobre educação e trabalho. Pensar o mundo do trabalho nada mais é do que pensar em homens e mulheres trabalhadores. E afirmo isso baseado não apenas nas produções da ergologia e das clínicas do trabalho, mas também pensando na própria trajetória como trabalhadora, mulher, professora, estudante, mãe, enfim, em todos os papéis sociais que ocupo no cotidiano, e o quanto esses papéis estão entrelaçados entre si.

Este estudo busca compreender a relação entre a invisibilidade da atividade das trabalhadoras domésticas diaristas e o trabalho informal. Consideramos que a produção da invisibilidade das atividades dessas mulheres está relacionada, particularmente, às heranças da divisão sexual e social do trabalho em nossa sociedade, associadas à desvalorização e à falta de reconhecimento dessa categoria de trabalho. É necessário construir trajetória que dialogue com o ocorrido no trabalho concreto, pois é nesse lugar que nascem questões e respostas que sinalizam a produção de novas possibilidades de trabalho e vida.

Procuramos melhor compreender o lugar e o papel do trabalho vivenciado pelas trabalhadoras domésticas diaristas, mulheres estigmatizadas e discriminadas socialmente, não valorizadas pelos serviços que prestam.

Porém, não se trata apenas de conhecer o cotidiano do trabalho, mas de desvelar as estratégias de visibilidade e as resistências para os enfrentamentos adotados por essas mulheres no dia a dia do trabalho. Optamos por dar ênfase especial, nesta pesquisa, à trabalhadora doméstica diarista.

Dessa forma, diante das questões colocadas e dos aspectos teóricos, o objetivo geral desta pesquisa é *investigar as “dramáticas do uso do corpo si” e as normas no trabalho informal das empregadas diaristas, analisando como acontece a interação entre as normas definidas pelos empregadores e como as diaristas criam novas normas para dar sentido às suas atividades e como são estabelecidos os modos de gestão do cotidiano.*

Objetivo esse que para seu alcance desdobra-se em objetivos específicos, a saber: identificar as estratégias que essas trabalhadoras utilizam para lidar com o cotidiano de trabalho; apresentar um panorama das trajetórias familiar e de trabalho dessas mulheres, inseridas num mercado de trabalho informal e precário e compreender como esse trabalho mobiliza quem dele se ocupa, resultando na experiência do “uso de si” e do “uso de si pelos outros”.

Na busca de contribuir com investigações na área é que propomos a aproximação com abordagens que ampliem a compressão do trabalho informal e os usos de si, a partir da atividade, levando em consideração a sua complexidade e a experiência e os saberes das mulheres que trabalham. Assim, estaremos enfatizando o vivido no trabalho e evidenciando a sua centralidade na vida, como lugar de mudança e de criação, conseqüentemente como operador de saúde e não apenas como produtor de sofrimento e doenças, que ilustram o debate de valores que ocorre na dinâmica de sua execução.

Dito isso, é necessário darmos visibilidade ao trabalho, às experiências das trabalhadoras domésticas diaristas, às relações de trabalho e de vida, uma vez que são nas ambigüidades e contradições da sociedade que encontramos lacunas para desvelar a subjetividade e identificarmos formas para tornar possível o cotidiano de trabalho, dando sentidos e elaborando a história dessa categoria profissional.

A tese desvela os usos de si no trabalho da doméstica diarista num contexto de servidão e desvalorização da vida, tornando o sujeito invisível, inexistente socialmente.

Devido à complexidade do nosso objeto de estudo, esta pesquisa não pretende esgotar o assunto nem trazer respostas fechadas ou construir um conhecimento definitivo. Esperamos

que os dados apresentados aqui revelem alguns aspectos dominantes da realidade vivenciada por essas mulheres no trabalho, bem como de suas vidas de maneira geral.

É importante esclarecer que neste trabalho não estamos negando a violência da desigualdade vivenciada pelas trabalhadoras domésticas diaristas. Os dados recolhidos em campo fizeram com que refletíssemos na direção de pesquisar os sujeitos sociais investigados como lúcidos quanto às suas condições de trabalho no contexto brasileiro, em que a categoria de trabalho da doméstica diarista não é reconhecida pela legislação. A partir das entrevistas, percebemos que as mulheres diaristas encontram vantagens no trabalho doméstico informal, tais como flexibilidade de dias trabalhados e de carga horária diária, dentre outros. Uma das estratégias adotadas pelas trabalhadoras para lidar com a subserviência de uma maneira não tanto de submissão é o estabelecimento de relações amigáveis com os empregadores.

Gostaríamos também de ressaltar aqui que não é nossa intenção fazer generalizações a partir dos resultados encontrados. Entretanto, acreditamos que o conhecimento trazido por essas mulheres, através de suas narrativas, de suas condições socioeconômicas e do cenário por nós delineado a partir dos dados dos institutos de pesquisa, nos possibilitou apreender uma realidade que julgamos ser partilhada e vivenciada por milhares de mulheres que se encontram em condições similares às daquelas por nós investigadas.

### **1.1 Aspectos metodológicos**

Para dar conta das questões anteriormente apresentadas, esta pesquisa optou por dialogar, essencialmente, com o referencial teórico da Ergologia e das Clínicas do Trabalho. A escolha por cada uma dessas abordagens justifica-se pelo fato de que acreditamos que elas apresentem uma *démarche* privilegiada sobre os respectivos objetos de investigação e intervenção: tomados aqui como a atividade de trabalho e as dimensões subjetivas e objetivas, psíquicas e sociais.

Nossa estratégia foi pesquisar a trajetória familiar e profissional das trabalhadoras domésticas diaristas, abordando o seu cotidiano de trabalho, à luz da dimensão ergológica dos “usos de si” e dos “usos de si pelo outro”. O conceito “usos de si” possibilita o entendimento das estratégias de interação e confronto estabelecidas entre as normas impostas por cada empregador e aquelas criadas pelas próprias trabalhadoras com suas histórias, valores e saberes. A compreensão do “corpo si” nos permite o acesso às dimensões da atividade de trabalho dos indivíduos, uma vez que o trabalho nunca é mera execução, trabalho é vida, e não se limita ao uso de si pelo outro, à pura reprodução e execução, impondo constantemente

um uso de si por si, uma criação. Assim, buscamos interpretar as experiências e as atitudes dos sujeitos diante de uma determinada posição social, não eliminando as dimensões de poder em que esses sujeitos estão inseridos, na certeza de que essa base teórico-metodológica possa oferecer elementos para o entendimento das relações que envolvem o cotidiano das trabalhadoras diaristas.

Partindo dos princípios metodológicos de que toda ação humana contém significados, indicando que as ações humanas são beneficiadas de intenções específicas que conferem sentido às suas práticas, entende-se que um sorriso não pode ser entendido como um ato isolado, mas um elemento para captar o seu significado, é preciso compreender a sua representação simbólica em suas dimensões e contextos específicos.

Essa dimensão nos indica que não existem verdades únicas, uma vez que os sujeitos se manifestam e se definem a partir de suas próprias histórias. Ficando, portanto, sob a responsabilidade do pesquisador de realizar associações entre os conteúdos enigmáticos que estão em divergência entre a estrutura e a ação humana em seu campo social, mesmo que o entendimento dessa situação seja fragmentado, pois é por meio dela que podemos restabelecer o sentido das ações sociais.

Portanto, destacamos uma compreensão alicerçada na interpretação dos sentidos que os sujeitos atribuem e determinam às suas ações e condutas, bem como analisamos os contextos que provocaram as ações humanas. A partir das análises dos sentidos das ações, é viável compreender os elementos pelos quais os sujeitos determinam suas escolhas, sejam elas econômicas, afetivas ou políticas. Dessa forma, o entendimento desse processo sociológico pode nos desvelar encadeamentos, motivações e ações em um contexto social específico. Procuramos entender a formação do mundo intersubjetivo cotidiano, tendo como ponto de partida os significados produzidos pelas trabalhadoras domésticas diaristas e reconstituindo “a gênese desses significados na comunicação intersubjetiva dos indivíduos em seus meios sociais” (LINCOLN; GUBA, 2006).

Nesta pesquisa ficamos explícitos a tensão entre as estruturas sociais e econômicas e as representações compartilhadas e as posições das trabalhadoras diaristas e seus interesses, experiências e saberes. Dessa forma, o trabalho doméstico remunerado divide a herança da ausência de direitos, legislação – polo do governo –, no que se refere aos processos de subjetivação, e com outros ingredientes que não se relacionam apenas ao econômico e às leis, o que afeta consideravelmente o conteúdo das relações que se constitui com o cuidado, com o servir. Portanto, buscamos identificar os sentidos sobrepostos das condutas das diaristas que se relacionavam aos *usos de si* e aos *usos de si pelo outro*, diante de suas histórias e seu

contexto de trabalho. Procuramos compreender os *usos*, e como se reconfiguram a partir de relações construídas com os empregadores.

Diante dessas considerações orientamo-nos pelo referencial das bases teórico-metodológicas que possibilitasse oferecer as ferramentas necessárias para entender as formas que os *usos de si* e os *usos de si pelo outro* se apresentam nas relações entre as trabalhadoras diaristas e seus empregadores. Para isso utilizamos entrevistas individuais em profundidade e narrativas centradas nas experiências, vivências, percepções e sentimentos que as trabalhadoras diaristas revelavam.

## 1.2 Instrumento e método de coleta de dados

A metodologia adotada tem como inspiração entrevistas baseadas na pesquisa-formação desenvolvida por Marie-Cristine Josso, socióloga, antropóloga e doutora em Ciências da Educação. A ênfase que adotamos contempla as trajetórias familiares e profissionais. Para tanto foram realizadas entrevistas individuais em profundidade na qual cada entrevistada, verbalmente, apresenta sua narrativa de vida e de trabalho. O conceito de experiências formadoras é destacado como central na condução das entrevistas em profundidade.

Para isso escolhemos entrevistar seis mulheres, trabalhadoras domésticas diaristas. Entrevistá-las representa o desejo de retratá-las, por meio de suas vozes, com o máximo de rigor possível. É o trabalho e a sua trajetória familiar e profissional que devem aparecer. O sentido primeiro da tarefa a que nos propusemos foi dar visibilidade ao cotidiano de vida e de trabalho das diaristas. Para tanto, foi preciso ficar atento às narrativas, ao tom de voz, às pausas, aos risos e aos choros, às contradições na fala, aos esquecimentos, tudo foi levado em consideração.

Além disso, para a análise das aprendizagens e saberes no decorrer das experiências e vivências familiares e profissionais e os sentidos atribuídos pelas entrevistadas às mesmas, nos orientamos em diversos autores ligados à formação e ao mundo do trabalho, tais como Marie-Cristine Josso, Yves Schwartz, Everett Hughes, Dominique Lhulier e Yves Clot.

Acreditamos que os saberes produzidos pelas diversas correntes teóricas são de naturezas distintas, mas que podem dialogar e se complementar. A *démarche* ergológica estuda o trabalho em todas as suas dimensões, numa abordagem pluridisciplinar. Busca promover o saber do indivíduo nas tarefas de trabalho, pelo confronto dos diversos saberes entre si, que contemplam o trabalho, e suas experiências provocam uma produção

diferenciada de saberes. São nessas experiências singulares com o trabalho que as “dramáticas do uso do corpo si” são convocadas para construção e recriação do saber. A Psicossociologia nos possibilitou analisar as situações de trabalho em que vivem as trabalhadoras domésticas diaristas e seus impactos no cotidiano. A Psicossociologia opera numa dimensão epistemológica, focalizando-se na dimensão clínica, e tem como convergência diversas abordagens teóricas, em que se incluem a Sociologia, a Antropologia, a Psicanálise, a Psicologia, dentre outras, cujos conceitos e métodos procuram desenvolver suas próprias produções analíticas e seus métodos de investigação, formação e intervenção (ARAÚJO, 2013).

O olhar acurado da Psicossociologia, que investiga as atividades à margem/negativas, sem prestígio social, nos levou a uma reflexão, colocando em evidência a singularidade da trabalhadora diarista, que, em decorrência das características de seu trabalho, historicamente estigmatizado e excluído pela sociedade, expõe o sujeito a uma diversidade de consequências de trabalho e vida. Mesmo se sentindo nessa condição, essas mulheres desenvolvem estratégias defensivas, que as protegem, mesmo que precariamente, e legitimam sua condição de trabalhadora diarista, levando a uma produção de um saber incrustado na sua experiência.

Outro detalhe importante é que, no decorrer do texto desta pesquisa, as narrativas das trabalhadoras domésticas diaristas foram transcritas na íntegra, de modo a não perder o rigor do estudo acadêmico nem a riqueza da linguagem de nossas entrevistadas.

Nas trajetórias instituídas nas entrevistas das trabalhadoras, elas narram desde o início de sua formação, ainda quando crianças, nas próprias casas com a família, no campo, ou na casa de outras pessoas. É percebida uma identificação muito forte com o trabalho de cuidado, de servir o outro, o trabalhar para ajudar na manutenção da casa, da família. Uma valorização da dimensão do aprender na prática, geralmente passado por outra mulher, mostrando que o formar-se com o outro é a realidade das mulheres entrevistadas.

Segundo Josso (2007, p.414), o trabalho de pesquisa a partir da narração das histórias de vida, ou seja, de histórias centradas na formação realizado na perspectiva de destacar e questionar as heranças, a continuidade e a ruptura, os projetos de vida e os diversos recursos associados às aquisições de experiência. Esse trabalho de reflexão, a partir das “narrativas da formação de si (pensando, sensibilizando-se, imaginando, emocionando-se, apreciando, amando)”, possibilita instituir a medida das mutações sociais e culturais nas vidas singulares e compará-las com a evolução dos contextos de vida profissional e social.

A narrativa das trajetórias de vida e trabalho de cada indivíduo busca sustentar as influências socioculturais, nas coisas que ele é e faz, é uma metodologia qualitativa de

pesquisa social, especialmente quando utilizada como técnica principal de recolhimento de dados. É uma história sempre individual e singular, é a história de cada sujeito narrada a partir de sua perspectiva e experiência. Assim, podemos dizer que as histórias estão sempre impregnadas de subjetividade que são próprias do narrador. O que ele nos conta é uma visão própria do mundo e de si próprio, é a sua percepção, adaptada ao conhecimento voluntário/natural que detém de ambas. Refere-se à sua própria vida, na medida em que o domínio de uma história a respeito de si próprio é um componente nuclear de sustentação do eu, a história de vida não se relaciona somente a um conjunto de acontecimentos e a relação entre eles, mas contempla o investimento emocional do narrador. Assim, narrar a própria história é uma forma de reviver os eventos que se relembram e é também um re-experimentar os sentimentos e as emoções que estão relacionados. Uma história de vida não representa e não deve representar uma narrativa objetiva e exaustiva dos acontecimentos ocorridos na vida do indivíduo, nem exterior a eles. Ela nunca é uma narrativa despreziosa, pelo contrário, é uma narrativa sustentada de uma afetividade ímpar, uma vez que é por meio dela que o indivíduo reconta e se reafirma como singular aos demais.

Para Josso (2007), o mais importante nas entrevistas é a elaboração da história da formação de cada um, do relato das experiências com as quais o “autor-ator” assimilou, da sua forma de operar escolhas, de se situar em suas pertencas e de definir suas dedicações, valores e seus desejos.

Interpelar o conhecimento de si mesmo pelo ângulo das

[...] transformações do ser-sujeito vivente e conhecente no tempo de uma vida, através das atividades, dos contextos de vida, de encontros, de acontecimentos de sua vida pessoal e social e das situações que ele considera “formadoras e fundadoras” é contemplar o desenvolvimento da identidade, a “ponta do iceberg” da existencialidade, como uma união complexa de componentes (JOSSO, 2007, p.420).

De um lado um percurso que é feito da tensão entre heranças ininterruptas e novas construções e de outro, feito da mesma forma que o posicionamento em relação dialética da aquisição de conhecimentos, de saber-fazer, de saber-pensar, de saber-ser na relação com o outro, de estratégias, de valores e comportamentos, com novos conhecimentos, novas competências, novo saber-fazer, novos comportamentos e novos valores, que são pretendidos a partir do percurso educativo escolhido.

“Se a invenção de si é possível, é também e, sobretudo, porque os sinais, as marcas, os símbolos que devem representar o autor em sua dinâmica global ou numa das dimensões de seu ser no mundo são polissêmicos” (JOSSO, 2007, p.235). Dessa forma, é através de nossos

fragmentos de memória individual e coletiva que transformam em recursos, em fertilizantes, em inspiração, para que o imaginário de nós-mesmos possa criar essa fundamental continuidade entre presente e futuro, a partir de um olhar para o passado sobre nós mesmos.

Trabalhar com o método de entrevista em profundidade baseada em narrativas de histórias de vida significa uma intervenção do conhecimento de si em sua existencialidade, possibilitando uma reflexão de seu autor, oportunidades de tomada de consciência a respeito de diferentes registros de expressão e de representações de si.

Para Josso, o desenvolvimento da reflexão sobre si, que proporciona as histórias de vida, usualmente se apresenta como laboratórios de compreensão de nossa aprendizagem da missão de viver num mundo móvel, globalmente não dominado e, especialmente, transponível na medida das individualidades, que se faz e se desfaz sem cessar e que coloca à prova a crença em uma “identidade adquirida” (JOSSO, 2007, p.431), em benefício de uma “existencialidade” em permanente construção.

As Ciências Humanas investigam a identidade no que ela autoriza ver depois de constituída e suas ocorrências num conjunto de situações (identidade para os outros). O conceito de formação trabalhado pela mediação da reflexão sobre a história de vida possibilita revelar a intimidade de uma construção, incrementando um pensamento singular, e socioculturalmente marcado de identidade para si. Mas Josso (2007, p.431) alerta que não podemos desconsiderar nessa identidade para si que não há individualidade sem ancoragens coletivas (família, pertença e grupos diversos, uma vez que todos e cada um possuem uma história).

A proposta metodológica de Josso compreende o processo investigativo como uma parte de toda uma trajetória de vida de todos aqueles envolvidos no processo, em que o método de pesquisa pode representar uma oportunidade para reflexão sobre sua trajetória, na perspectiva de se projetar no futuro, tanto do coletivo como individualmente. Para Josso, o “caminhar para si” é um projeto a ser construído no decorrer de uma vida, a qual a atualização consciente passa em primeiro lugar pelo projeto de conhecimento daquilo que somos, pensamos, fazemos, valorizamos e desejamos na relação conosco, com os outros e com o mundo, conhecimento de si nas diversas modalidades do ser-no-mundo e de suas projeções (JOSSO apud EGGERT; SILVA, 2011, p.60).

O método de conhecer a si mesmo não significa somente compreender como nos formamos e a importância de nossas experiências em nossa vida, mas, além disso, como nos reconhecemos como sujeitos sociais, oportunizando encarar nossos objetivos de vida de uma

maneira mais autônoma, transformando-nos em sujeitos de nossas existências (EGGERT; SILVA, 2011, p.60).

Trabalhar com a trajetória de vida e de trabalho das diaristas, desvelando os usos de si que se determina nessa trama entre ser mulher, dona de casa e trabalhadora diarista, cuidando da casa de outra mulher (de um empregador), tornou possível identificar algumas pistas, mas, por outro lado, surgiram outros questionamentos que serão mencionados aqui.

O referencial teórico-metodológico de Marie-Chistine Josso foi utilizado como enfoque teórico principal. Foi feito uso da metodologia de Josso (2007), tendo como orientação a abordagem de experiência. Também, para interpretar os saberes, as aprendizagens, os usos de si no decorrer das vivências no trabalho e os sentidos atribuídos pelas mulheres entrevistadas, nos orientamos também por autores ligados ao mundo do trabalho, como Yves Schwartz, Everett Hughes, Dominique Lhulier, Yves Clot, dentre outros.

A apresentação de questões, preocupações e inquietações, explicitadas graças ao trabalho das narrativas de cada entrevistada, possibilita que os sujeitos em formação saiam do isolamento e comecem a refletir sobre a possibilidade de desenvolver novos recursos e estratégias que estão por descobrir ou inventar. A convicção de cada um a respeito das capacidades do humano desempenha nesse método um papel maior. E será facilmente compreensível a importância de trabalhá-las explicitamente se pretendemos contribuir para mudanças sérias no fazer e no pensar de nossa humanidade.

Segundo Josso (2007), a utilização da entrevista possibilita discutir temas complexos, que dificilmente poderiam ser tratados adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade.

Assim, a entrevista em profundidade foi o procedimento utilizado na pesquisa seguindo estímulo das concepções da metodologia de narrativas de “história de vida” de Josso (2007).

A história de vida é, assim, uma mediação do conhecimento de si em sua existencialidade, que oferece à reflexão de seu autor oportunidades de tomada de consciência sobre diferentes registros de expressão e de representações de si, assim como sobre as dinâmicas que orientam sua formação. (JOSSO, 2007, p.419).

O método utilizado por Josso tem especial atenção para que o sujeito possa produzir conhecimentos que façam sentido para ele. A partir do momento que ele volta ao passado, através das lembranças, reconstrói sua história, revivendo e tomando consciência de suas vivências.

Portanto, ancorada no referencial teórico de Marie-Cristine Josso, foram realizadas entrevistas em profundidade com seis mulheres empregadas domésticas diaristas. A entrevista em profundidade oportunizou um momento de reflexão e um olhar dessas mulheres para si mesmas, um retroceder na trajetória de vida e na trajetória de trabalho de cada uma delas, um permanente exercício de reflexão, a partir das narrativas de si, permitindo uma retrospectiva de suas vidas em relação a todo o caminho percorrido, para os acontecimentos, as situações e as pessoas significativas que encontram.

Por meio das entrevistas foram solicitadas que as participantes retomassem as “recordações-referência” de suas histórias, experiências e trajetórias com os familiares e o trabalho, construindo seus relatos de vida, o que direcionou a identificação e compreensão das marcas formadoras que elas vêm construindo no cotidiano de vida e, particularmente, sua relação com o trabalho de empregada doméstica diarista. Partindo das narrativas das entrevistadas identificaram-se os saberes desenvolvidos no trabalho.

Josso (2004) defende em seus estudos a ideia de que os indivíduos, ao tomarem consciência de suas vivências, podem convertê-las em experiência formadora. Na nossa pesquisa, seriam os relatos das trajetórias familiares e do trabalho e os “usos de si” que as empregadas domésticas diaristas fazem.

Com o apoio desse referencial teórico foi possível conhecer os aspectos das trajetórias individuais dessas trabalhadoras, incluindo experiências de vida que tenham sido significativas para seu ingresso na profissão de diarista. Foi possível perceber que as trajetórias profissionais estão marcadas por suas trajetórias individuais, incluindo outros papéis sociais que exercem, como mãe, esposa.

### **1.3 Os sujeitos autores das narrativas**

#### **ADEÍRES**

Esta mulher é natural de Mantena, interior de Minas Gerais, tem 61 anos, é negra, casada. Estudou até o colegial, segundo Adeíres, na época, acha que era a primeira série do colegial. Mudou-se para Belo Horizonte há mais de 45 anos e reside em casa própria. Possui cinco filhos e mora com o marido e dois filhos. O marido é o provedor da casa e, quando os filhos podem, ajudam nas despesas. Começou a trabalhar ainda criança, com nove anos de idade. Trabalhava selecionando/catando café, “tirando as coisas ruim do meio do café”. Nas palavras de Adeíres, o salário era de acordo com o que rendia. “A gente catava o café,

selecionava o café e enchia um saco, aí depois eles pesava, era assim por quantia, por quilo.” O pagamento era semanal. Como a família era muito humilde, ela tinha que trabalhar, “fazer alguma coisa para ajudar”. A família era constituída de oito irmãos, pai e mãe.

Depois que veio morar em Belo Horizonte, passou a trabalhar como doméstica. Como diarista, há dez anos. Quando ocorreu a entrevista, Adeíres estava trabalhando durante cinco dias na semana, numa média de oito horas por dia. Existe uma flexibilidade, dependendo do volume de serviço no dia, possibilitando que ela saia mais cedo. Ainda não se aposentou, não tem hora de almoço, não possui carteira assinada e atualmente paga o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) como autônoma. Escolheu trabalhar como diarista “porque é bom trabalhar cada dia em um lugar” e por ter a flexibilidade de não trabalhar no sábado, pois ela gosta de ficar em casa cuidando do marido e da casa. No período da entrevista, Adeíres fazia cursos de artesanato numa associação do bairro.

## **APARECIDA**

Aparecida tem 61 anos, negra, solteira, e natural de Santo Antônio do Gramma-MG. Tem duas filhas que moram com ela, que trabalham e ajudam nas despesas da casa. Possui o ensino médio completo e reside em residência própria. Começou a trabalhar aos cinco anos de idade, na casa da família que a criou. Segundo Aparecida, se ela quisesse comer tinha que trabalhar. Ela descobriu, através de terceiros, que o senhor que a criou, proprietário da fazenda em que trabalhava, era seu pai, mas, como sua mãe era negra e empregada da casa, ele nunca assumiu a paternidade. Em 1973 Aparecida mudou-se para Belo Horizonte com um dos filhos da família, e também porque tinha conhecido um rapaz. Em Belo Horizonte começou a trabalhar como mensalista em casa de família, sempre com a carteira assinada e contribuía para o INSS. Teve duas filhas e as criou sozinha. Possui mais de 12 anos de trabalho como diarista e até aposentar-se contribuía para o INSS como autônoma. Apesar da aposentadoria, continua trabalhando como diarista. Trabalha de segunda a sábado e em alguns casos no feriado. Aparecida é responsável pela manutenção, organização e por fazer as refeições da sua casa, sendo que ela faz essas atividades à noite e nos fins de semana, quando não está na casa dos outros. É envolvida com política e participa de associações de bairro e planejamento participativo. Atualmente faz parte dos conselhos dos municípios e conferência de assistência social. Aparecida destaca-se pela sua militância política, compatibilizando papéis tradicionais de mãe, dona de casa e trabalhadora diarista com as atividades políticas. Por motivo de doença ficou sem trabalhar por dois anos, pois nas casas onde trabalhava não

tinha horário fixo para alimentar-se, utilizava produtos de limpeza diversos, inclusive tóxicos, o que prejudicou suas mãos e sua visão, teve hemorragias, baixa de vitaminas, foi diagnosticada com anemia de 2º grau, ficou enfraquecida e foi necessária transfusão de sangue. Nesse período contou com a ajuda dos irmãos Vincentinos, que conseguiram emprego para uma das filhas. Recentemente completou o 3º ano do ensino médio, cursando o EJA – Educação de Jovens e Adultos. No período da entrevista trabalhava como passadeira e faxineira de segunda a sábado. À noite participa das reuniões nos conselhos e tem um sonho de montar sua própria lavanderia.

## **ROSILENE**

Rosilene, 33 anos, branca, é solteira e tem cinco filhos e um neto, todos morando com ela. Nasceu em Belo Horizonte e possui o 2º grau completo. Reside em casa própria e é responsável pela manutenção da casa e da família. Trabalha cinco dias na semana. Começou a trabalhar aos 14 anos de idade: ia para as residências das pessoas lavar vidros, varrer quintal, e como era menor de idade recebia pouco, não era um dinheiro fixo, nem diário. Segundo Rosilene, se varresse um quintal recebia determinado valor, se limpasse o vidro era outro valor. Atualmente não possui carteira assinada e não paga o INSS, mas gostaria de ter sua carteira de trabalho assinada novamente. No último empregador, em que trabalhava três vezes por semana, possuía a carteira assinada. Rosilene faz salgados para vender sob encomendas e diz que quando se aposentar pretende trabalhar somente com isso. Ela trabalha de segunda a sexta e nem sempre tem horário para sair, e quando chega em casa ainda precisa fazer o jantar para os filhos e arrumar a casa. No fim de semana se divide entre fazer salgados para as encomendas, cuidar dos filhos, do neto e organizar a casa. Rosilene já trabalhou em loja, em restaurante, como ajudante de cozinha, e em uma conservadora, mas saiu porque, segundo a mesma, trabalhando como diarista ela ganha mais. Rosilene declara passar muita dificuldade financeira. O dinheiro que recebe é para comprar alimentos, xampu, condicionador, fralda e absorvente. Os dois pais de seus filhos não ajudam financeiramente. Uma das sogras contribui com três caixas de leite por semana. Rosilene conta também com a ajuda de uma das empregadoras, que sempre concede adiantamento de salários, doa roupas, sofá, máquina de lavar, dentre outras ajudas. Rosilene reconhece que se estivesse trabalhando em uma empresa não teria esse benefício e acredita que se sair desse emprego vai perder muito.

## **SHIRLEY**

Shirley, 29 anos, branca, natural de Itambé-BA, é solteira e mãe de dois filhos, que moram com ela. Possui o ensino médio incompleto. Reside em imóvel alugado. Trabalha como diarista desde os 18 anos de idade. Mudou-se para Belo Horizonte com a família, ainda adolescente. Trabalha cinco dias na semana. Nunca trabalhou com carteira assinada e não tem interesse que a assinem. Prefere trabalhar como diarista porque pode escolher a residência que mais lhe convier: se não se sente bem no lugar, ela troca. Não contribui com o INSS e diz que pretende se aposentar, mas não se preocupa, pois ainda falta muito tempo. Na sua narrativa Shirley diz que sempre sai do trabalho às 16 horas, pois tem que buscar os filhos na escola. Ela trabalha de segunda a sexta-feira e também é responsável por organizar toda a sua casa e preparar as refeições para os filhos, pois não conta com ninguém para ajudá-la. Essas responsabilidades são administradas entre o horário noturno, sábado e domingo, nas palavras de Shirley, “é quando sobra tempo”. Ela fez um curso de passadeira, mas diz que detesta passar roupas. Fez também um curso da guarda municipal de Belo Horizonte, porém não conseguiu fazer a prova.

## **TEREZA**

Tereza tem 62 anos, é branca, natural do Serro-MG, solteira e teve dois filhos, os quais já faleceram. É aposentada e possui o curso primário. Mudou-se para Belo Horizonte ainda criança, na esperança de melhores condições de vida e de trabalho. Possui residência própria e mora com uma irmã (Lourdes), que também é uma das entrevistadas desta pesquisa, e dois irmãos. Tereza conta apenas com a ajuda da irmã nas despesas da casa. É relevante destacar que são duas irmãs e as duas trabalham como empregada doméstica. Ela trabalha como diarista, lavando roupa, desde os 10 anos de idade, para ajudar a família. Segundo Tereza, a família era numerosa, com 16 irmãos, o pai bebia muito e não tinha responsabilidade, portanto os filhos tinham que ajudar no sustento da casa. Trabalhou como doméstica mensalista, salgadeira e babá. Trabalhou durante 28 anos em casa de família e nunca teve a carteira de trabalho assinada. Pagava INSS como autônoma. Passa e lava roupas nas residências e também na própria casa. Sente-se mais confortável trabalhando na própria residência, “do que sair e ser maltratada nas casas dos empregadores”. Também faz salgados para fora por encomenda, geralmente para os familiares e pessoas que indicam umas às outras. Atualmente só lava e passa, pois depois de ter feito uma cirurgia de vesícula, não consegue mais se

abaixar. Tereza divide as tarefas de sua casa com a irmã, nos dias que ela está trabalhando fora de casa a irmã é quem faz a comida e organiza a casa, e quando ela está em casa, ela mesma faz a comida e a limpeza. Pretende trabalhar enquanto tiver saúde para tal. Logo que aposentou-se fez um empréstimo para reformar a casa. Atualmente recebe muito pouco de aposentadoria, necessitando trabalhar para complementar o salário. Nunca fez cursos para a função que exerce.

## **LOURDES**

Lourdes tem 68 anos, é branca, solteira, aposentada, natural do Serro-MG e cursou o primário incompleto. Mudou-se para Belo Horizonte ainda criança. Possui residência própria e mora com uma irmã (Tereza – que também participou desta pesquisa) e dois irmãos. Conta com a ajuda da irmã e de uma filha casada para as despesas mais pesadas da casa. Os irmãos ajudam pagando conta de luz e água, quando podem. Lourdes divide as tarefas da casa com a irmã, como a arrumação e a alimentação. Começou a trabalhar com 10 anos de idade em casa de família para ajudar em casa. Ela já trabalhou também em fábrica de balas, buffet, fábrica de refrigerante, lanchonete e como camareira de hotel. Lourdes sempre trabalhou com carteira assinada. Como já se aposentou, se sente muito velha para que alguém tenha interesse em assinar sua carteira novamente. Atualmente passa roupas em poucas casas. Diz que a filha não gosta que ela trabalhe, uma vez que o dinheiro que recebe da aposentadoria é o suficiente para seu sustento, mas Lourdes diz que trabalha porque gosta. Em casa tem problemas com os irmãos, um dia um está bravo, no outro briga com ela, assim, quando sai para trabalhar, fica sozinha, refletindo a respeito da vida e isso a fortalece. Começou a trabalhar como passadeira há seis anos, por falta de opção, quando foi demitida do hotel. Um funcionário indicou uma residência para ela trabalhar, e hoje Lourdes trabalha para três pessoas da mesma família. Quando ela tinha 20 anos trabalhou como mensalista em uma residência no Rio de Janeiro e morou na casa do empregador por alguns anos. Nessa época ela engravidou e quando a empregadora descobriu dispensou Lourdes, dizendo que não confiava mais nela. Como não conhecia ninguém no Rio de Janeiro, retornou a Belo Horizonte. O rapaz assumiu a paternidade, enviava dinheiro e fazia algumas visitas, mas apenas até os quatro anos de idade, depois ele sumiu. Lourdes nunca fez curso para atuar na profissão e sempre trabalhou da forma que aprendeu na prática, na vida. Quando da entrevista, ela estava sem trabalhar por ter se submetido a uma cirurgia de varizes e ainda não havia decidido se iria ou não retornar ao

trabalho, porque, mesmo gostando do que faz, sua filha não gostaria que ela voltasse a trabalhar.

#### **1.4 A escolha da amostra e a coleta de dados**

Os dados foram levantados a partir de entrevistas em profundidade com uma amostra intencional de seis trabalhadoras domésticas diaristas, da Região Metropolitana de Belo Horizonte, entre maio e setembro de 2011.

Para identificação dos sujeitos participantes da pesquisa foi utilizado o método de amostragem por cadeias de referência, ou seja, a técnica metodológica denominada como *snowball sampling* (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Método conhecido no Brasil como “amostragem Bola de Neve”. Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística, utilizada em pesquisas sociais em que o primeiro participante da pesquisa indica novos participantes e assim sucessivamente, portanto, a técnica “bola de neve” funciona como uma rede, uma cadeia de referências. Assim, as participantes desta pesquisa foram indicadas umas pelas outras.

A opção de escolha dessa técnica justifica-se pela dificuldade inicial da pesquisadora de identificar os sujeitos interessados e disponíveis em participar do estudo, uma vez que teriam que disponibilizar de um tempo maior para as entrevistas, o que poderia comprometer dia de serviço não trabalhado e não remunerado.

As entrevistas foram realizadas nas residências das participantes da pesquisa, durante o sábado, domingo e feriado, no início da manhã e fim da tarde, sendo que os dias e horários foram determinados pelas trabalhadoras. Inicialmente explicamos o objetivo da pesquisa, a questão do sigilo, como os dados seriam levantados e tratados, e entregamos o “Termo de livre consentimento” para assinatura do mesmo. Foi solicitada também a autorização para gravação das entrevistas. Todas as participantes foram informadas de que os dados coletados seriam utilizados para fins acadêmicos científicos, inclusive com a publicação e debates nos quais seria preservado o anonimato de cada participante.

A realização das entrevistas ocorreu com muita serenidade e participação de todas as entrevistadas. Como é usual acontecer nesses tipos de investigação, as pessoas se sentem mais confortáveis em falar do seu cotidiano e da sua experiência concreta de trabalho. O tempo médio de cada entrevista foi de aproximadamente três horas.

Os dados secundários recolhidos foram fundamentais para sustentação, conformação e compreensão das questões analisadas, a partir de um universo mais amplo, no qual esta pesquisa se insere.

Os tópicos utilizados na entrevista foram: dados iniciais, emprego/carga horária de trabalho, relação com o trabalho, trajetória profissional, trabalho real, vida, relacionamento, formação/qualificação.

A estrutura da entrevista foi formulada de maneira que possibilitasse uma análise da trajetória familiar e profissional das entrevistadas. Portanto, procuramos nos aproximar do método das narrativas da história de vida, inspirados na metodologia de Josso, por considerarmos o método mais adequado para nossa investigação. Quando falamos que houve aproximação ao método das narrativas, é porque em alguns momentos direcionamos a entrevista para os aspectos que interessavam ao evento que queremos compreender, ou seja, como essas trabalhadoras diaristas fazem usos de si e usos de si pelo outro a partir das interações com o trabalho e como constroem estratégias de visibilidade de seu trabalho frente à servidão, à falta de reconhecimento e como acontecem as relações estabelecidas com os empregadores.

As narrativas de vida foram utilizadas como forma de alcançarmos a trajetória familiar e profissional dessas mulheres, as referências e as influências que resultam na inserção e permanência no trabalho doméstico.

Nossa intenção foi oportunizar que as entrevistadas narrassem as trajetórias familiar e profissional, destacando momentos que, conforme sua própria percepção e avaliação, foram importantes e marcantes para a sua vida. Na intenção de propiciar que o momento da entrevista fosse mais descontraído, dando total liberdade para as entrevistadas, não nos pautamos por seguir uma ordem rígida nas entrevistas.

### **1.5 Método de análise dos dados**

Os dados coletados durante o estudo foram investigados segundo análise de conteúdo de Bardin. As transcrições das entrevistas, consideradas dados principais, subsidiaram a análise do conteúdo e foram averiguadas, tendo como referência o método proposto por Bardin:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1994, p. 42).

Para Bardin (1994), não existe uma receita para fazer análise de conteúdo, porém existem algumas referências que devem se adequar ao conteúdo que se pretende analisar e a exploração do material e tratamento dos resultados, uma vez que a pré-análise é uma fase que permite uma maior abertura, em que é realizada a leitura “flutuante” dos dados. Selecionam-se os documentos que serão analisados fazendo os devidos recortes do texto em unidades de registros por analogia, a partir dos critérios (semântico, sintático, dentre outros), estabelecendo as categorias de análise. O tratamento dos dados é realizado a partir da inferência do pesquisador, que interpreta os resultados, deduzindo as causas das situações.

A análise de conteúdo fundamenta-se em identificar a essência do sentido que compreende a interlocução, cuja presença represente alguma coisa para o objetivo analítico pretendido. Portanto, ela pode ser vista como um conjunto de procedimentos de análise que busca alcançar, através de procedimentos ordenados e concretos de especificação do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos e qualitativos que possibilitam a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Portanto, podemos inferir e entender as questões relacionadas à mudança de valores, atitudes, dentre outros, pelo conteúdo da comunicação em suas mais diversas maneiras de manifestação. Buscamos realizar uma análise do significado e do sentido que as diaristas atribuem ao trabalho e dos processos de autoidentificação a partir dele. A partir disso é que desenvolvemos categorias que possibilitaram uma compreensão dos usos de si e dos usos de si pelo outro nas trajetórias familiar e profissional.

Assim, o que fizemos foi encontrar um entendimento da relação que o sujeito mantém com o seu trabalho, ou seja, com o cotidiano de trabalho, com o significado que dele retira, a sua relação com seus empregadores e com as diversas dimensões da vida, isto é, relações e atividades fora do local de trabalho.

Bardin (1994) sugere um roteiro básico que se fundamenta em: preparação dos dados para análise, transcrição das narrativas obtidas, organização dos dados adquiridos a partir da definição antecipada das categorias, categorização dos dados a partir dos elementos os quais

se pretende analisar o conteúdo e análise de acordo com os núcleos temáticos ou categorias de análise<sup>1</sup>.

Todas as informações coletadas nas entrevistas foram ordenadas em categorias analíticas, observando a frequência dos enunciados constantes em cada uma das diferentes narrativas. Ao todo foram quatro categorias e dentro delas algumas subcategorias, como segue:

- a) *Aspectos da trajetória familiar e profissional*: formação e origem familiar, as relações familiares e com os parceiros, a escolha profissional, o aprendizado e os saberes da profissional, o início da profissão e as perspectivas profissionais;
- b) *Organização do trabalho*: cotidiano de trabalho, características de trabalho realizado, as regras e normas no trabalho, as obrigações e responsabilidades, a gestão da atividade e os saberes investidos, o planejamento do trabalho e as variabilidades no cotidiano de trabalho;
- c) *Servidão no trabalho*: a cultura da servidão, as experiências de reconhecimento e as relações de servidão, humilhação e invisibilidade, as relações diarista x empregador e os valores sem dimensão; e
- d) *Saberes investidos na atividade*: investimento do sujeito na atividade e a experiência investida no trabalho.

Foram entrevistadas seis mulheres, todas trabalhando atualmente como diaristas. A idade das entrevistadas variou entre 29 e 65 anos, sendo que duas estavam na faixa dos 29 anos e as demais com mais de 60 anos. Quanto ao estado civil, apenas uma era casada, duas eram viúvas e as demais solteiras. Todas as entrevistadas possuem filhos. Quanto ao nível de escolaridade, duas possuem o ensino médio, sendo que uma delas completou recentemente o EJA e as demais possuem curso primário.

O tempo de trabalho como diarista variou entre oito e mais de 30 anos, sendo que estes anos foram intercalados, para algumas delas, com trabalho fixo em uma única residência com carteira assinada ou com trabalhos em outros setores.

Todas trabalham atualmente sem carteira assinada. Três das entrevistadas já recebem aposentadoria, mas continuam trabalhando para complementar a renda. Uma delas tem

---

<sup>1</sup> Bardin (1994) destaca dois itens essenciais: a unidade de registro, que corresponde aos elementos alcançados através da decomposição dos elementos, e a unidade de contexto, que representa decomposição do texto; permite compreender o significado dos itens obtidos, colocando-os no seu contexto.

contribuído para o INSS como autônoma a fim de se aposentar nos próximos anos, e as demais, duas, não contribuem ao INSS, dizendo faltar muito tempo para se aposentarem, não se preocupando com isso.

Com relação à remuneração recebida, todas as entrevistadas declararam receber seus salários diariamente. O valor, na maioria das vezes, é negociado com o empregador, variando entre R\$60,00 e R\$80,00 mais o valor da passagem de ônibus. A média salarial recebida por mês é de R\$950,00.

Para melhor compreender como acontece a relação dessas mulheres com o trabalho, num cotidiano marcado pelos usos de si e pela invisibilidade do seu trabalho, destacamos que o cotidiano de trabalho da diarista tem uma conotação negativa (limpar, cozinhar, arrumar, passar), visto que o resultado do seu trabalho não se constitui num produto concreto.

Mas não se trata apenas de conhecer o cotidiano de trabalho dessas mulheres, mas, antes, compreender como essas trabalhadoras articulam os saberes e valores no uso de si, desvelando as estratégias de visibilidade e as resistências para os enfrentamentos adotadas por elas no cotidiano do trabalho.

As questões que fundamentam este estudo não são os serviços domésticos propriamente, mas os aspectos da experiência enquanto “*dramas de uso de si*” incluídos no *modus operandi* no cotidiano de trabalho, nas estratégias de gestão dos próprios interesses, nos sentidos e significados atribuídos ao trabalho e nas formas de sentir e pensar a vida e o trabalho, ou seja, como o trabalho da diarista mobiliza quem dele se ocupa.

Para melhor compreender a discussão do problema aqui proposto, estruturamos o trabalho em cinco diferentes etapas.

No segundo capítulo intitulado “*Gestão dos usos de si no espaço tripolar*”, aprofundamos a discussão dos conceitos da *démarche* ergológica, tais como usos de si, atividade, normas, valores e vida, na busca de uma melhor compreensão do trabalho como atividade humana. Promovemos uma discussão a partir dos conceitos de dispositivos de três polos, relacionando o polo do mercado informal, conforme definido no esquema tripolar de Schwartz. Essa descrição se estabelece tendo em vista a classificação por parte da economia informal. Já no capítulo 3 “*Trabalho informal: o contexto do emprego doméstico*”, buscamos compreender o conceito de trabalho informal no Brasil, sua evolução e as particularidades do setor informal e o trabalho doméstico remunerado. Nesse capítulo o leitor poderá compreender como o trabalho da diarista é realizado no espaço privado produzindo valores de uso e valores de mercado. O capítulo 4, intitulado “*Trabalho doméstico: alguns estudos de referência*”, apresentamos alguns estudos (clássicos e também contemporâneos) que nos

auxiliaram a compreender as características do trabalho doméstico remunerado, na busca de aproximar ainda mais a trabalhadora diarista como sujeito das relações de trabalho e a experiência dos “usos de si”, sujeito na produção de saberes e valores no trabalho, mesmo que em dimensões ínfimas e invisíveis, fortalecendo o nosso propósito de investigação. Além disso, destacamos por quais teorias em relação ao estigma, trabalho sujo, reconhecimento em que esta pesquisa se fundamenta. Portanto, identificamos elementos analíticos que nos permitiram compreender algumas características encontradas no contexto das trabalhadoras domésticas diaristas. No capítulo 5 “Trabalho doméstico raízes históricas e atualidade”, investigamos a história do trabalho doméstico no Brasil, a contribuição dos estudos feministas para o trabalho doméstico remunerado. Analisamos quantitativamente o contexto do trabalho doméstico remunerado do Brasil e da Região Metropolitana de Belo Horizonte, através dos dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). A partir de dados quantitativos, apresentamos a contextualização desta categoria profissional na busca de um melhor entendimento das variabilidades que estão associadas a ela. Tratamos também da discussão jurídica com relação ao trabalho doméstico remunerado da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 66, a chamada PEC das Domésticas. Por último, no capítulo 6, nomeado “*Usos diários de si no dia a dia do trabalho doméstico*”, para demonstrar o trabalho da diarista como lugar de servidão, de invisibilidade e da falta de reconhecimento, analisamos as narrativas a partir das categorias apontadas. Nossa preocupação no momento foi a de apresentar a relação do trabalho doméstico com a servidão, o motivo da permanência na profissão, as condições e organização do trabalho e as relações de trabalho nos dias atuais. Destacamos o polo político como lugar de produção das normas e suas limitações, e a ausência de uma regulamentação legal para a categoria de trabalho e o polo da atividade, espaço de excelência na busca de evidenciar os três polos, lugar onde o enigma do trabalho acontece e declara sua dimensão gestonária, o que, para Schwartz, dá sentido à História da humanidade.

## 2 GESTÃO DOS USOS DE SI NO ESPAÇO TRIPOLAR

Considerando que esta pesquisa procura abordar a relação dos indivíduos com o trabalho, a partir das narrativas dos trabalhadores, e acreditando que o trabalho não é um evento com início e fim determinados, específicos de uma ação orientada apenas pela razão, mas que compreende um indivíduo de corpo e espírito que atravessa o imposto e o desejado, o individual e o coletivo (SCHWARTZ, 2008), escolhemos a abordagem ergológica como referencial teórico desta pesquisa.

A abordagem ergológica desenvolve um cenário favorável para agregar aportes de diversas disciplinas que debatem o trabalho e desenvolvem uma abordagem transdisciplinar, resgatando o trabalho em toda a sua complexidade e levando em consideração a sua realização como matéria para a interlocução entre as diversas disciplinas. O conceito de “dramáticas de usos de si” na vida e no trabalho nos permite compreender que a atividade integra as diversas dimensões do indivíduo, propiciando compreender o trabalho como atividade exclusivamente humana e transformadora.

Schwartz propõe, a partir da abordagem ergológica, uma análise dialética do todo e do singular, que impõe unir permanentemente o micro e o macro, a partir do momento em que indica para o fato de que toda atividade de trabalho faz escolhas, debates de normas e, dessa forma, há encontros de valores em que a história é fundada: “não é a grande história que sobrevoa a vida modesta das pessoas que trabalham: os níveis microscópico e macroscópico da vida social se interpenetram” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.65).

Nem sempre a estruturação do Direito e das instituições seguem essas transformações, o que causa uma espécie de divergência entre o contexto sócio-político-cultural, o mundo do trabalho e a teoria do Direito (OLIVEIRA; ALVAREZ; BRITO, 2013, p.3). Podemos verificar a situação dos trabalhos informais e a precarização do trabalho, com a redução das representações sindicais como espaço representativo de reivindicação de direitos. Mesmo nessa circunstância, supostamente obscura, ainda existe uma participação do trabalhador que atua como operador na interlocução entre o que acontece na esfera socioeconômica-macroscópica e na esfera singular-microscópica. Admitir a dialética micro e macro nos induz a descobrir o valor dos sujeitos, uma vez que se verifica a *dimensão gestonária* do trabalho. O que nos faz conceber esse lugar de interlocução como um espaço tripolar.

Neste capítulo apresentaremos os principais conceitos utilizados e articulados da *démarche* ergológica, tais como usos de si, atividade, normas, valores e vida, termos que são particulares da Ergologia, para compreensão do trabalho como atividade humana.

## 2.1 O trabalho sob enfoque ergológico

A Ergologia é uma disciplina de pensamento que propõe um novo tratamento ao estudo da situação de trabalho, surge em um momento histórico de mudanças e transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram especialmente os países europeus na década de 80, especialmente na Europa.

As primeiras questões ergológicas são levantadas nos anos 80, momento de tensões socioeconômicas, que interrogam o significado da categoria trabalho. Das transformações no mundo do trabalho e no movimento operário emergem polêmicas e questões do tipo: Adeus ao trabalho? Fim da centralidade no mundo capitalista contemporâneo? Qual é o valor do trabalho? E a classe operária? A classe que vive do trabalho estaria desaparecendo? (ANTUNES, 2005; SCHWARTZ, 1996, p.147).

Num contexto de flexibilização e precarização das relações de trabalho, diversos autores destacam uma perda da centralidade do trabalho como categoria para pensar a sociedade, ganham destaque, no contexto europeu, desde o início dos anos 80, os trabalhos de André Gorz (1987); Claus Offe (1994) e Dominique Meda (1999). Porém, tantos outros (ANTUNES, 2005; CASTEL, 1998; SCHWARTZ; DURRIVE, 2007; SINGER, 1998) evidenciam que o que está em crise não é a centralidade do trabalho, mas a centralidade de uma das formas de trabalho, ou seja, o emprego formal. “O trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm” (CASTEL, 1998, p.578).

Apesar das diversidades apontadas acima, os autores concordam com uma característica comum na maneira de trabalhar, nos dias atuais, ou seja, para além da prescrição da tarefa, existe a “prescrição da subjetividade” (CLOT, 2006, p.104).

Segundo Schwartz e Durrive (2007, p.26), “os profetismos do tipo fim do trabalho não têm fundamento”. Ainda para o autor, é oportuno evitar a tendência de falar: “isso se modifica, isso se moderniza”, ficando implícito que assim “é melhor”, mas como a mudança não é conduzida pelos trabalhadores, sem a aproximação das situações concretas e reais de trabalho, “ela é ruim”, é uma forma de castigar o próprio desempenho da atividade humana.

Para Yves, devemos fazer um esforço para “ver de perto como cada um não apenas ‘se submete’, mas vive e tenta recriar sua situação de trabalho” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.26). O autor destaca que não devemos pensar no fim do trabalho, porém no enfraquecimento de certas formas clássicas do trabalho, tendo em vista que o trabalho sempre foi compreendido

na mudança, embora existam épocas em que percebemo-nas e sentimo-nas de maneiras mais marcantes.

Portanto, a partir do pensamento do autor, podemos afirmar que estamos vivenciando um momento de transição, no qual torna-se extremamente relevante considerarmos os limites e o potencial de transformação e o aumento do poder de ação dos trabalhadores.

A escolha do referencial teórico para análise dos objetivos desta pesquisa está centradaprioritariamente nos estudos do professor Yves Schwartz e de outros autores que também têm como referencial, em particular, seus estudos. Tecemos alguns argumentos que buscam justificar essa escolha como sendo pertinente à compreensão do problema do trabalho informal e dos “usos de si” da categoria de trabalhadoras domésticas diaristas. A construção desses argumentos pressupõe uma apresentação em torno das questões que deram origem, e permanecem sólidas, às experiências de investigação e formação desenvolvidas pelo Departamento de Ergologia na Universidade d’ Aix-Marseille, França.

No artigo “Trabalho e valor”, de autoria de Yves Schwartz (1996, p.147), o tema central do texto é a discussão das mudanças no mundo do trabalho, a relevância do valor mercantil do trabalho, mas não como o único elemento para a compreensão das questões como a “centralidade” ou não do trabalho, a redução ou a divisão do “trabalho” e dúvidas para a vida dos sujeitos, trazidas por essas mudanças. Schwartz coloca algumas chaves para a compreensão do trabalho na contemporaneidade: O que é o trabalho? Qual o valor do trabalho? São respostas complexas, ao pensar o trabalho numa dimensão complexa, é algo enigmático, que cristaliza em si perpassando e circulando as diversas formas de atividade, das quais algumas têm a forma de emprego e outras não: “trabalho para si ou sobre si, trabalho doméstico, militante, estratégico, político”. A atividade em qualquer situação sempre demanda variáveis a serem geridas, “em situações históricas, sempre em partes singulares, portanto escolhas a serem feitas, arbitragens – às vezes inconscientes”, é o que o autor denomina como “usos de si”,

[...] este “si” é também um corpo. Não representa uma situação de trabalho que não comprometa esta obscura entidade, entre o biológico, o psíquico e o histórico, e isto mesmo nas atividades consideradas imateriais. Onde se cultiva a saúde do corpo, a memória, onde se combate o descuido? Não temos dois corpos, um para o “trabalho” e outro para o “fora do trabalho”, é o mesmo corpo que enfrenta, experimenta-se, forma-se, gasta-se em todas as situações da vida social”, “usos dramáticos de si” (SCHWARTZ, 1996, p.148).

Assim, toda situação de trabalho supõe arbitragens, ponderações, critérios e engajamento. É uma situação que mesmo na penumbra, imerso num universo de valores, não

mais do que a propósito de corpo-si, não se pode compartimentar esse universo em “valores do trabalho” e “outros valores”. Os valores circulam e retrabalham entre o polo “trabalho-emprego” e outros encontros com a vida social e cultural (SCHWARTZ, 1996, p.151). Portanto, nos dias atuais, toda concepção sobre o valor do trabalho deve articular as “circulações” e “barreiras”, toda concepção que desassocia o trabalho como mercadoria dos outros momentos da vida social enfraquece aquilo que na realidade ele é. Podemos justificar essa suposição através de três outras: “usos de si” e “uso dramático de si” e as barreiras:

[...] existem as barreiras entre o trabalho como mercadoria e as outras formas de atividade. Nas condições atuais da vida social, situa homens e mulheres em um espaço no qual eles encontram possibilidades, mesmo que más, e até patogênicas, onde podem buscar fazer de seu meio um espaço possível de normas que tem um sentido coletivo e histórico, entre a forma do trabalho como mercadoria e os outros momentos da vida humana (SCHWARTZ, 1996, p.151).

A Ergologia coloca em questão os pressupostos da “Organização Científica do Trabalho”, uma vez que o taylorismo buscou simplificar a atividade humana de trabalho, antecipando-a, para que os trabalhadores não “tivessem que pensar”, nas palavras de Taylor. Essa citação significa para a Ergologia que os trabalhadores não precisariam pensar no uso de si mesmo. Desse uso em que busca pré-determinar o completo possível e o mais preciso possível a atividade dos trabalhadores, de modo que eles não tenham que pensar no uso de si próprios em uma situação de trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.28).

Os conceitos de trabalho e atividade para as diferentes produções teóricas sobre a temática de linhagem francófona, tais como a Ergonomia da Atividade e a Ergologia, nos dão subsídios para olharmos a atividade das trabalhadoras diaristas a partir de uma perspectiva que as entenda não apenas como executoras de tarefas, ou sujeitos que precisam se adaptar à realidade de trabalho, mas como indivíduos ativos do processo de trabalho, como produtores de saberes e normas.

A partir dessa perspectiva, entendemos que os trabalhadores, para realizarem suas atividades, são levados a criar, fazer arbitragens e negociar constantemente com a realidade. Nessa negociação utilizam os instrumentos, ferramentas e saberes que possuem, agem como gestores do tempo e do trabalho que realizam. Soma-se a isso a possibilidade de compreender e propor outras práticas para o seu cotidiano de trabalho, baseadas e vinculadas às suas experiências e à sua história.

A Ergologia<sup>2</sup> é uma disciplina de pensamento que tem sua origem fundamentada na Filosofia e nos aportes da Ergonomia. Iniciou-se na França nos anos 80 com o filósofo Yves Schwartz, no contexto das transformações no mundo do trabalho em que passava a Europa. Esse período é descrito por Schwartz como o declínio do taylorismo e o surgimento de novas técnicas e tecnologias, concomitante à redução do tamanho das empresas e fábricas.

A partir de então, alguns pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, tais como Filosofia, Linguística, Psicologia, Sociologia, Ergonomia, dentre outras, reuniram-se com trabalhadores assalariados com o objetivo de discutir as novas demandas que se colocavam em busca de estratégias de racionalização do trabalho, dando início aos subsídios/aportes da Ergologia.

Nesse cenário configurou-se um desafio político-epistemológico de encontrar respostas para as questões dos operários ao modelo taylorista-fordista de organização da produção e do trabalho. Outra solicitação posta aos pesquisadores foi um maior envolvimento das universidades francesas com a formação profissional continuada de trabalhadores, impulsionando a criação de uma equipe de trabalho.

Esse grupo desenvolve um relevante trabalho teórico-metodológico, tendo como origem a experiência da atividade de trabalho, partindo das contribuições da Filosofia, da Ergonomia da atividade e das Comunidades Científicas Ampliadas de Oddone.

É importante destacar que a contribuição teórica da equipe foi ter destacado e valorizado o caráter industrioso dos indivíduos. Ou seja, historicamente “a experiência de trabalho dos homens” não significa apenas uma ação técnica de execução das normas antecedentes, mas é também uso da experiência e da subjetividade, através dos atos que modificam as tarefas na atividade.

Ao se aproximar do trabalho humano na sua dimensão “micro”, utilizando-se de uma lupa, a Ergologia busca compreendê-lo a partir da atividade real de quem realiza o trabalho e tem como premissa o estudo do trabalho prescrito e o trabalho efetivamente realizado.

Para a abordagem ergológica é impossível a não existência da atividade. A atividade é o ponto de partida para compreender o indivíduo no trabalho. A Ergologia compreende o

---

<sup>2</sup> Segundo François Vatin, o termo Ergologia surgiu através dos estudos de Ernest Haeckel, e significava um fragmento da Fisiologia que investigava o trabalho do organismo, à medida que esse se reduz a processos importantes das leis da Física e da Química. Para o autor, o termo Ergologia foi utilizado na literatura através do filósofo Gilles-Gaston Granger, que em 1968 divulga a ideia de uma “Ergologia transcendental”, tendo como fundamento o trabalho do conhecimento. Para Vatin, essa ideia foi a inspiração de Schwartz para a construção de uma “Filosofia do trabalho comprometida com a ação ergonômica”. O autor (qual autor) vai utilizar o termo Ergologia pela primeira vez para designar esse sentido na obra coletiva *Reconnaitssances du travail: pour une approche ergologique*, 1997. Cf. Vatin citado por Brito (2008, p.79).

trabalho como atividade exclusivamente humana e transformadora, habilitada a desenvolver novos objetos e novas relações, que possibilita assegurar a positividade de seu lugar na sociedade, na busca de assegurar a sua integridade para os indivíduos trabalharem, com seus desejos e vontades.

A partir dessa concepção, recorreremos à abordagem da Ergologia para nos subsidiar no entendimento das dinâmicas das relações de trabalho e vida. Para tanto, recorreremos aos conceitos de normas antecedentes e renormatização, em que as normas antecedentes representam as construções históricas e mostram valores. Para a Ergologia, a atividade não significa apenas ação, mas um convite constante da subjetividade, em que o imprevisto é o componente motor, o trabalho e a técnica são empregados para renormatizar o meio. Dessa forma, a Ergologia procura encontrar em cada situação de atividade um centro de renormatização, o que para Schwartz significa que cada indivíduo, no seu cotidiano de trabalho, pode descobrir a si mesmo e aos outros, não como meros executantes de uma instrução ou procedimento, mas como ator de uma realização parcialmente singular, de uma renormatização (SCHWARTZ, 2000e, p.13).

Ao verificarmos que o meio de trabalho é sempre variável e imprevisto, e segundo Schwartz “é sempre infiel”, em que os trabalhadores devem conviver com essa infidelidade, é essencial um movimento das capacidades e dos recursos, além das escolhas a serem realizadas, nas quais não exista apenas execução, mas um uso de si. A maneira como essas escolhas acontecem se dá de acordo com cada sujeito e envolve um debate de normas e valores. Para Schwartz (2000b, p.41), o uso de si significa um “espaço de tensão, ou seja, ele é um lugar de problemas, de uma tensão problemática, de um espaço de possíveis sempre a negociar, há não execução, mas uso”. É o sujeito no seu ser que é solicitado de forma singular, a quem são demandados recursos e capacidades, infinitamente mais vastos que a tarefa do dia a dia demanda, mesmo que não seja visível.

Na medida em que a vida exige e determina novos movimentos, o sujeito nunca abre mão de sua capacidade normativa, renormatizando. O trabalho como manifestação da vida escapa à antecipação rígida, e essa capacidade do indivíduo precisa ser colocada em evidência para entendermos o trabalho como um lugar de debate de normas e valores, no qual o indivíduo é solicitado a renormatizar diante das prescrições e das variabilidades do meio. Assim, Schwartz recorre a Canguilhem (2010, p.159) para definir saúde como “abertura aos riscos e às infidelidades que o meio nos impõe”, ou seja, a saúde está associada à margem de tolerância que cada indivíduo possui para manejar com as infidelidades do meio. Se as infidelidades do meio, os fracassos, os erros e o mal-estar integram a nossa história e,

à medida que nosso mundo, incluindo o mundo do trabalho, é organizado por imprevistos, a saúde não pode ser pensada senão como a capacidade de encarar os riscos, as adversidades e nocividades que o meio nos impõe, renormatizando-o. Adoecer, portanto, é adaptar-se a um único meio restrito e ilimitado.

No *locus* de trabalho encontramos toda espécie de infidelidades, que se combinam e se reforçam. Portanto, nada acontece da mesma forma de um dia para o outro na situação de trabalho. Nesse sentido é que Schwartz afirma que o meio, a vida e o trabalho são infiéis, e que essa infidelidade é gerida como “uso de si”, e não como mera execução.

A necessidade de gerir as infidelidades do meio conduz a um uso e não à execução; é gerindo essas infidelidades que o sujeito pode viver. E, quando Schwartz fala em gerir o trabalho, significa que o sujeito faz escolhas, que ele renormatiza e cria novas regras na situação de trabalho. Assim, gerir o trabalho representa fazer escolhas, “renormatizar”, desenvolver novas regras em situação. Gerir sendo entendido em um sentido amplo, em uma dimensão profissional, econômica, intersubjetiva e pessoal, em que as “renormatizações” serão realizadas a partir de valores (SCHWARTZ, 2004b). Portanto, qualquer que seja a situação, existe sempre uma negociação que se estabelece. E “cada ser humano, principalmente no trabalho, tenta mais ou menos [...] recompor em parte o meio de trabalho em função do que ele é, do que ele desejaria que fosse o universo que o circunda” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.31).

Todas as formas de infidelidade se combinam, se acumulam, se fortalecem entre si, na mescla de um ambiente cultural. Esse fato impossibilita elencar totalmente, de maneira exaustiva, um ambiente de trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.191).

Essas infidelidades procuram ser geridas como “uso de si”, o que envolve negociações dramáticas. O uso de si por si é o compromisso microgestionário e o uso de si pelos outros corresponde às normas e aos procedimentos, conforme as definições criadas por Schwartz (2005), inspiradas nos conceitos de Canguilhem, ou seja, as singularidades no “uso de si por si” e no “uso de si por outrem”. O “uso de si pelos outros” é a forma mais visível, já o “uso de si por si” é mais nebuloso, a partir do momento em que os trabalhadores necessitam nas situações reais de trabalho, são convocados a movimentar-se, fazer uso de suas próprias capacidades, e de suas próprias escolhas, a fim de produzir e gerir as questões prioritárias, as variabilidades, as diversas lógicas e normas presentes (ATHAYDE; BRITO, 2007, p.593).

Portanto, a atividade de trabalho está estreitamente associada com a saúde, quando compreendemos que saúde não é apenas equilíbrio ou “capacidade adaptativa”, mas a capacidade de criar novas normas, o modo como nos envolvemos com os acontecimentos da

vida no decorrer de nossa existência (CANGUILHEM, 2010). A predisposição do sujeito de resistir ou de adoecer está particularmente relacionada à qualidade das relações de trabalho.

Continuando na mesma linha de pensamento, a abordagem clínica da atividade (CLOT, 2006) indica que, para melhor compreender a atividade de trabalho, é necessário considerar também as tarefas que não são realizadas, por não querer ou poder, como algo que temos vontade e deixamos para realizar em outra situação. Essa abordagem nos indica que o conceito de atividade de trabalho deve considerar, além do trabalho realizado e das dificuldades encontradas, da mesma forma, as possibilidades de desenvolvimento da atividade, definindo ao trabalho como “zona de desenvolvimento potencial”, (ATHAYD; BRITO, 2009, p.593) e as possibilidades de agir individual e coletivamente no trabalho, naquilo de inédito em que o trabalhador pode se tornar.

Para Schwartz, as variabilidades estão presentes em toda situação de trabalho, conseqüentemente as infidelidades do meio. Para o autor, não existe situação de trabalho que não convoque as dramáticas de uso de si, as quais se fixam na possibilidade de uso dos quais “cada um avalia a trajetória e o produto ao mesmo tempo individual, social, do que é conduzido a fazer” (SCHWARTZ, 1998, p.107).

O termo “uso” é cunhado por Schwartz para confrontar os atos de trabalho, dinâmica da subjetividade ou simplesmente do próprio “sujeito”. O trabalho engloba sempre “uso de si”. Existe o uso de si pelos outros, uma vez que o trabalho é “heterodeterminado” por meio das normas, prescrições e valores constituídos historicamente. Portanto, existe um uso de si por si, uma vez que os trabalhadores renormatizam as prescrições, e desenvolvem estratégias singulares para responder aos desafios do meio (SCHWARTZ, 2000e, p.34).

Para Schwartz, se existem renormatização e debate de normas, existe engajamento, o que implica a escolha de postura a ser adotada, de um operário, de um flanelinha, de um vendedor, de uma empregada doméstica, dentre outros, de se engajar e dar visibilidade à atividade humana. O verdadeiro conteúdo da atividade fica na “penumbra”, ou seja, não conseguimos ver o essencial da atividade. São assimilados de forma mais ou menos acessível, seus resultados, produtos, serviços, ferramentas, etc. O objetivo desse engajamento é buscar identificar os desviantes do uso do conceito, identificando o que poderia ser um uso benéfico da capacidade desse conceito (SCHWARTZ, 2011, p.134).

As normas antecedentes compreendem e acrescentam o conceito de trabalho prescrito que originou da Ergonomia. Essas normas contemplam tudo aquilo que endereça uma ação, uma direção, engendrada, *a priori*, por isso, antecedentes. O conceito de trabalho prescrito e

de normas antecedentes remete ao que é dado, exigido, apresentado ao trabalhador antes de o trabalho ser executado (ALVAREZ; TELLES, 2004).

Segundo Alvarez e Telles (2004, p.72), a Ergologia, ao conceber o conceito de normas antecedentes, destaca certos elementos que não estão incluídos nas definições da Ergonomia quando se refere ao trabalho prescrito. As autoras consideram que a noção de normas antecedentes é mais ampla que a de trabalho prescrito, porém não existe diferença de natureza entre as duas.

Para Schwartz citado por Alvarez e Telles (2004, p.73), “as normas antecedentes cristalizam sob uma forma codificada, ‘autorizada’, das aquisições de inteligência, da experiência coletiva e dos poderes estabelecidos”. Para Yves, as normas antecedentes têm um “caráter híbrido”, em que se destacam três aspectos: elas abrangem limitações de execução “heterodeterminadas”, uma vez que existe nelas alguma coisa que pode ser reconhecida como a manifestação de um dogmatismo científico protegido por um poder social. Um segundo aspecto relaciona-se à assimilação das normas antecedentes como construções históricas: Duraffourg e seus colegas afirmam que a dimensão prescrita é a consequência de um patrimônio conceitual, científico e cultural. É nesse patrimônio que se pode reconhecer “o nível técnico-científico alcançado e a história específica que levou a este nível, os saberes-fazer historicamente constituídos, as linguagens que os formalizam e que consentem sua expressão, os modos de vida que organizam as relações ao tempo, ao espaço, à comunidade” (DURAFFOURG et al.apudALVAREZ; TELLES, 2004, p.73). Portanto, podemos afirmar que as normas antecedentes são formadas por “aquisições da inteligência e da experiência coletiva – assim mais ou menos recebidas como bens de todos” (SCHWARTZ apud ALVAREZ; TELLES, 2004, p.73). Dessa forma, as normas atravessam os valores, cultura e ciência, numa esfera coletiva, social. Elas compreendem os meios físicos (materiais e equipamentos) para realizar as atividades, inclusive as tecnologias de gestão. O terceiro aspecto está relacionado aos valores que as normas antecedentes representam e que atravessam a organização do trabalho nas instituições e suas relações com o ambiente. Esse aspecto também é responsável pelo caráter diverso das normas antecedentes, é o que indicam igualmente “valores – valores que não se referem somente a uma dimensão monetária, e sim a elementos do bem comum, que são alterados nos ambientes de trabalho e na sua relação com o meio externo” (ALVAREZ; TELLES, 2004, p.73).

A relevância dessa categoria para a abordagem ergológica consiste na pluralidade dos valores e a forma que eles auxiliarão alterar, ou não, a norma antecedente. A renormalização das normas antecedentes acontece na existência da separação entre os valores que atravessam

a organização e, conseqüentemente, a norma antecedente e os valores de cada trabalhador. No caso das trabalhadoras domésticas diaristas, ficam claros os valores relacionados ao “profissionalismo” (como sinônimo de servidão/agradar/servir o outro) e uma relação de amizade entre empregados e empregadores são cultivadas. Por diversas vezes, escolhas são tomadas na direção oposta à prescrita, por existir conflito entre os valores implícitos na norma antecedente e os implícitos (explícitos), das trabalhadoras domésticas diaristas.

Ou, como menciona Schwartz (2004b, p.149), nenhuma das microdecisões pode ser justificada sem que os valores, explícitos ou ocultos, se coadunem nessas escolhas quase imperceptíveis e que fazem com que uma condição de trabalho tenha uma representação e nenhuma outra.

Trabalhar, segundo Schwartz (2004b), envolve relacionar-se com as determinações e normas institucionais, “gestão do uso de si pelos outros”, e ao mesmo tempo lidar com as arbitragens que cada pessoa concede ao próprio corpo, às próprias capacidades, aos saberes.

As residências em que as diaristas prestam serviços, de um lado, possuem exigências, tais como regras, normas, expectativa de conduta, produtividade, dentre outros, e por outro lado, um sujeito que se depara com as circunstâncias singulares em que realiza sua atividade profissional. A proposta de resolução dessa questão para o sujeito, empregada doméstica diarista, é sempre um lugar de *dramatique*, para Schwartz. O termo significa uma posição contrária aos que entendem o trabalho como um simples executar, apenas um cumprir das determinações exteriores à situação, porém sem deixar transparecer, trabalhar significa tomar decisões, um lugar onde se é confrontado com valores diversos, em que é necessário fazer escolhas em alguns momentos contraditórios. O trabalho representa uma “*dramatique* do uso de si”.

Nessa situação, que envolve compreender como o trabalhador utiliza a criatividade diante do seu trabalho, é importante salientarmos que estamos considerando que não existem apenas normas gerais envolvendo todo o sistema, mas que o local de trabalho (as residências) configura também uma cultura possível de trazer *nuances* a essas normas. Assim, pelo exposto até agora, entendemos que aproximar-se do trabalho das empregadas domésticas diaristas é algo extremamente complexo.

Na situação de trabalho não é possível se deter apenas ao prescrita, ou seja, o que é pré-determinado antes da realização do trabalho. O trabalho efetivamente realizado nunca é apenas prescrição e fiel execução, uma vez que envolve sempre a vida, as “infidelidades do meio” e a atividade humana. Portanto, trabalhar é “colocar à prova do real os seus próprios

limites, suas capacidades para correr riscos” (DURRIVE apud SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.193).

Não podemos padronizar as condições da atividade humana, na tentativa de antecipá-la totalmente, conforme acreditava a teoria taylorista. Schwartz (2002) utiliza a expressão “o impossível é também invivível”, que, para Schwartz, representa a “herança de vida em nós”. O autor acredita, por sua vez, que se é impossível a antecipação das condições de trabalho, é também invivível. Assim, só existe trabalho se houver homens e mulheres trabalhando. A Ergologia reforça que o movimento dos trabalhadores já acreditava que somente a prescrição de trabalho não é suficiente para a execução do trabalho. Todo trabalho realizado demanda uma mobilização cognitiva, afetiva e coletiva do trabalhador, sendo assim o trabalho não pode ser somente uma execução, um ato autômato do trabalhador.

A abordagem ergológica propõe uma nova perspectiva da atividade, tendo se destacado pela sua proposta desafiante de conceber e avaliar o trabalho humano. Ao investigar o crisol das atividades concretas de trabalho, a Ergologia problematiza e reformula antigas questões do mundo do trabalho, colocando outras em evidência a partir da “ausculta clínica do trabalho humano”, mas sem a finalidade de criar uma nova disciplina científica (CUNHA, 2005, p.1). A Ergologia representa uma relevante oportunidade para a compreensão das complexidades que envolvem a atividade humana.

Devemos considerar que falar do trabalho não é uma tarefa simples, porque envolve enfrentar as relações com o corpo, o psíquico e as normas, como se articulam o privado e o público, os valores de mercado e aqueles valores que não podem ser mensurados, o industrioso, a ética e a política, é reencontrar os processos dinâmicos que emergem da linguagem da atividade e requestionar as teorias da linguagem, o micro e o macro, o local e o global (SCHWARTZ, 1997, p.1-2). Ou seja, é considerar o trabalho como atividade complexa de se compreender, “porta de entrada extremamente rica para leitura dos problemas epistemológicos mais complexos” (SCHWARTZ, 1997, p.2).

## **2.2 O trabalhador, o mercado e o Estado: um espaço tripolar para compreender o fazer história**

À luz da concepção tripolar de Schwartz e Durrive (2007), procuramos identificar, nas dramáticas vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas diaristas no seu dia a dia de trabalho, as escolhas, muitas vezes realizadas de forma inconsciente, que apresentam a força de uso que fazem de si mesma, desvelando saberes e valores determinantes de sua singularidade.

Schwartz sugere uma análise que contemple a dialética do geral e do singular, que nos obriga a “colar permanentemente o micro e o macro”, levando em consideração que toda atividade de trabalho acha escolhas, debate de normas e, portanto, existe encontro de valores em que a história é desenvolvida: “não é a história que sobrevoa a vida simples dos sujeitos que trabalham: os níveis micro e macro da vida social se interpenetram” (SCHWARTZ, 2000b; SCHWARTZ; DURRIVE, 2007).

Nas sociedades mercantis e de direito, os debates de normas acontecem num espaço integrado, ou seja, o espaço tripolar, conceito concebido por Yves Schwartz. Assim, compreender como se relacionam o macro e o micro, da nossa história, do nosso cotidiano de trabalho, é o que faz surgir a história humana. Nele a história se aprimora no espaço entre uma lógica mercantil e outra de interesse geral, a do bem comum.

A sociedade, envolvida em um debate de normas e de valores, vivencia conflitos e crises permanentes entre o econômico, o político e o jurídico e, nessa dinâmica, está incluído o mundo do trabalho. No nível micro a atividade humana mais elementar organiza-se em um debate de normas e valores, vivenciado no íntimo pelos trabalhadores (OLIVEIRA; ALVAREZ; BRITO, 2013, p.1584). Como podemos associar o nível micro com o nível macro?

O espaço tripolar é utilizado como diferencial epistemológico no campo do trabalho informal da diarista, na busca de compreender o cotidiano de trabalho e suas relações com a sociedade e o mercado. Tal forma que os sujeitos, envolvidos diretamente na atividade e participando ativamente da elaboração de novos saberes, podem explicitar as alternativas em reservas escondidas nas suas atividades resultantes das resingularizações do meio, que contém elementos para gerir as situações de trabalho, agregando as recomendações dos empregadores com a subjetividade e a experiência de cada sujeito que o vivencia. E pela tensão dialógica dos três polos presentes.

Assim, compreende-se por espaço tripolar, conforme os conceitos de Schwartz e Durrive (2007), como um lugar onde lógicas diversas e algumas vezes contrárias estão em permanente tensões, estimulando a história, sendo representada pelos três polos distintos: o polo do mercado, o polo do político e o polo da atividade.

O polo do mercado está relacionado às questões econômicas da gestão do trabalho, onde, em geral, os sujeitos das organizações estão direcionados nas questões contábeis, financeiras, comerciais, ou seja, no valor econômico do trabalho. O polo do político é o que deve gerenciar o bem comum, responsável pelos valores não dimensionáveis e, por fim, mas não menos relevante, o polo da atividade, aquele referente às gestões do trabalho e no trabalho, o trabalho como uso de si.

Portanto, compreender a atividade de trabalho, uma vez que permeia todas as dimensões da vida, é a busca para compreender a história, as crises, as tensões e os movimentos da vida, sabendo que a atividade é a força motriz da história. A ideia de espaço tripolar, segundo Yves, significa pensar um determinado número de relações, de tensões, em que cada polo tem sua particularidade, mas ao mesmo tempo inexplicável/obscuro em si, em sua vida, em sua duração, em seus debates. No nível micro a atividade humana, a mais simples, representa um debate de normas e valores, vivido profundamente pelos trabalhadores.

A partir do espaço tripolar de Schwartz e Durrive (2007), o autor relata a existência de características essenciais em nossas sociedades atuais, nos permitindo refletir de que forma o trabalho informal da empregada doméstica diarista se inter-relaciona com as questões mercantis, políticas e de gestão do trabalho.

Assim, o polo I é orientado para o mercado, para os valores mercantis (quantificáveis), esse polo possui um significado importante para a reconfiguração do conjunto da vida – social, político e cultural. Os valores estão associados à produção e circulação de coisas consideradas essenciais para os indivíduos. Para Schwartz e Durrive (2007, p.250), as sociedades possuem um código de direito para controlar as relações entre os indivíduos, como instituições, constituições, o sufrágio universal, em que se considera que todos os indivíduos são iguais, portanto todos os valores destacados são objeto de debates democráticos. Funciona como fundamento dos valores quantitativos, mediante comparações de interesses, de benefícios, de rentabilidade. Essa é a sua função, não se pode rejeitá-los, é assim que esses valores dimensionais se constituem e vivem.

Entre o polo mercantil e o polo de Direito existe um conflito, uma vez que são orientados por lógicas de criação de meios de vida distintos.

O polo II, do Direito, ou o polo político é/são o/s responsável(veis) pelos valores denominados por Yves como “sem dimensão”, do bem comum. Estão representados nesse polo as leis, as jurisprudências, as políticas públicas, que se traduzem em normas e regras. É nesse polo que Schwartz inclui a saúde e a segurança como direito de todos e condição para o exercício da cidadania. Por meio desse polo, o governo, em nome da população, busca fazer valer o bem-estar do povo, o acesso aos cuidados, o desenvolvimento da cultura, a qualidade de vida nos ambientes urbanos e rurais, aceitáveis, ou seja, são valores que não podem ser mensurados. Nesse polo há um debate permanente, em que o principal questionamento é: como realizar a arbitragem entre tais valores? Entendemos que esses valores sem dimensão relacionam-se entre si, mas, contraditoriamente, é necessário propiciar dimensão a ambos, uma vez que os recursos são sempre restritos, sendo fundamental definir as prioridades.

Portanto, existem dois polos, de um lado o polo mercantil, de outro o polo do político, ou o polo dos valores dimensionados e dos valores não dimensionados, respectivamente. Esses dois polos estão em permanente tensão, uma vez que são orientados por lógicas de criação de meios de vida distintos. O polo político busca repercutir sobre o polo mercantil para ter uma resposta positiva para a sociedade. Assim, o mercantil busca tirar vantagens, dentro de limites, dentro de sua lógica. Portanto, nessa tensão entre os dois polos existe uma busca de estabilidade, pois é um espaço permanente de negociações. Mas, para Schwartz e Durrive (2007, p.251), “não se trata de um universo pacífico, o que é um grande problema. [...] existe um debate permanente”. Esses valores, em sua origem, não são dimensionáveis. A questão é que a vida nos solicita inserir na história esses valores sem dimensão.

Dessa forma, nessa tensão entre os dois polos existe uma procura de equilíbrio, tensões entre eles, o que gera algumas questões: Qual é a natureza dessas tensões? O que faz funcionar essas tensões? Como elas progridem? Como os indivíduos fazem e participam dessa história? As questões colocadas pela bipolaridade expressam o interesse da representação das coisas, denominado debate de normas ou espaço das dramáticas de uso, das gestões do e no trabalho, no mais “micro” da atividade humana.

Assim, para que possa compreender o momento atual da nossa sociedade, o locus onde acontecem os processos históricos, um espaço tripolar. O terceiro polo para Schwartz são as dramáticas de uso de si, dos debates de normas das gestões do e no trabalho. As dramáticas dos usos de si, nessa configuração, são essenciais para elucidar as ponderações e os níveis de variação, com as normas antecedentes, na medida em que as dramáticas irão buscar recentrar as próprias normas de efetividade de saúde e de vida desse “si”.

Esses três polos estabelecem uma relação dialética, não existindo superioridade de um sobre o outro, uma vez que a própria concepção de atividade justifica e exige que se utilize o dispositivo de três polos (SCHWARTZ, 2000b).

É justamente nesse momento que a Ergologia sugere a inclusão de um terceiro polo, o polo das dramáticas do uso de si, ou dos debates de normas, ou então o que denominamos de gestão “do” e “no” trabalho, a construção de um lugar de três polos, em que seja viável o entendimento dos processos históricos advindos desses debates.

Para Schwartz, trabalhar-gerir é relevante na medida em que persiste na diversidade das dimensões envolvidas, no engajamento subjetivo necessário do prestador em relação a campos em que há decisões a serem tomadas. E, mesmo que essas decisões sejam feitas em microssituações, elas retornam a cenários sociais mais abrangentes. Gerir é deslocar para uma multiplicidade de registros: gestão de eventualidades específicas ao ofício, ao objeto da

atividade, interfaces – da carga horária de trabalho, das tarefas a serem realizadas, da relação com o empregador (SCHWARTZ, 2004b, p.25-26). Essas questões retornam a si mesmo: como proceder a gestão de si mesmo, de nossas contradições, ou de nossas relações com as outras pessoas, colegas de trabalho ou empregadores?

Os valores sem dimensão são sempre objeto de debate de normas, conflitos e arbitragens políticas, e, nas situações de trabalho, esses valores são retrabalhados na experiência dos atores da atividade, ou seja, perpassam na atividade de trabalho. Schwartz (2005), no dicionário laboreal, considera essencial três características que fundamentam a atividade:

**A transgressão:** nenhuma disciplina, nenhum campo de práticas pode monopolizar ou absorver conceptualmente a atividade; ela atravessa o consciente e o inconsciente, o verbal e o não verbal, o biológico e o cultural, o mecânico e os valores [...];

**A mediação:** ela impõe-nos dialéticas entre todos esses campos, assim como entre o “micro” e o “macro”, o local e o global [...];

**A contradição** (potencial): ela é sempre o lugar de debates com resultados sempre incertos entre as normas antecedentes enraizadas nos meios de vida e as tendências às renormatizações resingularizadas pelos seres humanos (SCHWARTZ, 2005, p.64).

Entendemos que a possibilidade de o trabalhador renormatizar (debater, adaptar ou mudar a norma) toda a situação de trabalho seja singular, e a condição para entender essa dimensão é através da experiência e dos saberes dos trabalhadores. São eles que no cotidiano de trabalho desenvolvem novas normas para suportar as variabilidades do trabalho, procurando dar conta daquilo que o prescrito não contempla. E essa atividade industriosa somente o trabalhador conhece, por isso a relevância da participação do trabalhador para desvelar esse enigma que é o trabalho.

Para Schwartz (2000b, p.45), as microescolhas do uso de si que se manifestam em toda investigação microscópica das práticas de trabalho fazem destacar de qual ponto esse “si” se utiliza dele mesmo, e conseqüentemente se desenvolve como indivíduo em função dos vínculos de oposição de potencialidades de vida que as relações sociais engendram em sua própria história.

São nessas microescolhas, consequência de um constante debate de normas e de valores, as dramáticas da atividade, que as trabalhadoras diaristas desenvolvem os vínculos entre o individual e o particular de si mesmo até o mais global da sociedade.

As permanentes tensões existentes na regulação do trabalho da empregada doméstica diarista acontecem porque, ao considerarmos o espaço tripolar, cada polo apresenta sua

particularidade, sendo ao mesmo tempo ininteligível em si, em sua vida, em sua duração e debates. O polo do mercado e o polo político apresentam relações e similaridades e também são atravessados por fortes tensões.

O ponto comum entre esses dois polos é a produção de normas antecedentes (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.251). O conceito de norma antecedente endereça ao que é dado e solicitado ao trabalhador, antes de o trabalho ser realizado, ou seja, tem característica exterior e anterior à atividade humana. Mas esse conceito difere do conceito de trabalho prescrito, uma vez que destaca fatores relevantes como as limitações de execução definidas à distância da atividade de trabalho, sendo também evidenciado por ser construção histórica, envolvendo valores não somente monetários, mas também aqueles de bem comum (ALVAREZ; TELLES, 2004, p.73).

Os polos do mercado e político constituem o campo das normas antecedentes fortes, ligadas à relação de hierarquia e de poder por oposição à necessidade de gerir a atividade, constituídas, em confrontação com os objetivos e as normas. O polo da gestão representa a atividade humana, e ele está constantemente gerindo as dialéticas entre os registros: entre as normas antecedentes e as resingularizações, re-centramentos, isso significa a dialética constante do impossível e do invivível, que acontece nesse polo (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.256).

A regulação do trabalho da diarista e suas dimensões socioeconômica e gerencial também estão presentes na permanente dialética, uma vez que existe a necessidade de acordos permanentes entre os valores quantificáveis (polo do mercado) com aqueles incomensuráveis (polo do político) e com a atividade humana dos trabalhadores no serviço doméstico (polo das gestões), atividade sempre imprevisível e enigmática.

Os três polos do espaço tripolar correspondem a três análises diversas dos tempos. O tempo do direito no polo do político é um tempo de duração longa, uma vez que as origens essenciais como liberdade, igualdade e direitos humanos devem continuar por muito tempo. Já o polo do mercado tem um tempo mais breve, especialmente com os atuais meios de comunicação eletrônica, que ao agilizar compara e examina valores. Contrário ao tempo do polo do político e ao tempo do polo do mercado está o polo da temporalidade ergológica. O tempo do polo das gestões, da atividade, apoia-se nos tempos uns dos outros: é o tempo de conservar competências, tempo de “transformar em patrimônio”, em que uma forma de história toma sentido para si e define o projeto em que se quer pessoalmente orientar-se em sua atividade, no íntimo desse conjunto. Dessa forma, nossas sociedades procuram desvendar permanentemente esse tipo de paradoxo: funcionar em tempos-valores diferentes.

A partir dessa perspectiva, a competência também seria vista de maneira distinta por cada polo. No polo do mercado, com a velocidade das ideias de competência e seu uso, e contra o tempo da fixação da aprendizagem de uma competência que é mais perene, como no polo das gestões.

A perspectiva ergológica é inicialmente a busca por compreender o vaivém microscópico da atividade ao macroscópico da vida social. A atividade é a recriação permanente através do debate de normas. Esses debates não podem ser identificados, avaliados e adaptados pelos saberes criados de modo instantâneo (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.264). Não se deve condenar as ações do governo, como, por exemplo, a regulação dos trabalhos domésticos remunerados, por se guiar também por valores comensuráveis. Para o público em geral, o que interessa é o dimensionamento dos valores não quantificáveis. Entretanto, é genuíno e fundamental dimensionar e buscar a eficiência, apenas se deve observar para que tal eficiência não seja alterada. Dessa forma, certos movimentos e sinalizações devem ser apreciados no plano político para de alguma forma compor, reconstruir, equilibrar, ao nível das concepções de gestão e das opções do Estado, as escolhas políticas.

Sendo assim, o espaço tripolar ergológico fundamenta-se em uma importante ferramenta para a atividade regulatória no trabalho doméstico, uma vez que sua estrutura característica evidencia situações na maioria das vezes invisíveis e naturalizadas.

Assim, conforme apresentado no decorrer do texto, ter o trabalho como objeto de estudo não é algo muito simples. O trabalho entendido como realidade dinâmica e complexa, especialmente no caso da categoria das empregadas domésticas diaristas, por ser tratar de uma classe submetida a tarefas e responsabilidades diversas, com um trabalho invisível e resultados não mensuráveis, pouco tangíveis. A atividade humana é uma realidade enigmática.

Entendemos que o espaço tripolar pode ser aplicado em qualquer atividade de trabalho humano, uma vez que perpassa todas as dimensões da vida. É um espaço que busca decifrar a história, as crises, as tensões e os movimentos da vida, compreendendo que a atividade é a força que movimenta a história.

Procuramos articular o espaço tripolar com a atividade de regulação do trabalho informal da empregada doméstica diarista, buscando compreender os valores estruturantes em jogo. A atividade regulatória do trabalho da diarista distingue-se pela sua complexidade, e por ser em espaço de diferentes tensões entre os valores passíveis de mensurar e aqueles pouco tangíveis.

A regulação do trabalho da diarista pode ser dividida em duas categorias: a regulação dos direitos sociais e a regulação do mercado. Essa tensão entre os polos está sempre em evidência, uma vez que os objetivos sociais e econômicos do trabalho da diarista, cujos regimes jurídicos não são favoráveis e as leis são restritivas aos direitos dos trabalhadores, ou seja, não são priorizados pelas políticas e regulamentações do governo, podemos afirmar que tal dimensão representa o polo do direito, do político, orientado por valores não mensuráveis, sem dimensão. A discussão de que o trabalho doméstico não gera valor, é trabalho reprodutivo, se insere no polo do mercado, uma vez que envolve valores mercantis e também a complexidade da atividade humana.

Portanto, as constantes tensões existentes na regulação do trabalho doméstico acontecem porque, examinando o espaço tripolar, cada polo tem sua característica, sendo ao mesmo tempo ininteligível em si, em sua vida, na sua permanência e debates.

O polo do mercado e o polo político retratam o campo das normas antecedentes fortes (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.256), formadas e associadas às relações de hierarquia e poder, que são contrárias à necessidade de gerir a atividade, em confrontação com os objetivos e as normas. No polo da gestão a atividade humana está constantemente gerindo as dialéticas entre os registros: entre as normas antecedentes e o que se denomina ressingularizações, re-centramentos, isto é, a dialética permanente do impossível/invivível, que acontece nesse polo (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.257).

Entendemos que o espaço tripolar, com sua estrutura particular de constante tensão entre os polos do mercado, do político e da gestão, pode ajudar a regulação do trabalho doméstico da diarista, uma vez que apresenta a atividade permanente e dinâmica da tensão entre os três polos, que estão em constante confrontação dialética. A regulação no trabalho doméstico à luz do espaço tripolar é evidenciada da seguinte forma: suas dimensões socioeconômica e gerencial estão em dialética constante, pela necessidade de agregar os valores quantificáveis (polo do mercado) com aqueles incomensuráveis (polo do político) e com a atividade humana dos trabalhadores no serviço doméstico e dos usuários dos serviços (polo das gestões), atividade que possui caráter sempre relativo e enigmático. Discutiu-se também que tal tensionamento não é necessariamente prejudicial, mas, ao contrário, faz parte da história, da vida.

É relevante tecermos a seguinte consideração: deve-se pensar a atividade humana no campo das particularidades do trabalho doméstico remunerado, um campo em que diversas disciplinas se aproximam para compreender e intervir sobre o fenômeno do trabalho doméstico. No entanto, investigar o trabalho envolve um aporte teórico que vai além do que

um único campo disciplinar pode oferecer. Dessa forma, o fato de demandar diferentes campos do saber não significa uma coesão entre eles.

### **2.2.1 *Uso de si***

Compreender o trabalho como “uso de si por si” e “uso de si pelos outros” é um dos alicerces da Ergologia. Nessa compreensão o trabalho é visto como uma simples execução de tarefas e normas, desconsiderando o “si”, ou seja, esquecendo a manifestação do sujeito que re-elabora o trabalho real, a atividade, em todos os momentos. As atividades são debates que os indivíduos realizam com eles e com o outro, em confronto com os atos do dia a dia e do trabalho, aprendendo, elaborando, planejando aspectos da estruturação e da subjetividade, sendo reconhecidos como *uso de si*.

Para Daniellou (2004), a atividade é uma construção original do indivíduo em uma dada situação, não sendo previsível em sua singularidade.

Entendemos que a atividade de trabalho representa um todo, significa mais que executar uma tarefa ou um trabalho prescrito, devemos considerar as variabilidades existentes. O trabalho, conforme os conceitos da Ergonomia, se inscreve na distância inevitável entre o prescrito e o real, sendo lugar de acontecimentos profundos, circunscritos por arbitragens que buscam preencher esses espaços. A distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real é a revelação existente (real) da contradição sempre existente no ato de trabalho, entre o que se demanda (pede) e o que é realizado. Assim, o trabalho prescrito, além das normas, inclui também as ordens, os resultados a serem alcançados, as condições que estabelecem a situação de trabalho, tais como o local físico, a matéria-prima utilizada e as condições socioeconômicas. Gerir a distância entre a tarefa prescrita e as condições reais de trabalho é o que possibilita entender o trabalho como atividade (NOUROUDINE, 2011, p.79-80). Para a Ergologia, o trabalho não pode ser visto como uma mera aplicação de normas e procedimentos. Representa uma etapa para compreensão da atividade como debate de normas.

Pensar o trabalho, o mais próximo possível do ponto de vista daquele que trabalha. A abordagem ergológica tem como pressuposto que a atividade envolve as pessoas e que a atividade está relacionada a um impulso da vida, de saúde, que conecta tudo o que se representa isoladamente e inscreve-se em complexos funcionamentos neurosensitivos, com extensões que ultrapassam o indivíduo, pois estão inscritos no corpo social, o psíquico, o institucional, as normas e os valores do contexto de trabalho e aquelas renormatizadas. A relação das instalações com os produtos, com os tempos e com os indivíduos que participam

da atividade é denominada como “corpo-si”, o trabalho não existe sem uma pessoa que trabalha (SCHWARTZ, 2008).

Trabalhar é fazer uso de si, ou seja, é dizer que ele é um lugar de problema, de uma tensão, um espaço onde existe a possibilidade de negociar, não existe execução, mas uso. Significa que o indivíduo, na sua singularidade, é convocado. Assim, essa é a explicação para a palavra “uso”, que se institui na forma indiscutível de manifestação de um “sujeito” (SCHWARTZ, 2000b, p.41). Existe também outro uso, que é o “uso de si por si”, o uso que cada um faz de si mesmo, a renormalização é gerada pela atividade humana. Não considerar essa tensão incoerente entre esses dois usos sugere conceber os trabalhadores como sujeitos passivos, reprodutores, autômatos, consequência dos reflexos dos determinismos históricos, sociais e econômicos.

Se as condições históricas estão definidas, o trabalho efetivamente realizado, assim como a vida, não se limita a isso, uma vez que o indivíduo não apenas muda, mas produz variações. Portanto, os indivíduos fazem a todo momento um uso de si que envolve escolhas, valores e arbitragens.

Para a Ergologia, o trabalhador deve compreender, transformar e desenvolver novas estratégias para si e para a situação de trabalho, de forma a reinventá-lo (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007). O trabalho passa a ser compreendido e epistemologicamente construído, numa visão interdisciplinar através do engajamento dos trabalhadores, a fim de assegurar o bem-estar, a eficácia e a segurança.

Nesse sentido, é preciso compreender o trabalho como atividade essencialmente humana e transformadora, apropriado para desenvolver novos objetos e relações, estimulando afirmar a positividade de sua posição na sociedade moderna, na busca de assegurar a sua plenitude para que os indivíduos trabalhem com seus desejos e vontades.

Foram os estudos do médico Ivar Odone que inspiraram Schwartz a investigar a produção de conhecimento sobre o trabalho, possibilitando a atuação em equipe dos especialistas da prevenção, dos médicos e dos militantes. O modelo foi concebido a partir das experiências do movimento operário italiano, nas décadas de 60 e 70, tendo como influência o modelo marxista e gramsciano, em que foram realizadas pesquisas que analisavam as condições de trabalho e a luta pela saúde dos trabalhadores, estendendo-se posteriormente para diversos países, incluindo o Brasil. A compreensão inicial é a de que o trabalhador deve ser o protagonista da atividade de trabalho, por acreditar que ele é capaz de desenvolver a competência de identificar e avaliar os efeitos prejudiciais dos riscos do trabalho sobre a saúde, assumindo suas próprias decisões sem precisar alcançá-las.

A partir dessa constatação, Odone, Re e Briante (1986) direcionaram suas pesquisas para os métodos indiretos de investigação nos ambientes de trabalho por meio de dispositivos denominados Comunidade Científica Ampliada, na intenção de viabilizar o encontro de trabalhadores e pesquisadores para a construção em conjunto de novas alternativas de saber sobre as situações de trabalho e, a partir daí, intervir nos assuntos referentes à saúde do trabalhador nos locais de trabalho. Para Oddone, a competência profissional não é somente técnica, pois está envolvida em seu interior por um patrimônio de experiências coletivas, portanto, o conceito de Comunidade Científica Ampliada possibilita uma visão não mutilante do trabalho, oportunizando acesso ao patrimônio vivo das atividades do trabalho (SCHWARTZ, 2000b, p.39).

Um sistema de produção de conhecimentos sobre a realidade das práticas vivenciadas no trabalho deve ser desenvolvido a partir de conversas críticas entre os saberes fundamentados na experiência prática dos trabalhadores (saberes informais) e o conhecimento científico (saberes formais), entre os pesquisadores e os trabalhadores (ODDONE; RE; BRIANTE, 1986, p.17). Portanto, a finalidade principal dessa equipe de trabalho era articular e compreender a produção de saberes na relação saúde e trabalho, além de expor a realidade de trabalho, tendo como princípio os saberes formais e informais.

A intenção desse movimento era interceder na produção da atividade do trabalho para busca de respostas para os problemas de saúde que estavam prejudicando os trabalhadores da indústria automobilística na década de 1960. Esse grupo desenvolveu uma proposta de discussão multidisciplinar do trabalho, que buscava compreender as necessidades de interlocução entre saberes constituídos e saberes dos trabalhadores para solucionar problemas no trabalho. Esse começo de diálogo de saberes apresentado por esse grupo foi incorporado por Schwartz (2000b, p.39-40) como um dos alicerces da abordagem ergológica, análise e transformação do trabalho (VIEIRA JÚNIOR; SANTOS, 2012).

A Ergologia recorre aos debates da Filosofia de Georges Canguilhem, alicerçado pelo conceito de saúde e pelo ‘viés da subjetividade humana’ (VIEIRA JÚNIOR; SANTOS, 2012). A saúde, para Canguilhem, está relacionada ao meio em que vivemos e à capacidade que temos e devemos, individual e coletivamente, para transformá-la de acordo com os nossos desejos. Representa uma concepção que integra a capacidade de criação de novas normas de vida, e não somente a ausência de doença, destacando a presença de uma dimensão do corpo disponível apenas ao próprio indivíduo, revelando a necessidade de constante “diálogo com aquele que vive as peculiaridades do seu corpo, da sua dor, do seu adoecimento, para compreendê-la” (BRITO; NEVES; ATHAYDE apud BRITO et al., 2012). É considerando a

concepção de saúde e vida que a Ergologia integra o conceito de debate de normas. Para Canguilhem, viver pressupõe um debate de normas e o ponto de convergência de todas as forças de adequação do trabalhador no confronto com as normas de trabalho. De acordo com a teoria de Canguilhem, o indivíduo entraria em desequilíbrio no momento em que não conseguisse se adequar às normas do seu trabalho, ou seja, ele adoeceria. Assim, tendo como referência a abordagem da Filosofia das normas, o trabalho configura-se como espaço de construção de saúde e promoção de discussões sobre como os indivíduos no trabalho podem influenciar esse processo.

É a habilidade de gestão de si que possibilita que os trabalhadores só percebam como legítimas as condições de trabalho consolidadas por eles próprios, ainda que limitado/fragmentado, atribuídas aos seus próprios valores (CANGUILHEM, 1947, p.134).

Pensando no trabalho das empregadas domésticas diaristas, através de seu cotidiano de trabalho, nos questionamos: quais são as estratégias de visibilidade e as resistências para os enfrentamentos adotados por essas mulheres no seu dia a dia de trabalho?

Assim, o uso no trabalho envolve tanto o que é realizado de si, quanto no que o si mesmo faz de si próprio, “recentramento do meio de trabalho ao redor dos seus possíveis singulares” (SCHWARTZ, 2000b, p.42). Ou seja, mesmo o sujeito tendo a sua maneira de ser e estar, definido por outra pessoa, ele também possui livre-arbítrio, capacidade de julgar e interpretar as normas, daí o *uso de si por si* possibilitar a *gestão de si*.

À medida que utiliza o fazer por si mesmo, a maneira como realiza sua atividade de trabalho está relacionada aos valores culturais do sujeito, que vivencia o seu próprio ser, a gestão. Decidir por uma ou outra opção envolve, automaticamente, escolher a si mesmo, visto que dessa forma se escolhem modos de vida, de relações, de projetos (SCHWARTZ, 2003, p.187-189). Portanto, não considerar a tensão contraditória, entre os usos de si por si e o uso de si pelo outro, é crer que o trabalhador é passivo, reprodutor, que somente sofre os reflexos/embates dos determinismos históricos, econômicos e sociais. Considerando que as condições históricas já estão previamente estabelecidas (prescrições), o trabalho realizado (assim como a vida) jamais será apenas isso, uma vez que o indivíduo muda e produz mudanças. Dessa forma as pessoas fazem, a todo momento, uma gestão de si como uma questão humana que inclui escolhas, valores e arbitragens. A gestão é a condição da vida, independente do trabalho.

### 2.2.2 Atividade de trabalho

Para falar de atividade e da complexidade epistemológica da categoria trabalho, recorreremos à metáfora utilizada pelo ergonomista François Daniellou, na introdução de seu livro *A ergonomia em busca de seus princípios*. O autor representa a história humana como um tecer, ou seja, a trama e a urdidura:

Em suas atividades de trabalho, homens e mulheres, no trabalho, tecem. A trama seriam os fios que os ligam a um processo técnico, a propriedades da matéria, a ferramentas ou a clientes, a políticas econômicas [...], a regras formais, ao controle de outras pessoas. No caso da urdira, ei-la ligada a sua própria história, a seu corpo que aprende e envelhece; a uma multidão de experiências de trabalho e de vida; os diversos grupos sociais que lhes oferecem saberes, valores, regras com os quais compõem dia após dia, aos próximos também fontes de energia e de preocupação, a projetos, desejos, angústias, sonhos [...] (DANIELLOU, 2004, p.2).

Deve-se entender que o primordial do trabalho pode estar na dialética entre a trama e a urdidura, auxiliando na reflexão a respeito do visível e do invisível do trabalho. A trama, o visível do trabalho, é aquilo que o trabalhador transforma e converte em memória: objetos, técnicas, o cotidiano, na busca de gerir a atividade. A trama é irracional e indiferente, uma vez que é criada pelos especialistas, e não pelos trabalhadores que realizam a atividade. A urdidura, o invisível do trabalho, são as vivências das técnicas, das normas, dos procedimentos escritos. Assim, é nesse tecer entre a trama e a urdidura que o trabalhador realiza arbitragens, na busca de soluções mais adequadas para dar conta do seu cotidiano de trabalho. Portanto, é nesse movimento da atividade que o trabalhador lança mão de sua criatividade e diz “faço do meu jeito”, conforme relatam as entrevistadas da pesquisa, para dar conta de seu cotidiano de trabalho.

Para o sujeito executar o seu trabalho, existe uma prescrição com objetivos, regras e procedimentos relacionados aos resultados desejados e como fazer para alcançá-los. A prescrição é fornecida pela sociedade, pelas organizações e pelo trabalhador e também por sua equipe de trabalho. A prescrição não é somente as orientações dadas pela empresa, mas também como os trabalhadores se mobilizam para realizar ou não o que está prescrito. O trabalho real representa a atividade realizada e também o que é avaliado hipoteticamente, retirado com pesar ou sofrimento, através do debate de normas sempre presente.

A atividade de trabalho “é sempre uma dramática do uso de si” (SCHWARTZ, 1998). Nessa dialética do uso de si, o trabalhador faz uso de si mesmo tendo em vista o que os outros lhe solicitam e do que ele próprio solicita, fazendo uso dos demais. Essa dinâmica expressa o coletivo de trabalho.

O uso de si por si e uso de si pelos outros revela as dimensões de realização e de subjetividade, o trabalhador parcialmente se impõe normas, se autolegisla e recria saberes, valores e novas normas, comprometendo a gestão (SCHWARTZ apud SCHERER, 2009).

Portanto, entendemos ser complexo estabelecer competências adequadas para o trabalho, a exemplo do trabalho doméstico, em que o objeto é de significativa complexidade e o cotidiano de trabalho é difícil de padronizar. Isso ocorre em grande parte porque o processo de organizar e cuidar engloba uma união sempre singular entre sujeitos.

Nessa linhagem a perspectiva ergológica pode nos auxiliar na compreensão das dinâmicas das relações de trabalho e vida. Para tanto, recorreremos aos aportes das normas antecedentes e renormatizações, em que as normas antecedentes são construções históricas e indicam valores. A Ergologia entende que a atividade não significa somente ação, mas também convocação permanente da subjetividade, sendo o imprevisto, o seu fio condutor, em que o trabalho e a técnica são utilizados para renormatizar o meio. Ou seja, a Ergologia procura descobrir em cada situação de atividade uma forma de renormatização, o que significa dizer que cada indivíduo no dia a dia de seu trabalho pode encontrar a si mesmo e perceber os demais colegas, não como meros executantes de uma instrução e de procedimentos, mas como indivíduos de um fazer singular, de uma renormatização (SCHWARTZ, 2000a, p.13).

Trabalhar, para a Ergologia, é atividade dos seres humanos, conectados no tempo e no espaço e que se dá no acontecendo da vida. As atividades são complexas e possuem uma dimensão enigmática. Dessa forma, a atividade de trabalho é a maneira como os trabalhadores se empenham na execução dos objetivos do trabalho, em um lugar e tempo fixados, utilizando-se dos meios colocados à sua disposição. Sendo assim, para manejar as variabilidades que surgem no seu cotidiano, o trabalhador se engaja por completo, a todo momento, com seu corpo biológico, inteligência, afetividade, psiquismo, sua história de vida e suas relações com os outros indivíduos. A Ergologia assume a hipótese de que é impossível que não exista atividade.

É necessário incorporar o pensamento da atividade humana a partir do acesso a valores, saberes e competências que são postos em ação na realização do trabalho num debate renovado entre normas antecedentes e ensaios de renormatizações através dos trabalhadores.

O trabalho é compreendido como unidade enigmática entre a atividade humana, as condições reais de realização e os resultados obtidos. As situações de trabalho resumem as marcas da história humana do trabalho, tendo em vista os conhecimentos processados, os sistemas produtivos, as tecnologias, os modelos organizacionais, os procedimentos

escolhidos, os valores de uso distinguidos e, como pano de fundo, as relações sociais que tecem e opõem os indivíduos entre si, portanto, toda atividade de trabalho contém saberes reunidos nas suas técnicas, instrumentos e dispositivos coletivos, bem como toda situação de trabalho está impregnada de normas da vida, de formas de exploração da natureza e dos homens uns pelos outros (SCHWARTZ apud CUNHA, 2010).

Parte-se do princípio de que o trabalho tem sempre uma dimensão do prescrito, portanto ele também apresenta uma dimensão histórica, repercutindo a uma prática do ‘uso de si’ realizada pelos trabalhadores, de acordo com suas próprias normas, valores e saberes. Assim, podemos mencionar a “produção e retrabalho dos saberes e valores presentes no trabalho prescrito em nível local” (CUNHA, 2010), tendo em vista as exigências inscritas nas posições heterogêneas das situações de trabalho.

Desde a existência da atividade humana há uma dimensão de ressingularização e histórica. Discutir o trabalho observando as diversas dimensões humanas no seu funcionamento é um desafio em termos de produção e conhecimentos, uma vez que os aspectos políticos, biológicos, psicológicos, socioculturais, econômicos e jurídicos devem ser considerados, bem como sua realidade no tempo e no espaço, pois o trabalho é sempre um exercício situado (CUNHA, 2010).

### 3 TRABALHO INFORMAL: O CONTEXTO DO EMPREGO DOMÉSTICO

As constantes transformações na lógica de acumulação capitalista estão atingindo profundamente o mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo. O debate em torno de temas centrais como a perda ou não da centralidade do trabalho, bem como as análises dos reflexos da reestruturação produtiva e a influência das políticas neoliberais na organização do trabalho estão sendo cada vez mais alvo de pesquisas nas duas últimas décadas. Mas independente da questão a ser abordada, existe um consenso na literatura econômica com relação aos aspectos dessas transformações: o crescimento da informalidade no mercado de trabalho nas últimas décadas.

A informalidade apresenta-se como condição de uma parcela significativa da população brasileira, quando levamos em consideração a situação de desproteção social, no que diz respeito à cobertura da legislação trabalhista e previdenciária e à negociação coletiva. Esse fenômeno não pode ser compreendido sem considerarmos o processo histórico de desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro e as tendências recentes da estrutura produtiva e das relações de trabalho no Brasil.

O processo de industrialização, em que se construiu o mercado de trabalho brasileiro, evidenciou-se pelo desenvolvimento de uma estrutura produtiva constituída de setores que apresentam diferenciais de rendimento, produtividade e acesso às novas tecnologias, por um lado, e ampla oferta de mão de obra, por outro, o que resultou em diversas formas de ocupação, com diferentes níveis de qualificação, remuneração e acesso à proteção social (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2012a).

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – Sistema PED/DIEESE indicam que, atualmente, há um contingente significativo de trabalhadores regidos por relações salariais, que atinge 71,5% das ocupações salariais. Porém, o emprego protegido, que corresponde a 51,8% do total, convive com o emprego ilegal (11,4%) e o emprego subcontratado (8,3%), ambos desprovidos total ou parcialmente de proteção social, consequência da legislação trabalhista e previdenciária e/ou da negociação coletiva.

Essa condição de ausência ou insuficiência de proteção social pode ser observada ainda nos trabalhadores que atuam em atividades que se inserem não diretamente no mercado de trabalho, compreendido como compra e venda de força de trabalho. Essa é a situação de um número de trabalhadores que se encontra no mercado de produtos e serviços de forma independente, são considerados trabalhadores por conta própria /autônomos.

### 3.1 A transformação do emprego e o crescimento do setor informal

O debate a respeito da informalidade inicia-se a partir das análises da realidade de países subdesenvolvidos da América Latina e da África, onde os projetos de modernização/industrialização não correspondem aos segmentos produtivos e do mercado de trabalho do ordenamento institucional de uma economia essencialmente capitalista e regulada. As discussões sobre a informalidade originam-se da noção de subdesenvolvimento na busca de justificar o fenômeno da não inclusão dos estratos menos favorecidos da população, no processo produtivo, em contexto, nos quais o *assalariamento* era pouco generalizado (COSTA; GUERRA, 2011, p.335).

O modelo de desenvolvimento da região, nos países subdesenvolvidos, surge da análise do próprio modelo de desenvolvimento na região, centrado numa industrialização capital-intensiva, que cria pouco emprego e é incapaz de absorver a força de trabalho proporcional ao crescimento demográfico. A urbanização no fim dos anos 60 estimulou o fluxo migratório de trabalhadores que não foram absorvidos pela atividade capitalista organizada, em que predomina o trabalho regulamentado/formal. Essa expansão tirou o lugar das atividades tradicionais, mas não conseguiu gerar empregos na mesma proporção que destruiu os que a sociedade demandava. Assim, o setor informal é consequência do excedente de mão de obra, consequência do elevado crescimento demográfico, que gerou um processo de migração dos indivíduos/trabalhadores do campo para as cidades, ocorrendo, assim, um crescimento da força de trabalho urbana desproporcional à capacidade de absorção dos segmentos modernos – relacionados ao processo de industrialização ocorrido no pós-guerra nos países em desenvolvimento (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p.213).

Portanto, sem alternativas institucionais que assegurassem uma renda mínima, como, por exemplo, o seguro-desemprego, os trabalhadores não aproveitados pelo mercado de trabalho encontravam como alternativas de sobrevivência a ocupação em atividades de baixa produtividade, sem proteção social.

A trajetória seguida foi a ampliação e a criação de novas modalidades de trabalho informal ou desemprego. É esse excedente de mão de obra “que se autoemprega para sobreviver”, que dá origem ao setor informal, conforme escreve Cacciamali (1983, p.27), recorrendo às teses da organicidade, e “se insere e se amolda aos movimentos da produção capitalista, modificando sua composição e seu papel à medida que modifica e expande aquela produção” (COSTA, 2010, p.175).

É fundamental destacar que, sob a face oculta da informalidade, pesquisas são realizadas sobre situações de natureza similares e que possuem dinâmicas e processos de trabalho específicos, como exemplo podemos citar o trabalhador autônomo, trabalhadores assalariados sem carteira assinada e pequeno produtor, ambulantes, o trabalhador terceirizado e os trabalhadores em domicílio, dentre outros.

Lima e Soares (2002, p.164), no texto intitulado “Trabalho flexível e o novo informal”, destacam que o conceito de informalidade sempre foi muito controverso, envolvendo circunstâncias analíticas bem diversas, como economia informal, mercado informal, setor informal e trabalho informal. O que apresentam de comum é a ausência de regulação do Estado quanto à formação de organização e funcionamento em sua regulação simultânea às regulações já existentes. Uma definição mais ampla de informal está relacionada a uma economia oculta, submersa, não inscrita e não analisada estatisticamente, o que prejudica uma investigação mais cuidadosa desse fenômeno.

Assim, a discussão do fenômeno “informal” desde sua origem buscou debater o “outro lado”, em outras palavras, analisar e identificar as alterações da absorção dos trabalhadores no processo produtivo em espaços onde os salários eram pouco generalizados. Sempre procurou privilegiar as camadas menos favorecidas, buscando desenvolver ao redor deles questões quanto à natureza, condições e limites de sua integração econômica, nas palavras de Silva (2002, p.83), a fim de ajustar os grupos à estrutura social à qual pertencem, ou seja, o seu papel na produção de riqueza. Para o autor, não é o trabalho que está em discussão, mas grupos de trabalhadores desfavorecidos, que são considerados em ascendência, pois estão ligados por uma estrutura econômica em desenvolvimento. Dessa forma não é a transformação econômica que está em destaque, mas a forma e a agilidade da inserção de determinados grupos de trabalhadores a ela.

Considerando o padrão de industrialização do Brasil e as formas institucionais em que esse padrão se estabelece no campo das relações de trabalho, entende-se por trabalho informal toda relação não regulamentada pelos critérios legais do trabalho no país, em que a sociedade desenvolveu sua política de seguridade social. O fenômeno de não integração (inclusão) é ainda mais perverso: tendo uma fraca intervenção do Estado na criação de políticas e mecanismos de proteção social, em que contempla apenas trabalhadores formalmente reconhecidos pela relação salarial, um tipo de incorporação social, a que Santos (1979)

denominou por “*cidadania regulada*”<sup>3</sup>, é aquela adquirida somente pelos indivíduos enquadrados na estrutura ocupacional definida e reconhecida pelo Ministério do Trabalho. Essa base institucional sustentou um conjunto de valores no Brasil que relacionava tudo que não era trabalho formal (desemprego, formas de trabalho precário e instável) à marginalidade.

A estrutura de mercado desenvolvida apresentou atributos de modelo de acumulação de renda. Essa acumulação possibilitou o começo de novos setores industriais e a extensão daqueles que já existiam, a partir da inovação tecnológica na estrutura produtiva, criando mais produtos, mas restringindo o crescimento da captação de trabalhadores nos setores capitalistas mais dinâmicos. Esse processo se agrava a partir do aumento da oferta de trabalhadores provenientes do contínuo fluxo migratório rural-urbano.

Os trabalhadores rurais são expulsos do campo pela ausência de terra e pela falta de proteção do Estado, não somente pela falta de incentivos técnicos e econômicos, mas também nas suas funções sociais básicas. A solução encontrada é a migração do campo para os grandes centros, no entanto, chegando lá não conseguem emprego digno nem condições de infraestrutura urbana adequada. Essa situação acarreta consequências graves, tais como crescimento desordenado de aglomerados nos centros urbanos; inserção desses trabalhadores em atividades precárias, irregulares e informais e aumento da competição entre os próprios trabalhadores, repetindo a situação de sucateamento e disciplinamento da força de trabalho urbana. Esse é o cenário histórico-estrutural que promoveu o desenvolvimento de uma noção de informalidade que esclarece as incoerências de classe no país, dando origem à informalidade. Esse é o cenário histórico-estrutural que promoveu e deu origem ao desenvolvimento de uma noção de informalidade, que esclarece as incoerências de classe no país.

Assim, é na década de 60 que aparecem as primeiras noções de informalidade, tendo em vista os problemas relacionados à integração produtiva de um contingente de trabalhadores que migravam das cidades em todo o mundo subdesenvolvido. É significativa a quantidade de estudos que reconstróem e criticam a noção de informalidade. Como exemplo citamos Cacciamali (1983);Lautier (1994; 1997); Miras (1991); Silva (1971); Silva e Chinelli (1997); Mingioni (1991); Portes, Castells e Benton (1989); Oliveira (1989); Tokman (1987).

A questão do subdesenvolvimento seria gradativamente resolvida à medida que a expansão das empresas agregasse o contingente de pessoas excluídas do processo de

---

<sup>3</sup> Para o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, o termo “*cidadania regulada*” refere-se essencialmente à distribuição desigual e individual dos direitos, que teoricamente possuem um caráter universal. Só teriam direitos os indivíduos associados formalmente ao mercado de trabalho com carteira assinada.

modernização. O pressuposto oculto era o das “*etapas históricas distintas*”, ou seja, os países em desenvolvimento deveriam percorrer o caminho do progresso, assim como os países desenvolvidos. A crença era que o setor atrasado poderia reduzir ou desaparecer, alçado como subproduto, pelo movimento de crescimento do setor moderno e pela política do *pleno emprego*. Notadamente, essa era uma visão *eurocentrada*, segundo a qual o tradicional é considerado dificultador do desenvolvimento, e não como parte complementar da cultura e da identidade nacional, um desenvolvimento no formato do progresso imaginado pela cultura internacional (CACCIAMALI, 1983; KOVARICK, 1975).

Esse modelo de desenvolvimento *eurocentrado* acreditava na mercantilização das esferas da vida econômica e considerava antigas, subdesenvolvidas, periféricas todas as maneiras de trabalho e consumo não mercantis (SILVA, 2003b).

Inicialmente foram apresentados dois pensamentos contraditórios, mas que ao mesmo tempo compartilhavam questões comuns. Uma linha de pensamento, a Teoria da Modernização, que defendia que o baixo nível de acumulação dos países subdesenvolvidos desequilibrava o nível do emprego urbano e outra linha de pensamento, a Teoria da Marginalidade, destacando as consequências sobre a estratificação social e os obstáculos de vencer os desequilíbrios estruturais identificados (SILVA, 2002).

Assim, o setor informal, originalmente, foi “delimitado sob a ótica da produção”, cuja unidade de análise é o estabelecimento produtivo, ao mesmo tempo em que o núcleo para a divisão dos setores formal e informal constitui-se no emprego assalariado e a auto-ocupação, respectivamente. Dessa forma, passa-se a trabalhar com dois setores, em oposição aos segmentos moderno e tradicional, representantes daquilo que foi classificado por Cacciamali (1983) como o novo dualismo: formal, que pelo lado da oferta cria ocupações nas empresas, e informal, que está associado às atividades de baixo nível de produtividade, para trabalhadores independentes ou por conta própria, e para empresas muito pequenas não organizadas institucionalmente. Outro ponto relevante da análise da informalidade é a correlação simplista entre a pobreza e a maneira de ingresso no mercado de trabalho.

Dessa forma, a maneira como trabalhadores ou empresas ordenavam a produção, além de sua posição diante do conjunto das atividades produtivas, era o referencial do que conceituar como informal. Os estabelecimentos são denominados de informal por evidenciarem organização da produção com pouco capital, com o uso de técnicas mais simples e intensivas de trabalho e com um número reduzido de trabalhadores, sejam eles

remunerados e/ou membros da família. Esses estabelecimentos<sup>4</sup> não eram objeto de políticas governamentais, tinham dificuldade em conseguir créditos e atuavam em mercados competitivos (CACCIAMALI, 1982, p.16).

O termo “informalidade” foi evidenciado com mais frequência no período que compreende o pós-guerra, em meados da década de 70, quando a sociedade do trabalho entra em colapso, especialmente após os “30 anos gloriosos do capitalismo”, quando ocorre a crise do Estado do bem-estar social, surgindo os primeiros sinais de estagnação, inflação e desemprego.

Altera-se, portanto, a composição do mercado formal de trabalho, que na plenitude do período de crescimento econômico, a década de 70, alcançou 50% da população economicamente ativa empregada no setor urbano, conviveu *pari passu* com a expansão de todo um complexo de formas de trabalho informal em pequenas empresas, trabalho em domicílio, no campo, e nas diversas formas de trabalho precário, autônomo e doméstico, dos quais as formas de contrato e remuneração não se orientavam/reportavam a uma legislação trabalhista e social (POCHMANN, 2001).

Durante esse período, mesmo com o *gap* entre a oferta e a demanda de emprego, o desemprego, aparentemente, não aumentou quanto teria feito supor o ritmo do êxodo rural. Era necessário esclarecer como os trabalhadores desempregados poderiam sobreviver nos grandes centros. O que foi verificado, e explicado pelos especialistas, é que existia um setor informal mal-estruturado e pouco conhecido, cuja função era primordial, pois acomodava os trabalhadores migrantes (HUGON, 1997).

Os debates a respeito da informalidade aconteceram a partir das relações do trabalhador com os meios de produção definidos como um conjunto de atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas, caracterizadas em especial por não terem na busca do lucro o seu objetivo central e por não existir uma separação clara entre capital e trabalho, ou seja, o produtor direto, de posse dos meios de produção, exerce e administra a atividade econômica, com a ajuda da mão de obra familiar ou de auxiliares. A partir desse pensamento, a informalidade foi associada ao trabalho autônomo, também conhecido como “por conta própria” ou autoemprego, e à pequena produção ou à produção familiar, similar à produção rural (FILGUEIRAS, 2004, p.213). A concepção de informalidade continua sendo pensada sob a lógica de setor ou segmento econômico, que apresenta especificidades em sua estrutura e dinâmica, diferentes daquelas apresentadas no setor capitalista. Assim, o trabalhador

---

<sup>4</sup> Trabalhadores por conta própria, independentes, ou autônomos eram considerados *estabelecimentos* e incluídos no setor informal, como também era o caso das atividades e estabelecimentos não reconhecidos juridicamente.

informal se insere na economia a partir do mercado de produtos e serviços, e não através do mercado de trabalho (BORGES; FRANCO, 1999).

Na década de 70 também foram colocadas questões a respeito da economia invisível. Assim, o termo informal teve suas origens e foi difundido a partir do Programa Mundial de Emprego, lançado em 1969, pela Organização Internacional do Trabalho – OIT. Um estudo sobre o Quênia, publicado em 1972, tornou-se referência básica para sua definição.

Esse programa visava investigar os resultados sobre o emprego e distribuição de renda, bem como as estratégias de crescimento econômico introduzidas por países atrasados na política de industrialização. Nesse contexto, tornou-se necessário esclarecer a permanência da baixa produção, do trabalho autônomo, de subsistência, e de diversas outras atividades econômicas pouco precisas ou dificilmente classificáveis.

Para Cacciamali (2000, p.155), o resultado da investigação revelou que o padrão de crescimento da economia substitutivo de importações, rápido e intensivo em capital originava-se de escassa oferta de empregos perante a população economicamente ativa. Portanto, criava também um importante excedente de mão de obra que não se expressava sob a forma de desemprego, tendo em vista a ausência de instrumentos institucionais como seguro-desemprego, mas sob a forma de trabalhos elaborados em pequena escala.

Esses estudos geraram dúvidas e sofreram críticas por não obedecerem a nenhum rigor ou homogeneidade. O tratamento foi considerado estagnado, contemplando a relação moderno/tradicional, ou seja, o setor moderno incorporaria o setor tradicional, não dando conta de perceber a complexidade da dimensão do processo da produção e do emprego, uma vez que considerava os dois setores independentes entre si, com relação às suas estruturas e dinâmicas (FILGUEIRAS, 2004). A informalidade foi relacionada aos segmentos mais carentes da população e não foram levadas em conta as variadas formas de entrada do trabalhador na produção.

A preocupação com a dimensão social do desenvolvimento, tendo em vista um número significativo da população desempregada, reflexo do movimento migratório, da inadequação da tecnologia utilizada, da fragmentação dos processos de modernização pulverizada e de inclusão restrita. A diferença entre o crescimento aceitável do produto e a não interpretação do mesmo num crescimento equivalente das oportunidades de emprego é descrita por Souza e Tokman (1975) em um dos primeiros estudos sobre trabalho informal. Para os autores, a causa desse fenômeno está associada aos setores produtivos dos grandes centros urbanos instalados para servir mercados de bens de consumo pequenos e diversificados, característicos de uma estrutura de renda concentrada. Esse fato é paradoxal,

uma vez que a industrialização na região latino-americana surge num momento de expansão mundial, das grandes empresas dos países centrais instalando filiais na região e influenciando no tipo de bens de serviços produzidos, segundo uma exigência de demanda de consumo imitativo para um mercado reduzido, enquanto que a tecnologia utilizada, o progresso tecnológico “poupador de capital”, é mais representativa na economia baseada na mão de obra (CACCIAMALI, 1989).

Pesquisas direcionadas para conceituar do setor informal buscam intervir nas dimensões ou no tamanho do setor informal, bem como investigar o funcionamento do setor e suas interfaces com a economia. Os estudos realizados foram baseados em pesquisas domiciliares. O setor informal foi caracterizado como o último, o inferior, da estrutura de ocupações determinadas pela heterogeneidade da economia urbana, o alvo das pesquisas eram os grupos da população mais pobres, motivo esse que conduziu a identificação do setor informal como um estrato socioeconômico da população total caracterizado pela privação na qualidade de renda e de consumo e pela dificuldade de acesso ao emprego.

Portanto, nas décadas de 60 e 70, o setor informal foi destacado como específico de países subdesenvolvidos, dentro de um contexto de dualidade. De um lado o setor formal, com trabalhadores reconhecidos legalmente e tendo garantidos os direitos sociais, e de outro um vasto arsenal de atividades denominadas como subterrâneas, pertencentes ao mercado negro, em que as atividades informais, ilegais e criminais nem sempre eram diferenciadas. A intenção era explicar a permanência da pequena produção, do trabalho autônomo, de subsistência, dentre outras atividades econômicas de difícil classificação (LIMA; SOARES, 2002).

A discussão a respeito do trabalho informal, independente de como ele é nomeado: subemprego, desemprego disfarçado, estratégia de sobrevivência, já acontecia desde o início da Revolução Industrial. Marx (1984, p.206-209) em seu livro *O capital* já havia discutido o tema da população relativamente excedente. Para ele, o excedente relativo à mão de obra é justificado porque “ela excede momentaneamente as necessidades do capital, ou seja, a procura por mão de obra das empresas”. Mas ela não é excedente, “no sentido de redundante”, sem utilidade para a economia, inclusive ao modo de produção capitalista. Esta, para poder custear os salários compatíveis com a valorização do capital, precisa ter disponível uma massa de trabalhadores que esteja sendo demitida por algumas empresas e admitida por outras. Isso representa uma ‘reserva móvel’ de trabalho, sempre livre para as empresas quando elas desejam aumentar o seu número de trabalhadores. Marx denominou essa parte da população excedente de “líquida” (SINGER, 2001, p.11).

Para Marx, uma segunda parcela da população excedente é a “latente”, constituída pelos trabalhadores rurais e que estão na iminência de serem expulsos do campo, à espreita de circunstâncias favoráveis para se transferirem para as áreas urbanas em busca de trabalho. A terceira categoria da população relativamente excedente, a “estagnada”, compõe parte do “exército *ativo* do trabalho”, porém com ocupação completamente regular, oferecendo um “reservatório inesgotável de força de trabalho disponível”. Seu padrão de vida diminui consideravelmente, e é justamente essa condição que faz dela uma estrutura para alguns ramos específicos, caracterizando-se pelo máximo de tempo de serviço e o mínimo de salário (MARX, 1984, p.208).

Para Marx (1988), no capítulo XXIII de *O Capital*, o movimento da oferta e demanda de força de trabalho no capitalismo é o conceito máximo do despotismo do capital, uma vez que nesse movimento a disponibilidade de trabalho e de trabalhadores se torna soberana. A composição dessa população excedente é consequência do processo de acumulação de capital, que não se limita apenas ao somatório da relação de compra e venda da força de trabalho de cada “operário individual” no processo de valorização. Representa o momento em que se constitui a exploração capitalista do “operário social”, esteja ele em atividade ou disponível para o capital. Ou seja, na existência da superpopulação relativa, a burguesia efetiva seu propósito de acumular capital, utilizando não somente cada trabalhador, mas o conjunto do proletariado. Esse processo possibilita à classe burguesa diminuir o preço pago pela força de trabalho, pressionar e submeter o trabalhador no local de trabalho e disciplinar os protestos sociais da classe trabalhadora. Essa situação representa a condição indispensável para a própria manutenção do capitalismo.

Por essa razão, acreditamos, conforme Prandi (1978) traça em seus estudos, que o trabalhador informal, ao mesmo tempo em que é fundamentalmente capitalista, também não o é. Ou seja, não é capitalista porque ele está fora do âmbito de reprodução formal do capital, mas é capitalista porque ele não pode justificar-se senão como produto da acumulação do capital. É fundamental destacar que a sobrevivência de uma parcela da sociedade, através de empregos por conta própria, possibilita a redução no exército industrial de reserva, ao mesmo tempo em que preserva um excedente da população necessária para preservar o movimento de queda real dos salários e diminuição do desemprego. Dessa forma, entendemos que ele é, então, funcional e essencial ao sistema capitalista.

A sociedade capitalista faz uso do trabalho excessivo da classe trabalhadora empregada, aumentando o exército de reserva, que passa a pressionar os trabalhadores

empregados. Através da concorrência os obriga ao trabalho excessivo e a aceitar as exigências do capital.

Braverman (1980) amplia o conceito de “exército industrial de reserva”, defendendo que este se apropria de formas diversas na sociedade contemporânea, incluindo os desempregados, os empregados temporariamente, os empregados em tempo parcial, mulheres donas de casa, os imigrantes agrícolas e fabris e os negros.

O desenvolvimento das relações entre capital e trabalho e os diversos arranjos de regulamentação dessas relações demandaram outra concepção de trabalho informal. Este se define contrário a uma formalização legal que, no Brasil, surge sob a forma da carteira de trabalho assinada (SABADINI; NAKATANI, 2002).

As categorias desenvolvidas pela economia burguesa para entender o “mercado de trabalho” ocultam as relações de classe resultantes da maneira como os capitalistas se apropriam da força de trabalho proletária, tanto individual quanto socialmente. Assim, os cortes utilizados pelos economistas, estatísticos e sociólogos (ocupado/desocupado, ativo/inativo, trabalho formal/informal, empregados/autônomos) (SOUZA, 1980, p.173), apesar de descrever características importantes da “estrutura ocupacional”, consistem numa ilusão que naturaliza um ambiente social específico, revelando sua aparência de igualdade e ocultando sua essência de desigualdade, segundo o conceito de Marx para “fetiche”, nas relações entre capital e trabalho e ocultam a condição comum de expropriado do conjunto do proletariado. Para o marxismo fazer a análise da compra e venda da força de trabalho com uma visão de classe, somente pode ser realizada tendo como referência o recorte feito por Marx entre “possuidores e despossuídos” das condições de produção de sua existência e as funções que desempenham: função de ativo e reserva (SOUZA, 1980, p.174).

Dessa forma o trabalho informal nos dias atuais corresponde à superpopulação excedente estagnada que Marx descreve no período da II Revolução Industrial, no século XIX. É importante lembrar que a superpopulação não é o mesmo que o exército industrial de reserva, segundo Marx (1988), os trabalhadores que constituíam um exército industrial ativo exerciam algum tipo de tarefa, mesmo que fora dos padrões habituais/tradicionais.

Assim, até o fim da década de 70, as discussões a respeito do informal estavam associadas ao emprego, à pobreza e às necessidades essenciais. Nos anos 80 o foco mudou de direção, passando para o financiamento, a otimização da destinação de recursos e para a inadaptação de regulamentações. Num cenário de crise financeira e de uma política de endividamento, diversas análises perceberam no informal uma solução às alterações concebidas pelo Estado.

Com a reestruturação produtiva do capital, as empresas se veem obrigadas a implantar formas flexíveis de trabalho, como alternativa de aumentar seus lucros, o que possibilita uma expansão contínua. As inovações técnicas do capital possibilitam um aumento do mesmo, mantendo um exército industrial de reserva e possibilitando uma aparente liberdade de ação.

Se considerarmos que a fatia de lucro do capitalismo é proveniente da força de trabalho, então o exército de reserva se justifica e continua sendo útil para a sociedade contemporânea. Assim, a força de trabalho denominada como supérflua integra a dinâmica do sistema capitalista.

As transformações econômicas e institucionais do capitalismo no pós-anos 80, que tiveram como base empresas enxutas e a flexibilização e desregulamentação dos mercados de trabalho, provocaram a mudança das estruturas que fundamentam o problema da informalidade, o que tornou mais “complexa e confusa” a missão de interpretação e definição conceitual para a questão.

Apareceram novos modelos de tecnologia como o toyotismo, o modelo de produção industrial criado na fábrica da Toyota, no Japão. Tal modelo exigia também inovações na chamada gestão dos recursos humanos. O desemprego estrutural torna-se parte desse contexto, e o investimento no capital especulativo passa a concorrer com o investimento na produção. Essas mudanças nos endereçam ao neoliberalismo na economia. Mesmo com a substituição do homem pelas máquinas e tecnologias, o modelo de produção capitalista necessita da força de trabalho do homem (ARAÚJO, 2012).

Assim, nos países desenvolvidos, tendo em vista o sistema fordista de produção e do Estado de bem-estar social nunca terem se efetivado na sua totalidade, qualquer que seja o sentido dado a esse conceito sempre foi intenso desde o período do pós-guerra.

No Brasil no início da década de 80 instala-se um processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, aumentando a precarização do trabalho assalariado (clandestino, ilegal, não registrado, por conta própria, sem contribuição previdenciária), o que agrava as desigualdades estruturais.

A década de 90 é marcada pelo processo de globalização e reestruturação produtiva em andamento em todos os países, o que faz aumentar os índices de desemprego e a precarização do trabalho e do emprego, tanto nos países centrais como nos periféricos, com o crescimento das atividades não regulamentadas – “economia subterrânea” (aborda a informalidade sob a ótica da não regulamentação da atividade) (FILGUEIRAS, 2004, p.214) e do trabalho por conta própria. No Brasil, os anos 90 foram marcados pelas maiores taxas de desemprego na história e por um crescimento das micro e pequenas empresas. Nesse cenário,

acontece um aumento da informalidade, ocasionando o deslocamento dos trabalhadores incorporados nas atividades formais para as informais, originando o que Dedecca e Baltar (1997) denominaram de “nova informalidade”. Para os autores, no Brasil a nova informalidade é consequência do processo de reestruturação produtiva, estimulando o aumento do número de trabalhadores autônomos, em algumas situações assalariados mascarados, que prestam serviços para as empresas, ou seja, um trabalho informal que se associa ao processo produtivo produzido nas atividades formais, situação essa estimulada pelo processo difundido de terceirização, que redefiniu nos anos 90 as relações de trabalho já existentes.

A ausência de um sistema de regulação coletiva que assegurasse os direitos dos cidadãos – “local de atuação de um Estado de bem-estar social responsável pela universalização de direitos sociais básicos” – e um cenário de heterogeneidade estrutural das condições de trabalho e emprego acabam por restringir o poder de abrangência da legislação trabalhista e de seguridade social. Esse quadro agrava-se nos anos 90, época em que o contingente de indivíduos trabalhando na informalidade é superior ao do trabalho formal.

Assim, a década de 90 define-se por um cenário de ambivalência e pluralidade, consequência do processo de globalização e reestruturação produtiva, o que gerou o aumento do desemprego, especialmente nos países centrais e periféricos.

Portanto, a nova informalidade se distingue pela inclusão de novos trabalhadores informais em antigas e novas atividades, associadas ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da “velha informalidade”, que são por eles redefinidas (FILGUEIRAS, 2004, p.215).

A reestruturação produtiva, ocorrida de forma repentina nas organizações, resultou num fenômeno de demissão em massa nunca vivido na história da industrialização do país. O desenvolvimento e a integração de equipamentos automatizados e de novos métodos de organização e gestão do trabalho agilizaram o processo de racionalização sustentado na desverticalização e na urgência de sistemas de subcontratação de produtos e serviços (COSTA; GUERRA, 2011, p.349).

Os mercados e os contratos de trabalho “informais” têm sido concebidos no Brasil como problemas econômicos e sociais, apresentando um corte com o contrato “formal”. Implícitos a essa delegação existem dois princípios: a) a boa sociedade deve ter apenas o contrato “formal” e b) deve ter o apoio do Estado por intermédio do Poder Legislativo, que deverá definir padrões mínimos de legalidade para os contratos de trabalho (NORONHA, 2003, p.111).

Para Noronha (2003), o conceito de “informalidade” está diretamente relacionado com a “formalidade” de cada país. Ou seja, a “informalidade” ou os contratos atípicos dependem primeiramente do entendimento do contrato formal predominante em cada país, região ou categoria profissional. No Brasil o conceito do senso comum de “formal” e “informal” é de origem jurídica, ou seja, são informais aqueles trabalhadores que não possuem carteira de trabalho assinada.

Mas o que vem a ser o significado de informalidade em contraposição ao setor formal? Um conceito mais evidente de informalidade vem da Economia, que relaciona a informalidade (subemprego) às atividades periféricas não mensuráveis. Porém, no Brasil a informalidade está associada às questões legais, ou seja, o trabalho é formal somente se o trabalhador possuir a carteira de trabalho assinada, ou o registro de profissional ou o *status* de empregador. Uma outra interpretação é empregada por juristas, para eles não existem contratos “formais” ou “informais”, mas “legais” e “ilegais”. O fato de existir uma documentação que atesta o *status* de empregado, empregador ou autônomo representa um elemento fundamental para legitimidade da CLT, por atestar um padrão definido como “um bom contrato de trabalho” (NORONHA, 2003).

O termo informal foi criado para descrever uma sociedade que não era especificamente urbana e rural. Independente disso, ele tem sido utilizado para expor uma diversidade de atividades urbanas-industriais, bem como para classificá-las e mensurá-las por meio de metodologias diversas de institutos de pesquisas no Brasil e no exterior.

Assim, as linhas que dividem as diversas formas de contrato de trabalho (formal ou informal, legal ou ilegal, dentre outros) são sutis, confundindo-se com necessidade pessoal, eficiência, ética pessoal e familiar, noção de justiça, de valores e de normas e hábitos socialmente definidos. Sendo assim, para Noronha,

[...] um trabalho pode ser aceitável, porém injusto, ou ao contrário, inaceitável para um indivíduo, mas socialmente justo. O par justo e injusto diz respeito à esfera pública, enquanto as noções de ideal, aceitável e inaceitável se referem às preferências individuais, sendo que as noções de justiça pública afetam as preferências individuais (NORONHA, 2003, p.121).

Para o autor, o cumprimento de dispositivo legal e sua legitimidade social estão atrelados, bem como o seu respeito no mercado informal, considerando que diversos contratos informais contemplam direitos da CLT. Dessa forma, a noção de “inaceitável” está atrelada a esse referencial de direitos que constitui a expectativa mínima dos trabalhadores de uma

região, o contrato justo, tendo sido sugestionado pelos princípios legais nacionais, rapidamente compreendidos pelos trabalhadores.

Um trabalho pode ser inaceitável para um trabalhador, tendo em vista fatores como carga horária, ambiente insalubre, relacionamento com a chefia, benefícios, dentre outros. A percepção de ilegalidade ou de injustiça quanto ao tipo de contrato está relacionada a variáveis econômicas e culturais das regiões de cada país.

Conhecer as transformações do mercado de trabalho e o surgimento da informalidade no Brasil é essencial para analisarmos e compreender o trabalho das empregadas domésticas diaristas.

### **3.2 Trabalho doméstico remunerado e informalidade**

Os setores formais e informais estão sempre juntos, particularmente, quando levamos em consideração os movimentos do mercado, uma vez que os rendimentos dos trabalhadores do setor informal dependem do crescimento e expansão da renda dos trabalhadores do setor formal. Assim, quando as empresas capitalistas estão em pleno desenvolvimento, os empregos criados e os níveis de rendimentos crescem no setor formal, cenário favorável para a expansão de práticas e atividades informais (MALAGUTI, 2001).

Atrelado à expansão das atividades informais propaga-se um apelo ideológico na direção de legitimar as práticas do trabalho e ocultar os conflitos de classe, colocando em destaque o processo de exploração da mão de obra, com um caráter de empreendedorismo<sup>5</sup>.

Para Tavares (2004, p.439), até mesmo temas como o desemprego, que desafiam a ordem estrutural de ser resolvidos plenamente, por limites da própria personificação capitalista, são percebidos pela lógica do capital que procuram explicá-lo a partir de elementos externos, como a falta de qualificação dos trabalhadores, recuperando tradicionais formas de trabalho precário, porém, com uma nova roupagem, com um novo discurso de autonomia e independência, movimento esse confirmado pelo retrocesso da proteção da legislação trabalhista que legitima os aspectos legais nas formas de trabalho precário através de diversos aspectos (ausência de segurança, falta de proteção social, dentre outros), construindo um cenário de formas de trabalho vulneráveis e desprotegidas.

---

<sup>5</sup> Os defensores da atual ordem, em busca de impedir o entendimento da realidade, procuram destacar no “novo” modelo de trabalhador, agora “autônomo”, que trabalha por conta própria e não mais está sujeito aos padrões severos de produção e desenvolvimento de seus serviços, uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo, com mais oportunidades, negando o conflito de classes e a inerente competição da relação capital-trabalho.

O crescimento do emprego feminino ocorreu especialmente no comércio e na prestação de serviços, evidenciando-se, nesse último setor, a ampliação do serviço doméstico remunerado. Em menor grau ampliaram-se, também, as atividades sociais e os serviços auxiliares da atividade econômica (LEONE, 2004).

Todos esses setores tiveram o grau de formalização do trabalho reduzido. É relevante destacar que os sintomas de precariedade no mercado de trabalho não se limitam apenas ao mercado de trabalho da mulher, elas acometem também os homens. Assim, o forte processo de terceirização da economia brasileira, na década de 90, originou uma deterioração geral das relações de trabalho, reduzindo o assalariamento e aumentando os empregos sem carteira assinada, impactando os modos de vida da população. Ao considerarmos o trabalho da mulher, a deterioração do mercado de trabalho colaborou também para a manutenção da segmentação por gênero, agrupando o trabalho de mulheres em determinados guetos ocupacionais mais instáveis e malremunerados.

Sendo assim, o desenvolvimento da economia brasileira não tem possibilitado criar trabalhos de qualidade para o contingente de trabalhadores, como também não tem conseguido diminuir a informalidade, que perdura até os dias de hoje em um patamar elevado. A estrutura ocupacional do país não se alterou muito nos últimos anos. A atividade informal surge como elemento crucial e expressivo para a sobrevivência dos trabalhadores. Segundo Leone (2004), o trabalhador não entra para o mercado informal por escolha, mas por necessidade e facilidade de acesso *vis-à-vis* o mercado formal. Encontram-se nessa amostra, especialmente, os trabalhadores com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional, e os negros e pobres, em situação mais vulnerável no mercado de trabalho.

Portanto, torna-se essencial conhecer o perfil e como vivem esses trabalhadores informais. Nesta pesquisa, especificamente, buscamos analisar as experiências de trabalho doméstico da diarista como alternativas de trabalho e renda, para mulheres com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional.

Se considerarmos que a informalidade tem crescido, tendo em vista a diminuição do emprego tradicional e as transformações que têm ocorrido nos últimos tempos, podemos dizer que é um fenômeno que se caracteriza pela ausência de proteção social. O desemprego, o subemprego e a inexistência de políticas públicas de inserção social estão na base do crescimento das atividades denominadas como mera alternativa de sobrevivência para diversos trabalhadores brasileiros. A crescente presença das trabalhadoras domésticas remuneradas, em particular as diaristas, nos grandes centros urbanos, é o resultado desse fenômeno. As diaristas representam apenas uma dessas categorias.

O trabalho da empregada doméstica diarista é considerado informal. Essa categoria profissional está assim categorizada tendo em vista a complexidade de incluí-la nas definições vigentes do trabalho e do mercado de trabalho, uma vez que estas ainda não “incorporam a esfera da reprodução como criadora de valor”. Nas palavras de Sanches (2009, p.884), não é a precariedade (real) do trabalho doméstico que o conceitua como informal, mas o lugar que ocupa no entendimento tradicional do que é uma atividade econômica.

O trabalho doméstico não cria produtos ou serviços para o mercado de trabalho, mas gera e sustenta (reproduz) a força de trabalho que será vendida no mercado de trabalho. Ou seja, não haverá trabalhadores disponíveis para o mercado de trabalho se os afazeres domésticos não forem realizados por terceiros, assim os empregadores dependem das trabalhadoras domésticas para cuidar de suas casas, e os liberarem para o trabalho no mercado.

Podemos afirmar que uma parcela do setor informal é visível para a sociedade por se situar no espaço público, como, por exemplo, os flanelinhas e os vendedores ambulantes, representando importância em termos econômicos e competindo com o setor formal, transformando-se em objeto de inspeção do Estado e conflito da iniciativa privada. Já uma outra parcela pode-se dizer que realiza atividades invisíveis, representando um trabalho do qual dependem as classes mais privilegiadas economicamente, e este trabalho é realizado no âmbito privado, como é o caso das trabalhadoras domésticas diaristas. Quando nos referimos ao setor informal como invisível, significa que na sociedade existem diversos trabalhos na informalidade, mas que não são percebidos, não são considerados, em que são realizadas diversas tarefas que têm como finalidade assegurar a sobrevivência dos trabalhadores que prestam serviços nesse mercado.

Portanto, fazer limpeza nas residências, lavar e passar roupas são as tarefas realizadas por diversas mulheres para garantir a sobrevivência. É um trabalho que possibilita a flexibilização dos horários de trabalho, a remuneração e os dias trabalhados, e são situações que surgiram em suas vidas e foram transformadas em possibilidades de ganhos financeiros para manutenção própria e da família. Uma situação de trabalho às margens da regulação e proteção do governo, em que as diaristas buscam formas de prover suas necessidades, e de seus dependentes, de sobrevivência.

Diante desse cenário, como fica a situação da trabalhadora doméstica e a regulação e equiparação da categoria profissional às demais categorias da economia ou o seu reconhecimento como trabalhadora autônoma ou profissional liberal?

Como o trabalho doméstico é realizado no ambiente privado, nas residências, ele é considerado pelo mercado como trabalho informal, ele não produz lucro, segundo a definição clássica. Assim, a OIT em 2003 (na 17ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho) conceituou a economia informal a partir dos arranjos das características do posto de trabalho e das unidades de produção, compreendendo também o trabalho doméstico. A definição dada pela OIT contempla as unidades de produção e os domicílios que produzem para o próprio consumo e aqueles que contratam trabalhadores domésticos remunerados, ou seja, o trabalho doméstico está presente na ampla definição de 2003, porém não é definido por ela – é a presença do trabalho doméstico nas residências que o introduz na economia informal (SANCHES, 2009, p.884).

Para Sanches, existe uma diferença entre os domicílios como lugar de produção e de bens de serviços para o mercado, e os domicílios como lugar de cuidado e de reprodução da força de trabalho. Se levamos em consideração que as residências não são empresas, elas são espaços privados, local onde as trabalhadoras domésticas realizam seus trabalhos, muito embora sua profissão seja pública, não privada, uma vez que essas mulheres vendem sua força de trabalho nesse mercado de trabalho. O trabalho da empregada doméstica não é reconhecido como algo produtivo.

Muito embora as trabalhadoras realizem suas tarefas profissionais no espaço privado das residências, prestando serviços às famílias, esse local de trabalho é considerado por elas como um local privado?

Ao analisarmos as transformações pelas quais passou o mercado de trabalho nas últimas décadas, observamos uma mudança quanto aos valores e à importância do trabalho doméstico para a sociedade. Mas independente das mudanças nas formas de definição entre trabalho informal e formal, historicamente, o trabalho doméstico remunerado existia bem antes dessas definições dos economistas. As trabalhadoras domésticas pertencem a uma categoria de trabalho numerosa, prestando um trabalho extremamente relevante para a sociedade, mas são desvalorizadas, a profissão está associada ao trabalho escravo, às mulheres negras e desqualificadas socialmente.

A teorização até aqui desenvolvida nesta seção possibilita sustentar a hipótese de que considerar as particularidades do trabalho informal requer distinções, especialmente no tocante ao setor econômico, no qual estão inseridas as particularidades do trabalho doméstico remunerado. É necessário considerar o trabalho desempenhado por essa categoria profissional como trabalho produtivo, como trabalho que, mesmo exercido no espaço privado, produz valores de uso, valores de mercado.

Desvendar os fios que unem capital e trabalho nas suas formações históricas atuais ainda contém intenso poder de explicação acerca do universo das trabalhadoras domésticas diaristas e das transformações ocorridas nele. Dessa forma, não trata-se apenas de reconhecer a organização capitalista do trabalho “informal”, mas de perceber como esse tipo de arranjo também “resignifica” e condiciona as experiências e as práticas dos diversos sujeitos implicados nesse processo. As categorias de trabalho tidas como “informais” vêm ganhando expressão no mundo do trabalho justamente porque têm sido acionadas como modo de produção preferencial do capital e não como escolha exclusiva dos sujeitos.

Também podemos afirmar que somente os estudos econômicos não conseguem explicar a permanência dessas trabalhadoras no emprego doméstico, existem questões que vão além das mudanças econômicas, tecnológicas e as novas formas de trabalho impostas pelo neoliberalismo, globalização e pela reestruturação produtiva. O trabalho doméstico remunerado tem suas origens enraizadas a uma herança cultural de servidão dos trabalhadores, especialmente as mulheres (divisão sexual do trabalho), visto que no período colonial as famílias já contavam com a ajuda de outras mulheres para os afazeres domésticos.

Para Kergoat (2003), a teoria da divisão sexual do trabalho estrutura o mercado de trabalho a partir dos princípios fundantes: a separação e a hierarquia. O princípio da separação estabelece o que é trabalho de mulher e o que é trabalho de homem. As mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo, ou seja, o trabalho invisível, realizado dentro do lar, no espaço privado. Para os homens é destinado o chamado trabalho produtivo, o trabalho remunerado, realizado na esfera pública. Historicamente a nossa sociedade valoriza mais o trabalho considerado de homem que o trabalho considerado de mulher. Assim, trabalhos que demandam habilidade de cuidado são considerados trabalho de mulher e mais desvalorizados pela sociedade, bem como o trabalho doméstico.

A relação de compra e venda de trabalho é evidente. Os empregadores compram o dia de trabalho da diarista e elas vendem suas tarefas de cuidar da casa, das roupas dos filhos, dentre outros afazeres estabelecidos pelos empregadores.

Mariana Marcondes (2012), em seu texto “A divisão sexual dos cuidados: do *welfare state* ao neoliberalismo”, relata seus estudos sobre provisão e externalização das tarefas reprodutivas, trazendo questões essenciais para pensarmos os universos da produção e reprodução e o debate com o Estado e o mercado, agregando a participação das famílias e do trabalho. A autora discute o sistema produtivo e as políticas que sustentam o trabalho doméstico remunerado, apontando que o mercado de trabalho absorve tanto o sexo feminino quanto o masculino, mas invisibiliza o trabalho doméstico na reprodução da vida social. Para

Brites (2013, p.444), o trabalho doméstico invisível é uma forma mascarada de trabalho produtivo e de obtenção de mais-valia.

Assim, diante dessa nova configuração do mercado de trabalho (desproteção legal, desvalorização, invisibilidade, informalidade, dentre outros), refletindo-se diretamente no cotidiano de vida e de trabalho da diarista, colocamos a seguinte questão: O que faz com que essas mulheres permaneçam nesse trabalho?

Uma das hipóteses é que a permanência no trabalho doméstico nos dias atuais se sustente pela sua nova configuração no mercado de trabalho. Conforme as narrativas das entrevistadas, elas percebem algumas vantagens no trabalho de diarista como a flexibilização de carga horária de trabalho e de dias trabalhados, não trabalhar nos finais de semana e poder negociar o seu dia de trabalho.

Assim, a atividade interpreta o trabalho realizado, o que inclui normas antecedentes, objetivos e resingularizações, traduzindo simultaneamente o dizer e o fazer, que são fundamentos da atividade humana “trabalho”.

No próximo capítulo apresentamos alguns estudos que nos auxiliaram a fundamentar as características do trabalho doméstico remunerado e as consequências na vida das mulheres trabalhadoras que ocupam essa posição na sociedade, com especial destaque para aquelas que se encontram na informalidade, as diaristas.

#### 4 O TRABALHO DOMÉSTICO: ALGUNS ESTUDOS DE REFERÊNCIA

Como nos revela a História, o trabalho doméstico está relacionado com a exploração e a servidão. Mediante um contrato verbal entre as famílias de classes sociais opostas, no decorrer do século XIX até meados do século XX, meninas pobres eram cedidas ou emprestadas às casas mais abastadas, que, em troca de seus serviços, tivessem o direito a moradia, alimentação dentre outros ou que permanecessem até que se casassem. Nos dias atuais uma variante nesse tipo de contrato de “ajuda” dos serviços domésticos se assemelha aos serviços impostos a várias jovens, menores de idade, brancas e não brancas, que nos mesmos moldes são cedidas por suas famílias, vivem em casas de terceiros, sob um regime de semiescravidão: na maioria dos casos submetidas ao confinamento, jornadas excessivas de trabalho, maus tratos e abusos sexuais (MELO, 1998, p.1).

O trabalho doméstico é permeado de “sutilezas ideológicas e culturais”. Esse tipo de serviço é tipicamente ocupado pela mulher, esse serviço “constitui culturalmente o lugar da mulher”. Independentemente de seu estado civil e da classe social, a mulher é aquela quem cuida da família e, por extensão, da casa. As atividades domésticas nunca chegaram a ser vistas pela sociedade como um “trabalho”: um tipo de ocupação “natural” da mulher, cujas relações envolvidas são governadas pelos laços afetivos ou de parentesco, o serviço doméstico esteve sempre desconectado da categoria “profissão”, permanecendo até os dias atuais como “gratuito e fora do mercado”, as donas de casa são ainda, nos dias atuais, consideradas inativas (RONCADOR, 2003).

Quando a tarefa doméstica é transformada em “trabalho”, ou seja, em tarefa remunerada, o serviço doméstico não elimina o estigma de desvalorização que acompanha essas atividades. Tanto patrões quanto empregadas vivenciam uma relação de identidade mediada pela lógica de servir aos outros como algo natural, muito embora essa relação trabalhista tenha efeitos contraditórios: de um lado a questão de classe, e de outro, a identidade de gênero que é estabelecida entre as mulheres (MELO, 1998).

Para revelar esse estigma, e o problema da falta de autoestima entre as trabalhadoras domésticas, Lenira Carvalho, trabalhadora doméstica e militante, publica o seu livro *Só a gente que vive é quem sabe: depoimento de uma doméstica*, no ano de 1999. Em um depoimento oral<sup>6</sup>, Lenira declara:

---

<sup>6</sup> NOVA – Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação. *Só a gente que vive é quem sabe*, 1999.

[...] tem coisa que não é geral para doméstica, mas uma coisa que eu posso dizer que é geral a todas as domésticas é que nenhuma vai ser doméstica porque quis e porque escolheu. Isso eu digo e pode pesquisar, ninguém veio porque quis. A gente não teve condições de escolher; a gente vem por necessidade (CARVALHO, 1982, p.12).

O depoimento da trabalhadora revela as “marcas” próprias da vida de uma empregada doméstica em pleno processo de democratização no país. No trabalho de Lenira, ela busca defender o ponto de vista da trabalhadora, de reivindicar para si e para suas colegas de profissão autoridade para contar sobre suas realidades, sob a justificativa de que “só quem vive conhece”.

A trabalhadora doméstica “de dentro de casa”, para a autora, não significa ter acesso ou direito a essa casa. De acordo com o a arquitetura das relações sociais num mundo privado, ou seja, a casa dos empregadores, a trabalhadora assume diversas responsabilidades, espécie de sujeito faz tudo “ou pau-para-toda-obra” permanecendo ao mesmo tempo à margem nesse mundo.

Tem coisas que só a gente que vive é que sabe. Porque às vezes, hoje se diz assim: “A doméstica tem muita coisa; ela tem comida, ela tem casa”. Mas as pessoas não sabem essa comida, essa casa, como marcam a gente! É a gente vivendo que pode saber [...] É você viver numa casa que tem tudo, que você arruma a casa, mas que você não tem acesso àquela casa. Então, para mim, eu sou marginal naquela casa (CARVALHO, 1982, p.16).

A trabalhadora doméstica de “dentro de casa“, ou seja, a doméstica mensalista. Quando ela “pertence” à casa de seus patrões, ela passa a viver e testemunhar um mundo que não é seu, um mundo de gosto, valores de uma classe social que não é sua, existe uma natureza ambígua de sua relação com os patrões, o que Kofes (2001, p.55) vai denominar de dois modelos de relação familiar e de trabalho. Além disso, as tarefas desempenhadas pela trabalhadora doméstica são consideradas não produtivas, ou seja, que não produzem lucro, conseqüentemente fora do mundo do trabalho.

Contestando o pensamento de Kofes, Lenira lembra,

[...] a gente não produz coisas que vá dar dinheiro. A gente produz dentro dessa sociedade. É isso que na medida que eu descobri, eu não me via mais, uma doméstica no meio do mundo, só com minhas companheiras domésticas. Eu me vejo dentro de tudo! Até que me prove o contrário, eu participo com as minhas companheiras dentro da sociedade (CARVALHO, 1982, p.43).

O trabalho doméstico é permeado por mecanismos sociais de exclusão ou de isolamento dessas trabalhadoras, produtor da invisibilidade social que evidencia a sua

realidade. O seu depoimento denuncia as tarefas alienantes “então, você ser doméstica, o trabalho da doméstica, estreita a visão da gente [...]” (SILVA, 1983, p.19). Ausência de compreensão da sociedade e quanto às questões da desvalorização do serviço doméstico “aquela mesma mulher que quer que aquele trabalho que ela faça seja valorizado, ela desvaloriza o trabalho da doméstica” (SILVA, 1983, p.59).

As privações do indispensável, a inacessibilidade do supérfluo que traz a felicidade, a indiferença dos patrões, a escravidão do serviço das “madamas”. Essas trabalhadoras vivenciam problemas típicos tais como: carência afetiva, o sonho de ter uma família, principalmente aquelas que vieram do interior e deixaram seus familiares, a instabilidade no emprego e o ônus de ter que enfrentar os estereótipos dessa profissão, como a ideia recorrente de que a empregada doméstica é ladra, a ambição por deixar de ser doméstica, mas a desilusão diante da falta de opção no mercado de trabalho, a não ser pela via da prostituição (RONCADOR, 2003).

Lenira, em seu depoimento simples, porém de um conteúdo comovente e caro à nossa sociedade, que ainda convive com as raízes culturais da escravidão, a nosso ver procura através de sua narrativa dar visibilidade às condições de trabalho vivenciadas por ela, na tentativa de unir as trabalhadoras dessa categoria e as demais categorias de trabalhadores.

#### **4.1 As contribuições de Le Guillant**

O trabalho do psiquiatra francês Louis Le Guillant, fundador do movimento Psiquiatria Social, em 1945, buscava compreender os impactos prejudiciais dos processos de trabalho, que se espalharam na França do pós-guerra, sobre saúde mental dos trabalhadores. Le Guillant defendia a ideia da síndrome subjetiva da fadiga nervosa, mostrando que, quando os sujeitos estão sobrecarregados, eles estão profundamente feridos pelas condições de trabalho.

Em 1963, Le Guillant realizou seu clássico estudo sobre “L’affaire des soeurs Papin”, e publicado no seu livro *Quelle psychiatrie pour notre temps?* Em 2006 esse texto foi traduzido para o português, pela professora Maria Elizabeth Antunes e publicado no livro *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. O texto trata a relação entre as empregadas domésticas e suas patroas, apesar de o trabalho doméstico ser realizado no ambiente privado, as relações de trabalho são similares àquelas vivenciadas pelos operários nas fábricas, assim, quando Le Guillant estuda o trabalho doméstico, ele estuda um serviço, uma atividade profissional, em que o objeto de trabalho é alguém, é o sujeito, é o outro (CLOT, 2010a, p.219).

Le Guillant pesquisou a servidão do trabalho doméstico. Segundo o autor, é impossível ser empregada doméstica, uma vez que esse tipo de trabalho sugere um adoecimento daqueles que o ocupam, exceto aqueles que possuem uma saúde excelente, o que para o autor representa um privilégio de poucos. Mas porque o trabalho doméstico adoce as pessoas que dele se ocupam? Para Le Guillant, é porque ele é realizado no espaço privado do empregador, o empregado se identifica com o empregador, gostaria de ser como ele, ela se identifica com esse empregador, mas ao mesmo tempo o trabalhador torna-se invisível para esse empregador, ela não significa nada para ele. Nas palavras de Le Guillant, “a empregada doméstica para o empregador não é um sujeito, não é uma pessoa, é um instrumento”. O autor destaca como as domésticas ruminam essa relação, o rancor, a raiva e o ciúme em relação ao empregador. A servidão relaciona-se a disponibilizar a vida a serviços/disponibilidade do empregador.

Le Guillant relaciona a servidão aos trabalhos domésticos no sentido de o trabalhador doméstico colocar a vida à disposição do seu empregador. O trabalhador forçado pelas suas necessidades, pela falta de alternativas, pelas necessidades de garantir a própria sobrevivência se submete às exigências do empregador, o que nas situações extremas pode prejudicar a própria vida. Inicialmente Le Guillant estudou as condições de trabalho das domésticas para compreender o aparecimento de seus sintomas, situações que as deixavam sem horário que limitasse sua jornada, dormindo em quartos absolutamente desconfortáveis, recebendo baixos salários. Nem seu nome original era respeitado, eram modificados visando facilitar a comunicação com os filhos dos patrões.

Na opinião de Clot (2010a, p.218), Le Guillant foi o precursor da ideia de sistema de defesa profissional e citou a frase de Simone Weil “os trabalhadores são muitas vezes obrigados a não pensar para não sofrer”, agir sem pensar para não sofrer. Anos depois esse evento foi nomeado por Dejour de sistema de defesa. Os trabalhadores devem fechar os olhos, ignorar as situações do cotidiano, “anestesia psíquica” como estratégia e forma de tolerar as condições de trabalho.

Le Guillant passa a chamar a atenção para a situação das trabalhadoras domésticas ao perceber o significativo número de mulheres, faxineiras procedentes de uma região específica da França, entre as pessoas que se internavam em Villejuif. As pesquisas que orientaram o autor partem das análises das histórias e das condições concretas de trabalho, ele destaca nesse estudo a relação de subordinação da trabalhadora em relação a seu empregador, particularmente distinta na situação das empregadas domésticas, o que tornou-se ponto principal nas suas pesquisas.

No primeiro momento, Le Guillant avaliou as condições de trabalho das domésticas para compreender o aparecimento de seus sintomas, situações que as deixavam sem horário que limitasse sua jornada de trabalho, dormindo em quartos totalmente desconfortáveis, recebendo baixas remunerações. O seu nome original não era respeitado, modificando-o de forma a facilitar a comunicação com os filhos dos patrões. Muitas empregadas domésticas eram filhas de imigrantes, condição que gerava a “gestalt social”, conseqüentemente uma situação de humilhação capaz de produzir um forte ressentimento que surgiu como ingrediente novo na avaliação de Le Guillant, a partir do momento que considerou esse ressentimento subjetivo e não mais objetivo (como os elementos que apareciam em suas análises anteriores) essencial para a formação de sintomas dessas mulheres. Para o autor as análises subjetivas e objetivas em Psiquiatria não poderiam ser duas situações distintas, mas as duas situações são essenciais em toda análise psicopatológica (SOUZA; ATHAYDE, 2006, p.15).

Para o autor, o ressentimento sustenta a situação de que a trabalhadora executa suas tarefas para alguém que não reconhece o seu valor. Assim, o ressentimento é uma descoberta de Le Guillant, cuja validade vai além do seu tempo. Somente nos anos 90 Dejours resgata essa contribuição através da Psicodinâmica do Trabalho fundando o conceito de “dinâmica do reconhecimento” na saúde mental.

O ressentimento seria o ponto inicial para a construção dos sintomas. Esse ressentimento, instituído no ódio que sentia por ser humilhada, desenvolvia nas empregadas efeito danoso, uma vez que essa violência transformava-se em uma grande culpa sustentada por sentimentos paradoxais, frente a seus patrões (SOUZA; ATHAYDE, 2006, p.15). Apesar do ódio e do ressentimento, essas trabalhadoras viviam esses sentimentos de forma conflituosa, por não serem aceitas por sua formação moral e religiosa. Assim voltava-se contra elas mesmas na forma de sintomas. Para Le Guillant, mesmo com todo o sofrimento, não era permitido pertencer a um lugar que não o da submissão frente os patrões, apropriando-se de Hegel, “dialética do senhor e do escravo”, como outro elemento teórico na busca de compreender a psicopatologia das empregadas domésticas.

O pensamento de Le Guillant está distante da ergonomia, mas para o autor o trabalho não é apenas uma atividade, enquanto que para Wisner existe esta espécie de invenção da atividade, Le Guillant diz que o trabalho não é simplesmente uma atividade o trabalho, é uma condição, trata-se de uma condição social (CLOT, 2010a, p.218). Quando o trabalhador é operário de uma fábrica ou uma telefonista, o sujeito não está agindo apenas para fazer uma tarefa. Ele está submetido a uma condição social na qual é colocado e na qual há alienação.

Clot afirma que a psicopatologia do trabalho descobre a clínica da alienação (CLOT, 2010a, p.218).

Le Guillant (2006, p.260) fala da relação de dependência e submissão expressos na linguagem que a trabalhadora doméstica deverá utilizar e no seu modo de vestir, o que a princípio são elementos inúteis e ao mesmo tempo significativos verdadeiros, o que simboliza o afastamento e o desdém e caracteriza uma condição de desvalorização da pessoa que assume essa profissão.

No trabalho de Le Guillant, ele nos lembra dos termos designados a essa categoria de trabalho,

[...] doméstica, *valet*, criada, como também diversas expressões de gíria, a começar por ,lacaoio´ {larbin}, garçon de café {loufiat}, etc., até ´empregadinha´´ {bonniche} e criada nojenta {souillon} que constituem outros tantos insultos está impregnada de humilhação. No linguajar cotidiano, elas ouvem ´não sou sua criada, você julga que sou sua empregada´ - e às vezes, elas próprias utilizam tais frases. Basta levar em consideração essas expressões (GUILLANT, 2006, p.260).

Os termos utilizados no passado, exemplificados por Le Guillant, caracterizam um aspecto permanente e universal da condição humana, uma categoria profissional impregnada de humilhação e servidão.

#### **4.2 O que dizem os estudos contemporâneos**

Dos estudos contemporâneos que tratam da temática trabalho doméstico, os de Kofes (2001), Leon (2000), Melo (2002) e Sanches (2009) abordam o trabalho doméstico remunerado como desvalorizante, negativo, humilhante. Para os autores, os trabalhadores recebem sub-remuneração, extensas jornadas de trabalho, as tarefas são desgastantes e monótonas, os trabalhadores não possuem qualificação, e tem baixa escolaridade.

Melo (2002) em seus estudos apresenta uma síntese da construção histórica das relações de trabalho doméstico tendo como referência as mudanças da economia sob forte influência do capitalismo, que consequentemente marcou as desigualdades entre os gêneros e a divisão sexual do trabalho. A autora destaca a desvalorização do fazer doméstico, como trabalho reprodutivo que não resulta em lucro, um produto final a ser comercializado. Em sua pesquisa na Associação das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro, Melo declara que a maior necessidade apresentada pelas participantes era reduzir a herança da escravidão. A autora lembra que a desvalorização do trabalho já era percebida pelas entrevistadas, porém não havia uma conexão direta entre a mulher e o fazer doméstico. As tarefas domésticas eram

de responsabilidade dos escravos, dos homens e das mulheres. Foi somente na revolução industrial que a sociedade destina à mulher as atividades do espaço privado.

A tese de Doutorado da antropóloga Maria Sueli Kofes (1991, 2001) posteriormente gerou a publicação de seu livro *Mulher, mulheres. Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*, que nos apresenta o cotidiano das trabalhadoras domésticas da região Sudeste. Seu trabalho envolveu tanto a visão das trabalhadoras quanto de seus patrões. A autora destaca o espaço doméstico como lugar da mulher, lugar marcado de tensões nas relações entre patrões e empregadas, que muito embora poderia representar relações de paridade, cria diferenças acirradas tendo em vista as questões de classe sociais. Kofes aponta questões a respeito da identidade social fundamentada em uma singularidade em comum, ou se o oposto, “haveria diferenças que recortam, segmentam, pluralizam esta categoria, e tornam empiricamente mais complexas as identidades problematizando a identidade enquanto conceito?” (KOFES, 1991, p.10). Segundo a autora essa ligação tem cunho estratégico para essa questão, por se instituir em um dos núcleos da definição tradicional da categoria mulher”, esse núcleo mencionado pela autora é o doméstico.

Ser mulher seria portanto, constituir-se a partir do mundo doméstico e ser parte constitutiva dele, espaço que não é apenas de tarefas de esferas desenhadas pela divisão social e sexual do trabalho, mas local definidor da feminilidade. O doméstico seria ele próprio feminino (KOFES, 1982, p.186); para a autora, “a socialização da mulher diferenciada enquanto classe recebe um conteúdo próprio que é possibilitado pela existência da instituição empregada doméstica”. A socialização das mulheres está evidenciada pela presença histórica da empregada doméstica, o que conduz a um aprendizado em que umas aprendem a mandar e outras, a obedecer. Na pesquisa empírica de Kofes, ela encontra patroas filhas de patroas e empregadas filhas de empregadas. Esse achado histórico desenvolveu assim um elemento estruturante do núcleo familiar no país (AVILA, 2009). O trabalho doméstico é uma “peça já imbricada em todos os mecanismos da organização familiar das classes superiores. A empregada doméstica é parte integrante do cotidiano destas famílias” (KOFES, 1982, p.192).

Jurema Brites (2000), em sua tese de doutorado *Afeto, desigualdade e rebeldia – bastidores do serviço doméstico*, realizou uma pesquisa etnográfica sobre os serviços domésticos no período de 1995 e 1998, no Estado do Espírito Santo, focando a relação de poder entre empregadores e trabalhadoras. A autora contesta a ideia preconceituosa de que as trabalhadoras domésticas seriam incapazes de promover uma conscientização política em sua vivência de servir o outro. Destaca como se entremeiam a submissão e a rebeldia em suas relações na casa dos empregadores e no seu cotidiano de trabalho, de forma a abrir

alternativas para reações como sujeitos que se contrapõem, que se contradizem, que negam, que reivindicam.

A autora, na sua pesquisa, depara-se com uma contradição entre a literatura que os autores do trabalho doméstico remunerado fazem dessa categoria de trabalho, e a opinião das mulheres trabalhadoras que fizeram parte de suas entrevistas.

A literatura desvelava que os empregadores submetiam as trabalhadoras um sistema de dominação perversa através das relações clientelistas, Brites encontrava no seu trabalho de campo, com as entrevistadas que fizeram parte de sua amostra, evidências do quanto valorizavam esse tipo de relacionamento. Para a autora, nenhuma atitude dos empregadores poderia ser mais revoltante do que a “mesquinaria”. Deixar de doar as roupas das crianças para os filhos da trabalhadora, deixar de doar um sofá velho, uma geladeira velha e negar sobras de comida, ou reclamar o desaparecimento de um sabonete, todos esses “presentes”, que os pesquisadores denunciam como o “aviltante pagamento extrassalarial”, representavam, na opinião das trabalhadoras, a diferença entre um bom empregador e um que era insuportavelmente avarento.

É relevante trazer a contribuição do antropólogo Marcel Mauss, em seu livro *Ensaio sobre a dádiva*, o autor investiga as trocas nas sociedades antigas. O autor descobriu a universalidade da dádiva nas sociedades antigas, nas quais estruturam a parte mais valiosa de suas pesquisas, apesar de admitir a permanência da dádiva também nas sociedades contemporâneas.

Buscamos nos conceitos de Mauss as relações de dádivas entre empregadores e trabalhadoras diaristas que mascaram as relações comerciais – a troca salarial e mercantil justa. Como, por exemplo, quando as trabalhadoras recebem uma roupa usada do empregador em troca de uma hora extra no trabalho, ou até mesmo a manutenção no emprego. Nas entrevistas tem uma fala de Rosilene que ilustra bem a relação da dádiva, ela sempre recebe uma ajuda material do empregador (sofá, máquina de lavar roupas para os filhos, dentre outras coisas) em troca ela retribui com o trabalho, com a sua disponibilidade, como uma obrigação, afinal nas palavras de Rosilene “tudo que eu tenho em casa foi ela que me deu”.

Godbout (1998) em seu texto “Introdução à dádiva” pergunta o que é a dádiva. Para o autor, o lado negativo compreende-se por dádiva “tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física”. O lado positivo está relacionado ao que circula na busca do interesse ou em nome do laço social.

Para autores da contemporaneidade, também podemos encontrar o sistema da dádiva nas sociedades modernas. Assim, a dádiva não é um fenômeno sem importância, quando nos lembramos das situações entre amigos, vizinhos, familiares, não se compram nem se

estabelecem pela força, mas se imagina correspondência e segurança (GODBOUT, 1999, p.20) as relações são atravessadas pela dívida. A dívida, fenômeno social, para alguns autores, também pode ser encontrada nas empresas, entre os trabalhadores, nas relações entre os estranhos como, por exemplo, nas doações de sangue, nos grupos de alcoólicos anônimos.

A dívida não equivale ao modelo mercantil. Uma característica da dívida é que os atores sociais procuram distanciar da equivalência de forma determinada. O que não representa que a dívida seja injusta/imparcial.

Uma primeira característica de um sistema de dívida consiste no fato de que os agentes sociais buscam se afastar da equivalência de modo deliberado. Isso não significa que a dívida seja unilateral. Pode sê-lo, mas essa não é uma característica essencial sua. Geralmente, ao contrário, há retribuição, e muitas vezes maior do que a dívida. É um equívoco aplicar a ela o modelo linear fins-meios e dizer: ele recebeu depois de ter dado, portanto deu para receber; o objetivo era receber, e a dívida era um meio. A dívida não funciona assim. Dá-se, recebe-se muitas vezes mais, mas a relação entre os dois é muito mais complexa e desmonta o modelo linear da racionalidade instrumental.

A dívida está relacionada a um giro completo de dar, receber e retribuir. Nessa lógica do autor, não existe apenas a obrigação de retribuir uma dívida recebida, mas também outras duas etapas relevantes, quais sejam, a obrigação de dar e a obrigação de receber. Para o autor as trocas e contratos supostamente espontâneos são, na realidade, obrigatoriamente dados e recebidos. Para Mauss, recusar-se a dar, não dar a devida atenção ao convite, como recusar em recebê-lo, significa declarar guerra, e recusar a aliança e comunhão (MAUSS, 1974, p.69).

Assim, o trabalho doméstico não é uma ocupação preferida dessas mulheres, porém, nas dificuldades de inserção impostas pelo mercado de trabalho, o trabalho doméstico surge como uma possibilidade de trabalho e de remuneração/subsistência. Além de representar vantagens de negociação de adiantamentos salariais, faltas, horários e as ajudas materiais ofertadas pelos patrões, são essas as características relevantes apontadas como “o que vale a pena no serviço doméstico”.

As mulheres, empregadas domésticas, por mim investigadas, encontravam no serviço doméstico particularidades que o tornavam vantajoso em relação a outras ocupações. As vantagens por elas destacadas coincidem justamente com aqueles fatores que os pesquisadores da condição feminina consideram como as raízes da subordinação que o serviço doméstico acarreta: relações personalistas e clientelistas estruturadas na organização da família patriarcal (BRITES, 2000, p.12).

A pesquisa de Brites busca identificar outras relações e vantagens entre patrões e empregados, que não apenas as de hierarquia e desigualdade, outros significados para os benefícios e o clientelismo presentes nessas relações. A partir do momento em que a autora analisa a prática de doação de objetos usados e de presentes por parte das patroas, Brites passa a interpretar esse fenômeno como parte do “jogo de vantagens recíprocas” e também como estratégias de resistência que são construídas para o enfrentamento das relações de desigualdade.

Um diferencial da pesquisa de Brites é que ela traz a contribuição da dimensão do sujeito. A dimensão do sujeito valorizada pela autora é aquela que não destaca para um processo emancipatório, mas aquela em que o sujeito considera o seu diaadia de trabalho um tempo de carência e repetição que são desafiadas através de práticas reificadoras da dominação. Outro destaque em sua pesquisa é a descrição de práticas, concepções e representações que permeiam o mundo privado e elitizado do local de emprego para as práticas e relações das trabalhadoras domésticas nos seus espaços de pobreza de moradia e no convívio com sua família (AVILA, 2009a, p.69).

Brites em sua pesquisa cita o trabalho de Claudia Rezende (1995), *Empregadas domésticas e seus patrões: amizade com desigualdade social e racial, estas assumem outro caráter*, investigou a relação e a amizade entre patrões e empregadas domésticas, pesquisa o porquê da escolha da profissão e a expectativa dos empregadores para o que seja uma boa empregada. O significado ambíguo, mas nem por isso negativo, “da valorização da personalidade destas relações”, o que ela vai relacionar com a “cordialidade brasileira”, ou seja, a “necessidade de estabelecer relações pessoais sempre e em todas as instâncias”.

A tese de doutorado de Ana Lúcio Soratto (2006) procurou conhecer como o serviço doméstico remunerado mobiliza as pessoas que dele se ocupa e as experiências de sofrimento e prazer. A constatação que a autora chegou foi sobre a desvalorização social dos serviços domésticos, que se revelam na remuneração e na precariedade dos direitos desse trabalhador e dificultam ou impedem o sentido pessoal do trabalho. Outra constatação refere-se à relevância da autonomia e do controle sobre o trabalho visando minimizar o dispêndio físico dos serviços domésticos. E por último a importância das relações afetivas que são essenciais para que o trabalho não seja percebido como apenas uma repetição, porém pode ser uma “armadilha” perpetuando a condição servil.

A investigação de Dominique Vidal sobre as empregadas domésticas no Rio de Janeiro intitulada *Les bonnes de Rio Emploi domestique et société démocratique au Brésil*, segue uma direção contrária à de Brites, ou seja, Brites trabalha a resistência dos indivíduos

considerando os aspectos de submissão, ressignificados na análise, porém não representa um caminho de superação, numa etapa que fecha a perspectiva de cidadania no âmbito da reprodução, da desigualdade das relações sociais (VIDAL, 2007).

Vidal (2007), em sua pesquisa, tem como alicerce fundamental as teorias do reconhecimento. Investigar o fenômeno da “humanidade comum” foi a dimensão essencial para sua análise, indagando que as teorias de reconhecimento não levam em consideração essa questão. Em seu trabalho fica constatada a busca incessante das domésticas em ter seu trabalho reconhecido pelos empregadores, como parte da “humanidade comum”. Essa busca representa uma resistência que atravessa as relações e o esforço pelos direitos.

Uma questão relevante trabalhada na pesquisa de Vidal, e que poucos autores brasileiros investigaram, é que a maior parte das residências de classe média no Brasil buscam os serviços domésticos (VIDAL, 2007, p.10). Contratar os serviços de uma trabalhadora doméstica remunerada é uma característica da classe média no Brasil, o gasto das famílias com os serviços domésticos representa de 15% a 20% do total da renda familiar.

Os resultados da socialização com as famílias que a trabalhadora presta serviço são uma aquisição de saberes importantes e úteis para conseguir novos empregos. Para o autor as aprendizagens relacionadas à forma de organizar a casa, atender ao telefone, comer e até de vestir geram para a trabalhadora a oportunidade de novos empregos que demandam interação com um público mais favorecido socialmente. Outro efeito decorrente da socialização nas camadas de classe média é o afastamento das pessoas dos meios populares. O autor destaca que as mulheres migrantes do meio rural e que se estabeleceram no meio urbano para prestarem serviços como empregada doméstica não se sentem à vontade no contato com o meio urbano desfavorecido (VIDAL, 2007, p.129).

Tanto os empregadores quanto as trabalhadoras adotam estratégias para se relacionar. Os empregadores compreendem as situações nas quais as trabalhadoras necessitam se ausentar do trabalho ou chegar mais tarde, sair mais cedo, devido aos problemas pessoais. Compreender esses tipos de situação tem como proposta preservar um bom relacionamento com a trabalhadora. Mas, apesar de os empregadores se mostrarem na maioria das vezes compreensivos, a trabalhadora deve saber o seu lugar e os empregadores devem saber exigir limites para evitar situações de abuso por parte das trabalhadoras. O abuso é percebido por parte dos empregadores nas trocas de horários de trabalho e pedidos de ajuda. As trabalhadoras narram as estratégias que adotam para relacionar-se com os empregadores. Interpretar o humor dos membros da família empregadora, a partir do humor dos empregadores, as trabalhadoras aprendem a se comportar, ou seja, se o empregador está de

mau humor, não se manifestam e realizam seu trabalho, se o empregador está bem-humorado aproveitam para demandar alguma coisa, como exemplo, o adiantamento ou aumento salarial (VIDAL, 2007, p.179).

A pesquisa de Vidal analisou as relações entre o trabalho doméstico remunerado e a sociedade democrática no Brasil, destacando o que está em debate na organização e na regulação dessa categoria de trabalho na sociedade brasileira.

Revisar esses trabalhos possibilitou a nós nos aproximar ainda mais da trabalhadora doméstica diarista como sujeito das relações de trabalho e a experiência dos “usos de si”, sujeito na produção de saberes e valores no trabalho, mesmo que em dimensões ínfimas e invisíveis, fortalecendo o nosso propósito de investigação.

Entendemos que questões como desvalorização, falta de reconhecimento e invisibilidade, que permeiam o trabalho doméstico remunerado, estão relacionadas ao fato de esse trabalho não ser visto como trabalho mercantil, o produto do trabalho doméstico não tem preço no mercado. A contribuição desta pesquisa está em desvelar uma trama invisível, de um trabalho realizado eminentemente por mulheres, em espaços privados e que apresenta uma relevância extremamente significativa para a produção social.

### **4.3 O estigma e a desvalorização do trabalho doméstico**

Segundo Ervin Goffman (1988, p.11), a palavra “estigma” pelos gregos é definida como “signos corporales, sobre los cuales se intentaba exhibir algo malo y poco habitual en el status moral de quien los presentaba”. Ou seja, o estigma significa a marca de um corte ou uma queimadura no corpo e representava alguma coisa ruim para a convivência social. Simbolizava também os escravos ou criminosos, um rito de desonra.

Para Goffman (1988) o estigma é um atributo que resulta em descrédito na vida do indivíduo, em situações extremas é chamado de defeito, uma desvantagem em relação ao outro, o que contribui para uma defasagem entre a identidade social virtual e a identidade real. Para os estigmatizados, a sociedade diminui as oportunidades, esforços e movimentos, não concedendo valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade. O estigma institui uma relação impessoal com o outro; o sujeito não aparece como uma individualidade empírica, mas como representação circunstancial de certas características típicas da classe do estigma, com determinações e marcas internas que podem direcionar um desvio, mas também uma diferença de identidade social (MELO, 2000).

O conceito de estigma está relacionado a uma conjunção de predicados depreciativos, que diminuem ou marcam o sujeito estigmatizado. Além disso, simboliza pré-noções que promovem a confirmação de relações de diferenciação social (GOFFMAN, 2005, p.4). A estigmatização é uma construção moral, em torno da qual se constroem critérios de distinção social, aos quais cumprem formas distintas de tratamento e reconhecimento social. Realmente seus contornos são bem frouxos, julgando que a mesma característica pode ser considerada de maneiras distintas em sociedades diferentes.

O social desvaloriza a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o padrão do poder, desconsiderando todos que rejeitam ou tentam romper com o modelo determinado. O diferente apropria-se da categoria de “nocivo”, “incapaz” (MELO, 2005), fora do parâmetro que a sociedade estabelece como padrão. O indivíduo estigmatizado fica à margem e deve responder ao que a sociedade determina. A sociedade institui modelo de categorias e busca catalogar as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos integrantes dessa categoria. Estabelece também as categorias a que os sujeitos devem pertencer, bem como seus atributos, ou seja a sociedade determina um padrão externo ao sujeito que autoriza prever a categoria e os atributos, a identidade social e as relações com o meio.

Para Goffmann, o estigma é um atributo que causa um amplo descrédito na vida do indivíduo, em situações extremas, é visto como defeito, como uma falha ou desvantagem em relação a um outro indivíduo, o que representa uma divergência entre a identidade social virtual e a identidade real. Para os indivíduos estigmatizados, a sociedade diminui as oportunidades, esforços e movimentos, não associa valor, impõe a perda da identidade social e estabelece uma identidade deteriorada, conforme o modelo que é conveniente à sociedade.

A visibilidade do estigma representa um fator essencial, e aqueles que convivem com o indivíduo podem influenciar na apreensão da sua identidade social.

Goffman conceitua estigma como um atributo considerado extremamente depreciativo pelo meio social, que leva o indivíduo ao descrédito de forma intensa. O indivíduo estigmatizado é visto como defeituoso, fraco ou em situação de desvantagem em relação aos outros. Dessa forma, Goffman faz referência a uma “língua de relações”, e não de atributos. Para o autor, “um atributo que estigmatiza um indivíduo pode confirmar a normalidade de outro, assim, ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (GOFFMAN, 1988, p.13).

Do ponto de vista psicossocial, estereótipos são resultados das relações sociais que se traduzem como crença generalizada, abusiva (uma vez adotada uniformemente a todos os integrantes de um grupo), atribuída de forma negativa (LIMA, 1997; GLAT, 1998).

Legitimar as formas de dominação e poder social de um grupo sobre outro nos remete à noção de categorização por oposição binária (eu/outro), destaca-se como principal papel do estereótipo.

Esses aspectos estão contidos no processo de formação das identidades: estereótipos, estigmatização, manipulação das informações sociais, maneiras como o indivíduo lida com seu estigma, a partir do contexto social no qual as relações de poder não podem ser desabonadas. Destacamos: a identidade se estabelece a partir do ponto de vista do grupo.

O estigma é uma construção social, essencialmente de natureza relacional, legitimada pelo olhar do outro. Por “outro”, nomeamos como uma rede de normas, códigos e comportamentos de um grupo em uma sociedade hegemônica, que circunscreve, de forma simbólica ou concreta, territórios de “normalidade”. Isso significa dizer que, se essas linhas que dividem forem ultrapassadas por pessoas ou grupos, em determinadas circunstâncias, inicia-se um desvio que, por sua vez, é seguido de acusação, isolamento, rejeição, diminuição do espaço socioeconômico e da cidadania do estigmatizado. Além disso, sempre que possível, utilizam-se contra ele castigos e punições.

O estigma é também considerado por Goffman (1988) uma maneira poderosa que transforma, de maneira radical, o modo como os indivíduos veem a si mesmos e como são vistos por outros indivíduos. Esse olhar do outro tomado muitas vezes como referência pelo estigmatizado é internalizado e, como resposta, na maioria das vezes ocorre a desfiguração da autoimagem através da desqualificação dada pelo outro, ocasionando em culpa, vergonha, raiva, confusão e desorganização identitária, entre outras possíveis consequências.

Percebe-se, assim, que o estigma do indivíduo se constrói num campo discursivo. Relação semelhante pode ser verificada também no que se refere à construção da identidade, como será apresentado a seguir.

Associar identidade e trabalho é uma tradição que imprime ao papel social significância na constituição da identidade. Podemos citar como referencial clássico o interacionismo simbólico de Goffman (1988), que evidencia um rompimento no costume de atribuir, apenas ao sujeito, enquanto autônomo e livre, a causalidade para suas ações. Habermas (1987) sugere que uma “identidade natural” acompanha uma “identidade de papel” que se estabelece através da inclusão das unidades simbólicas com intervenção da

socialização e, sobre essa, a identidade do “eu”, a partir da constituição dos papéis sociais através da “igualdade e da diferença em relação aos outros”.

Ao recorrer aos conceitos de identidade, procuramos compreender a sua relação com a desigualdade, a hierarquia e a dominação e o reconhecimento. O vocábulo “identidade” vem do latim *idem*, o mesmo, a mesma coisa, sugere uma noção de estabilidade que se contrapõe à processualidade e ao caráter de construção permanente que lhe são próprios (JACQUES, 1996, p.21). A identidade sugere ao mesmo tempo o igual e o diferente, o permanente o mutante, o individual e o coletivo.

A definição de identidade tem origem na filosofia, apresentando uma diversidade de posições conforme uma diversidade de princípios filosóficos nos quais se respalda. A antropologia e a sociologia também contribuíram com a definição de identidade acrescentando seus significados, esvaziando as “essências” e o excesso da psicologia.

A identidade envolve um eu singular e/ou plural, um nós, e ou vários, outro(s), uma elaboração sobre os outros, sintonia, relação, representação. Classificação e organização política. Em suma, “não apenas um cruzamento, mas vários<sup>7</sup>” (KOFES, 2001, p.107). Assim, buscaremos chegar a uma melhor compreensão do conceito de identidade e das diversas etapas pelas quais passa o reconhecimento do outro.

O cunho social da identidade não ignora sua dimensão individual. A sociedade é quem viabiliza os meios e as categorias para identificar os sujeitos. Estas produzem seu jogo. Daí o destaque mais em interação do que em atributos: “[...] o que de fato se necessita é uma linguagem de relações, não de atributos” (GOFFMAN, 1988, p.27). A identidade é compreendida a partir das seguintes perspectivas: a identidade social virtual (uma caracterização do fundamento, da estrutura da essência) e a identidade social real (as categorias e atributos que podem demonstrar-se e pertencer-lhe). As diferenças seriam simbólicas, aquelas indesejáveis (identidade estigmatizante) e aquelas desejadas (as normais). Assim, nessa concepção, a identidade envolveria indivíduos e grupos em suas relações/interações. A identidade (real/virtual) sendo constantemente social declararia as regras entre um sistema normativo, em que atributos podem ser valorizados ou desvalorizados, e as práticas dos sujeitos e suas relações, “com um largo espectro para o reconhecimento desde um handicap físico até categorias morais, étnicas, sexuais (KOFES, 2001, p.108). Portanto, é a sociedade que estabelece um padrão externo ao sujeito, quem autoriza prever a categoria e os atributos, a identidade social e as interfaces com o meio.

---

<sup>7</sup> “*non pas seulement un carrefour, mais à plusieurs*”. Tradução nossa.

Essas considerações sinalizam a propósito de articulação entre identidade e trabalho e a importância dessa última categoria na constituição do eu. O caráter de exaltação máxima que o trabalho atinge na sociedade ocidental a partir da consolidação do sistema capitalista é destacado por diversos teóricos como “categoria explicativa do processo de desenvolvimento filogenético da espécie e como representativa da condição humana” (JACQUES, 1996, p.22).

As pesquisas empíricas apontam que a identidade do trabalhador se organiza precocemente a partir da identificação com modelos adultos e/ou através da entrada no mundo do trabalho. Essa inclusão é designada por fatores de gênero e classe, guardando para as “meninas pobres o trabalho doméstico, e aos meninos pobres atividades no serviço público de menor reconhecimento social e de caráter imprescindível” (JACQUES, 1996, p.22).

A dimensão psicológica da identidade, a partir da caracterização de identificação concebida pela psicanálise. Tendo como referência o pensamento de Freud, segundo o qual a identificação é processo psicológico resultante da ligação afetiva com o outro, tomado como exemplo, entendemos a identidade como uma etapa desse processo, sempre instável e momentâneo, uma “fotografia”, aquilo que surge e se mantém do processo de identificação, e se manifesta nas interações, não obstante as mudanças em curso (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007).

A identidade social dos sujeitos passa por um processo de construção a partir da atribuição de papéis diferentes, pré-definidos pela sociedade. Portanto, a identidade não é definida pelo que o sujeito é, mas pelo que ele faz. Antes de ser trabalhadora doméstica, porque trabalha em casa de família, aquela mulher é uma trabalhadora que pode ser vista com um traço estático, sua identidade está alicerçada com referência a esse determinante, uma vez que existe a expectativa generalizada de que alguém deve agir conforme os atributos, no caso, com “o que se espera de uma diarista” (CIAMPA, 1987, p.65). Dessa forma, o conceito de identidade, assim definido, difere de um traço estático que define o ser, de caráter atemporal e arrelacional. Portanto, não podemos definir com exatidão a identidade do negro, da mulher, da trabalhadora diarista.

Por outro lado, não queremos dizer que não existem padrões psíquicos e relacionais que conferem a alguns indivíduos ou grupos características identificadoras que permitem nomeá-las e representá-las em um conceito “dinâmico” de identidade.

Portanto, é nessa trajetória que a identidade profissional surge sob os predicativos associados ao que se espera de determinados profissionais de acordo com a própria identidade de sua área de atuação e também de sua identidade de gênero.

Ciampa (1987, p.66) destaca para as condições objetivas de reconhecimento, que asseguram os elementos de aceitação dos sujeitos em seu grupo de identidade, destacando a existência de uma “expectativa generalizada de que alguém deve agir de acordo com o que é, e conseqüentemente ser tratado como tal, retualizando através de rituais sociais uma identidade pressuposta que assim é reposta”.

Recorremos a Bourdieu (1989, p.118), quando o autor apresenta outra característica relevante na formação da identidade, além do reconhecimento. Para Bourdieu, a distinção é um elemento decisivo na construção identitária, “o mundo social é representação e vontade, e existir socialmente é também ser reconhecido como distinto”. Ainda para o autor, a distinção ocorre por intermédio da “estigmatização de comportamentos, experiências e hábitos”. Porém, a própria estigmatização pode ser um dos elementos constitutivos da identidade grupal, quando o

[...] estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituindo assim um emblema [...] que encerra na institucionalização do grupo criado que padece os reflexos econômicos e sociais de estigmatização (BOURDIEU, 1989, p.124).

Assim, a construção identitária está relacionada ao autoconhecimento, autoreconhecimento positivo de si mesmo, que se opõem às condições vivenciadas como experiências de desvalorização, as quais negam reconhecimento ao sujeito.

Partindo do pressuposto de que a construção identitária das trabalhadoras domésticas diaristas refere-se à autoimagem negativa que é construída em torno da profissão, por sua vez, influenciada e dominada pela forma como a sociedade, de um modo geral, a percebe, trata e se relaciona com essas mulheres, e por mais que as lembranças da escravidão estigmatize as trabalhadoras diaristas, é na re-significação valorativa do trabalho que se localiza sua transformação em traço identitário essencial e construtivo.

A trabalhadora doméstica ocupa uma determinada posição social, que advém da imagem que os outros imputam a ela e das relações que estabelecem com ela. A trabalhadora doméstica vivência sua posição social tendo como referência os padrões de conduta e a aparência pré-estabelecida pelo outro. Assim, sua posição social constitui uma representação bem-articulada.

Para Goffman (2005), é importante pensar na linguagem e na nomeação da construção de identidades. A representação do termo “empregada doméstica” está contaminada de um

sentido histórico associado à subordinação, à dominação e ao desrespeito típico do tratamento imprimido a “criadagem”.

Utilizar outros nomes para designar a ocupação de doméstica seria como “maquiar” a impressão da trabalhadora doméstica, na tentativa de minimizar o estigma culturalmente construído em torno dessa categoria de trabalho, que se estende às profissionais que ocupam esse lugar. Quando a sociedade procura encontrar outras nomenclaturas para designar o trabalho doméstico ou a pessoa que ocupa esse lugar representa o que Goffman (2005) denominou de “representação idealizada”, ou seja, uma tentativa de expressar uma imagem mais coerente ou idealizada de si mesmo, não passando de um eufemismo, ou nas palavras do autor um tipo de “representação falsa” incompatível com a realidade.

A vergonha de trabalhar como empregada doméstica é uma manifestação do estigma estabelecido, a função, e as pessoas que a exercem. O estigma se prolonga para além do indivíduo, afetando pessoas que lhe são próximas, como familiares e amigos (GOFFMAN, 1988). Essa pode ser a consequência da dificuldade, expressa pela trabalhadora doméstica, em se engajar em um relacionamento afetivo quando o parceiro conhece sua profissão. A vergonha proveniente do estigma se estenderia também ao parceiro, uma vez como companheiro da empregada, o olhar direcionado a ele seria uma extensão da consideração feita à trabalhadora doméstica. O estigma não se reduz ao preconceito, porém constitui a imposição de um alerta de indignidade e desonra ao estigmatizado, que inclui o perigo da “contaminação” social. Para Goffman, é o sinal visível de uma falha oculta, que promove no indivíduo um sentimento de vergonha. A pessoa estigmatizada é inclinada a ser socialmente caracterizada como inferior, suja, indesejável e perigosa. Assim, o conceito direciona à inferioridade moral, a uma deficiência de caráter, e cria uma expectativa prévia da conduta do indivíduo estigmatizado.

#### **4.4 Trabalho doméstico, trabalho sujo?**

Neste item iremos abordar a contribuição do sociólogo americano Everest Hughes e da psicóloga francesa Dominique Lhuillier do denominado ‘*dirty work*’ e ‘*sale boulot*’, respectivamente, e a contribuição desses conceitos para o trabalho das diaristas compreendido como uma categoria de trabalho que se constitui marginalmente na divisão moral do trabalho, incorporando o sentido simbólico do sujo.

Toda reflexão de Hughes em torno do *Sale Boulot* nos elucida aqui para questões do que seja o trabalho estigmatizado da diarista, nos permitindo ver a formação da identidade dessas mulheres num trabalho socialmente estigmatizado, desvalorizado.

O *dirty work* está relacionado às ocupações que são física, moral ou socialmente humilhantes, que estão de acordo com as mais heróicas dos nossos conceitos morais (HUGHES, 1956, p.122). Hughes investigou a inserção social dos agentes do regime nazista que trabalhavam nos campos de concentração. Segundo Arantes (2011), Hughes ficou chocado com o que viu e ouviu em uma viagem à Alemanha em 1948, quando buscava compreender o motivo que levou um grande número de “boas pessoas, que verdadeiramente não sujaram as mãos, ao consentir no horror, por sua vez perpetrado por outros incontáveis homens comuns, igualmente civilizados”.

Hughes conclui que esses sujeitos realizavam tarefas que, apesar de repugnantes ou mesmo desprezíveis, eram consideradas fundamentais pela sociedade alemã. Ou seja, o trabalho sujo era delegado aos nazistas, que atuavam em nome da coletividade, e consequentemente eram estigmatizados pela dimensão humilhante ou sujo de seu labor (ARANTES, 2011). “É fácil fazer algo nobre por seu país, até mesmo dar a vida por ele; o verdadeiro heroísmo, todavia, consiste em fazer o trabalho sujo necessário: matar e torturar por seu país, assumir o fardo do mal” (ZIZEK apud ARANTES, 2011).

Segundo Arantes (2011), a demonstração de “como o horror do Terceiro Reich deriva da imposição do genocídio como um trabalho de massa realizado por uma legião de colaboradores zelosos”. Ou seja, a sujeira necessária ao andamento geral das coisas, tarefas são transferidas, são delegadas a pessoas que atuam em nome de uma sociedade e consequentemente é estigmatizada pelas características humilhante ou suja de seu trabalho.

Na obra *Le regard sociologique*, Hughes identifica dois eixos de significados, para ‘*sale boulot*’, ilustrando com exemplos de diferentes profissões e atividades. O trabalho sujo refere-se a tarefas “fisicamente repugnantes/desagradáveis ou simboliza algo degradante e humilhante”. Podendo também corresponder ao que é “contrário às nossas concepções morais e heróicas”. Segundo o autor, algumas profissões possuem mais “trabalho sujo” (baixo prestígio social ou consideradas indignas) do que outras, mas que todas as profissões comportam uma parte de “trabalho sujo”, ou seja, que apresentam tarefas desvalorizadas ou desagradáveis (HUGHES, 1996, p.81). Quando o trabalho se apresenta como heróico ou moralmente suspeito, ele está relacionado com o tipo de interação dos trabalhadores com seus patrões. Para Hughes, o conceito de trabalho sujo faz referência a uma divisão moral do trabalho.

As tarefas, desagradáveis ou desvalorizadas, são aquelas delegadas aos trabalhadores menos valorizados ou que ocupam posições inferiores na hierarquia ocupacional em que se encontram. “Delegar um trabalho sujo é uma prática comum em todas as profissões” (HUGHES, 1996).

Se cada profissão constitui um conjunto de tarefas, podemos explorar tanto o que faz cada unidade e cada conjunto, mas também a hierarquia e os valores associados. Quais tarefas são consideradas agradáveis, gratificantes ou inversamente servis, indignas ou monótonas, sem necessidade de nenhuma qualificação? Como essas tarefas são distribuídas dentro da mesma categoria profissional ou entre categorias diferentes?

Assim, o *sale boulot* “é o processo pelo qual existem profissões prestigiadas e outras desconhecidas, desvalorizadas ou ignoradas” (HUGHES apud LHUILIER, 2005, p.97). Esse conceito centra-se nas tensões e deformações envolvidas no trabalho que contempla aspectos repugnantes e degradantes ou vergonhosos. No cotidiano de trabalho, cada sujeito procura minimizar as implicações degradantes de sua atividade de trabalho.

O trabalho doméstico remunerado possui características vistas pela sociedade, de um trabalho que apresenta características simples, pouco complexas, realizado no âmbito privado, os sujeitos lidam com elementos dotados de “potencial poluidor”, termo definido pela antropóloga norte-americana Mary Douglas em sua obra clássica *Pureza e perigo* (2010). A autora investiga os sentidos e as relações de questões da pureza, do perigo, da impureza, da sujeira nas “sociedades primitivas” que nos elucidam a pensar, em nossa sociedade, sobre a questão do trabalho da diarista, um trabalho de desigualdade social e representações simbólicas. Para a autora, em uma sociedade, quando comportamentos, ações, pensamentos, categorias sociais, instituições são sistematizadas, são também separadas como puros ou impuros, de forma que o perigo da desestabilização social seja impedida. Portanto, a proporção de organização e de estabilidade de uma sociedade incide na situação de consenso e legitimidade obtida pela ordenação e hierarquização de experiências, puras ou impuras, em si mesmas, não unitárias, inerentemente desordenadas (DOUGLAS, 2010).

O destaque na análise dessas questões está associado a outra problemática, não menos relevante, que a autora investiga, ou seja, a questão da ordem. Destacamos como a ordem fundamenta todo um padrão de comportamento que não estamos habituados a relacionar à impureza e ao perigo. Porém, nada mais adequado que pensar na ordem para entendermos a desordem como todo tipo de discriminação.

A sujeira representa algo repugnante, a limpeza e a pureza são mais importantes, afastando de qualquer perigo. As coisas que nos rodeiam devem estar isentas da contaminação

e da impureza, mesmo as mais microscópicas. A ordem está grudada à organização: tudo está em seus lugares e todos os lugares com suas coisas igualmente ordenadas e purificadas (GAUER, 2005, p.399). Nos depoimentos das diaristas, conforme veremos no capítulo denominado “Usos diários de si no trabalho doméstico”, as narrativas apresentam uma preocupação com o limpo, com a aparência, com as coisas no lugar, ou seja, tudo tem que estar em ordem e limpo, fora de qualquer perigo.

A contemporaneidade orientou não apenas os homens, mas todas as coisas que pudessem estar fora do lugar. Mary Douglas (2010, p.18) menciona que o reconhecimento de qualquer coisa fora do lugar representa uma ameaça e, assim, as consideramos desagradáveis e as rejeitamos rapidamente, pois representam perigo em potencial.

A partir dos conceitos do *sale boulot*, procuramos relacionar suas características com a construção identitária das trabalhadoras domésticas e também com os conceitos de pureza e limpeza. Para discutirmos a construção da identidade das trabalhadoras domésticas diaristas, partimos do princípio de que o trabalho doméstico é de alguma forma, estigmatizado. Conforme dito anteriormente, suas tarefas são desvalorizadas, invisíveis e de servidão. O conceito de estigma corresponde à associação de atributos depreciativos que diminuem ou degradam o sujeito estigmatizado.

Considerando a categoria de trabalhadoras domésticas diaristas, em que as identidades são desenvolvidas num quadro em que as principais tarefas estão relacionadas ao trabalho de limpeza, fazer comida, cuidar dos filhos, manutenção e conservação da casa, ou seja, são atividades que não exigem muita elaboração intelectual, não requer experiência, os salários são baixos, é uma profissão que relaciona-se com atividades indesejadas da sociedade, são atividades consideradas penosas para os patrões, portanto, delegadas para as trabalhadoras domésticas. Além disso, somam-se a um trabalho de servidão resquícios de uma herança da sociedade escravocrata no Brasil. A construção identitária dessas trabalhadoras é influenciada pela forma como se constitui o trabalho doméstico remunerado, na divisão moral do trabalho em nossa sociedade.

Segundo Hughes, a análise da divisão do trabalho deve beneficiar os aspectos morais, como a respeitabilidade em um sistema mútuo de interação que permite compreender a divisão do trabalho também em seus aspectos morais de distinção. O autor, quando menciona papel social, endereça a noção de performance social, em que os sujeitos executam funções de acordo com o contexto, como na situação de trabalho, tema ao qual dedicou suas pesquisas. Para Goffman (1988), o debate sobre o papel social situa-se no contexto da análise da representação das necessidades, das expectativas e das interações da sociedade.

Assim, a inserção marginal no acesso ao prestígio social é apresentada como forma essencial do *sale boulot*, em que o simbolismo do sujo revela o ideal moral vigente. Ou seja, os dispositivos de ordenamento moral são diferenciados em torno do limpo e do sujo, o qual possibilita a diferenciação entre prestígio e valor social (DOUGLAS, 2010) ou respeitabilidade nas palavras de Hughes (1954, p.4). Considerando as particularidades que lhe são imputadas, as tarefas e ocupações incluem-se no processo de divisão do trabalho conforme os critérios morais de ordenamento.

O trabalho sujo simboliza o alicerce conceitual que agrega as tarefas ou características menos valorizadas entre as ocupações ou até mesmo na mesma ocupação. Para Goffman (1988), o lixo simboliza o lugar dos excluídos e rejeitados, daqueles sujeitos que possuem uma identidade social deteriorada.

O ponto conceitual da distinção entre o sujo e o limpo é a denominação do trabalho sujo para aquelas atividades que, embora sejam necessárias, são desagradáveis ou menos importantes (MOLINIER et al., 2010) e, conseqüentemente, delegadas aos sujeitos que não possuem as características que convergem com os requisitos da ordem moral vigente. Por vezes, as atividades que compõem os aspectos centrais de uma profissão são mais valorizadas e tendem a se opor às atividades marginais, aquelas menos prestigiadas, replicando a relação entre limpo e sujo (HEINSLER; KLEINMAN; STENROSS, 1990).

O quesito utilizado para fazer uso dessa distinção é a ordenação moral em torno do papel social da ocupação, que envolve diversas características, tais como: as condições físicas de trabalho, o conhecimento e as habilidades, a carga horária de trabalho, os benefícios sociais e trabalhistas, dentre outros. Para Hughes, toda profissão tem seu trabalho sujo e limpo, embora considere que algumas profissões são mais vulneráveis, tendo em vista a diversidade de atividades que lhe são peculiares, como o caso das enfermeiras e dos profissionais de limpeza, e nesta pesquisa incluímos as trabalhadoras domésticas diaristas (HUGHES, 1956; LHUILIER, 2005).

A história que simboliza o trabalho doméstico, conforme apresentado anteriormente, possui quesitos que estão diretamente relacionados com a dimensão moral do trabalho como a desvalorização, a invisibilidade, e podemos acrescentar a essas características a herança da servidão, ainda presente nos dias atuais. As suas funções não são muito claras, os critérios de avaliação e acompanhamento são deficientes ou inexistentes, conseqüências de um trabalho realizado eminentemente no espaço privado, não possui um valor mercantil, ou seja, não é uma empresa, não gera lucros. Essas características parecem ajudar de forma particular a

estigmatização como trabalho sujo, como um trabalho menos nobre, como um trabalho impuro.

Hughes destaca que causa desconforto para os trabalhadores as diversas concepções sobre o que é seu trabalho ou deveria ser, sobre qual mandato deveria ser visto pelo seu público e sobre aquilo que é possível alcançar e através de quais meios. Especialmente a ausência de definição do mandato permite fantasiar acerca de como as tarefas devam ser realizadas por cada trabalhador em cada posição, quais são suas responsabilidades?

Nem sempre trabalhadoras domésticas diaristas não possuem uma padronização de tarefas descritas por seu empregador, em alguns casos elas podem diferenciar conforme a necessidade daquele dia. Suas funções estão centradas nas atividades de limpeza em geral, mas que não se restringem ao universo das atividades possíveis, as exigências do que deve ser feito dependem de cada casa, de cada empregador, nunca tem um empregador, cada dia é uma rotina diferente, depende da necessidade do empregador, naquele dia. Para Hughes, a falta de clareza na definição de tarefas possibilita que sejam realizadas racionalizações internas, de acordo com seus riscos e contingências, que ocasionaram em uma cultura profissional própria, a qual raramente atenderá às expectativas dos usuários dos serviços (empregador), ou seja, os padrões sempre esperam mais.

Especialmente no caso das trabalhadoras domésticas diaristas, são apresentados vários dificultadores na divisão das categorias entre: faxineira, diarista e mensalista, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e responsabilidades diversas, no seu cotidiano de trabalho, e a ausência de direitos legais trabalhistas, em particular as trabalhadoras domésticas diaristas, que até então não foram incluídas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não possuindo direitos que amparem essa categoria e assegurem seus direitos trabalhistas. Essas trabalhadoras acabam por desempenhar tarefas diversas, de acordo com cada residência, conforme a necessidade e demanda de cada empregador. Não existe uma padronização de carga horária de trabalho, remuneração e atividades a serem desempenhadas.

Assim, a identificação com outras trabalhadoras domésticas diaristas, com suas colegas, com seus pares, tende a minimizar o estigma, sugerindo estratégias de reconhecimento da profissão. O autorreconhecimento das trabalhadoras domésticas é sugestionado pela maneira que a sociedade a reconhece e por aquilo que lhes encoraja ou aprovam.

Ao pensar a estigmatização da trabalhadora doméstica, é relevante discutir algumas características da inserção dessa categoria de trabalho em sociedades democrático-liberais. O trabalho doméstico está relacionado ao dilema moral que envolve um trabalho de servidão,

realizado no domicílio de outra pessoa, misturando o aspecto pessoal, íntimo e privado (público e privado). Existe uma situação de trabalho diferenciada dentro e fora, é um trabalho público, porém realizado no espaço privado, na intimidade das famílias, o que gera uma certa ambiguidade na posição da trabalhadora doméstica: ela está simultaneamente integrada e excluída da família.

#### **4.4.1 Divisão moral do trabalho**

O trabalho sujo simboliza o alicerce conceitual que agrega as tarefas e peculiaridades menos prestigiadas entre as ocupações ou mesmo dentro de uma mesma ocupação. O fundamento utilizado a serviço dessa diferenciação é a ordenação moral em torno do papel social da ocupação, que envolve características tão variadas quanto rendimentos, condições físicas de trabalho, conhecimentos técnicos, habilidades requeridas, natureza da atividade, extensão da jornada de trabalho, benefícios trabalhistas, critérios de seleção e capacitação, dentre outros. Portanto, todo trabalho pode ter suas tarefas diferenciadas em trabalho limpo e sujo, mas, para Hughes, existem ocupações que estão mais vulneráveis tendo em vista a diversidade das tarefas que lhe são características, como exemplo, os profissionais de limpeza (HUGHES, 1996).

Para Hughes, a consequência da ideia do *sale boulot* representa a composição de uma divisão moral do trabalho, relativo aos processos através dos quais os sujeitos com *status* e prestígio profissional mais elevados passam a se aperfeiçoar nas situações mais “desejáveis moralmente”, abandonando para os sujeitos de posição inferiores as atividades sujas e estigmatizadas (HUGHES, 1996, p.306).

O mundo do trabalho pertence aos profissionais prestigiados, valorizados e por outros profissionais desvalorizados ou ignorados. Portanto, devemos considerar os aspectos morais como a respeitabilidade e a dignidade, em que as percepções do papel social das tarefas são relevantes (HUGHES, 1996). Toda profissão comporta tarefas que são fontes de prazer e gratificação, e outras consideradas impróprias e sujas.

Vamos nos concentrar nesta pesquisa nas características do trabalho que Hughes denomina como hierarquicamente degradante. A partir dos estudos de Hughes, estabelecemos relações entre o *sale boulot* e a representação social do papel social da trabalhadora diarista.

Ao falar em papel social, Hughes remete à ideia de performance social, em que os indivíduos desempenham funções de acordo com o contexto, como, no caso do trabalho, perspectiva sob a qual dedicou especial atenção. Mais tarde, Goffman (1988) ampliou

adiscussão, sistematizando o papel social em torno da análise da representação das necessidades, das expectativas e das interações socialmente situadas.

Seguindo o pensamento de Hughes de *sale boulot* exposto, podemos afirmar que o trabalho da diarista está relacionando ao trabalho sujo, ao impuro, ele se situa numa categoria hierarquicamente inferior quando comparados com outras profissões. Um trabalho estigmatizado, penoso e desvalorizado socialmente.

Tendo em vista o cotidiano das rotinas da trabalhadora doméstica diarista, os padrões delegam as tarefas menos prestigiadas, que ocupam posições hierarquicamente inferiores (lavar as louças, arrumar as roupas, cuidar do cachorro, limpar as fezes do cachorro, tirar o pó). Este fenômeno para Hughes representa o sentido moral da divisão do trabalho. O autor exemplifica citando a diferença entre advogados de importantes escritórios e advogados de porta de cadeia, as enfermeiras do bloco cirúrgico e as enfermeiras responsáveis por cuidados paleativos. São funções inerentemente dependentes, constituindo o conjunto de atividades de uma profissão, estabelecendo a coerência que possibilita a diferenciação de papéis sociais a serem desempenhados numa mesma profissão por possuidores de determinadas particularidades que respondem à ordem moral vigente.

Segundo Douglas (2010), a sujeira é antes de qualquer coisa topográfica ou topológica, sujeira, poluição. Ao associar sujeira/poluição à ordem/desordem, “[...] a impureza é essencialmente desordem. [...] A impureza é uma ofensa contra a ordem. Eliminando-a, não fazemos um gesto negativo; pelo contrário, esforçamo-nos positivamente por organizar o nosso medo” (DOUGLAS, 2010, p.6-7).

Apresentar-se sujo ou impuro significa estar fora do lugar, por isso topográfico. “A impureza absoluta só existe aos olhos do observador” (DOUGLAS, 2010, p.6), esta concepção é socialmente circunstancial, ou seja, a impureza é “qualquer coisa que não está no seu lugar” (DOUGLAS, 2010, p.30). Sozinho, mas, sobretudo, social, a noção de impuro é algo relativo. Não são os aspectos inerentes das coisas que as transformam em sujas, impuras, mas sua localização, exatamente sua localização em uma ordem de coisas idealizadas. Por isso, como ressalta Hughes, tarefas são definidas, delegadas a pessoas que atuam em nome de uma sociedade ou grupo, e conseqüentemente são estigmatizadas pelas características humilhantes ou suja de seu trabalho.

Para Hughes, a relação de dependência entre o trabalho sujo e limpo é intrinsecamente dada, uma vez que ambos são necessários à ordem da sociedade. É porque alguns trabalhadores dedicam às atividades desagradáveis que outros podem dedicar-se às tarefas mais prestigiadas.

O estudo da organização do trabalho como divisão de tarefas e dos indivíduos, ou a divisão técnica e social, deve ser acrescido também como divisão moral e psicológica. A divisão do trabalho é tanto mais uma questão de respeito/reputabilidade (e, portanto, auto-imagem) que somente de competências e saberes especializados. “O trabalho de um homem é um dos elementos mais significativos de sua identidade social, e inclusive o seu destino da sua existência única” (HUGHES, 1996; LHUILIER, 2005).

Assim, para Hughes, todo trabalho envolve acordos/julgamentos quanto ao seu valor e prestígio. E qualquer conversa sobre o trabalho realizado tem um discurso de autoestima e distinção com o trabalho dos seus colegas. Valorização e distinção que passam ocultos, a evasão, despercebido passando por ocultação, o desvio, a delegação ou a subversão do “trabalho sujo”. Existem muitos tabus em relação às atividades de limpeza, e talvez até mesmo de “escrúpulo moral”, essa lógica, na prática, do sucesso o qual a atividade-tabu é rejeitada para uma outra pessoa’ (HUGHES, 1996; LHUILIER, 2005).

As pesquisas que investigam a identidade e que se valem do conceito de trabalho sujo têm, comumente, como sujeitos as cuidadoras sociais e as enfermeiras, as dançarinas noturnas e os policiais. A característica que os une, enquanto trabalhadores sujos, é a estigmatização em função do trabalho que desempenham, por assim dizer, pouco valorizados em termos de prestígio social. Como salienta Erving Goffman, o estudo sociológico das pessoas estigmatizadas tem seu interesse justamente no tipo de vida coletiva que levam aqueles que pertencem a uma categoria em particular (GOFFMAN, 1988).

Sem desconsiderar as particularidades das diversas situações de trabalho e as suas singularidades na relação subjetiva do trabalho, podemos explorar, nos diversos campos profissionais, o impacto do enfrentamento ao sujo, à impureza, à mancha na prática profissional. Esse confronto está no centro das situações de trabalho ou é só uma parte das atividades (LHUILIER, 2005).

A concepção central de “trabalho sujo”, para Hughes, é a divisão moral do trabalho, tendo em vista os processos, em que os trabalhadores com prestígio e *status* profissional pertencentes a um nível hierárquico superior se especializam nas situações mais desejáveis, restando para o sujo e os estigmatizados as demais posições inferiores (HUGHES, 1996, p.306). Ou seja, para a mulher pertencente a uma classe socioeconômica mais prestigiada, ou melhor, que possui uma situação financeira suficiente para remunerar uma trabalhadora doméstica, para realizar os serviços de sua casa, possibilitando a essa mulher (empregadora) trabalhar fora de casa, em atividades mais prestigiosas que a tarefa do lar.

Segundo Lhuilier, o lixo tem uma classificação, que representa a parte inferior, o impuro, o sujo, o indigno, o intocável. Na sociedade contemporânea, o lixo é empurrado para fora e tem uma conotação de “lixo social” como, por exemplo, os mendigos, enfermos, idosos (LHUILIER, 2005). A análise da divisão do trabalho deve levar em consideração os aspectos morais, como a respeitabilidade, em que as percepções relacionadas ao papel social das atividades são relevantes (HUGHES, 1956). Assim, características técnicas como conhecimento e habilidades juntam-se à respeitabilidade em um processo de mútua interação que possibilita compreender a divisão do trabalho também em seus aspectos morais de diferenciação.

Tomando como referência o significado do lixo na nossa sociedade, ele representa tudo o que não queremos mais, descartamos o que se tornou obsoleto e fazemos isso com satisfação, significa a garantia de estar fora do lugar onde ninguém quer estar. Portanto, o lixo é considerado o local dos excluídos, dos rejeitados, local daqueles que possuem uma identidade social deteriorada (GOFFMAN, 1988). Os valores negativos estão relacionados ao sujo. Para Gouhier apud Lhuilier (2005), a questão da exclusão está relacionada aos resíduos e seu tratamento. Para o autor, o objeto mobiliza um conjunto de processos psicológicos e sociais para garantir a diferenciação, a separação e o distanciamento.

Os profissionais que trabalham com o lixo como os catadores de lixo, os coveiros, os profissionais do esgoto não se beneficiam de uma imagem social gratificante, eles encontram um sentimento de compaixão, na pior das hipóteses, o desprezo. O lixo representa um processo de expulsão – exclusão que o define. Para Lhuilier, não é simples pertencer à categoria de trabalhadores do *sale boulot*. A autora relata sua experiência ao revelar para seus entrevistados o novo sujeito de pesquisa, a primeira reação foi de surpresa, nas palavras da autora, “Oh! Você trabalha com isso?”, imediatamente surge uma frase de compaixão: “Sim, tem um monte de pessoas que trabalham com isso” (LHUILIER; COCHIN apud LHUILIER, 2005, p.79). A declaração da autora corrobora com a experiência da pesquisadora, que, ao ser interpelada a respeito de sua pesquisa, os interlocutores também se demonstravam decepcionados, “ah empregadas domésticas... deve ser interessante...”. Ou seja, pesquisar a categoria de trabalho da empregada doméstica não traz *status*, prestígio. É uma categoria profissional desvalorizada, inferior, à margem socialmente quando comparada às demais profissões, ou às demais pesquisas (LHUILIER, 2005, p.79).

Os homens são os principais responsáveis pela coleta do lixo, eles são responsáveis em reproduzir a divisão do trabalho que permite aos sujeitos investir nas ruas, enquanto as mulheres (exceto as mulheres públicas) estão ligadas ao espaço interno, ao doméstico. A

remoção do lixo é, principalmente, uma questão da remoção dos “resíduos” sociais: mendigos, pobres, enfermos, indigentes, idosos constituem a maior parte da força de trabalho contratada pelos empresários. Essa organização traduz “o projeto de tirar imediatamente o lixo, o cheiro de sujeira e infecção social” (CORBIN apud LHUILIER, 2005).

No artigo de Dominique Lhullier, “Sale Boulot”, publicado na revista *Cairn* em 2005, a autora toma “emprestado” de Hughes a noção de trabalho sujo e afirma que é um ponto de vista heurístico, profícuo para elucidar a questão da organização não apenas como divisão técnica e social, mas também moral e psicológica. Ainda segundo a autora, diversos setores, tais como indústria de resíduos, hospitais, prisões, serviços de limpeza, estudam campos emergentes de “trabalho sujo”, incluindo principalmente atividades que enfrentam a sujeira.

O *sale boulot* na literatura francesa está relacionado às tarefas repugnantes, tediosas, ingratas ou desagradáveis que não representam prestígio social (LHUILIER, 2005; MOULINIER et al., 2010), ou seja, são aquelas atividades que incorporam marcas de uma construção social com características degradantes. É dizer que a característica que lhes suja, mancha, macula, degrada está incluída em um contexto social que a desenvolve, envolve e define. Este é outro ponto a se destacar: o trabalho sujo não é universalmente definido (EMERSON; POLLNER, 1976, p.244), deve ser referenciado ao sistema social em que se insere (HUGHES, 1956, p.6).

Portanto, o que caracteriza o trabalho sujo não é apenas o trabalho em si, mas está associado a uma ordem social que o define como tal. Para Douglas (2010), essa ordem pode ser demarcada pela distinção entre padrões subjetivos de sujeira e limpeza. Segundo a autora, o limpo está simbolicamente relacionado à pureza, bem como o sujo ao perigo, concedendo carga moral à dupla limpo/sujo. Mary Douglas (2010) desubstancializa a noção de limpeza e sujeira: “não há sujeira absoluta: ela existe aos olhos de quem vê” (DOUGLAS 2010, p.12). Afastar a sujeira, segundo a autora, é uma atitude de ordem simbólica. Provoca uma classificação que ordena o ambiente que nos circunda.

Se evitamos a sujeira não é por covardia, medo, nem receio ou terror divino. Tampouco nossas ideias sobre doença explicam a gama de nosso comportamento no limpar ou evitar a sujeira. A sujeira ofende a ordem. Eliminá-la não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente (DOUGLAS, 2010, p.12).

A relação de dependência entre o trabalho sujo e o limpo é intrinsecamente concedida, mesmo considerando que o limpo e o sujo são essenciais à própria vida ordenada em sociedade. Ou seja, é porque alguém se disponibiliza a realizar as tarefas desagradáveis,

degradantes, o sujo que outros podem se dedicar às funções mais prestigiadas, valorizadas, reconhecidas, as tarefas prestigiosas, que concedem *status* aos sujeitos.

O trabalho doméstico é invisível para a sociedade capitalista, mas é essencial para o avanço das sociedades, por favorecer seu desempenho, o apoio para a força de trabalho e a reprodução (PERROT, 2007, p.248). Porém, o trabalho doméstico não se mostra como algo socialmente benéfico para todos e, assim, atividade de todos. A desvalorização do trabalho doméstico está associada à redução deste a um trabalho reprodutivo fácil, obrigação das mulheres (MORI; BERNARDINO-COSTA; FLEISCHER, 2011). Para os autores, a relevância de um bem não é naturalmente valorizado, desvalorizado, mas resultado das relações sociais. Portanto, a desvalorização do trabalho doméstico está associado não somente ao seu caráter reprodutivo, mas com a condição cultural que o percebe como um “trabalho simples, braçal, racializado e feminilizado” (MORI; BERNARDINO-COSTA, FLEICHER, 2011, p.18).

Sendo assim, demandar que a trabalhadora doméstica realize atividades humilhantes, desvalorizadas socialmente, ilustra a localização de um valor que obedece a um sistema hierárquico do que é digno de um bom tratamento, e no caso “toda atividade comporta um trabalho sujo”, realizar um trabalho que na percepção das entrevistadas é um trabalho digno, é um trabalho honesto, mesmo sendo invisível e desvalorizado, é através dele que vem o sustento próprio e da família, é o que é valor para essas mulheres.

#### **4.5 O problema do reconhecimento no trabalho doméstico**

A temática reconhecimento tornou-se relevante como fonte de leitura das ciências sociais para o entendimento dos diversos fenômenos sociais contemporâneos. Na psicologia do trabalho é tema essencial para compreensão da identidade, sofrimento, saúde e relações intersubjetivas no trabalho. As últimas décadas trouxeram novos debates a respeito do reconhecimento, contribuíram para isso os filósofos sociais como Fraser (1996), Habermas (2002), Honneth (2003), Ricoeur (2004) e Taylor (1997), a partir da contribuição dos renomados autores, debates sobre multiculturalismo, conflitos culturais e religiosos, ética e justiça social, identidade e intersubjetividade foram reiniciados.

O pensamento de Hegel inspira vários filósofos políticos da contemporaneidade, mas foi Honneth (2003) quem deu continuidade à teoria de Hegel sobre o reconhecimento. Honneth concorda com os antecessores da Escola de Frankfurt, tais como Habermas, Adorno, Horkheimer e Marcuse, que existe um caráter patológico nas sociedades contemporâneas e

que esse é consequência de uma deficiência de racionalidade, ou a falta de oportunidades de ter acesso a ela. Os pontos de partida de Honneth (2003) são os escritos do jovem Hegel e de Mead, aportes essenciais para uma teoria da intersubjetividade.

Para Honneth, as sociedades capitalistas produzem patologias que se expressam em lesões nas identidades dos sujeitos, as quais são verificáveis nas experiências de sofrimento e desrespeito social, que são elas mesmas manifestações de interesses emancipatórios. Desse modo, a teoria crítica do reconhecimento de Honneth procura investigar formas particulares de sofrimento causados socialmente nos países capitalistas, enfatizando as maneiras de sofrimento cotidiano, aquelas que estariam além do manifesto na esfera pública (HONNETH, 2003, p.95).

A práxis do reconhecimento apresenta um conteúdo normativo que sinaliza o comportamento racional com que se pode responder a qualidades preciosas de uma pessoa ou grupo (HONNETH, 2003, p.133). O reconhecimento é um ato moral que está atrelado com um acontecimento cotidiano no mundo social (HONNETH, 2003, p.134). Reconhecimento, para o autor, deve ser identificado no termo alemão, como tal deve ser compreendido na afirmação de qualidades positivas nas pessoas ou grupos. Além disso, o reconhecimento é também um comportamento, uma atitude eficaz em um plano de ação, não podendo estar limitado a declarações simbólicas e palavras; é o correspondente a um modo de comportamento dos sujeitos que será concebida a credibilidade para os sujeitos reconhecidos.

Honneth declara que o reconhecimento é uma concepção geral que inclui diversos subtipos, nas condutas do amor, do respeito jurídico e da apreciação do valor que destacam, em cada situação, diversas acentuações de uma atitude essencial que o autor pretende conceituar como reconhecimento (HONNETH, 2003, p.135). Dito isso, o reconhecimento não evidencia uma simples ideologia, pois ele “[...] configura as condições prévias intersubjetivas da capacidade de realizar autonomamente os próprios objetivos vitais” (HONNETH, 2003, p.135).

Esses padrões estão relacionados ao fato de que cada sujeito concede a si mesmo um valor enquanto um ser de necessidades, enquanto sujeito autônomo provido dos mesmos direitos que seus semelhantes e enquanto sujeito apto para fazer certo número de coisas todos relacionando às três formas de reconhecimento em Hegel: o amor, o respeito jurídico e a estima social (HONNETH, 2003).

A estrutura normativa do reconhecimento origina-se do princípio de que as tradicionais formas de pertencimento comunitário, apoiadas no *status* e na honra, fragmentam-se num novo sistema jurídico que reconhece, “de um lado, a universalidade dos

direitos individuais, e de outro, uma esfera de mérito em que o indivíduo conquista seu reconhecimento por meio de seu desempenho, especialmente no trabalho” (HONNETH apud BENDASSOLI, 2012). É essa segunda esfera que representa a luta por reconhecimento, pois “o que está aqui em jogo é a possibilidade de o sujeito ser excluído pelo outro, o que coloca em risco sua autoestima e identidade” (BENDASSOLI, 2012).

Para Honneth, a teoria crítica do reconhecimento, como novo objeto central, parte do princípio de que todo conflito social e, conseqüentemente, os movimentos sociais estejam determinados em alguma forma de injustiça que resulta necessariamente numa luta por reconhecimento. Mas é imprecisa a suposição de que toda injustiça só se forma plenamente na existência de uma percepção subjetiva (ou intersubjetiva) de seus atores, mesmo que no escopo das percepções intuitivas e pré-teóricas. Não existindo, portanto, prerrogativa explícita entre dominação e injustiça. Da mesma forma, a exploração é conduzida a uma forma de não reconhecimento referente ao ambiente econômico. Mas qual seria o lugar da definição de “autoexploração”, que também se destaca como um novo elemento do capitalismo atrasado? (CAMARGO, 2010, p.115).

Honneth associa trabalho e reconhecimento. O trabalho tem uma atribuição de integração social na sociedade para o autor, o trabalho é detentor de uma dimensão moral. A organização e a evolução do trabalho social cumprem um papel central para a estrutura de reconhecimento de uma sociedade, segundo Honneth, uma vez que a definição cultural da hierarquia das tarefas de ação estabelece o grau de valorização social que o sujeito poderá obter por sua atividade e as propriedades associadas a esta. As particularidades de constituição da identidade individual a partir da experiência de reconhecimento dependem diretamente da condição e atribuição social do trabalho (HONNETH, 2003, p.270).

A relação entre trabalho e reconhecimento é um tema repetitivo na obra de Honneth desde os anos 80. No seu texto “Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição” (2008), o autor inicia sua análise a partir do diagnóstico sobre o deslocamento do trabalho das agendas de pesquisa da teoria social crítica da sociologia. O autor inicia seu texto com a seguinte frase: “Nos últimos duzentos anos nunca estiveram tão escassos como hoje deesforços para defender um conceito emancipatório, humano de trabalho” (HONNETH, 2008, p. 46). Muito embora Honneth aceite que “o desenvolvimento real da organização do trabalho na indústria e nos serviços” auxiliou de muitas maneiras formas para ocultar as tentativas de aprimorar a qualidade do trabalho, o que desagrada a Honneth é que os desenvolvimentos na administração do trabalho incidem no “deslocamento da atenção intelectual e no interesse socioteórico”, auxiliando os sujeitos que há mais de quarenta anos

creditavam sua confiança na humanização e libertação do trabalho, “voltem suas costas para o mundo do trabalho” e passem a se dedicar a outros temas “distantes da produção” (HONNETH, 2008, p.46-47).

Segundo Honneth, a teoria crítica da sociedade busca privilegiar questões concernentes à composição política e aos direitos de cidadania, sem ao menos se preocupar com as ameaçadas influências na fase da produção, e mesmo a sociologia, o filho científico da sociedade capitalista, distanciou-se de sua área central do passado e toma crescentemente processos de transformação cultural como seu objeto (HONNETH, 2008, p.47).

Em todo caso as reações daqueles que povoamos mercados de trabalho capitalistas contemporâneos somente podem ser explicitadas apropriadamente se, ao invés da perspectiva da integração sistêmica, for assumida a da integração social; pois o fato de que nas condições dadas há luta e exigências e não apenas reações de apatia estratégica só pode ser compreendido se o mercado seguir sendo analisado como parte do mundo social da vida. Se assumirmos tal perspectiva, então no mercado capitalista de trabalho voltam à tona todas aquelas condições morais que aqui reconstruí” (HONNETH, 2008, p.64-65).

O autor apresenta em seu texto “Trabalho e reconhecimento” uma predileção pelo conceito de trabalho social, conforme utilizado por Marx, que seja, ao mesmo tempo, uma atividade produtiva para o mercado e manifestação de autorrealização do indivíduo. Para Honneth, essa ideia marxista de trabalho associava o que Hannah Arendt compartilhava em duas atividades –*labor e work*. Esta caracterização feita por Arendt *labor e work* é o início para refletir um conceito moderno de trabalho<sup>8</sup> (SILVA, 2010, p.20). Uma vez que esse último se assemelha a uma simbiose dessas duas atividades que menciona Arendt, mas sem se confundir com qualquer uma delas isoladamente.

É fundamental não confundir essa forma contemporânea de labor com o trabalho no sentido antropológico de atividade humana em geral. O labor no sentido antropológico não se estabelece em fonte de junção social na sociedade capitalista contemporânea; só o seria se fosse alterada em mercadoria. Porém, como mencionou Karl Polanyi citado por Silva (2010, p.21), cujos pensamentos são extremamente censurados por Honneth, “a subordinação das atividades humanas à lógica do mercado levaria à destruição da sociedade” (SILVA, 2010).

---

<sup>8</sup> Para Hannah Arendt, labor é uma atividade humana que combina necessidade e fugacidade. Necessária porque corresponde ao processo biológico do corpo humano, e da qual depende a perpetuação da vida; efêmera porque é uma atividade que se esgota no próprio processo, sem deixar traços de permanência. Work, por sua vez, é uma atividade inerentemente solitária que corresponde ao não naturalda existência humana e não é intrínseca ao ciclo vital da espécie. É uma atividade que combina permanência e liberdade, produzindo coisas cujo uso não se esgota no mero ato de consumo (ARENDR, 2005).

Ao considerarmos a teoria de Honneth, é necessário destacar a pertinência e a relevância da crítica intrínseca, defendida pelo autor, para avaliar as condições de trabalho na contemporaneidade. Honneth retoma a teoria da solidariedade de Durkheim, acrescentando os aportes atuais da sociologia econômica; esse é o aspecto fundamental de seu debate em favor da moralidade oculta que subsidia as relações de troca no mercado de trabalho.

O que Durkheim intitulava como condições não contratuais do contrato garantia um pano de fundo normativo para as relações “*contrais*”; mas em suas considerações críticas a respeito da divisão de “*anômica*” não acreditamos que exista elementos que sinalizem para um ideal de autonomia no sentido pressuposto pela tradição da teoria crítica. A divisão do trabalho orgânica em Durkheim, centrada na noção de interdependência, aproxima-se mais da noção de integração sistêmica do que da de integração social, advogada por Honneth (SILVA, 2003b).

Essa discussão do reconhecimento é essencial no trabalho da diarista, tendo em vista as relações de poder e servidão instituída no cotidiano de trabalho reforçando a divisão social e técnica do trabalho impedindo o reconhecimento do outro e seu valor profissional.

Para Mauss, o reconhecimento não se limita a relações de trocas econômicas, mas reúne o fato de que, nas relações com o outro, a generosidade, o desinteresse, a doação de si, possuem importante valor antropológico (CAILLÉ apud BENDASOLLI, 2012).

A clínica da atividade tem contribuído com uma visão do reconhecimento que vai além do contexto das relações interpessoais no trabalho (CLOT, 2006; 2008). Para a clínica da atividade, o trabalho é uma atividade dirigida situando as preocupações do sujeito, ou seja, suas expectativas, seus desejos e projetos, bem como as “sobreocupações” dos outros, considerando que a atividade dos sujeitos é conduzida ao ofício, ao gênero profissional, ou seja, numa história coletiva, com regras próprias de ofício, em um coletivo de trabalho. Portanto, existe a possibilidade de os trabalhadores se reconhecerem no que realizam. E essa alternativa acontece em função de como se inscrevem na história de um ofício, que não cabe a ninguém em particular, mas pelo qual todos se responsabilizam. A convocação subjetiva no trabalho está orientada para um sobre destinatário, a instância transpessoal do trabalho.

Para Clot, nada é mais relevante que “atacar” o trabalho para que possamos defendê-los. Ele só permanece se a última palavra não for mais verbalizada, e o último gesto não for concluído. Dessa forma, a vitalidade interpessoal do ofício descansa sobre os ombros de cada trabalhador, e todos são responsáveis por conservá-lo da “imutabilidade” (CLOT, 2011, p.74).

Assim, o reconhecimento para a clínica da atividade solicita um deslocamento do pensamento do nível interpessoal para o nível transpessoal e dialógico do ofício.

Nesse nível, o sujeito é protegido pelo ofício que lhe disponibiliza “previsíveis genéricos” para o enfrentamento dos desafios do real da atividade. Para Clot (2008) citado por Bendassoli (2012), sem esses previsíveis genéricos, o sujeito é abandonado e exposto às contingências da organização do trabalho. Assim, o sujeito deverá buscar o reconhecimento do outro no nível interpessoal, através de seus pares de seus superiores, uma vez que não pode se reconhecer em qualquer coisa realizada no ambiente no ofício, assim, o reconhecimento torna-se “uma compensação factícia” um “reconhecimento sem raízes”, o reconhecimento representa “reconhecer-se em algo, fora de si e do outro” (BENDASSOLI, 2012, p.43).

A partir das abordagens de trabalho e reconhecimento, podemos afirmar que Honneth direciona o olhar do reconhecimento na categoria das relações interpessoais dentro do coletivo de trabalho. Yves Clot faz uma provocação ao propor uma mudança significativa nas investigações sobre o trabalho e reconhecimento, sugerindo uma transferência do nível interpessoal para o transpessoal, a partir da redefinição do conceito de coletivo de trabalho. Para Honneth, a ausência das prescrições, normativas e de reconhecimento, no local de trabalho, dificultava para os sujeitos se desenvolver como sujeitos autônomos, além de intervir na sua autoestima.

Outro debate levantado pelas abordagens do reconhecimento é quanto ao espaço preenchido pelo trabalho nos processos de mediação entre o sujeito, o outro e o real da atividade. Nessa linha de pensamento, o debate sobre reconhecimento sugere uma teorização a respeito da posição ontológica do trabalho. Para Clot, devemos transformar o trabalho e fazê-lo benfeito, é nesse ponto que o autor responsabiliza o trabalho como operador de saúde, considerando as condições dos trabalhadores transformarem a situação de trabalho e se reconhecerem no trabalho bem-realizado. Assim, para Clot (2010b) citado por Bendassoli (2012), reconhecer-se no ofício representa “se olhar no olhar da própria atividade” possível de se defender perante si mesmo e apto para contribuir para cultivar a memória transpessoal do gênero profissional.

A partir dos conceitos de reconhecimento de Clot, e resgatando o cotidiano do trabalho da diarista, como um trabalho intenso, precarizado, sem representação de um coletivo (ausência de sindicato e de legislação trabalhista), essas condições de trabalho representam dificultadores para que essas mulheres possam contribuir com a história de seu ofício. Portanto, a função psicológica do trabalho se manifesta no instante em que o sujeito pode dele evidenciar-se, a partir do momento em que não se percebe mais como fundido com sua tarefa e quando a ação procura ampliar seu poder de afetar e ser afetado (OSÓRIO; RAMMINGER, 2013, p.12).

Quando consideramos os modos de trabalhar contemporâneos, fica evidente que a potência normativa do trabalhador é afetada não por ter que lidar com o erro ou o acaso inerente à vida, mas particularmente por condições contrárias perfeitas e absolutamente evitáveis. As autoras trazem o conceito de saúde definido por Canguilhem, que significa a capacidade de tolerância às infidelidades do meio, a partir da criação de normas, expandir essa capacidade é uma tarefa coletiva, que altera as condições sociais (OSÓRIO; RAMMINGER, 2013, p.13).

A partir dos conceitos expostos sobre reconhecimento no trabalho e acreditando nos conceitos de Canguilhem de trabalho como operador de saúde. Consideramos que a nossa identidade está associada aos locais de trabalho, aos quais passamos no decorrer da nossa vida, onde realizamos tarefas, ocupamos posições e dedicamos grande parte do nosso tempo. O que significa que estar bem no trabalho, se identificar com o que fazemos pode ser traduzido em estar bem, em saúde.

As vivências desagradáveis e afetivas de o sujeito compreender o seu reconhecimento negado, onde procuramos compreender as relações de reconhecimento e não reconhecimento do trabalho da diarista, na busca de saber como essas vivências podem intervir nas trajetórias de vida dessas trabalhadoras.

Para investigar a construção identitária da trabalhadora doméstica diarista, optamos pelo conceito de reconhecimento como categoria de referência, uma vez que a identidade é consequência da relação entre a vivência do reconhecimento do outro e o autorreconhecimento, possibilitando que o sujeito faça relações positivas a seu respeito.

Dessa forma, o indivíduo aprende a se referir a si mesmo em relação a determinadas propriedades e capacidades a partir da perspectiva dos outros que orientam e estimulam. Refere-se, dessa forma, aos comportamentos morais consolidados de maneira subjetiva e autorreferidas. Ou seja, a maneira como as diaristas referem a si mesmas, como elas a reconhecem, se veem, é influenciada pela forma como os outros as veem, como se referem a elas. Ou seja, a aceitação da própria identidade das diaristas é influenciada pela maneira pela qual a sociedade a reconhece e por aquilo que lhes estimula.

O conceito de trabalho sujo, por sua vez, enriquece a nossa análise da construção da identidade das trabalhadoras diaristas, as quais pertencem a uma categoria de trabalho estigmatizado. No caso do trabalho das diaristas, as identidades são produzidas em um contexto em que o seu trabalho está relacionado à ocupação feminina, de cuidados, sem necessidade de qualificação, de pouca complexidade intelectual, tarefas pesadas, baixo salário, responsável pelas atividades servis da sociedade.

Além disso, acrescenta dimensão cultural que associa as diaristas à experiência de servidão e humilhação, em que suas tarefas são fundamentais para a sociedade, uma herança da escravidão. Dessa forma, a construção da identidade das trabalhadoras diaristas é influenciada pela maneira como se constitui o trabalho da diarista na divisão moral do trabalho na sociedade.

O reconhecimento está relacionado à elaboração de relações através dos atributos e capacidades dos sujeitos, conforme valores compartilhados mutuamente. O trabalho sujo está relacionado ao prestígio social, compreendido em termos de reconhecimento, divisão de tarefas entre superior e inferior, positivas e negativas, limpa e suja.

É a construção social que se responsabiliza das dimensões morais referentes ao que altera na trajetória correta, cuja função é o controle. Portanto, é quesito de diferenciação social, em que os grupos são reconhecidos conforme os valores de limpo e sujo. Em grande medida, o conceito de trabalho sujo remete à construção dos contornos da divisão moral do trabalho.

Ou seja, o reconhecimento possibilita compreender a estrutura motivacional que controla as relações sociais, evidenciando seu ingrediente afetivo relacionado à moralidade que deriva da construção intersubjetiva. Na presença da negação de reconhecimento, procedente da estigmatização, o sujeito sente-se desvalorizado, atingido na forma como ele o percebe socialmente, suas características e propriedades são reduzidas, e suas pretensões, restringidas. O sentimento de desrespeito social alimenta o conflito interno, situação em que surgem os efeitos na autoconcepção positiva de si, do trabalho, verdadeira divisão moral em torno do qual se alicerçam as noções de certo e errado, limpo e sujo, o sujo está associado ao ruim, ao desvio, fora da ordem.

O sentimento de desrespeito social motiva o conflito, que surte os primeiros efeitos na autoconcepção positiva de si, do trabalho, verdadeira divisão moral em torno da qual se constroem noções de certo e errado, limpo e sujo.

#### **4.6 Invisibilidade do trabalho e desigualdade social?**

Procuramos discutir neste tópico a desigualdade social como fenômeno histórico da sociedade brasileira. Para tanto, recorreremos a obras do sociólogo Jessé Souza, que possuem temática relacionadas às teorias sociais clássicas, ao pensamento social brasileiro, à desigualdade, às classes sociais e à pobreza e miséria. Souza (2006; 2003; 2000) em suas obras apresenta críticas severas a autores clássicos das ciências sociais que pesquisam a

desigualdade da sociedade brasileira. A intenção do autor é apresentar uma nova ordem, expor novas teorias consistentes que desvendam o Brasil e sua gente. O autor não acredita que somente a descrição da realidade dos indivíduos socialmente humilhados possa conceituar o que seja desigualdade e sua origem social, para tanto, é essencial conjugar a história de vida desses indivíduos invisíveis com teorias sólidas, resgatar conceitos macrossociológicos para entender a constituição social do povo brasileiro.

Em seu livro *A ralé brasileira*, também denominado por ele como “despossuídos brasileiros”, ou seja, nas suas pesquisas, Jessé Souza (2009a) busca compreender o universo dos trabalhadores brasileiros despossuídos de condições de ascensão social. O autor se opõe às ideias clássicas do pensamento social, ou seja, aquela relacionada ao mito brasileiro negando os atributos do corpo. Nas palavras do autor, “se vive na sociologia um conto de fadas para adultos”. A essência de sua análise é atribuída à teoria sociológica que por muito tempo procura explicar o processo da concepção e do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Na introdução de sua obra, o autor se opõe aos discursos políticos de que o dia a dia de milhares de trabalhadores são condenados a uma rotina humilhante e que a desigualdade existente na sociedade brasileira é uma herança de “muito tempo” e de que não se pode eliminá-la rapidamente, pois diz respeito a uma herança da sociedade brasileira. Para Souza (2009a), as duas teses compõem o núcleo da “violência simbólica”, ou seja, aquela violência que não “aparece” como violência, tornando legítima a naturalização de uma desigualdade social “abissal”, como é o caso do Brasil (SOUZA, 2009a, p.15).

Para o autor, a legitimação da desigualdade brasileira contemporânea é o que concede à sua reprodução cotidiana, indefinidamente, o que não está relacionado com o passado. Ela é reproduzida por formas “modernas” essencialmente “simbólicas”, diferentes do chicote do senhor de escravos ou da autoridade e do poder do dono de terra, independente de serem escravos, ou livres, negros ou brancos.

Nessa imagem distorcida do mundo, o marginalizado social é visto como um indivíduo com as mesmas habilidades e disposição de comportamento do indivíduo de classe média. Dessa forma, “o miserável e sua miséria” são sempre percebidos como transitórios e fortuitos/acidentais/imprevistos, um mero acaso do destino, sendo a sua condição de total privação possível de uma reversão, desde que tenha uma assistência do Estado, para que possa ser independente, nas palavras de Jessé, “andar com suas próprias pernas” (SOUZA, 2009a, p.17). O autor completa dizendo que esse é o discurso de todas as políticas assistenciais entre a população.

Segundo Souza (2009a), o processo de modernização brasileiro envolve não somente as novas classes sociais que se adequam diferentemente dos capitais cultural e econômico. O que constitui também uma categoria inteira de indivíduos, não só sem capital intelectual nem econômico em qualquer medida relevante, mas carente, esse é o elemento essencial, das condições sociais, morais e culturais que aprovam essa apropriação. Assim, o autor nomeia essa classe social de “ralé” estrutural, a referência à ralé é uma provocação que o autor faz, para o maior conflito social e político da sociedade. Conflito esse “consentido por toda a sociedade”, uma categoria de indivíduos “precarizados” que se repete há gerações enquanto tal. Uma classe social negligenciada e percebida pela sociedade e o poder público como uma categoria de indivíduos perigosos, tratados subdivididos por temas de discussão superficiais, uma vez que não conseguem sequer designar o problema real, tais como: violência, segurança pública, saúde pública, combate à fome, dentre outros.

A “ralé” retrata a singularidade do Brasil contemporâneo. Segundo Souza (2009a), como a ralé não realiza, em quantidade suficiente, as condições emocionais e cognitivas que possibilitam a inclusão de capital cultural ou técnico relevante, ela é lançada nas franjas do mercado, cada vez mais competitivo. Portanto, ela passa a ser vendida como mero corpo, apenas como força física para o trabalho sujo, pesado e humilhante que as classes mais privilegiadas furtam-se em realizar. Assim, a ralé é explorada pelas classes superiores (média e alta) que dispõe desses trabalhadores de pouco valor – os homens da ralé são aqueles que fazem o serviço pesado e sujo, enquanto as mulheres realizam o trabalho doméstico para as classes superiores, para que as mulheres das classes superiores possam investir seu tempo em trabalhos e estudos que dê mais prestígio e tenham retorno mais elevado, representando a legitimação da desigualdade no nosso país. Esse é o conflito de classes sobre o qual o Brasil evita debater.

O requisito dessa possibilidade de troca é um capitalismo em fase inicial em que a “incorporação do conhecimento” técnico pelo trabalhador, para que ele possa desempenhar uma atividade útil e produtiva, era o mínimo. Portanto, mesmo que a “ralé” disponha de “capacidades” específicas que permita desempenhar seus subempregos e suas relações com o social, essas “capacidades” não são as requeridas pelo mercado contemporâneo em crescimento. Jessé exemplifica o ocorrido no ano de 2008, quando o Brasil passava por crescimento, o “gargalo” de pessoas bem-capacitadas para ingressar em novos empregos no crescimento da economia brasileira dos últimos anos.

Essas pessoas conseguem se recolocar no setor produtivo que demanda incorporação de conhecimento técnico ou “capital intelectual”, ela só pode ser recolocada como “corpo”

vendido a baixo preço, seja no trabalho doméstico, seja como gasto de energia muscular. É dessa forma que a classe é usada pelas camadas da população mais privilegiadas: como “corpo” vendido a pequenas remunerações, seja nos trabalhos das empregadas domésticas, ou como dispêndio de energia muscular nos trabalhos masculinos desqualificados, ou ainda no fazer literal da metáfora do corpo à venda, no trabalho de prostituição. Os privilégios da classe média e alta advindos da exploração do trabalho desvalorizado dessa classe são insofismáveis (SOUZA, 2009a, p.24).

Souza (2009a) em sua obra relata a “luta de classe” de diversas categorias profissionais: como no caso das empregadas domésticas, em que a sociedade tem a vantagem de economizar o tempo das repetitivas e cansativas tarefas domésticas, podendo reinvestir em trabalho produtivo e reconhecido fora de casa. As prostitutas prestando serviços sexuais de baixo preço, incluindo também os demais indivíduos em situação de dependência, de uma classe a outra. É a “luta de classe” cotidiana, invisível e silenciosa, que só ganha destaque através das novelas, é a violência transformada em cena e sustentada/nutrida conforme os interesses da mídia. O autor procura dar visibilidade “ao que não queremos ver”, a classe social que não é preferência dos pesquisadores, aquela classe nunca percebida como possuidora de uma gênese social e um destino comum, sempre (in)visível para a sociedade, e percebida pela população como “conjunto de indivíduos” carentes ou perigosos.

A hipótese defendida por Souza é a de que,

[...] a percepção dessa classe “enquanto classe” implica uma percepção radicalmente nova dos problemas centrais que desafiam o Brasil como sociedade. [...] Na melhor das hipóteses, poderemos deixar de nos avaliar como “economia”, pelo tamanho do nosso PIB, e começaremos a nos avaliar como “sociedade”, pela forma como nos tratamos uns aos outros (SOUZA, 2009a, p.25-26).

Vivemos em uma sociedade desumana, com um sistema político que não se incomoda com ela, e a mídia sustenta essa realidade, porque ambos estão pautados, marcados nas orientações do mercado. Para Jessé, na “ralé” não existe subjetividade visível.

A invisibilidade pública, desaparecimento intersubjetivo de um sujeito no meio de outros sujeitos, representa dois fenômenos psicossociais que manifestam caráter crônico nas sociedades capitalistas: a humilhação social e a reificação. A humilhação demanda da psicologia social uma dupla abordagem: política e psicológica (COSTA, 2004).

Segundo Costa (2004; 2008), a humilhação social apresenta-se como “fenômeno histórico, construído e reconstruído” no decorrer da humanidade e determinando do dia a dia dos sujeitos das classes menos privilegiadas. É a manifestação da desigualdade política,

mostrando a exclusão intersubjetiva de uma classe de homens da esfera pública da “iniciativa e da palavra”, da esfera da “ação fundadora e do diálogo”, do “governo da cidade e do governo do trabalho”, instituindo assim uma questão política.

Ser excluído das questões políticas significa produzir sintomas, “infestando o afeto, o raciocínio, a ação e o corpo homem humilhado” (COSTA, 2004, p.63). Formando a subjetividade do sujeito pobre, qualificando-o como uma pessoa que não pode criar, mas que deve reproduzir, exaurindo-o das condições que lhe facilitariam transcender uma compreensão imediata e estática da realidade.

Para Costa (2004; 2008), a reificação é um processo histórico em que as sociedades contemporâneas fixaram suas estruturas sob o princípio das determinações mercantis. A reificação representa um processo em que as sociedades industriais, os valores os mais variados possíveis, tais como: das pessoas, das relações inter-humanas, objetos, instituições, mostram-se à consciência das pessoas como valor especialmente econômico, “valor de troca: tudo passa a contar, primariamente, como mercadoria”.

Dessa forma, o trabalho reificado não se apresenta a partir de suas qualidades, trabalho concreto, mas sim como trabalho abstrato, trabalha para ser comercializado. A sociedade que vive a partir dessa lógica, desse mercantilismo, mantém e apresenta relações sociais como relação entre coisas. O homem fica oculto, é mantido à sombra (COSTA, 2004, p.64). A todo o momento, a consciência é comprometida de que a relação entre mercadorias (e a relação entre os cargos) é, antes de tudo, uma relação que nasce sobre a relação entre os sujeitos.

A manifestação da reificação prejudica o entendimento sobre o caráter humano do trabalho, do trabalhador e da consciência social que deles possuímos: ultrapassa nossa percepção, comanda nosso pensamento e orienta nossas ações.

À divisão social do trabalho (o trabalho compreendido como uma produção humana, que depende de uma repartição estabilizada de lugares de trabalho a serem preenchidos), ela pressupõe haver uma concordância a respeito do uso mais racional de nossas potencialidades produtivas, concordância que não foi e dificilmente será obtida, principalmente quando tomamos como base a nossa sociedade.

Devemos dar visibilidade ao debate de normas e valores presentes na atividade da trabalhadora diarista, um trabalho socialmente estigmatizado e desvalorizado, desvendando suas dramáticas do uso de si, a partir dos saberes presentes na situação de trabalho.

## 5 TRABALHO DOMÉSTICO: RAÍZES HISTÓRICAS E ATUALIDADE

Neste capítulo, evidenciamos os aspectos históricos do trabalho doméstico no Brasil e a evolução da legislação, destacando as diferenças que ainda permanecem na jurisprudência brasileira para a categoria de trabalho doméstico remunerado. Apresentam-se também estudos sobre o trabalho doméstico remunerado que nos possibilitaram fundamentar algumas características encontradas nas trajetórias das trabalhadoras diaristas entrevistadas. Para finalizar o capítulo, distinguimos as características que circundam o trabalho doméstico remunerado, apresentando, através de dados quantitativos, a contextualização dessa categoria de trabalhadores para uma melhor compreensão de suas especificidades na atualidade.

Ao pesquisarmos a concretude das mulheres na história, verificamos que a imagem da negra sempre esteve associada à Casa Grande. Ela realizou um papel fundamental na estruturação social e na divisão hierárquica das escravas, sendo a esfera privada de socialização, a casa patriarcal; passou a ser o local de domesticação das escravas, e foram essas mulheres que asseguraram a atividade da Casa Grande.

As responsabilidades da casa e o cuidado com os filhos das sinhás foram condicionantes privados de estruturação patriarcal e hierárquica. No período da escravidão, as regras a serem seguidas nas relações entre senhoras e escravas fundamentavam-se no modelo de dominação de classes, delimitado por padrões de superioridade e inferioridade. Mesmo que a negra escrava fosse considerada inferior, era quem amamentava os filhos das sinhás. Desde o século XVI, “grande parte do trabalho desenvolvido no interior dos domicílios coube aos escravos, que foram figuras indispensáveis” nas casas portuguesas, tanto no campo quanto nas cidades (ALGRANDI, 1997, p.143).

Dessa forma, podemos afirmar que o trabalho doméstico remunerado é uma categoria de trabalho que incorpora trabalhadoras, na sua maioria, mulheres pobres, que vivenciam relações de servidão, possuem pouca escolaridade, migraram do meio rural para a capital, e é representada por uma população periférica. Quando destacamos as relações de servidão, nos referimos à herança escravocrata, uma vez que o trabalho doméstico foi integrado aos lares como resultado das desigualdades sociais alimentadas durante décadas no Brasil, incorporando ao trabalho doméstico mulheres com pouca escolaridade, negras, pobres e que residem nas periferias dos grandes centros urbanos.

As relações de trabalho da empregada doméstica diarista retratam uma nova configuração de contrato/relações de trabalho dentro dessa categoria profissional. Além disso, uma perspectiva histórica também nos diz sobre as estruturas culturais e simbólicas

quemarcam as relações entre empregadores e trabalhadoras domésticas, fornecendo-nos subsídios para compreender as noções de servidão e subserviência que foram preservadas e mantidas durante todas essas décadas como uma das principais peculiaridades desse trabalho. Desde meados do século XVI, os europeus traziam trabalhadores do continente africano para o Brasil com o objetivo de suprir a falta de mão de obra de baixo custo operacional e em escala aceitável para trabalhar nas grades lavouras que se estabeleciam no Brasil. Tudo isso significa que os africanos vieram para o Brasil com a função de realizar o trabalho necessário para atender às demandas das grandes lavouras.

Sempre existiram mulheres escravas, as quais eram destinadas às atividades domésticas mais comuns: cozinhar, lavar, passar, engomar, costurar, cuidar dos filhos dos senhores/patrões. No período colonial, a organização estrutural dos engenhos e nas casas dos senhores possibilitava uma convivência mais próxima entre as escravas e as famílias dos senhores do engenho. Nesse período, ainda não era percebida a relação de intimidade.

No período imperial, marcado pela transferência da família real para o Brasil – o que resultaria na independência do país –, com a crescente demanda de trabalhadores nos engenhos e o desenvolvimento do comércio nos centros urbanos, a escravização dos negros torna-se o ponto comum entre a esfera pública e a esfera privada, uma vez que os escravos eram julgados como propriedade dos seus senhores e a ordem pública chancelava essa prática. Nessa época, a noção de intimidade é mais evidente, quando a casa grande se distancia da senzala, o que caracteriza os espaços de discriminação entre aqueles que dominam e os dominados (escravos).

As escravas que eram destacadas para os trabalhos domésticos eram chamadas de mucamas. Essas mulheres tinham acesso mais frequente à casa dos senhores e desempenhavam atividades de babá, costureira, ama de leite, cozinheira. Não era muito comum, mas os homens negros também exerciam a função de cozinheiro. Na iminência da possibilidade de libertação dos escravos no Brasil, deu-se início à prática de alugar de escravos reservados as atividades domésticas e a atividade de venda de doces e verduras. Kofes (2001, p.135) descreve que as mucamas que residiam dentro da casa grande, junto com as famílias, estavam sob a subordinação e a proteção dos seus senhores, os quais utilizavam do paternalismo, prática usual nesse período no Brasil. O requisito de escolha dessas escravas era a aparência mais agradável, quem estava mais bem-vestida. Essas mulheres ocupavam o lugar mais desejado, mas estavam também mais sujeitas aos mandos do senhor e eram mais fiscalizadas. Além disso, ao serem conduzidas para realizar o trabalho na

casa grande, essas escravas passavam a ter um vestuário diferente do das outras mulheres escravas da senzala.

No fim do século XIX, o trabalho doméstico passa a representar um meio de sobrevivência. Com o fim da escravidão as relações de trabalho vivenciam novas configurações quanto aos aspectos jurídicos; os escravos, agora, estão livres. A inclusão dessa mão de obra no mercado de trabalho aconteceu, predominantemente, através do trabalho doméstico. Nas capitais, o trabalho doméstico tornou-se um lugar de centralidade nas relações de trabalho estabelecidas entre ex-senhores e ex-escravas. A mulher negra passou a realizar as tarefas da casa a partir de outros arranjos sociais, que, na maioria das situações, foram determinados por contrato de locação de serviços. As ex-escravas que não tinham para onde ir permaneciam com seus ex-senhores, exercendo a mesma função do cuidado da casa e da família patriarcal.

Após a abolição, os serviços domésticos adquiriram novas particularidades, bem próximas à estrutura escravista vigente no período anterior, conforme ressaltamos:

A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor-escravo. (GOMES; CUNHA, 2007, p.11)

No Brasil, no decorrer do século XIX, as famílias contavam com as escravas domésticas, e também era possível ter mocinhas para uma espécie de “ajuda contratada”. Era uma maneira adicional de trabalho doméstico, que, após a abolição da escravatura, passou a ser a maior fonte de ocupação feminina. A ajudante era mandada pela sua família para outra casa, como uma etapa intermediária entre a casa de sua família e o casamento. A industrialização, a urbanização e o desenvolvimento da classe média transformaram a chamada “ajuda” em trabalho doméstico, realizado sob a base da troca de casa e comida, especialmente para a população migrante constituída por mulheres jovens, brancas e não brancas, nascidas no campo.

O fim da escravidão trouxe novos arranjos para que essas mulheres (ex-escravas) continuassem a exercer as mesmas atividades; deixaram de ser escravas domésticas e passaram a ser empregadas domésticas. Também as relações de trabalho passaram a ter novas configurações jurídicas: o trabalho doméstico passa a ser um meio de sobrevivência. Como os escravos estão livres, o mercado de trabalho passa a absorver, então, mão de obra via trabalho

doméstico. A mulher negra passa a realizar as tarefas do lar a partir de outros arranjos sociais, em diversos casos, baseados na locação de serviços. As ex-escravas que não tinham para onde ir permaneciam com seus ex-senhores, realizando as mesmas funções anteriores.

O período pós-abolição é marcado por características muito semelhantes à estrutura escravista que vigorava no período anterior.

A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor-escravo (GOMES; CUNHA, 2007, p.11).

Os homens e as mulheres libertos no Brasil, no período pós-abolição e sem nenhuma perspectiva de inserção no mercado de trabalho, uma vez que era exigida qualificação dessas pessoas, eram absorvidos por trabalho subalternos, entendidos como condicionantes de dominação e exploração. No fim do século XIX e no início do XX, mais de 70% da população economicamente ativa era de ex-escravos, que estavam trabalhando como empregados domésticos, escravos e domésticos.

Nesse período, o trabalho doméstico era composto de atividades diversas: amas de leite, babas, mucamas, lavadeiras, cozinheiras, dentre outras. Algumas dessas pessoas trabalhavam em troca de casa e alimentos, outras desenvolviam relações de trabalho de prestação de serviços diários ou mensais, marcadas pela informalidade e por laços de favor e compadrio.

[...] o âmbito do trabalho doméstico inclui, em um extremo, as mucamas, as amas de leite e, no outro, as carregadoras de água ocasionais, as lavadeiras e costureiras. Até mesmo as mulheres que vendiam frutas, verduras ou doces na rua eram geralmente escravas que, com frequência, desdobravam-se também em criadas da casa durante parte do dia. A meio caminho estavam as cozinheiras, copeiras e arrumadeiras. O que as distinguiu não era apenas o valor aparente de seu trabalho para o bem-estar da família, refletindo no contato diário que cada um tinha com os membros desta, mas também o grau de supervisão [...] (GRAHAM, 1992, p.18).

No fim do século XIX e no início do XX, o trabalho doméstico era fundamental nas grandes cidades, garantindo a absorção dessas trabalhadoras no sistema produtivo, mesmo sabendo-se que esse tipo de trabalho não é reconhecido como produtivo pela economia, uma vez que não gera lucro. Assim, nesse contexto, a divisão sexual do trabalho já representava um nível de hierarquização relevante. Entre libertas e ex-senhores, a ideologia vigente no

mercado de trabalho foi a de manter as ex-escravas, especialmente as negras, como cuidadoras dos lares.

Portanto, a libertação dos escravos e a emigração incentivada pelo Estado Republicano disponibilizaram um número significativo de força de trabalho de baixa qualificação, disponível para ser explorada nas diversas atividades industriais e de prestação de serviço. A massa de trabalhadores disponíveis submetidos a relações de trabalho com características colonial-escravistas, embora estivessem libertos, promoveu a reprodução do trabalho doméstico não remunerado e a manutenção das relações servisais nas famílias aristocratas. Com a abolição da escravidão, os trabalhos manuais permaneceram sendo executados pelos negros, e diversas filhas de escravas passaram a realizar atividades de serviços domésticos.

A escravidão dos negros no Brasil contribuiu para a representação que associa o negro aos trabalhos manuais e humilhantes; o próprio fazer doméstico receberá um significado correlato. Mas, com a abolição dos escravos, os negros livres passaram a compartilhar com brancos pobres a relevância às classes subalternas, que oferecem as empregadas domésticas para as famílias das classes superiores; cor e classe confirmam a desvalorização do trabalho manual.

Entendemos que esse é um acontecimento histórico relevante, pois o trabalho doméstico e manual, que não tinha valor social e, dessa forma, era realizado por negros e escravos nesse período da história do Brasil, é ampliado com a abolição dos escravos e transferido do homem e da mulher negros para a mulher de um modo geral, sem designação de raça, mas de gênero.

Dito isso, pode-se afirmar que o trabalho doméstico é marcado pela herança do escravismo e passa ser o trabalho destinado socialmente às mulheres, independentemente de raça ou classe social, ou seja, os critérios de raça, classe social e gênero são condensados e trocados pelo critério de gênero. O trabalho doméstico, remunerado ou não, vai definir o lugar e o papel social da mulher na sociedade brasileira no decorrer do século XX.

### **5.1 Estudos feministas e o trabalho doméstico**

O trabalho da empregada doméstica tem um papel fundamental na absorção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, uma vez que é culturalmente o “lugar da mulher” e a realização das atividades não requer nenhuma qualificação. As mulheres que migraram da área rural para os grandes centros encontram nessas atividades a oportunidade de socialização

na cidade, o abrigo, a casa, a comida e a família. Essas mulheres iniciam seus trabalhos nas casas de família como ajuda.

Nas últimas décadas, a grande oferta de trabalho e os baixos salários pagos por esses serviços possibilitaram que mulheres pertencentes às classes média e alta ingressassem no mercado do trabalho sem a criação de políticas de creches, escolas de tempo integral, atividades que reduzissem, parcialmente, os encargos das famílias no cuidado com as crianças. Portanto, como as mulheres pobres não têm “voz” no cenário político, restam a elas soluções paliativas, improvisadas (vizinhos, filhos maiores, dentre outros), para cuidarem de seus próprios filhos sem a participação do Estado (MELO, 1996). Como essas mulheres sempre trabalharam no meio rural, para elas, a única diferença é que passaram a exercer suas atividades fora de casa, na casa de uma mulher de classe média ou alta.

As tarefas realizadas pela trabalhadora doméstica integram a reprodução do sistema capitalista de produção, uma vez que viabilizam às famílias para as quais trabalhadoras prestam serviços participar do trabalho produtivo. Mesmo sendo um trabalho importante, ele fica no âmbito da reprodução, o que desenvolve a sua desvalorização, o não reconhecimento e a invisibilidade, uma vez que é um trabalho de cuidar do outro, de servir o outro, um trabalho que não produz nenhum bem material.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o *Ano Internacional da Mulher*, trazendo significativas mudanças para a condição feminina. Na interpretação biologizante de Freud (1996) de que “*anatomia é destino*” para a ideia de que “*não se nasce mulher, torna-se mulher*”, como afirmou Simone de Beauvoir (2009), muitas lutas foram travadas pelo movimento de mulheres, internacional e nacional, para modificar sua milenar situação de subordinação.

Para Mello (2005) o papel da mulher sustentado pela interpretação da reprodução biológica, com destaque na “maternidade e na realização de afazeres domésticos”, reconhece o espaço da mulher na esfera privada e, seu contraponto, o papel do homem, na gestão do poder econômico na esfera pública. Essa relação entre os papéis masculino e feminino, embora já esteja “preestabelecida” há séculos em suas características fundamentais e aprovada numa relativa divisão sexual do trabalho, tem sido modificada ao longo da história da humanidade.

O crescimento do movimento de mulheres nos últimos anos, questionando os antigos estereótipos a respeito do papel feminino, criou novas possibilidades na sociedade para o surgimento de tarefas a serem realizadas pelas mulheres fora de suas residências. Essa situação foi sustentada pelo acesso à educação, que tanto provocou a absorção de um maior

contingente de mulheres no mercado de trabalho<sup>9</sup> como fez crescer sua participação política na sociedade. Muito embora essa história do “progresso feminino” tenha sido avaliada pelas Ciências Sociais tomando-se como referência os indicadores econômicos e sociais atrelados à esfera pública, ele não está relacionado às funções tradicionais que as mulheres vêm realizando durante séculos e que perduram como obrigação inerente às mulheres. Mesmo tendo acesso à educação, ao trabalho remunerado, com participação social e política, as mulheres ainda se encontram com dupla função/responsabilidade, ou seja, a casa e a rua, numa batalha diária pela sobrevivência, num tempo de rompimento milenar.

No artigo intitulado “Trabalho doméstico é trabalho: Discussões feministas no Cone Sul (1970-1989)”, de Soraia Carolina de Mello (2010a), a autora traz discussão do feminismo classificado como Segunda Onda Feminista<sup>10</sup>, mais especificamente, os estudos do Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai). Foi a partir dos feminismos que a questão do trabalho doméstico como um problema chamou atenção da autora. A relação entre mulheres e trabalho doméstico, afirmada pelos feminismos e pelos estudos de gênero como culturalmente construída, tem seu principal aporte na ideia de naturalização das funções domésticas. A pesquisa de Mello traz as discussões das feministas na busca pela desconstrução dessas naturalizações, com o objetivo de argumentar que o trabalho doméstico é também trabalho necessário e indispensável à vida humana.

Mello (2011a, p.15) destaca que, ainda nos dias atuais, é de responsabilidade das mulheres toda a esfera privada, ou seja, os afazeres da casa, fundamentando-se na maternidade como aspecto essencial para explicar a naturalização dessa relação. Essa inserção na esfera pública não elimina as responsabilidades da manutenção da casa. Para “as mulheres com melhores condições financeiras, é possível contratar uma outra mulher para substituir em casa”, o que não preserva as mulheres contratantes das responsabilidades e do bom andamento da casa. E a trabalhadora doméstica contratada, que quase sempre tem sua própria casa, tem uma dupla jornada de trabalho, ambas em casa.

Para as feministas, a desvalorização dos serviços domésticos acontece porque ele é observado sob a ótica masculina. Para Henaut citada por Mello (2011a), as questões

---

<sup>9</sup> As mulheres pobres, com baixos níveis de renda, sempre trabalharam nas esferas privada e pública. Seja como escravas na cidade como vendedoras ambulantes, ama de leite, escravas de ganho, isso, no século XIX, seja como as atuais domésticas/diaristas. As mulheres pobres foram e são presenças marcantes no mundo do trabalho ao longo de nossa história (MELLO, 2005).

<sup>10</sup> Os feminismos emergentes no Ocidente nas décadas de 1960-70 (os quais se convencionou ser chamados de feminismos de Segunda Onda – a Primeira Onda do feminismo corresponderia às lutas sufragistas iniciadas no fim do século XIX) fazem parte de toda uma situação político-cultural na qual as relações de poder são questionadas nos âmbitos público e privado. Velhos valores são desafiados por novos movimentos, e uma revolução voltada aos costumes e ao dia a dia toma forma (MELLO, 2011a, p.16).

referentes às individualidades das mulheres estão associadas à perspectiva masculina, androcêntrica, que se dá sobre suas atividades.

Segundo Henaut (2001, p. 24) o trabalho doméstico é, sem dúvida, um trabalho “natural”<sup>11</sup> da mulher. Repetitivo, enfadonho, sem fim. Não criativo, segundo o conceito de criatividade dos homens. Não produtivo, considerando-se a relação patriarcal de produção-dinheiro. Esse trabalho, enorme trabalho de cuidar do outro, apenas merece uma menção de “boa dona de casa”. Não é rentável nem produz dividendos.

Henaut, citada por Mello (2011), assegura que,

A cultura (as culturas) reconhece na mulher qualidades supostamente inatas. Parece tão naturalmente natural que uma mulher realize trabalhos domésticos, sirva à família, faça a comida diária, teça um agasalho ou trabalhe por salário em tarefas de serviço, como que tenha quadris largos e seios desenvolvidos. E isto, segundo a mesma cultura, ocorre desde sempre e ocorrerá para sempre, “naturalmente”. (HENAUT apud MELLO, 2011, p.253)

As críticas de economistas feministas ao justificarem que essa naturalização atende aos interesses econômicos do sistema capitalista demonstram o empenho de instituições conservadoras na manutenção da tradicional divisão sexual do trabalho. Ou seja, “as mulheres como reprodutoras da força de trabalho e também como mão de obra de reserva” (MELLO, 2011b, p.48), lugares que só podem ser ocupados se mantida a divisão sexual do trabalho, seriam essenciais à preservação do sistema.

O trabalho doméstico é aprendido desde o início da fase infantil das mulheres. Segundo as feministas, as mulheres não nascem assim, elas são educadas para tal e necessitam dessa educação para se tornarem assim, e o que a sociedade faz é um grande esforço para que sejam convencidas de que esse é o seu destino, sendo um fato biológico e natural, e que não devemos ir contra ele.

Para Torres, o processo de capacitação para o serviço doméstico é velado à medida que as características de trabalho dessa ocupação também o são:

---

<sup>11</sup>O trabalho doméstico visto como natural função feminina se dispõe em um grupo de ideias a respeito de relações sociais e morais que são normalmente identificadas como conservadoras e tradicionais e que os feminismos, destaco aqui, os denominados de Segunda Onda (ver Pedro (2006), sobre a periodização do feminismo) relacionavam diretamente ao domínio patriarcal (o pressuposto de um sistema patriarcal, que legitimaria e conservaria a opressão às mulheres, foi comum nos feminismos de Segunda Onda). Muito embora no Brasil esse conceito tenha desaparecido, ele é comum em outros países da América Latina. Exemplos em Henaut (2001) .

O trabalho doméstico é um processo de aprendizagem que tem início na infância. Ele é feito através de um processo de capacitação, ele fica encoberto na mesma medida em que o caráter de trabalho dessa ocupação também o é (TORRESapud MELLO, 2011b, p.248).

Muitas mulheres iniciam o treinamento com os afazeres domésticos ainda quando crianças, já assumindo grandes responsabilidades em idade em torno de 12 anos apenas. Seguindo a mesma linha e questionando novamente a escolha individual da trabalhadora dona de casa, a economista Maria Angeles Duran (1983) observou que as meninas já recebiam o que ela chama de “treinamento individual” para serem donas de casa desde muito cedo. Assim, Duran afirma que o treinamento para a divisão do trabalho inicia-se bem cedo, pois, antes de o menino identificar se será agricultor, operário ou mecânico, a menina já aprendeu que ela vai cuidar da casa.

Na década de 70, a autora Danda Prado citada por Mello (2011b), em seus trabalhos procura dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho doméstico. Prado defende que o trabalho doméstico é aprendido e que a realização das tarefas demanda conhecimentos específicos, ou seja, ela busca o reconhecimento do trabalho doméstico por meio da explicação de sua complexidade. Portanto, como o trabalho doméstico não tem valor de mercado, não produzindo bens e serviços, não é valorizado pela sociedade, tornando-se invisível.

[...] vivemos em uma sociedade regida pela produção de mercadorias, que são fabricadas com o fim de serem vendidas e compradas. Isso produz dinheiro, que é o capital, indispensável para poder fabricar, vender e comprar. “O capitalismo é a primeira sociedade da história humana em que a maior parte da produção é de produção de mercadorias”. As mulheres em suas casas realizam uma quantidade de coisas que não se vendem e que não se compram, mas que estão destinadas a serem consumidas pelas famílias, portanto esse trabalho não produz dinheiro, é uma produção sem valor<sup>12</sup> (MELLO, 2010, p.253).

Desde os anos 70, com a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, a presença da trabalhadora doméstica remunerada nas residências (ambiente privado) passou a representar mais que uma ajuda, mas a ser uma condição fundamental para que a mulher saísse de casa para ingressar no mercado de trabalho, no espaço público. Muitas feministas confirmam que a oferta e as baixas remunerações pagas às trabalhadoras domésticas possibilitaram que mulheres de outras classes sociais entrassem no mercado de trabalho sem

---

<sup>12</sup> “La Profesión: Ama de Casa”, do primeiro número do Persona. Esta citação foi retirada do texto de Mello (2010).

isso alterar a “organização tradicional da residência, sem modificar ou sem que as obrigações da casa saíssem do controle das mulheres” (RONCADOR, 2003, p.57).

A socióloga Heleieth Iara B. Saffioti (1978, p.184), em sua obra “Emprego Doméstico e Capitalismo”, discute o trabalho doméstico remunerado como uma forma de ocupação nãocapitalista, sem fins lucrativos, ou seja, os serviços dessas profissionais não circulam no mercado e não se mobiliza capital para a realização dessas tarefas, mas, sim, rendas pessoais dos empregadores. Tais fatores contribuem para que o trabalho doméstico remunerado seja visto como uma herança da senzala e da escravidão.

Há crença de que o trabalho doméstico é uma tarefa/obrigação das mulheres, seja porque elas possuem maior habilidade, mais jeito, ou seja, por se considerar isso uma atribuição histórica. Assim, entendemos que o trabalho doméstico visto como algo que faz parte de um histórico da mulher atende aos interesses econômicos de uma sociedade capitalista, justificando o empenho de instituições conservadoras na preservação da divisão sexual do trabalho.

O debate feminista do trabalho doméstico nos é relevante para refletir a questão do emprego doméstico. O trabalho doméstico é central para o debate feminista, uma vez que a divisão sexual do trabalho representa a essência das relações sociais entre homens e mulheres. Essa divisão opera como um princípio de separação entre tarefas e funções consideradas peculiares de um sexo e de outro e, também, define certa hierarquia, sendo as tarefas e as funções atribuídas aos homens julgadas mais importantes e de maior valor e reconhecimento social.

A integração entre os dois sexos acontece na sonhada família “pai-provedor e mãe dona de casa”, característica das sociedades capitalistas onde a produção e a reprodução se dividem fisicamente, e a produção opera a partir da lógica do mercado. Mas a divisão sexual do trabalho se reproduz e recria tanto na produção como na reprodução. As mulheres criam os sujeitos, que podem livremente vender sua força de trabalho ao capital, porém, elas mesmas não são uma força de trabalho livre.

Para Kergoat (2003), as mulheres são instruídas pela socialização do gênero para executar tarefas minuciosas, demandando dedos ágeis, com seu corpo suportando tarefas repetitivas e longas horas de concentração. O capital não considera que há essa aprendizagem, naturalizando-a no arranjo/modo feminino.

Dessa forma, as mulheres entram no mercado de trabalho com suas habilidades e capacidades restritas pelos aprendizados marcados pelo gênero, o que configura guetos femininos.

Assim, o trabalho doméstico remunerado passa a ser a alternativa para as mulheres que possuem pouca escolaridade, mulheres que saíram do meio rural e migraram para a capital, para mulheres mais velhas para compor a renda ou para o próprio sustento da família. Mas o trabalho no espaço privado surge como uma fronteira de mercado, num deslocamento contrário ou complementar, porque cada vez mais aumentam a ideologia conservadora de maternidade e os debates do direito das mulheres ao emprego. Assim segundo Nobre, 2004, exigem-se da mulher a educação e o cuidado dos filhos. Dito isso, a discussão do trabalho doméstico continua sendo central para as feministas, que têm como perspectiva vencer a visão patriarcal da economia capitalista.

O modelo legal adotado em nosso sistema trabalhista reconhece, parcialmente, os trabalhadores domésticos remunerados e desconhece o trabalho da diarista. Quanto às atividades realizadas por essas mulheres (passadeira, lavadeira, babá, cozinheira, faxineira, dentre outros), por um lado, percebemos que o trabalho realizado nas residências por essa categoria de profissionais é essencial para as famílias e a sociedade, e, por outro lado, percebemos um sistema jurídico pouco sensível às suas especificidades e ao reconhecimento e ao valor desse mercado. Em pleno século XXI, esta categoria profissional ainda é discriminada, alimentando-se o pensamento liberal. A ausência de benefícios sociais legais é o que movimenta esse setor para a informalidade. Na omissão da lei, esses trabalhadores vão desenvolvendo estratégias, junto com seus empregadores, no seu cotidiano de trabalho para uma convivência pacífica e saudável.

Portanto, as autoras feministas contribuem para compreender como são direcionadas as novas formas de negociações e de condições trabalhistas, de valorização e reconhecimento sobre como essas mulheres elaboram seus valores diante de suas experiências e saberes com os espaços domésticos e com seus empregadores.

## **5.2 O trabalho doméstico remunerado em números**

Nos próximos itens, buscamos revelar algumas características que circundam o trabalho doméstico remunerado e demonstramos, através dos dados quantitativos, a contextualização dessa categoria de trabalho para uma melhor compreensão de suas especificidades.

Inicialmente, buscamos compreender como se configura o cenário do trabalho doméstico remunerado no Brasil, posteriormente, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, destacando seus aspectos quanto: à relação de trabalho (mensalista, diarista), à escolaridade, à média de horas de trabalho, ao percentual de trabalhadores que desejam e possuem

disponibilidade para trabalhar durante mais horas na semana, ao rendimento médio por hora de trabalho, ao percentual de trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada, à contribuição com a previdência social. Além desses, conhecer os dados qualitativos nos auxilia a complementar nossas análises quanto ao perfil e às condições de trabalho das empregadas domésticas diaristas. Esses dados se reforçam mutuamente com as narrativas das trabalhadoras domésticas diaristas que participaram desta pesquisa.

Algumas pesquisas que investigam o trabalho doméstico no Brasil tendo como abordagem a análise das características da ocupação e do perfil dos empregados domésticos recorrem aos dados quantitativos. Para tanto, pesquisadores e centros de pesquisa realizam seus estudos utilizando os dados dos principais levantamentos estatísticos: o Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Esses levantamentos permitem estudar o tema do serviço doméstico a partir de uma série de características, como sexo, faixa etária, cor, renda e jornada de trabalho dos sujeitos englobados nessa categoria de trabalhadores. Tais dados têm sido importantes não apenas para delimitar aspectos essenciais dessa profissão, mas também para dotar as pesquisas qualitativas de material propício a novas reflexões.

O Censo Demográfico é realizado a cada 10 anos, e nele são reunidas informações sobre toda a população brasileira. Os recenseadores visitam todos os domicílios do país para aplicar o questionário da pesquisa. Os dados produzidos permitem uma fotografia da população brasileira e das suas características socioeconômicas. O último censo foi realizado em 2010. É um banco de dados atualizado, e utilizamos alguns deles para caracterizar o perfil das trabalhadoras domésticas diaristas no Brasil.

A pesquisa do IBGE segue as orientações da Organização Internacional do Trabalho e busca produzir resultados que propiciem análise de sua série em conjunto com as contas nacionais e regionais, além de se viabilizar a comparação a nível internacional. Dessa forma, os procedimentos metodológicos procuram separar os sujeitos que trabalham daqueles que não trabalham (os que procuram trabalho e os inativos).

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) também é realizada pelo IBGE, por meio de uma amostra probabilística de domicílios com indicadores mensais sobre a força de trabalho, possibilitando acompanhar os efeitos da conjuntura econômica sobre o mercado laboral. A pesquisa envolve as regiões metropolitanas de Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é utilizada como fonte de análise pelos pesquisadores do trabalho doméstico remunerado. A PNAD é realizada anualmente pelo IBGE, através de amostra de domicílios com abrangência nacional, pesquisando permanentemente questões demográficas, habitacionais, educacionais, de rendimento e de trabalho; e com periodicidade variável, pesquisando outros temas.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego é um levantamento por amostra probabilística de domicílios realizado mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), tendo como objetivo produzir informações sobre o mercado de trabalho urbano. A pesquisa compreende, atualmente, o Distrito Federal e as regiões metropolitanas de São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Salvador (BA) e Belo Horizonte (MG), além de já ter sido realizada também em Belém (PA) e Curitiba (PR). O estudo investiga a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho regional a partir de um levantamento sistemático sobre emprego, desemprego e rendimentos do trabalho. O parecer é disponibilizado mensalmente, e os bancos de dados são agregados e disponibilizados anualmente.

O sistema da PED disponibiliza para consulta pública, no site de cada região abrangente, a sua base de microdados acumulados de cada ano, contendo todas as variáveis registradas pelo questionário da pesquisa, assim como os principais indicadores definidos para cada indivíduo ou família. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a PED-RMBH vem sendo realizada mensalmente desde dezembro de 1995, e a disponibilização dos microdados é feita pela Fundação João Pinheiro, em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de dados (SEADE) e o DIEESE. A PED não tem qualquer interrupção, o que viabiliza pesquisas comparativas, e a riqueza do seu banco de dados permite processar os dados para acompanhamento da conjuntura do mercado de trabalho regional e fazer inferências sobre diversos temas.

As peculiaridades que envolvem a realidade do trabalho doméstico remunerado apresentam como essa categoria profissional ainda é estigmatizada, invisível socialmente, humilhada e não valorizada, uma vez que os dados quantitativos e as condições das relações em que está inserida essa categoria profissional denunciam que ainda há muito a ser discutido em relação a políticas públicas e ao seu reconhecimento e à sua valorização. Portanto, apresentamos os dados gerais do trabalho doméstico no Brasil e posteriormente, analisamos os dados referentes à realidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Para proceder à descrição das variáveis de análise dos dados, foram utilizadas as informações da População Economicamente Ativa – PEA. Ela compreende o potencial de

mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desempregada, assim definida:

- a) população ocupada: aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias);
- b) população desempregada: são os indivíduos que se encontram em uma das seguintes situações:
  - Desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos sete últimos dias;
  - Desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho, de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ainda que não remunerado em negócios de parentes, e, além disso, tomaram providências concretas, nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou até 12 meses antes, para conseguir um trabalho diferente daquele;
  - Desemprego oculto pelo desalento e outros: pessoas que não possuem trabalho nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses;
- c) inativos: são os indivíduos maiores de dez anos que não estão ocupados ou desempregados.

Segundo o IBGE, as pessoas ocupadas são classificadas em:

- a) empregados: aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais cumprindo uma jornada de trabalho e recebem em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário etc.).

Incluem-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos.

Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.

- a) **conta própria:** aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício sem empregados;
- b) **empregadores:** aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício com auxílio de um ou mais empregados;
- c) **não remunerados:** aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica sem remuneração pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou ainda, como aprendiz ou estagiário.

A População em Idade Ativa – PIA é parte integrante, corresponde à população com 10 anos ou mais<sup>13</sup>. A variável raça/cor foi mensurada com base na *heteroclassificação*. O registro dessa questão decorre da observação do entrevistador, classificando os entrevistados segundo as seguintes categorias: branca, preta, parda, amarela e sem declaração.

Segundo o DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2013) o empregado doméstico representa o indivíduo que trabalha em casa de família contratado para realizar serviços domésticos. Tanto pode ser mensalista, diarista ou receber só em espécie/benefícios. O primeiro caso refere-se ao empregado que recebe salário mensal; o segundo, à pessoa que trabalha em casa de uma ou mais famílias recebendo remuneração por dia; o último agrega o indivíduo que realiza trabalhos domésticos em casa de uma família tendo como pagamento por seus serviços apenas alimentação, alojamento, vestimenta ou outro tipo de remuneração em espécie ou benefício.

De acordo com o DIEESE (2013) quanto às horas semanais trabalhadas, elas estão relacionadas às horas efetivamente trabalhadas pelos ocupados na semana anterior à da entrevista, no trabalho principal e em trabalhos adicionais. É a divisão da variável *rendimento* pela variável *horas semanais trabalhadas*, que resulta na variável de *rendimento médio por hora de trabalho trabalhada*.

Na primeira parte deste estudo quantitativo, denominado “Perfil geral das trabalhadoras domésticas no Brasil”, apresentamos o perfil e as condições de trabalho das empregadas domésticas nos dias atuais no Brasil. Para tanto, nos fundamentamos nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) – realizada pelo IBGE comparando os anos de 2004 e 2011 – e os da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), feita pelo

---

<sup>13</sup> O IBGE mudou a faixa de idade da população em idade ativa na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011. Pela primeira vez, a população considerada em idade economicamente ativa passou de 10 anos ou mais para 15 anos ou mais. Esta mudança não interfereu nas análises dos dados.

DIEESE, a Fundação Seade, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e convênios regionais nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e São Paulo, além do Distrito Federal para o ano de 2012. Os dados utilizados foram publicados nos seguintes boletins “O trabalho doméstico remunerado no espaço urbano brasileiro”, no ano de 2012, e “Estudos & Pesquisas – O emprego doméstico no Brasil”, no ano de 2013.

Para a segunda parte do estudo quantitativo, denominado “Perfil da trabalhadora doméstica remunerada na Região Metropolitana de Belo Horizonte”, foi realizado um tratamento dos dados da PED, o que permitiu criar gráficos e tabelas e fazer uma análise minuciosa das informações, sendo possível traçar relações que permeiam a vida profissional das trabalhadoras domésticas diaristas e das trabalhadoras domésticas mensalistas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como evidenciar suas semelhanças e diferenças, de forma a intensificar um estudo pioneiro desse ramo de atividade.

### ***5.2.1 Perfil geral das trabalhadoras domésticas no Brasil***

No Brasil, em 2009, o trabalho doméstico remunerado abrigou 7.223 mil pessoas, das quais 93,6% (o equivalente a 6.761 mil) eram mulheres, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme podemos observar na tabela 1, aproximadamente metade dos trabalhadores domésticos estava na região Sudeste (46,1%) em 2009, seguida da região Nordeste (24,3%) e da região Sul (13,8%).

Conforme relatórios da Organização Internacional do Trabalho (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2012), o Brasil é o país que mais emprega trabalhadoras domésticas remuneradas no mundo. O que representa condições de vida e de trabalho precárias, uma vez que essas mulheres recebem baixos salários, possuem poucos anos de estudos e vivem à margem dos direitos e dos benefícios sociais.

**Tabela 1 - Estimativa e percentual de trabalhadores domésticos Brasil e Grandes Regiões - 2009**

Brasil e Grandes Regiões	Números	
	Em 1.000 pessoas	Em %
Norte	495	6,9
Nordeste	1.755	24,3
Sudeste	3.332	46,1
Sul	999	13,8
Centro-Oeste	643	8,9
<b>Brasil</b>	<b>7.223</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2012a

O setor doméstico foi responsável por 17,0% de toda a ocupação feminina, seguido de comércio e reparação (16,8%) e educação, saúde e serviços sociais (16,7%). As mulheres empregadas na categoria de trabalho doméstico remunerado – mais de 6,7 milhões – são, na maioria, negras (categoria em que, nos dados da Pnad, estão incluídas pretas e pardas), com um percentual de 61,7%. As não-negras representam 38,3%. Quando se considera o conjunto de setores de atividade econômica no país, percebe-se que é no emprego doméstico que está concentrada a maior proporção de mulheres negras.

Esse perfil de empregabilidade elucida questões importantes sobre as raízes do trabalho doméstico no Brasil, para além dos debates teóricos conceituais sobre o mercado informal. Da participação da mulher no mercado de trabalho não decorrem, necessariamente, bons salários e empregos, nem mesmo a correção das desigualdades de distribuição de renda como forma de redução da pobreza. Muitas mulheres, ao ingressarem no mercado de trabalho, assumem posições em setores de atividades tradicionalmente de mulheres, denominados pelo mercado como de “ocupação feminina”, como cuidar de crianças, preparar alimentos e trabalhar na limpeza, persistindo a herança da divisão sexual do trabalho e do trabalho realizado pelo escravo.

O trabalho doméstico, o cuidado com a casa, com os filhos, com a roupa têm sido tarefas realizadas pelas mulheres e, talvez por isso mesmo, no vocabulário brasileiro, têm estado associados à submissão, inicialmente, tendo sido realizados pelo trabalho escravo dos negros e, posteriormente, por mulheres brancas ou negras.

Segundo Hirata (2011, p.156), o trabalho do “*care*” nos endereça às esferas do privado, do doméstico, à família. O *care* também nos remete à questão de gênero, uma vez que a atividade está intrinsecamente naturalizada, como se fosse inerente à posição e à disposição (*habitus*) femininas. Ou seja, o trabalho doméstico e os serviços domésticos são expressões concretas da divisão sexual do trabalho, regulada em uma lógica cultural própria, instituindo

que as atividades domésticas cabem naturalmente às mulheres e não a reconhece como uma contribuição socialmente importante para a reprodução da espécie humana e da força de trabalho, muito menos para garantia de seu bem-estar.

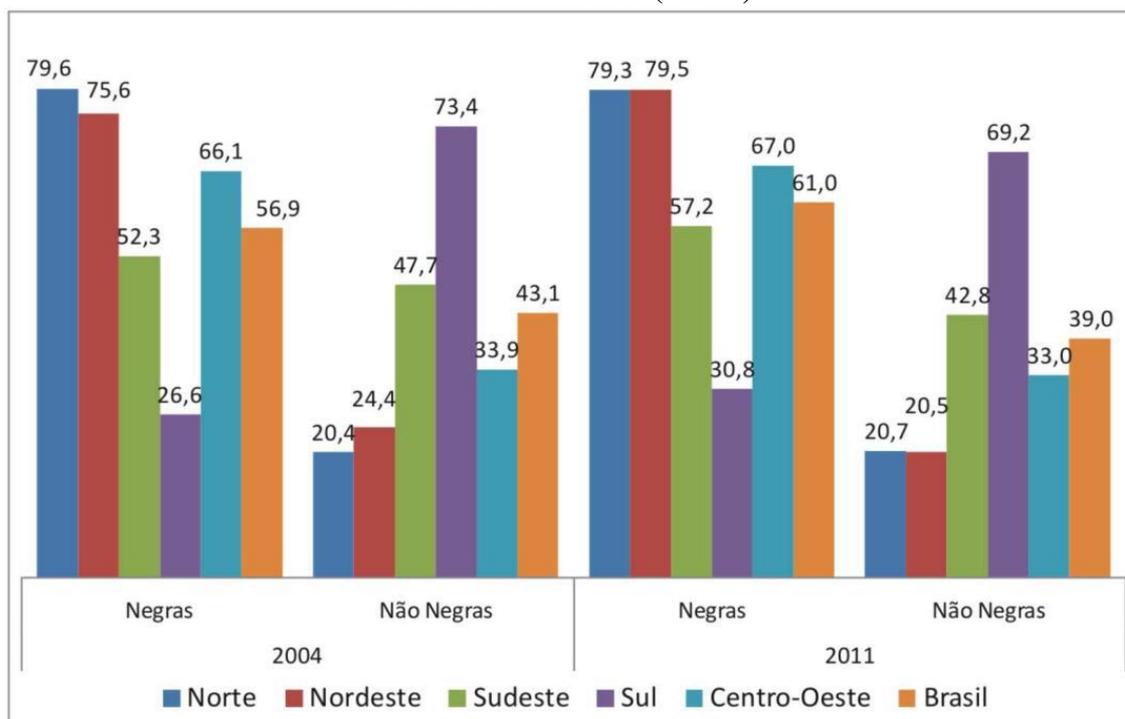
Para Bruschini (2006) e Sanches (2009) a articulação entre o espaço público e o reprodutivo vem instigando a literatura sobre o trabalho feminino produzido no Brasil nas décadas atuais que evidencia a articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo, buscando dar visibilidade a formas de trabalho majoritariamente assumidas por mulheres. Esses trabalhos indicam a importância de se desnaturalizar o emprego doméstico colocando-o na categoria de uma profissão, visando assegurar o desenvolvimento de políticas e ações de redução da pobreza e das desigualdades, uma vez que essa categoria soma milhares de trabalhadoras no Brasil.

O trabalho doméstico remunerado está historicamente marcado por preconceitos, estigmas e invisibilidade na sociedade brasileira; as pessoas que ocupam esse lugar são mulheres negras com baixa escolaridade. As condições dos *usos* nesse mercado retornam ao período escravocrata, permanecendo até os dias de hoje, sustentadas nas habilidades do cuidado, reforçando a concepção de “guetos femininos” no mercado de trabalho. É importante dizer que o trabalho doméstico remunerado, como é realizado no espaço privado, ainda carece de reconhecimento, valorização, de darem visibilidade a essa categoria profissional. Nas palavras de Hirata (2010), “as empregadas domésticas diaristas não são plenamente cidadãs, nem trabalhadoras, mas sim mulheres que não têm direito a FGTS, seguro-desemprego, indenização de acidente de trabalho e horas extras”. O ideal seria o reconhecimento das profissões independentemente dos sexos, fora de uma divisão sexual do trabalho. Nos dias atuais, essa condição, especialmente das trabalhadoras diaristas, ainda permanece, como veremos mais adiante neste capítulo.

No período de 2004 a 2011, a proporção de mulheres negras ocupadas nos serviços domésticos no país cresceu de 56,9% para 61,0%, ao passo que, entre as mulheres não negras, observou-se uma redução de 4,1 pontos percentuais, com essa participação correspondendo a 39,0% em 2011. Em todas as regiões do Brasil, prevalece um movimento de elevação do percentual de trabalhadoras domésticas negras, exceto para a região Norte, onde passou de 79,6%, em 2004, para 79,3%, em 2011.

A região Sudeste registrou o maior aumento de mulheres negras ocupadas no trabalho doméstico no período, com o percentual correspondendo a 52,3% em 2004 e atingindo 57,2% em 2011. Esses dados são visualizados no gráfico 1.

**Gráfico 1-Distribuição das mulheres ocupadas nos serviços domésticos por cor/raça Brasil 2004 e 2011 (em %)**



Obs.: Negras = Pretas e Pardas; e Não negras = Brancas, amarelas e indígenas.

Fonte: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2013

Esses dados estatísticos apresentam um número elevado de mulheres negras na categoria de trabalhadoras domésticas. Assim, é possível levantar a hipótese de que esse elevado número esteja relacionado ao contexto histórico do Brasil, onde existe a associação entre atividade doméstica e escravidão, uma vez que as tarefas da casa eram delegadas às mulheres negras e, somente após a abolição da escravidão, aos brancos. Nos dias atuais, ainda existem resquícios dessas relações escravocratas no trabalho doméstico, persistindo, ainda, relações de preconceito e desrespeito aos direitos humanos e aos direitos no trabalho. As relações de trabalho são marcadas, muitas vezes, por relações interpessoais e familiares, desvalorizando as características profissionais.

Portanto, essas características retratam que a herança escravista da sociedade brasileira ainda afeta a categoria da trabalhadora doméstica remunerada, que em geral possui poucos anos de estudo e representa maiores índices de pobreza, especialmente as mulheres negras. Tudo isso faz com que essa categoria de trabalho seja estigmatizada, desvalorizada e alvo de desigualdades entre homens e mulheres e de raça.

Esses dados nos levam a afirmar que o trabalho doméstico remunerado caracteriza-se como *locus* de pobreza; esse lugar possui cor e gênero e aproxima-se intimamente da pobreza e da miséria.

**Tabela 2- Distribuição das empregadas domésticas por escolaridade, segundo cor/raça Brasil 2004 e 2011 (em %)**

Escolaridade	2004			2011		
	Negras	Não negras	Total	Negras	Não negras	Total
Analfabeto	11,2	7,5	9,6	8,9	5,2	7,5
Fundamental incompleto ou equivalente	56,7	59,0	57,7	48,3	50,0	48,9
Fundamental completo ou médio	20,2	20,6	20,4	23,0	23,4	23,1
Médio completo ou superior incompleto	11,0	11,8	11,3	18,5	19,8	19,0
Superior completo	0,0	0,2	0,12	0,7	1,2	0,9
Sem declaração	0,8	0,9	0,9	0,6	0,5	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Inclui as alfabetizadas sem escolarização

Obs.: Negras = Pretas; e Pardas e Não negras = Brancas, amarelas e indígenas.

**Fonte: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2013**

Quando analisamos a escolaridade, verificamos que uma grande parcela das trabalhadoras domésticas possui apenas o ensino fundamental incompleto ou equivalente (alfabetizadas sem escolarização), com taxa percentual de 48,9% no ano de 2011. Foi elevada também a proporção das mulheres com fundamental completo ou médio incompleto (23,1%). Os dados também indicam que a mulher negra tem menos anos de estudos que a não negra. Podemos dizer que a significativa presença de domésticas ocupadas com poucos anos de estudo retrata o lugar que o trabalho doméstico possui na sociedade brasileira, percebido como uma atividade para a qual não é exigida qualificação profissional, o que sustenta e fortalece a desmotivação e a desvalorização das mulheres que ocupam esses espaços.

Os dados apontam uma evolução no nível educacional da trabalhadora doméstica remunerada, e, conseqüentemente, este resultado reflete na realidade do trabalho doméstico. No período de 2004 a 2011, a parcela de domésticas no ensino fundamental completo e médio incompleto aumentou de 20,4% para 23,1%. O maior aumento (7,7 pontos percentuais) foi

destacado entre as trabalhadoras domésticas ocupadas com ensino médio completo ou superior incompleto, no mesmo período. Conforme podemos observar na tabela 2, o crescimento da escolaridade pode possibilitar uma inserção em atividades dentro de segmentos que exijam maior qualificação, como a área de saúde, o comércio, atividades de babá, dentre outros.

Com base nos dados da PED denominada Estudos & Pesquisas n. 68, de agosto de 2013, publicada pelo DIEESE, podemos verificar também que as mulheres com idade acima de 60 anos são aquelas que possuem o ensino fundamental incompleto ou são analfabetas. Uma hipótese para justificar a baixa escolaridade seriam as limitações que sua geração enfrentou para estudar e se qualificar. Em 2011, os níveis de analfabetismo observados representavam 19,5% para as domésticas ocupadas entre 60 a 64 anos e em 24,6% para aquelas com mais de 65 anos (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2013).

O número de empregados domésticos com idade de 70 anos ou mais cresceu 40% em dois anos no Brasil, passando de 30.712 em 2009 para 51.859 em 2011, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). No ano de 2009, aproximadamente 2 milhões de trabalhadores tinham entre 30 e 39 anos, o grupo com a maior representatividade de ocupados na categoria. Em 2011, esse número caiu para 1,8 milhão. Os empregados entre 25 e 29 anos também apresentaram queda significativa, de 802 mil para 509 mil no mesmo período de comparação, ou seja, quase 40%, segundo os dados do IPEA de 2011.

Uma das hipóteses para explicar esse contexto é o aumento da escolaridade das mulheres mais jovens, que, com maior qualificação, possuem perspectivas de encontrar outras colocações no mercado de trabalho, distintas do socialmente desvalorizado trabalho doméstico. As entrevistas realizadas com as trabalhadoras diaristas por esta pesquisadora revelam que as filhas dessas mulheres não seguiram a mesma trajetória da mãe em razão do aumento da escolaridade e das oportunidades de inserção em outras ocupações, especialmente no comércio, conforme veremos mais adiante.

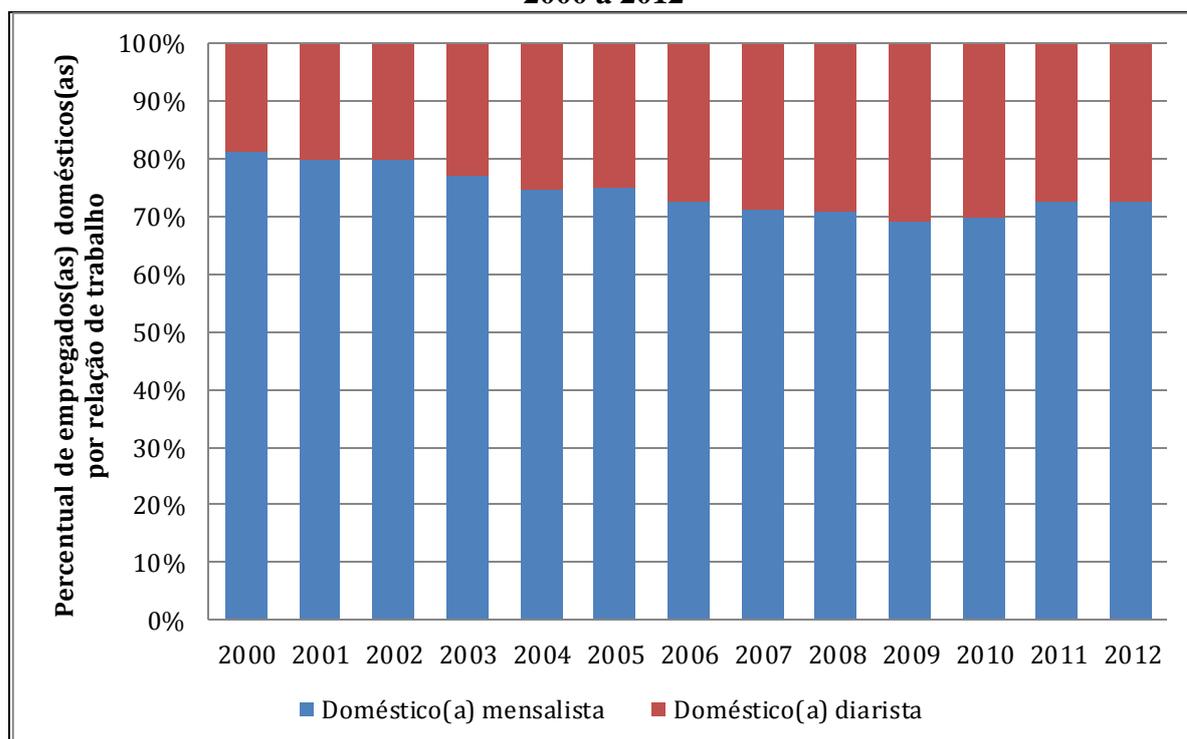
Como as mulheres diaristas que participaram desta pesquisa residem na Região Metropolitana de Belo Horizonte, considere relevante trazer alguns dados do perfil da categoria profissional das trabalhadoras domésticas remuneradas dessa região.

### 5.2.2 Perfil da trabalhadora doméstica remunerada na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Os gráficos e as tabelas a seguir foram construídos com base em análises da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMBH (PED/RMBH), do Convênio Sete/FJP/Dieese/Seade/MTE-FAT, e compreendem os anos de 2000 a 2012.

Em 2000, a maior parte das trabalhadoras domésticas estava contratada como mensalista, com e sem carteira de trabalho assinada (Gráfico 2), representando proporções acima de 60%. Empregadas mensalistas com carteira de trabalho assinada, em tese, se encontram em melhor situação em termos de proteção social comparativamente às outras trabalhadoras domésticas. Isso porque há o reconhecimento formal de seu vínculo de trabalho, principalmente quando o pagamento da contribuição à previdência social é efetivo por parte dos empregadores, o que garante acesso ao sistema de proteção social.

**Gráfico 2-Distribuição dos empregados(as) domésticos(as) por relação de trabalho de 2000 a 2012**



Nota: Pesquisa organizada pela autora em 2013.

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMBH (PED/RMBH), Convênio Sete/FJP/Dieese/Seade/MTE-FAT.

Quando comparamos as empregadas mensalistas e as diaristas, podemos afirmar que as diaristas apresentam uma situação mais precária e instável, uma vez que são remuneradas

pelo dia de trabalho. Elas não recebem férias e, caso adoeçam, não têm direito de receber o seu salário.

Uma das grandes fragilidades do emprego doméstico é ainda a baixa proporção de mulheres que contribuem para a Previdência Social. No caso das mensalistas com carteira assinada, a contribuição está garantida para 100% das trabalhadoras, mas não significa que todas as trabalhadoras mensalistas contribuem com a Previdência Social. As diaristas, porém, não têm a obrigatoriedade de carteira assinada. A trabalhadora doméstica diarista é uma prestadora de serviços eventuais, não existindo a obrigatoriedade por parte do empregador de registrar essas profissionais. Para fins de Previdência Social, a diarista é considerada segurada obrigatória na categoria de Contribuinte Individual, ficando para a própria trabalhadora a responsabilidade pelo recolhimento de 20% sobre a remuneração recebida mensalmente.

Para enfrentar essas situações de precariedade das relações de trabalho, bem como ter mais tempo para cuidar da própria casa e da família, trabalhadoras domésticas mensalistas têm migrado para o trabalho de diarista, contrapondo-se às formas tradicionais do trabalho doméstico remunerado (mensalistas). A inexistência de parâmetros que regulem essa atividade profissional se apresenta como um desafio para além do caráter precário da relação. O preço da diária é negociado entre empregadores e trabalhadoras.

No ano de 2009, a maior parte das trabalhadoras domésticas foi contratada como mensalista, com e sem carteira de trabalho assinada (Gráfico 3). As trabalhadoras mensalistas com carteira de trabalho assinada são, em tese, as que se encontram em melhor situação quando comparadas com as outras trabalhadoras domésticas (diaristas e mensalistas sem carteira assinada). Esse fato se justifica pela existência de um reconhecimento através do contrato formal de trabalho, o que significa que essa trabalhadora está protegida legalmente, especialmente quando o empregador contribui com a Previdência Social.

Os dados apresentados nos colocam algumas hipóteses: o atual modelo de inserção ocupacional das trabalhadoras domésticas, a partir da prestação de serviços em mais de uma residência, apresenta suas vantagens e desvantagens do ponto de vista delas, como veremos nas entrevistas realizadas. Possibilita que a diarista preste serviços em mais de uma residência, podendo receber melhores rendimentos. Como essa trabalhadora, de um modo geral, tem vários empregadores, o seu vínculo afetivo é menor se comparado ao caso da mensalista, que trabalha todos os dias na mesma casa; esse fato possibilita relações de trabalho mais distanciadas com seus empregadores.

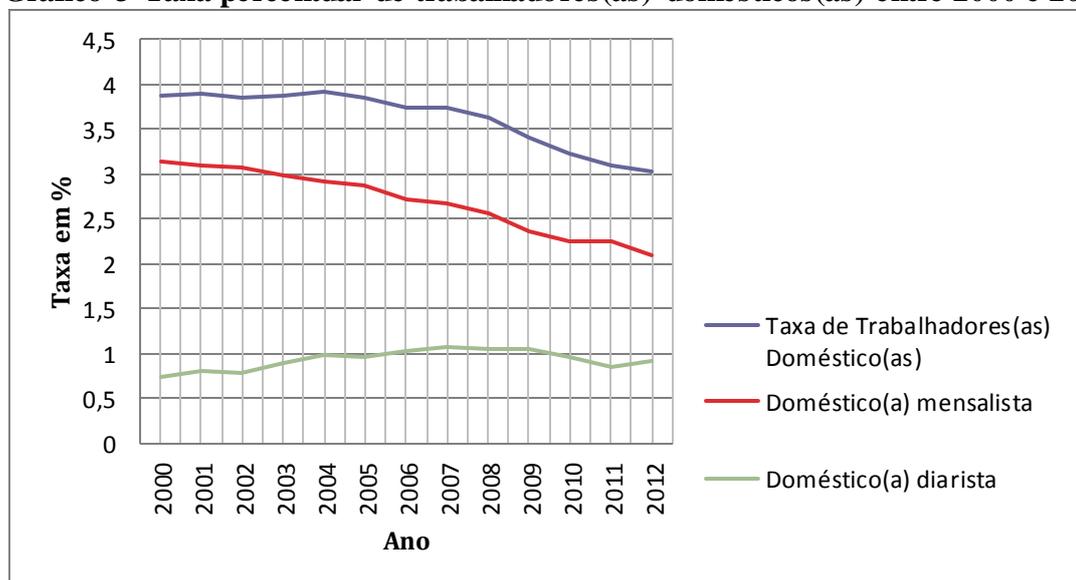
Outra hipótese é que a escolha de preferir serviços de diarista não é apenas da trabalhadora, ela também está associada à escolha do empregador em ter em sua casa uma

profissional que realize as tarefas da casa sem ter que pagar um salário integral. Portanto, contratam as diaristas e pagam somente a diária, desobrigando-se/desonorando-se do registro na carteira e da contribuição para a Previdência e os demais encargos trabalhistas.

A terceira hipótese levantada é que a mudança do perfil do trabalho doméstico está relacionada a um mercado de trabalho aquecido e ao aumento da escolaridade das mulheres dessa categoria de trabalho, o que tem propiciado uma migração das profissionais para outras áreas. O acesso à escolaridade possibilita a inserção das mulheres em outros setores da economia.

Segundo os dados do DIEESE (2013), no ano de 2012, mais de 50% das mulheres ocupadas trabalhavam no setor de serviços na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o qual ficou em primeiro lugar. O comércio (16,8) foi o segundo maior empregador da mão de obra feminina. Os serviços domésticos (13,2%) apareceram como terceiro setor que mais ocupou as mulheres, principalmente negras, em todas as regiões. Assim, o trabalho doméstico continua sendo uma das principais possibilidades de inserção no mercado de trabalho para as mulheres, particularmente as negras e mais pobres.

**Gráfico 3-Taxa percentual de trabalhadores(as) domésticos(as) entre 2000 e 2012**



**Fonte:** Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMBH (PED/RMBH). Convênio Sete/FJP/Dieese/Seade/MTE-FAT.

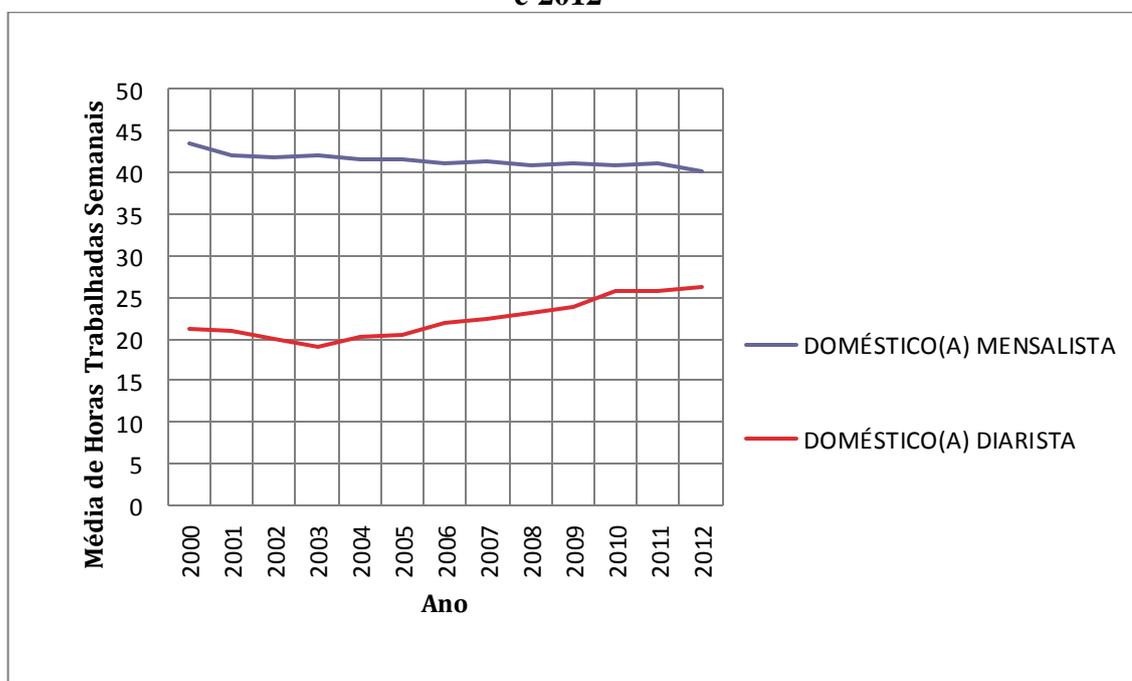
**Nota:** Pesquisa organizada pela autora em 2013.

### a) Jornada de trabalho

O trabalho doméstico envolve, com frequência, longas jornadas de trabalho. De acordo com as perguntas sobre jornada de trabalho da PED/RMBH, temos os dados da média de horas semanais de trabalho para o serviço doméstico: as trabalhadoras mensalistas cumprem em média 40,08 horas semanais, e as trabalhadoras diaristas, 26,16 horas semanais (dados do ano de 2012), conforme mostra o gráfico 4. Uma hipótese colocada é que, com a aprovação da PEC 66/2012, pode ter havido um controle maior no tocante à amplitude das jornadas de trabalho.

Verifica-se, de acordo com os dados do gráfico 4, que a jornada de trabalho das diaristas é inferior à das mensalistas. A nossa hipótese para explicar esse dado é que muitas optam por ter dias livres, para cuidar da própria casa, ir ao médico, enfim, a empregada doméstica diarista tem a flexibilidade de escolherem quantos dias ela vai trabalhar. Por outro lado, o ritmo de trabalho da diarista é mais intenso, uma vez que precisa “dar conta” de todo o trabalho de uma casa, acumulado durante um período, em apenas uma jornada diária de trabalho.

**Gráfico 4 - Média de horas de trabalho semanais para domésticos(as) entre os anos 2000 e 2012**

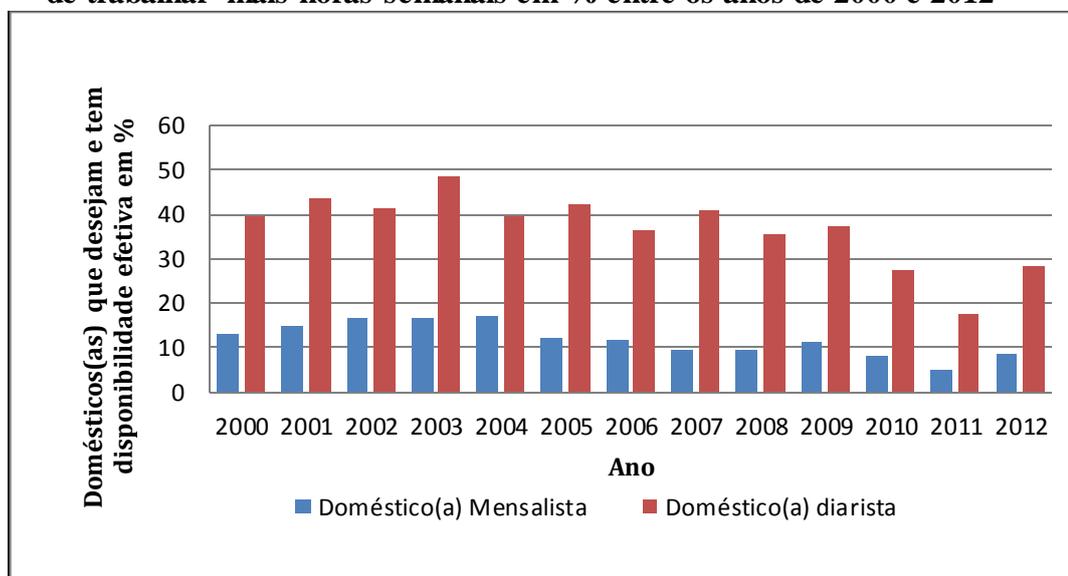


**Nota:** Pesquisa organizada pela autora em 2013.

**Fonte:** Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMBH (PED/RMBH). Convênio Sete/FJP/Dieese/Seade/MTE-FAT.

Como o trabalho da diarista é mais intenso, ela tende a sentir maior cansaço, o que pode contribuir para o surgimento de problemas de saúde.

**Gráfico 5- Percentual dos(as) domésticos(as) que desejam e têm disponibilidade efetiva de trabalhar mais horas semanais em % entre os anos de 2000 e 2012**



**Nota:** Pesquisa organizada pela autora em 2013.

**Fonte:** Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMBH (PED/RMBH). Convênio Sete/FJP/Dieese/Seade/MIE-FAT.

Podemos conferir, conforme os dados apresentados no gráfico 5, que, em média, 28% das trabalhadoras domésticas diaristas têm mais disponibilidade para trabalhar durante a semana que a empregada doméstica mensalista (8,5%). Esses dados nos colocam algumas hipóteses: nem todas as trabalhadoras diaristas conseguem ocupar-se em todos os dias da semana, podendo ter a disponibilidade e o desejo de trabalhar nesses dias livres. Outra hipótese é que, ao terminarem o trabalho mais cedo, existe a possibilidade de as diaristas trabalharem em outra residência no mesmo dia, o que pode representar certa autonomia quanto à carga horária e à flexibilidade de trabalho. Quanto à trabalhadora mensalista, na maioria das vezes, ela é contratada para trabalhar durante a semana toda e em horário integral, o que a impede de ter disponibilidade de tempo para trabalhar em outras residências.

Após a aprovação da PEC 66/2012, em 3 de abril de 2012, as empregadas domésticas mensalistas passaram a ter de cumprir uma carga horária de trabalho de 44 horas semanais, não se podendo ultrapassar as oito horas diárias. Ou seja, para cumprir essa carga horária de trabalho, as mulheres mensalistas deveriam trabalhar de segunda a sexta-feira. Devemos levar em consideração que, antes da aprovação da PEC, várias trabalhadoras mensalistas dormiam no emprego, não tendo horário estabelecido para descanso.

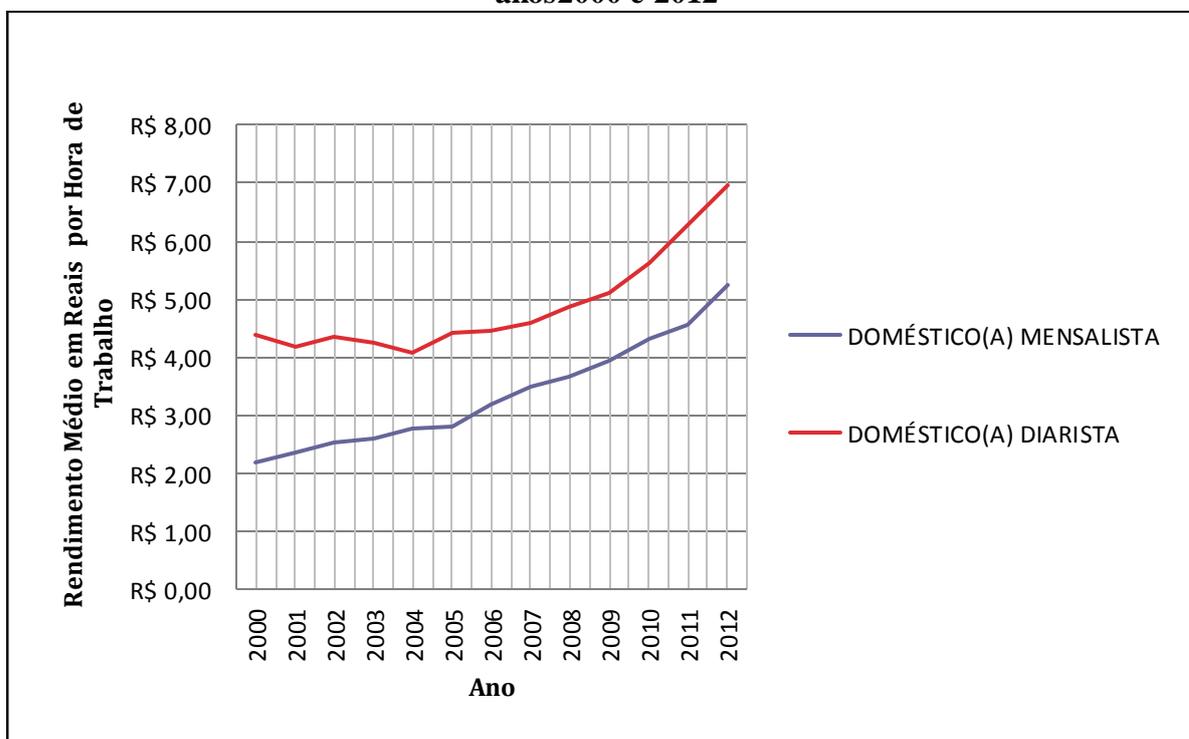
## b) Salário

Segundo dados do DIEESE (2013), o rendimento médio real por hora das trabalhadoras domésticas é baixo. A comparação dos rendimentos levou em consideração a inflação registrada entre os anos de 2000 e 2012. Realizou-se um reajuste da renda levando-se em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O rendimento médio por hora trabalhada é o mais apropriado para comparações, visto que as jornadas de trabalho são diferentes entre as empregadas domésticas mensalistas e as diaristas. Sob essa ótica, as diaristas têm melhor remuneração, seguidas pelas mensalistas com carteira assinada, como se pode ver no gráfico 6.

Assim, a trabalhadora doméstica mensalista, no ano de 2012, recebeu em média R\$ 5,24 por hora trabalhada, enquanto a diarista, no mesmo ano, recebeu em média R\$ 6,97 por hora trabalhada. Os dados confirmam as narrativas das trabalhadoras diaristas quando afirmam que uma das vantagens de ser diarista é o rendimento ser maior quando comparado ao das trabalhadoras mensalistas.

**Gráfico 6-Rendimento médio por hora de trabalho para domésticos(as) entre os anos 2000 e 2012**



Nota: Pesquisa organizada pela autora em 2013.

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMBH (PED/RMBH). Convênio Sete/FJP/Dieese/Seade/MTE-FAT.

### **c) Carteira assinada**

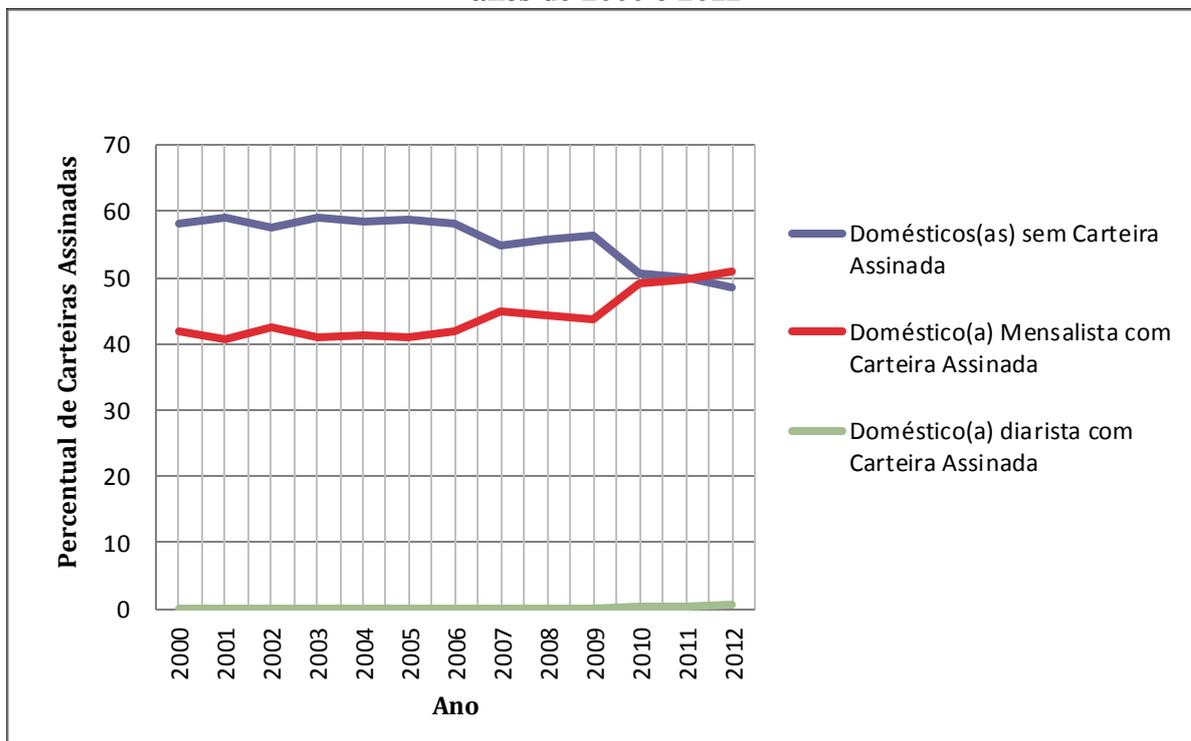
Para analisar a relação de domésticas com carteira assinada e sem carteira assinada entre o período de 2000 a 2012, temos o gráfico 7.

O trabalho doméstico no Brasil é fortemente marcado por relações informais. Não apenas a diarista – que trabalha cada dia em uma casa, sem nenhum tipo de proteção, estando passível de ficar sem nenhum trabalho e, portanto, sem nenhuma renda –, mas, também, a mensalista está sujeita à informalidade, ao trabalho sem registro em carteira, o que lhes nega os direitos sociais associados ao trabalho, como férias remuneradas, licença-saúde, seguro contra acidentes, FGTS, previdência social etc. Essa situação agrava a condição de precariedade e instabilidade dessa ocupação.

O trabalho doméstico já é pautado pela informalidade historicamente. Em 2000, a Região Metropolitana de Belo Horizonte incorporava, aproximadamente, 0,11% de diaristas com carteira assinada; esse valor teve um pequeno aumento quando comparado com o do ano de 2012, representando 0,53% de diaristas com carteira assinada. Assim, nossa hipótese com relação aos dados apresentados é que essa é uma categoria profissional que nunca foi priorizada por ações governamentais, ao contrário, historicamente, as ações no âmbito do trabalho doméstico foram muito tímidas. Conforme dito anteriormente, em abril de 2013, com a aprovação da PEC das domésticas, as empregadas mensalistas conseguiram ter alguns dos direitos equiparados aos das demais categorias de trabalhadores; já as diaristas não foram contempladas pela legislação.

O número de contratações formais com carteira de trabalho assinada não representa um dado positivo. Segundo as informações apresentadas, menos de 1% das trabalhadoras domésticas diaristas possuem carteira de trabalho assinada, portanto, esse número é quase insignificante, o que leva a afirmar que as diaristas não possuem seus direitos trabalhistas garantidos. No ano de 2012, das trabalhadoras domésticas mensalistas, 50,86% tinham carteira assinada.

**Gráfico 7-Percentual de trabalhadores(as) domésticos(as) com carteira assinada entre os anos de 2000 e 2012**



**Nota:** Pesquisa organizada pela autora em 2013.

**Fonte:** Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMBH (PED/RMBH). Convênio Sete/FJP/Dieese/Seade/MIE-FAT.

Nas duas últimas décadas, o esforço da categoria dos trabalhadores domésticos vem contribuindo para uma transformação significativa nas relações de trabalho. Um marco de conquista foi a aprovação da Ementa Constitucional – PEC das domésticas. Conforme já mencionado, apesar de todas as dificuldades que envolvem o trabalho doméstico remunerado, tem-se verificado um expressivo avanço para a categoria nos últimos anos. Acreditando na valorização social do trabalho doméstico, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram implementadas políticas de reconhecimento e promoção de direitos para essa categoria. Mesmo com o sério cenário de precariedade que caracteriza essa categoria de trabalho, desde o ano de 2002, tem-se verificado um leve aumento da formalização dos trabalhadores domésticos remunerados. Nesse período, 42,43% das trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada, e, no ano de 2012, esse percentual havia subido para 50,86% das mensalistas. Quanto às diaristas, no ano de 2000, o percentual era de 0,11% de carteiras assinadas e, em 2012, elevou-se para 0,53%. Esses resultados positivos estão, provavelmente, relacionados com o acerto das políticas de reconhecimento e promoção de direitos para a categoria adotadas pelo governo federal a partir de 2003.

Um aspecto que deve ser destacado é que, desde 2006, o número de trabalhadores ocupados na categoria trabalhadores domésticos vem apresentando uma diminuição, assim, esse movimento no contexto da formalização pode estar associado à diminuição do total de ocupados nessa categoria.

No período de 2005 a 2007, foi desenvolvido como experiência-piloto o Programa Trabalho Doméstico Cidadão, o qual foi configurado a partir de uma iniciativa de concertação social<sup>14</sup> sobre o trabalho doméstico, envolvendo o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (GILBERTTI, 2010).

As referidas instituições assinaram um Protocolo de Intenções, que orientou o trabalho de cada uma delas na construção de uma proposta integrada de capacitação para as trabalhadoras domésticas, abrangendo a qualificação profissional e social, associada à elevação de escolaridade e ao fortalecimento da organização sindical.

No decorrer do ano de 2005, esse projeto foi administrado e incorporou ações de políticas públicas, objetivando a ampliação do acesso das trabalhadoras domésticas a programas na área de direitos humanos e combate à violência contra as mulheres, à moradia e à saúde, além da ampliação dos direitos trabalhistas da categoria e acesso à Previdência Social.

#### **d) Características de quem paga previdência**

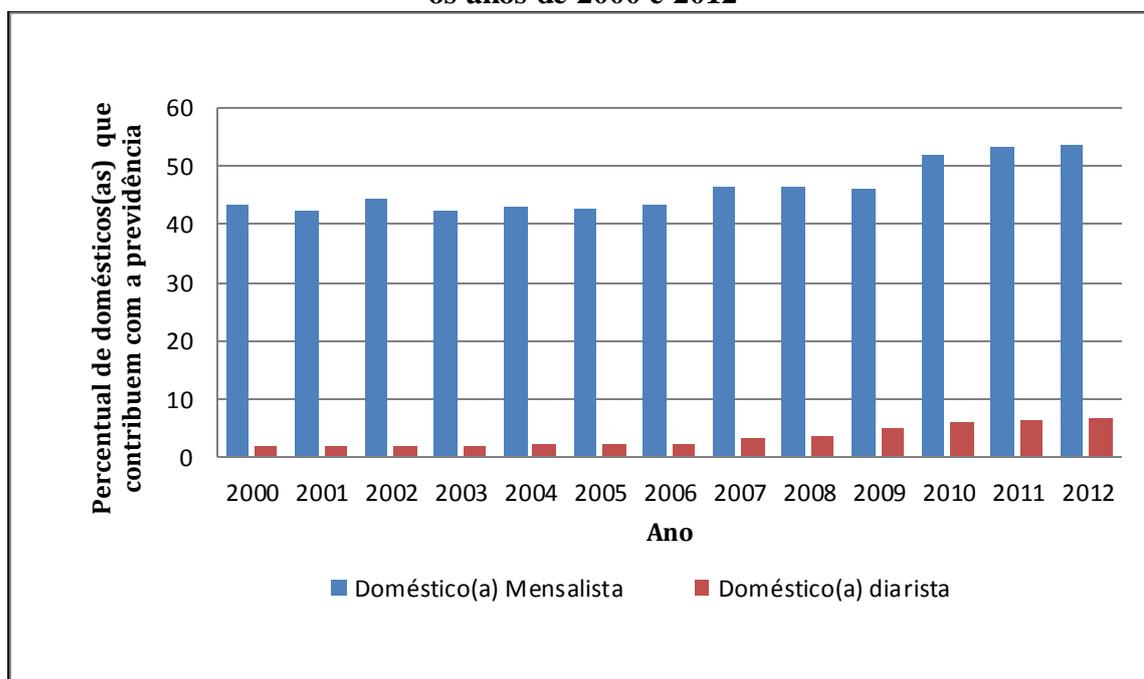
A relação da proporção das empregadas domésticas que pagam previdência<sup>15</sup> segue abaixo:

---

<sup>14</sup> Intenção de realizar um acordo entre o governo e seus atores sociais, geralmente quando há uma vontade comum entre as partes para solucionar um problema nacional de cunho econômico ou social. A concertação social é um procedimento com vistas à feitura de um acordo tripolar, no qual o governo não desempenha um papel de árbitro ou mediador, mas, sim, de parte, assumindo uma posição de negociador, e não de autoridade, junto com os demais atores sociais. A intenção de solucionar o problema é o objetivo primordial da concertação social. Os esforços para que se atinja um consenso são fundamentais, por isso, mesmo que não se concretize um acordo, a concertação é dita como realizada, já que é em si mesma um instrumento para o diálogo e para a obtenção de informações e ideias.

<sup>15</sup> A Previdência Social é o seguro social para a pessoa que contribui. É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. A renda transferida pela Previdência Social é utilizada para substituir a renda do trabalhador contribuinte quando ele perde a capacidade de trabalho, seja por doença, invalidez, idade avançada, morte e desemprego involuntário ou mesmo maternidade e reclusão.

**Gráfico 8-Percentual de domésticos(as) que contribuem com a Previdência Social entre os anos de 2000 e 2012**



**Nota:** Pesquisa organizada pela autora em 2013.

**Fonte:** Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMBH (PED/RMBH). Convênio Sete/FJP/Dieese/Seade/MTE-FAT.

Analisando-se os dados das empregadas domésticas diaristas que contribuem com a Previdência Social, percebemos que é um número muito acanhado em média. No ano de 2012, apenas 6,84% das trabalhadoras domésticas diaristas contribuíram com a Previdência Social, como autônomas. Esses números começaram a crescer em 2000, quando representava apenas 1,95% de diaristas. Esse crescimento representa um dado relevante, e a nossa hipótese é que o perfil dessas trabalhadoras tem se modificado, ou seja, atualmente, elas têm uma maior consciência quanto aos seus direitos e à oportunidade de construir um futuro com mais autonomia e qualidade de vida, possibilitando sua inserção e seu exercício de cidadania.

Os dados analisados nos permitiram unir visões quantitativa e qualitativa, nos indicando uma contextualização do trabalho doméstico remunerado no Brasil e na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dessa forma, juntamente com os dados quantitativos, estabelecemos relações com a teoria e as narrativas das entrevistadas, evidenciando as características da ocupação como de baixa remuneração, com jornadas extensas de trabalho, ausência de proteção social e informalidade na forma de contratação.

O período de 2004 a 2009 foi marcado por movimento de crescimento na economia do Brasil. A estabilização monetária do governo Luís Inácio da Silva trouxe reflexos positivos na condição do emprego como um todo. A política social e econômica e o comprometimento

do estado com as políticas públicas sociais geraram aumento de trabalhos com carteira assinada, o que foi extremamente relevante para a categoria de trabalho doméstico. Essas mudanças trouxeram evoluções no perfil dessas trabalhadoras.

Um número significativo de jovens passou a buscar a inserção no mercado de trabalho em outros setores, como comércio e prestação de serviços. Essa mudança implicou reflexos no perfil etário das trabalhadoras domésticas: a categoria está envelhecendo. Esse período também foi marcado por aumento no número de diaristas. Como as diaristas não estão incluídas na legislação social e trabalhista, elas ficam numa situação vulnerável, pois, não trabalhando, não recebem seus salários.

Os desafios para o reconhecimento e a valorização do trabalho da diarista são muitos. As narrativas das entrevistas indicam que essas mulheres ainda carregam marcas de uma formação sócio-histórica de um país escravocrata e patriarcal, que, conforme descrito anteriormente, desde décadas passadas, tem relacionado atividades domésticas a, basicamente, mulheres pobres negras e com baixa escolaridade, características essas que contribuem para o aumento da discriminação social dessa categoria de trabalhadores, que, com muito sacrifício, buscam a profissionalização.

Para modificar as condições de vida e de trabalho dessa categoria profissional, é necessário avançar em legislação que assegure equidade de acesso aos direitos básicos garantidos em lei para a maioria dos trabalhadores. Apesar das mudanças e dos avanços na legislação com a aprovação da PEC das domésticas, essa lei não prevê a regulamentação do trabalho da diarista, ou seja, ela ainda continua relegada.

### **5.3 O trabalho doméstico do ponto de vista jurídico**

O trabalho pode ser analisado a partir de duas dimensões, que apresentam uma valorização social diversa: a produtiva e a reprodutiva. O trabalho produtivo está associado ao mercado, à produção econômica. Já o trabalho reprodutivo significa os afazeres domésticos, o cuidado com a casa, com as crianças e com os idosos. São dois lados de uma mesma totalidade, pois são relacionados. Somente é capaz de gerar resultados quem está com as questões reprodutivas resolvidas de alguma maneira.

Segundo Hirata e Kergoat (2007b) no nível mais individual, são quatro os principais modelos de divisão sexual do trabalho: tradicional, conciliação, parceria e delegação. O modelo tradicional é destacado pela complementaridade de papéis, segundo a qual a mulher fica responsável pela família e pelas responsabilidades domésticas, e o homem é responsável

pelo papel de provedor. No modelo de conciliação, cabe às mulheres conciliar o trabalho fora do lar e a vida profissional e familiar. O modelo da parceria é caracterizado pela igualdade, no qual as tarefas domésticas são divididas entre os familiares. Já no modelo da delegação, as mulheres contratam o serviço de outras mulheres, trabalhadoras domésticas, que se responsabilizam pelas atividades da casa.

As trabalhadoras domésticas, ao realizarem o trabalho reprodutivo de forma remunerada, acabam por reunir, de maneira diferente, dimensões presentes nessas duas situações de trabalho (produtivo e reprodutivo), confrontando, no decorrer de suas atividades, questões específicas do espaço público e específicas do espaço privado.

Muito embora uma linha de autores, em determinadas situações, apliquem os termos “trabalho doméstico” e “emprego doméstico” como sinônimos, é necessário distingui-los para evitar que o trabalho executado, por exemplo, pela dona de casa seja nomeado da mesma forma que o trabalho desempenhado pela trabalhadora doméstica.

O trabalho doméstico e o emprego doméstico estão associados às atividades relacionadas à reprodução da vida, são as atividades domésticas que as pessoas realizam no domicílio de residência. O trabalho não é remunerado, enquanto o emprego doméstico remunerado corresponde ao trabalho em geral realizado por uma pessoa contratada para executar as tarefas de uma residência. A execução dos serviços gerais acontece em um domicílio privado. Para o DIEESE (2012) o termo “empregado doméstico” é utilizado para funções mais especializadas, como: cozinheira, babá, lavadeiras, vigias, motorista, jardineiro, governantas, dentre outros. É um trabalho que possui características específicas, não possui fins lucrativos, é realizado no espaço privado, ou seja, nas residências, e, portanto, seu empregador é uma pessoa física.

O contexto brasileiro atual é marcado por debates que envolvem a regulamentação dos direitos trabalhistas dos domésticos, abrangendo as decisões do governo frente às demandas dos sindicatos de classe da categoria. No dia 3 de abril de 2013, o Brasil igualou a legislação trabalhista das empregadas domésticas à dos demais trabalhadores urbanos. Anteriormente, era apenas uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 66/2012); agora o trabalhador doméstico foi incluído no art. 7º da Constituição Federal.

Ainda restam, porém, caminhos a trilhar, pois a implementação ainda depende de uma legislação específica, que, até o fechamento desta tese, ainda não tinha sido estabelecida. Além disso, destacamos também que a PEC não contempla o trabalho das diaristas; elas continuam tendo tratamento desigual em comparação com os demais trabalhadores,

sãodesconsideradas como um grupo produtor de um trabalho e objeto de direitos trabalhistas e sociais.

Historicamente, o trabalho doméstico é caracterizado pela sua informalidade, já que, segundo dados do DIEESE, em 2013, aproximadamente 70% desses trabalhadores não possuíam carteira assinada. É uma categoria profissional que nunca foi priorizada por ações governamentais, ao contrário, historicamente, as ações no âmbito do trabalho doméstico sempre foram muito acanhadas. ´

O trabalho doméstico remunerado, até o ano de 1941, foi praticado no Brasil sem nenhum respaldo da legislação; somente nessa data o governo de Getúlio Vargas criou o Decreto-Lei nº 3.078/41, em que se reconhece o trabalhador doméstico<sup>16</sup> como aquele de “qualquer profissão ou similar que, mediante remuneração, presta serviços em residências particulares ou em benefício destas” (art. 1º) (FRAGA, 2010). A carteira de trabalho passou a ser obrigatória para todo trabalhador doméstico, efoi instituído oito dias de aviso prévio para as duas partes envolvidas. O decreto-lei definiu os direitos e os deveres de empregadores e empregados.

Art. 6º - Direitos do empregador: a) tratar com urbanidade o empregado, repetindo-lhe a honra e a integridade física; b) pagar pontualmente os salários convencionados; c) assegurar ao empregado às condições higiênicas de alimentação e habitação quanto tais utilidades que lhe sejam devidas.

Art. 7º - Direitos do empregado: a) prestar obediência e respeito ao empregador, às pessoas de sua família e às que vivem ou estejam transitariamente no mesmo lar; b) tratar com polidez os que se utilizarem eventualmente de seus serviços; c) desobrigar-se dos seus serviços com diligências e honestidade; d) responder pecuniariamente pelos danos causados por sua incúria ou culpa exclusiva; e) zelar pelos interesses do empregador (BRASIL, 1941).

Fica explícito que o decreto-lei cria mecanismos de controle e fiscalização da atividade de trabalho relacionados com a segurança dos empregadores, não sendo uma lei que assegura direitos sociais aos trabalhadores domésticos. Para garantir a proteção aos empregadores, é essencial a concessão de alguns direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas, como anotação do contrato na carteira de trabalho (mediante apresentação de declarações de boa conduta e de saúde, nos dias atuais, não muito exigidas), contribuição à Previdência Social (definindo como obrigatoriedade 8% do empregador e 12% do salário da trabalhadora) e férias de 20 dias a cada um ano de trabalho.

---

<sup>16</sup> A constituição brasileira considera “trabalhador doméstico” o trabalhador que presta serviços dessa natureza, desse modo, utilizaremos esse termo, e não “trabalhadora doméstica remunerada”.

A Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT começou a vigorar em 10.11.1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio do mesmo ano. A CLT não contemplou o trabalho realizado no espaço privado, nas residências. O Artigo 7º, que define a aplicabilidade dos preceitos consolidados, em sua alínea “a”, excluiu os “*empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas*”. A justificativa para a exclusão desses trabalhadores acontece pela via do trabalho que não gera lucro, uma vez que é consumido pelas pessoas que residem no local: a incorporação dos empregados domésticos à CLT envolveria considerar a família como uma empresa, uma vez que as atividades que têm lugar na família em nada se parecem às que acontecem em uma empresa quanto ao destino dos bens e serviços em ambas produzidos (SAFFIOTI, 1978).

Existe uma diferença entre as residências como lugar de produção de bens e serviços para o mercado e as residências como lugar de cuidado e de reprodução da força de trabalho, reproduzindo o cuidado feminino, mas esse é um ponto complexo. As residências não são empresas, são espaços privados onde as trabalhadoras domésticas realizam seu trabalho.

O pensamento feminista e os movimentos de mulheres questionaram alguns dos princípios vigentes, procurando perspectivas teóricas e explicativas que dessem conta do universo feminino, questionando por que a geração de valor é limitada à produção para o mercado, uma vez que a reprodução é um bem colocado sempre à disposição desse mesmo mercado. Dito isso, o trabalho doméstico remunerado destaca a contradição presente na visão dicotômica da geração de valor no capitalismo e na organização patriarcal da sociedade, ramificando-a em duas dimensões: uma visível e outra invisível – o público e o privado, a produção e a reprodução.

A legislação brasileira que regulamenta a ocupação do trabalhador doméstico é similar à de diversos países no mundo; define o trabalho doméstico como “aquele realizado por pessoa maior de 16 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas” (BRASIL, 2009).

Somente em 1972, no governo ditatorial de Médici, é que o trabalho doméstico foi qualificado como profissão. Para a Lei nº 5.859, trabalhador doméstico é “*aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa e à família, no âmbito residencial destas*” (art.1º/1972), determinação que vigora até os dias atuais. Os direitos conquistados foram: anotação do contrato na carteira de trabalho (quando da apresentação de atestado de boa conduta e de saúde, não muito comum nos dias atuais); 20 dias de férias a cada 12 meses de serviços prestados; benefícios assegurados pela lei orgânica da Previdência

Social – aposentadoria, acesso à saúde, auxílios previdenciários –; pagamento de 8% mensal, tanto para o empregado quanto para o empregador, com vistas a custear os benefícios da Previdência Social e multas por não cumprimento desse pagamento, variando entre 10% e 50% do valor do débito.

Em 9 de março de 1973, foi editado o Decreto-Lei nº 71.885, que mantém os principais direitos estabelecidos na lei anterior (1972), detalha a forma do contrato de trabalho e estabelece que as divergências entre empregado doméstico e empregador, referente às férias e à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, ressaltadas as competências da Justiça do Trabalho, seriam resolvidas pela Delegacia Regional do Trabalho. Em 19 de dezembro de 1985, foi regulamentado o Decreto nº 92.180, que criou o vale-transporte e o assegurou também para as/os trabalhadoras/es domésticas/os.

O tratamento desigual foi reafirmado e reforçado pela Constituição Federal de 1988, que, apesar de incluir aos direitos já mencionados, como o salário-mínimo, o 13º salário e a licença-maternidade de 120 dias também às trabalhadoras domésticas, as excluiu do mesmo rol de direitos assegurados aos demais trabalhadores e trabalhadoras urbanos/as e rurais. A inclusão do parágrafo único no Artigo 7º discriminou as trabalhadoras domésticas, limitando os direitos trabalhistas a que teriam acesso.

A Lei nº 10.208, aprovada em 23 de março de 2001, concedeu o acesso, para a/o empregada/o doméstica/o, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e ao seguro-desemprego. No entanto, esse direito foi definido como opcional, com apenas uma parte restrita dos empregadores tendo inscrito o/a trabalhador/a doméstico/a no FGTS, e, conseqüentemente, poucos trabalhadores tiveram acesso ao seguro-desemprego.

A Lei nº 11.324, promulgada em 19 de julho de 2006, estimula a formalização dos contratos de trabalho doméstico autorizando a dedução no imposto de renda das pessoas físicas pelas despesas com o pagamento da contribuição do empregador ao INSS, bem como estende os direitos trabalhistas das domésticas, que passam a incorporar também férias de 30 dias, estabilidade para a gestante, direito aos feriados civis e religiosos, além de proibir descontos no pagamento por moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho.

Os direitos dos trabalhadores domésticos se caracterizam por uma improvisação constitucional que integra aos poucos os direitos conquistados. A partir de 1988, a ampliação dos direitos foi significativa, porém, não se considera a totalidade dos direitos trabalhistas como para os demais trabalhadores.

Pensando na variabilidade de atividades que envolvem o trabalho doméstico e na necessidade de identificar o conteúdo das tarefas do trabalho da diarista, recorremos à Classificação Brasileira de Ocupações - CBO 2002. É interessante verificar como são frágeis e bastante genéricos os conceitos para regular os usos dessa força de trabalho.

Na CBO, os serviços domésticos constituem uma *família ocupacional* denominada *trabalhadores dos serviços domésticos em geral*, incluindo: empregado doméstico nos serviços gerais; empregado doméstico arrumador; empregado doméstico faxineiro; empregado doméstico diarista. O que fica muito claro na descrição da CBO é que a execução das diversas tarefas da casa é realizada no espaço privado, ou seja, nas residências.

De acordo com a CBO, os trabalhadores dos serviços domésticos em geral têm como condições gerais de exercício da profissão trabalhar em residências, diariamente, em tempo integral ou parcial ou por jornada diária. As funções da diarista e da faxineira têm as seguintes distinções: a diarista tem uma gama de atividades maior, “prepara refeições, lava, passa, arruma”. É uma empregada doméstica para serviços gerais, em tempo parcial. A faxineira faz limpeza pesada, em dias fixados pelo empregador, tais como: lavar azulejos, banheiros, cozinhas, quintais.

O empregado doméstico é denominado como serviços gerais, diarista faxineiro ou arrumador de acordo com o tipo de atividade e a jornada de trabalho. O trabalhador dos serviços gerais é responsável por todas as atividades da casa, ou seja, da limpeza geral até a cozinha, cuidar das roupas, de objetos pessoais, plantas e animais domésticos. O trabalho em serviços gerais é mensalista, trabalhando-sedurante a semana toda ou apenas dois ou três dias; trata-se de um profissional fixo na mesma residência.

Na prática, também existe uma divisão que, a nosso ver, é relevante para identificar as modalidades dos serviços da diarista e da mensalista e que não se iguala totalmente com a definição da CBO, ou seja, as diaristas se dividem em passadeira, lavadeira, faxineira, cozinheira. As profissionais, juntamente com as empregadoras, é que definem as tarefas que serão realizadas, conforme declararam nas entrevistas, e existe uma tendência de a faxineira realizar as atividades de limpeza da casa; em algumas situações, elas cuidam da comida e também passam roupa. As diaristas que são passadeiras realizam quase sempre apenas a função de passar roupas.

Ainda de acordo com a CBO, existe uma tendência do aumento de qualificação para o acesso à profissão de diarista, variando conforme a classe social do empregador. Em geral, solicita-se ensino fundamental completo. Cursos de qualificação profissional de 200 horas-aula vêm sendo oferecidos por instituições de formação profissional, sindicatos e ONGs.

O exercício pleno das atividades ocorre após um a dois anos de exercício profissional. As ocupações elencadas nessa família ocupacional demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do Artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no Art. 10 do Decreto nº 5.598/2005.

#### 5.4 Empregado doméstico e diarista

O trabalho doméstico remunerado corresponde ao trabalho em geral realizado por uma pessoa contratada para executar as tarefas de uma residência. A execução dos serviços gerais acontece em um domicílio privado. O termo “empregado doméstico” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2013) é utilizado para funções mais especializadas, como: cozinheira, babá, lavadeiras, vigia, motorista, jardineiro, governantas, dentre outros. É um trabalho que possui características específicas, não possui fins lucrativos, é realizado no espaço privado, ou seja, nas residências, portanto, o empregador é uma pessoa física.

Existem diversos tipos de contratos de prestação de serviços domésticos remunerados no Brasil. Segundo Fraga (2010), tendo como referências estatísticas oficiais, podemos elencar três tipos de trabalhadora doméstica: a mensalista que mora na residência do empregador; a mensalista externa, que trabalha para um empregador, recebe por mês, mas não reside na casa do empregador; e a diarista, que recebe por dia de trabalho e, geralmente, tem mais de um empregador. As faxineiras podem realizar tarefas especializadas, assim como passadeiras, lavadeiras, cozinheiras, dentre outros. E existem também as “diaristas polivalentes”, que executam um conjunto de tarefas em um dia de trabalho.

A legislação define o empregado doméstico como “aquele que presta serviços de **natureza contínua** e de **finalidade não lucrativa** à pessoa ou à família no âmbito residencial destas” (BRASIL, 1972). As atividades das diaristas não possuem definição legal. As questões jurídicas sobre o que seria a interpretação da expressão “natureza contínua” geram impasses quanto aos termos da legalização da atividade, que, mesmo com todas as mudanças e avanços, ainda permanece sem reconhecimento profissional. Portanto, esse subgrupo é abandonado/rejeitado a uma situação de fragilidade quanto aos aspectos de proteção legal. Mesmo assim, as definições das tarefas, as responsabilidades e os contratos de trabalho têm valorizado os vínculos com os empregadores, porém, em poucas vezes, o tipo de tarefa realizada pela trabalhadora .

O número de trabalhadoras domésticas que operam em mais de um domicílio revela que, no Brasil, entre 2004 e 2011, cresceu a proporção de diaristas, que passou de 21,4%, em 2004, para 30,6%, em 2011, segundo dados do Dieese (2013). Esse dado indica que muitas mensalistas sem carteira assinada passaram a trabalhar e receber por dia. Outra hipótese é que, tendo em vista a aprovação da PEC das domésticas, sancionada em abril de 2013, esse número poderá aumentar ainda mais.

Segundo o Tribunal Superior do Trabalho (TST),

Os trabalhadores domésticos não subordinados são conhecidos como diaristas porque não trabalham de forma contínua, todos os dias, para o mesmo empregador, como o empregado doméstico. São eles que determinam os dias em que irão trabalhar e o valor das diárias, que recebem ao fim do dia trabalhado. O fato de poderem trabalhar para vários empregadores, numa relação autônoma, os difere do empregado doméstico subordinado (BRASIL, 2013).

Existe dificuldade jurídica em determinar critérios que promovem a diferenciação entre o trabalho doméstico em regime contratual e o trabalho autônomo, como é o caso das diaristas. Essa é uma questão em aberto na Justiça do Trabalho. A Organização Internacional do Trabalho - OIT aprovou, em junho de 2011, a Convenção Internacional do Trabalho nº 189, que assegura melhores condições de trabalho aos trabalhadores domésticos no mundo. Tal convenção ainda não foi aprovada pelo Congresso Nacional, entretanto, parte de seu conteúdo adentrou o ordenamento jurídico brasileiro com a aprovação da Emenda Constitucional nº 72/2013, em 4 de abril de 2013.

A convenção possui itens que ainda demandam regulamentação normativa interna para que possam ser implementados, como a adoção de medidas e a possibilidade de acesso ao domicílio, com respeito à privacidade, possibilitando a fiscalização pelo órgão competente (Artigo 17 da Convenção 189/2011): “liberdade para decidir moradia, se acompanha ou não membros do domicílio em suas férias e quanto a manter em posse seus documentos” (artigo 9º da Convenção nº 189/2011), além de “medidas de saúde e segurança no trabalho” (artigos 13 e 14 da Convenção nº 189/2011 (BRASIL, 1943).

Cabe à Justiça do Trabalho decidir sobre a existência ou não do vínculo de emprego. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) vai no sentido de que o trabalho exercido pela diarista em dois ou três dias na semana não preenche o requisito da continuidade previsto no Artigo 1º da Lei nº 5.859/72.

A jurisprudência<sup>17</sup> predominante reconhece que o trabalhador doméstico diarista é aquele que não trabalha de forma contínua, todos os dias, para o mesmo empregador. Nos dias atuais, a distinção entre empregada mensalista e empregada diarista é realizada a partir de posições doutrinárias e jurisprudências. O que pode gerar muitas incertezas, especialmente com a aprovação da nova emenda, que amplia os direitos dos trabalhadores domésticos.

Posições doutrinárias e jurisprudenciais são divergentes quanto à questão da diarista/faxineira ser ou não considerada empregada doméstica, residindo a maior polêmica no alcance do termo “continuidade”, que consta do Art. 1º da Lei nº 5.859/72. Assim, entendemos que a interpretação do dispositivo de lei estabelece um critério subjetivo para delimitar a extensão da expressão “continuidade”. A continuidade diz respeito à natureza da atividade doméstica realizada por cada trabalhador. Assim, se o trabalhador realiza serviços de natureza contínua, fazer comida, arrumar a casa, cuidar dos filhos, dentre outros, será considerado empregado doméstico, mesmo que trabalhe duas ou três vezes por semana. Caso contrário, se o serviço não tiver caráter diário, como fazer faxina, lavar roupa, passar roupa, dentre outros, o trabalhador será considerado diarista<sup>18</sup>.

Interpretar a lei de forma “aleatória”, ou seja, tratando cada caso conforme suas peculiaridades, abre brechas para as famílias contratarem duas ou três diaristas para prestar serviços de natureza contínua duas ou três vezes na semana, como, por exemplo, para realizar a arrumação da casa e fazer comida. Essa simples afirmativa desmonta a jurisprudência quando relaciona o vínculo empregatício doméstico com o número de dias trabalhados por semana.

Entendemos que o trabalho da diarista emerge como resposta às necessidades socioculturais e econômicas das sociedades contemporâneas, que têm precarizado o trabalho dessa categoria profissional, não possibilitando o acesso a direitos já conquistados por outros trabalhadores.

## **5.5 Proposta de Emenda à Constituição Federal - PEC das Domésticas**

A Proposta de Emenda à Constituição Federal nº. 66, popularmente conhecida como PEC das Domésticas, pode ser uma esperança para desfazer as mazelas dessa categoria

---

<sup>17</sup> Jurisprudência é “a ciência da lei”. Conjunto de decisões tomadas de forma convergente por um ou mais tribunais a partir de casos reais similares sobre um assunto que dá margem a mais de uma interpretação. Com base nesse acordo, outros juízes podem seguir o mesmo entendimento na aplicação de determinada norma jurídica, embora não sejam obrigados a fazê-lo.

<sup>18</sup> A continuidade ou não das atividades domésticas é avaliada em cada caso concreto (pela Justiça do Trabalho), diversificando-se em cada residência.

profissional. No dia 2 de abril de 2013, o Senado Federal aprovou a promulgação da Emenda Constitucional nº 72, que altera redação do parágrafo único do Art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Essa Lei tem o objetivo de equiparar o trabalho doméstico aos dos demais setores da economia e acabar com os trabalhadores informais.

A partir da promulgação da PEC, todo trabalhador maior de 18 anos contratado para trabalhar em residências, para uma pessoa física ou família, passa a ter os mesmos direitos conquistados há décadas pelos demais trabalhadores em regime de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Entre os trabalhadores domésticos beneficiados pela nova lei estão incluídos profissionais responsáveis pela limpeza da residência, lavadeiras, passadeiras, babás, cozinheiras, jardineiros, caseiros de residências nas zonas urbana e rural, motoristas particulares e até pilotos de aviões particulares.

A PEC das domésticas trouxe novas regras para o trabalho doméstico remunerado, tais como: jornada diária de oito horas e de 44 horas semanais e pagamento de horas extras, seguro-desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e auxílio-creche.

**Quadro 1- Direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas antes e depois da aprovação da Emenda Constitucional nº 66/2012**

Como era	Como fica
Carga horária negociada entre domésticas e patrões	Empregadas só podem trabalhar 44 horas semanais (com limite de oito horas semanais)
Trabalho além do horário não era remunerado	Hora extra de trabalho deve ser acrescida de 50% do valor normal
Grávidas não tinham licença-maternidade garantida	Mães têm direito a quatro meses de licença após o parto
Cerca de 400 mil crianças trabalhavam em residências brasileiras	É proibido empregar menor de 16 anos (somente em casos de aprendizes maiores de 14 anos)
Aumento de salário era negociado caso a caso	Salário passa a ser corrigido por acordo coletivo e convenção de trabalhadores
1,8 milhão de trabalhadores domésticos recebendo até meio salário mínimo	O salário mínimo passa a ser o mínimo da categoria. O mínimo atual é de R\$ 724,00.

Fonte: BRASIL, 2013

Existem algumas garantias legais que ainda dependem de regulamentação, tais como: obrigatoriedade de pagamento e saque de FGTS; demissão por justa causa (definição de casos); seguro-desemprego; pagamento de adicional por trabalho noturno; pagamento de salário-família (as domésticas receberiam um adicional por filho até os 14 anos); direito a creche e pré-escola para filhos com até 5 anos; valores de seguro contra acidentes de trabalho.

Segundo a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

(Fenatrad), Creuza Maria Oliveira<sup>19</sup>, a aprovação da PEC das domésticas abre espaço para reconhecimentos dos direitos trabalhistas das empregadas diaristas. Em 2010, o Senado aprovou o reconhecimento da caracterização da profissão de diarista e a definiu como a “profissional que trabalha em residência pelo menos dois dias por semana”.

O Projeto de Lei Complementar que regulamenta os novos direitos trabalhistas dos empregados domésticos (PLS 224/2013) ainda será apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O prazo previsto era até o dia 16 de julho de 2013, mas, até o mês de janeiro de 2014, o mesmo não havia sido analisado.

De um modo geral, a sociedade tem combatido intensamente a PEC, com a justificativa das dificuldades práticas de implantação da lei, como, por exemplo, o controle da jornada de trabalho. Outra dificuldade seria a elevação do custo com as despesas com o empregado doméstico para o empregador, que é uma pessoa física, podendo chegar a até 9%. O fato real, porém, é que os avanços representados pela lei superam as dificuldades da sua implantação aumentando as despesas mensais para o empregador. As medidas procuram combater simultaneamente as discriminações sofridas pelas mulheres e pelo negro na sociedade brasileira, procurando corrigir as desigualdades vivenciadas, em termos legais, por essa categoria de trabalhadores.

Existe também dificuldade de controle e negociações dos direitos no espaço de trabalho que acontece em um ambiente privado, envolvendo afetividade e intimidade nas relações familiares, o que não é comum em outras relações de trabalho, mas que também não justifica que essas profissionais sejam deixadas de lado. Estamos em pleno século XXI e ainda temos uma categoria profissional que não é reconhecida com todos os direitos sociais legais, como, por exemplo, seguro-desemprego e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Uma categoria cuja grande maioria dos profissionais trabalha na informalidade.

Entendemos que é de fundamental importância dar visibilidade e valorização ao trabalho doméstico remunerado e destacá-lo na categoria de uma profissão, um trabalho aprendido com características próprias. É preciso desnaturalizá-lo para ser reconhecido também nessa forma de prover o próprio sustento, tendo os mesmos princípios e concepções que constituem as demais profissões existentes no mercado de trabalho. Além disso, é necessário dotá-lo de políticas próprias e de ações sociais para que aqueles que o executam tenham condições de exercer com dignidade a cidadania plena e vencer a pobreza e as más condições de vida e de trabalho.

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida por Creuza de Oliveira ao Portal da Igualdade - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Com essa evolução da legislação, qual seria a viabilidade de incluir a trabalhadora diarista nos direitos garantidos pela Emenda à Constituição Federal nº 66. O Tribunal Superior do Trabalho considera como tendo vínculo empregatício as diaristas que trabalham três vezes na semana para o mesmo empregador, no entanto, essa determinação não integra a Legislação, como dito anteriormente, e, quando direcionadas à justiça, essas decisões ficam a cargo de decisões de jurisprudência.

Em abril de 2009, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) encaminhou ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 160, que procura definir o trabalho da diarista. Esse projeto tinha o seguinte teor:

Art. 1º: Diarista é todo trabalhador que presta serviços no máximo duas vezes por semana para o mesmo contratante, recebendo o pagamento pelos serviços prestados no dia da diária, sem vínculo empregatício. Parágrafo Único: A diarista deverá apresentar ao contratante comprovante de contribuição ao INSS como Contribuinte Autônomo, ou como Contribuinte Funcional, que atualmente é de 11% (onze por cento) sobre um salário mínimo. (BRASIL, 2013)

O movimento sindical, porém, foi contrário à recomendação da senadora, reivindicando que mais de um dia de trabalho deveria caracterizar vínculo empregatício, além de se ter criticado a obrigatoriedade do pagamento ao INSS, uma vez que nenhum outro trabalhador é obrigado por lei a cumprir com essa determinação. A deputada Sandra Rosado, do PSB-RN, aceitou as sugestões e concebeu a seguinte determinação:

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação: Art. 1º Diarista é todo trabalhador que presta serviços de natureza eventual ou no máximo 01 (uma) vez por semana para o mesmo contratante em âmbito residencial, que não tem finalidade lucrativa à pessoa ou à família deste, recebendo o pagamento pelos serviços prestados no dia da diária, sem vínculo empregatício. Art. 2º O diarista doméstico que optar em contribuir com o Instituto Nacional de Seguridade Social como contribuinte individual terá a mesma alíquota de contribuição aplicada ao segurado facultativo de baixa renda. (BRASIL, 2013).

Uma das propostas do projeto é acabar com a indefinição quanto à relação dessa categoria de trabalhador, que tem prejudicado os empregadores e as trabalhadoras, uma vez que fica a critério da sentença de cada juiz do trabalho. Outra justificativa é responder à demanda do movimento "Legalize sua doméstica e pague menos INSS", patrocinado pelas entidades organizadas das empregadas domésticas, que tem como objetivo a redução da contribuição social das contratadas e do empregador e a formalização da relação de emprego dessas mulheres.

O projeto foi enviado à Câmara dos Deputados, e transformado no Projeto de Lei (PL) 7279/2010 passou por algumas alterações, entre elas a que reduz o número de dias constante da definição de dois para um. Assim, a diarista que trabalhar mais de um dia por semana para o mesmo empregador deve ter reconhecido o vínculo de emprego. Atualmente o projeto de lei se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, e depois seguirá para o Senado devido às alterações.

Desta forma, até o fechamento desta tese, a profissão de diarista não foi regulamentada, cabe à Justiça do Trabalho decidir sobre a existência ou não do vínculo de emprego. A jurisprudência do TST é no sentido de que o trabalho realizado pela diarista em dois ou três dias na semana não preenche o requisito da continuidade previsto no artigo 1º da Lei nº 5.859/72. Assim, as diaristas permanecem às margens da legislação que beneficiou as trabalhadoras domésticas mensalistas.

## 6 USOS DIÁRIOS DE SI NO DIA A DIA DO TRABALHO DOMÉSTICO

Neste capítulo, iremos apresentar as análises das narrativas das trabalhadoras diaristas entrevistadas. Evidenciar as entrevistas na íntegra, a partir das narrativas das trajetórias familiar e de trabalho das entrevistadas, foi a forma mais adequada que encontramos para revelar a atividade realizada, assegurando, dessa forma, a vivência de cada entrevistada.

O trabalho realizado na casa do outro, ou seja, de servir e cuidar do outro, é um fenômeno muito antigo no mundo do trabalho; está imerso nas transformações abordadas nesta pesquisa. Entretanto, para este estudo especificamente, e no que concerne às nossas questões, o seu espectro está relacionado às relações de servidão e humilhação, às relações sociais e econômicas e à ausência de reconhecimento jurídico e pela sociedade dessa categoria de trabalho.

O perfil sociodemográfico das trabalhadoras participantes da pesquisa reforça os achados que encontramos na literatura sobre o trabalho informal e o trabalho doméstico remunerado, que se caracteriza pela baixa escolaridade, a predominância da cor negra e a história de migração do interior para os grandes centros. As trabalhadoras entrevistadas ingressaram no mundo do trabalho antes da maioridade, ainda muito crianças, e todas, com vínculo informal e condições precárias de trabalho.

Permanecer na profissão de trabalhadora doméstica, talvez como a sua única alternativa, para sustento próprio e da família, procurando oferecer melhores condições de vida para os filhos, é uma realidade dessas mulheres. As trabalhadoras domésticas não se beneficiam de todos os direitos legais previstos na CLT, e ainda se encontram em tramitação no congresso algumas regras que equiparam o trabalhador doméstico a todos os demais trabalhadores. Esses profissionais ainda dependem da regulamentação dessas regras pelo Ministério do Trabalho para todos os benefícios entrarem em vigor. As tarefas das trabalhadoras diaristas não contam com uma descrição legal. As discussões para se chegar ao senso comum a respeito da elucidação da expressão “natureza contínua” criam impasses para a legalização da profissão.

Ter garantias de férias, 13º salário, aposentadoria em qualquer situação de trabalho seriam direitos legais assegurados a qualquer empregado, mesmo realizando suas tarefas em um espaço privado. Mesmo com as desvantagens que o trabalho doméstico oferece, de acordo com as trabalhadoras diaristas que nos concederam entrevistas, ele também oferece vantagens, como, por exemplo, flexibilidade de horário e de dias trabalhados, negociação de salários e recebimento de donativos (roupas, móveis, dentre outros). Na opinião das entrevistadas, essas

“ajudas” não seriam recebidas se estivessem trabalhando nas indústrias. A “opção” por realizar o trabalho de diarista mostrou-se uma forma de “realização” dessas mulheres, uma estratégia de negociação de suas necessidades.

Também constatamos nas entrevistas que a vida dessas trabalhadoras, na sociedade brasileira, é marcada por um ciclo com três momentos de mudanças relevantes, que têm significados importantes na trajetória de vida e de trabalho: uma infância marcada pelo trabalho precoce; a saída do interior para a capital para executar o trabalho doméstico na casa do outro para sustento próprio e da família; e a aposentadoria.

No primeiro momento, a condição socioeconômica de miséria em que viviam as famílias das entrevistadas faz com que, desde crianças, elas comecem a trabalhar para ajudar a família na luta diária de sustento e sobrevivência. A inserção em atividades laborais no período infantojuvenil está presente na trajetória de vida das seis entrevistadas. As crianças e os adolescentes inseridos nas atividades laborais, seja no contexto de casa ou na rua, estão expostos a riscos relacionados ao seu desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo.

Num segundo momento, a economia e as transformações da sociedade atingem a família das entrevistadas. O desenvolvimento urbano e a oferta de empregos na capital, aliados à esperança de melhores condições de vida e de trabalho, incentivam a transferência dessas mulheres para os grandes centros urbanos. Mas, como essas mulheres não possuem qualificação suficiente para o mercado de trabalho, vão conseguir emprego nas casas de família. O nascimento dos filhos é uma fase que também marca a trajetória profissional, uma vez que a mulher precisa trabalhar mais para o sustento da família. A maioria das entrevistadas não possui um companheiro para dividir as despesas e as responsabilidades da casa e dos filhos. Portanto, permanecem trabalhando em casas de família, pela possibilidade de flexibilizarem seus horários de trabalho, o que possibilita uma maior disponibilidade para cuidar da própria casa e dos filhos.

As empregadas domésticas diaristas definem sua atividade de trabalho como sendo uma atividade puramente manual, exigindo diariamente a utilização da força física; o uso do corpo é central no desempenho das tarefas. O trabalho prescrito identificado nas receitas, nos bilhetes deixados pelos empregadores, o que é visível, não antecipa tudo o que deve ser executado pela trabalhadora. Existe o jeito como a trabalhadora organiza o seu cotidiano de trabalho, originado de costumes e hábitos desenvolvidos internamente e inseridos nas rotinas; esses também são da ordem do prescrito.

Para Schwartz (2004b) os elementos que traduzem sofrimento no trabalho<sup>20</sup>, como a fadiga do corpo, a utilização de produtos químicos, fazem parte das condições de trabalho da diarista para a execução das tarefas. Na realização da atividade, há valores inseridos, orientando as escolhas a serem feitas pelo trabalhador, como, por exemplo, seguir ou não a receita deixada pelo empregador, seguir as orientações, as normas deixadas pelo empregador ou fazer as tarefas de acordo com sua experiência, com a sua vivência. São decisões e estratégias criadas pela trabalhadora para garantir a saúde e a qualidade de vida na atividade laboral. Existe um debate de normas nas escolhas realizadas, não observadas num primeiro momento, vivenciadas no cotidiano do trabalhador, como pudemos observar nas narrativas.

É possível afirmar que “toda forma de atividade em qualquer circunstância requer sempre variáveis a serem geridas, em situações históricas, sempre em parte singulares, portanto, escolhas a serem feitas, arbitragens” (SCHWARTZ, 1996). Assim, procuramos nesta pesquisa, através das narrativas das entrevistadas, desvelar os valores que orientam as atividades da trabalhadora doméstica diarista.

Pertencemos a uma sociedade que compreende o debate de normas e valores, experimentando conflitos nas relações entre os âmbitos econômicos, político e jurídico. Na dimensão micro, em que o mundo do trabalho está presente, a atividade da trabalhadora doméstica diarista, ou seja, a atividade humana constitui-se em um debate de normas e valores, as dramáticas da atividade, vividas da forma mais profunda. Em um debate em que se conformam e se confrontam, em uma relação dialética, os valores do polo mercantil e os valores do polo do direito, podemos dizer que essas esferas estão no campo da luta de classe, conforme discutimos no Capítulo 1. Segundo Schwartz (2007), existe uma “compatibilidade eminentemente problemática” entre esses dois polos, uma vez que são dirigidos por lógicas de desenvolvimento de meios de vida que não são similares, os valores de um estão sendo trabalhados pelos valores do outro. Uma relação que se estabelece “desde o mais local na atividade ao mais global na escala da sociedade: debates permanentes de normas e de valores” (SCHWARTZ, 2007, p.250). São eles o polo mercantil e o polo dos valores sem dimensão, uma vez que são valores não mensuráveis em padrões quantificáveis.

Para Schwartz e Durrive (2007), assumir, unicamente, a existência desse esquema bipolar não é suficiente para sustentar como se estabelecem as “trocas”, como funcionam suas

---

<sup>20</sup>O “sofrimento no trabalho”, para Schwartz (2004b), origina-se na evolução da psicodinâmica do trabalho; ao contrário da ênfase em uma psicologia do indivíduo, foca para a organização social e codificada das atividades. Para Yves Schwartz (2004b, p.144), isso significa que “[...] um espaço da realidade é dado a um mal-estar psíquico que nos obriga a considerar as imposições industriais como matriz”. É um tema extremamente rico para discutir a visão transformadora do trabalho, mas esse conceito ainda carece de desenvolvimento na ergologia.

tensões no sentido de identificar como é feita a história de homens e mulheres. Assim, o autor propõe a criação do terceiro polo, o polo das “dramáticas do uso de si”, ou do debate de normas. O polo da gestão busca apresentar que a história não acontece apenas em função do confronto direto entre o polo político e o polo do mercado, e, portanto, é necessário incluir o polo da atividade humana, uma vez que é necessária a participação do indivíduo; a história é vista como uma engrenagem. Esse terceiro polo também é denominado pelo autor como a gestão “do” e “no” trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.253). As dramáticas de uso de si estão presentes em todas as dimensões da vida dos sujeitos.

Os dados colhidos nas entrevistas, baseados na trajetória familiar e profissional das trabalhadoras domésticas diaristas, confirmam, em grande parte, os achados de pesquisas anteriores sobre as trabalhadoras domésticas. A maioria delas é migrante, vieram do interior de Minas Gerais, e uma das entrevistadas, do interior da Bahia. A migração é motivada quase sempre pela necessidade de encontrar melhores condições de vida e de trabalho. Os objetivos iniciais são aumentar a renda para suprir as necessidades básicas e, posteriormente, aumentar o padrão de consumo. Em alguns depoimentos, percebemos uma vontade, ainda que não revelada explicitamente, de gerir a própria vida, com mais liberdade, com mais autonomia, distante das pressões da sociedade.

As narrativas revelam que todas as entrevistadas, ainda na fase infantil, trabalhavam no campo ou em casas de família. As características da relação de trabalho já eram de informalidade, de “prestação de favores”. A remuneração era simbólica, em alguns casos, até representava um aprendizado, uma formação para o futuro e uma troca de serviços prestados por moradia e educação. Outro fato relevante é que, quando as trabalhadoras diaristas não estão satisfeitas com o tipo de tratamento dos empregadores, elas trocam de casa, trocam de empregador, o que não ocorre nas cidades do interior, pois as opções são restritas, e não é muito frequente quando o trabalho é de mensalista.

As narrativas das trajetórias familiares e de trabalho das diaristas denunciam o quanto a nossa sociedade ainda se encontra nos moldes do trabalho de servidão, da necessidade de contratar outras mulheres para cuidar dos afazeres do lar. Nos depoimentos das entrevistadas, o fato de “optarem” pelos serviços domésticos é uma consequência das situações estruturais de vida das famílias, da carência de recursos financeiros, obrigando o ingresso das mesmas no mercado informal de trabalho ainda muito jovens e, em vários casos, ainda crianças. Portanto, essa situação impossibilitou que essas mulheres ingressassem nas escolas e, até mesmo, em outras atividades laborais. Fica evidente nas falas das entrevistadas a escolha pelo trabalho em função da idade mais avançada, em alguns casos, e da possibilidade de flexibilização

dehorários, de dias trabalhados ou até de negociação da própria remuneração. A maioria das entrevistadas relata que o trabalho doméstico representa uma profissão para elas, mas nenhuma das entrevistadas recomendaria a profissão para seus filhos.

Outro aspecto observado nas narrativas das trabalhadoras domésticas é que, desde cedo (infância), essas mulheres já eram responsáveis pelas tarefas domésticas (lavar, passar, cozinhar, cuidar da casa e dos irmãos) na casa dos pais ou de outras famílias que as criaram, donde podemos verificar a reprodução da divisão sexual do trabalho produtivo para os filhos de sexo masculino e do reprodutivo para as mulheres.

A partir do dispositivo dinâmico de três polos, entendemos que as trabalhadoras diaristas são gestoras de seu trabalho, uma vez que, no seu dia a dia, desenvolvem normas para realizar suas funções. Se as diaristas não fizessem a gestão das variabilidades através das renormatizações e das singularizações das situações cotidianas profissionais, a tarefa não seria realizada, pois é essa atividade que torna possível a execução de todas as rotinas da casa, apesar das condições de trabalho precárias e da ausência de descrição das tarefas e das responsabilidades que se encontram no trabalho da diarista.

É importante destacar que o trabalho realizado no espaço privado compreende uma tensão entre o que é formalizado pelas normas e as ordens dos empregadores e o que é informal, que sofre modificação do trabalhador, e se singulariza a partir do debate cotidiano em que é convocado; é demandado em recursos e capacidades infinitamente mais vastos que a tarefa do dia a dia requer, mesmo que não seja visível. Esse conceito de infidelidades do meio, proveniente de Canguilhem (2010), sugere que singular também é a fronteira entre a saúde e a doença, uma vez que a atividade surge como produtora, matriz de histórias e de normas antecedentes, que são sempre renormatizadas no recomeço impreciso das atividades. Deve-se dar visibilidade ao debate de normas e valores presentes na atividade das trabalhadoras domésticas diaristas, evidenciando suas dramáticas do uso de si a partir dos saberes presentes no contexto e nos modos do trabalho.

As análises das entrevistas resultaram em sete categorias e, dentro delas, ainda há subcategorias, tais como: aspectos da trajetória familiar e profissional; aprendizado de sofrimento e subordinação; da “ajuda” à ocupação principal; identidade profissional; na ausência e na instabilidade das normas, a autonomia; a servidão; saberes investidos na atividade de trabalho, como norteadores para união dos olhares entre o empírico e o teórico, apresentando as fontes conforme as narrativas que as trabalhadoras apresentam.

## 6.1 Aspectos da trajetória familiar e profissional

As diaristas entrevistadas são de origem de famílias numerosas, em média, de cinco a seis irmãos. Algumas narrativas apresentam uma lembrança de uma época de trabalho muito pesado. As entrevistadas reconheceram algumas passagens de sua infância que foram fundamentais para suas trajetórias profissionais futuras. Nessas passagens, a família exerceu papel fundamental. Assim, destacarei algumas narrativas essenciais que apresentam essa característica.

Nos depoimentos das entrevistadas, é possível perceber o vínculo com a família, especialmente para ajudar no sustento da mesma. Foi necessário iniciar as atividades laborais já na infância, a qualificação tácita. As mulheres começam a trabalhar muito cedo, ainda crianças, já que, tendo em vista a condição financeira das famílias, elas “ajudam” no sustento da casa. Responsáveis desde muito tempo pelas tarefas da casa, são consideradas capacitadas para o emprego remunerado, trabalhando nas residências de outras famílias e no campo. O depoimento sobre o tempo de criança ilustra essa situação.

O trabalho é uma dimensão essencial desde a infância para as mulheres entrevistadas. Inicialmente, ele surge como tarefa no campo ou em casa de família para ajudar financeiramente a família.

Eu era nova, eu tinha uns 14 anos. Eu ia pras casas das pessoas pra lavar vidro, varrer quintal, ia aí pra baixo. Eu tinha uns 14 anos. Eu era assim, como se fosse diarista, né. Porque a gente era mais nova, então ganhava assim, um dinheirinho pra lavar um vidro, pra lavar um quintal (Rosilene)

Ih... (risos). Eu comecei a trabalhar desde criança, com uns 9 anos. Meus pais colocou sempre a gente cedo pra trabalhar, sabe. Desde pequena trabalhava, mas não era em casa de família não. Lá perto de Mantena, tinha umas talha onde eles mexia com café. Então a gente trabalhava nesses galpão catando café, assim, selecionando café, tirava as coisas ruim do meio do café, sabe. Então eu comecei foi assim. Não tinha um salário não. Era de acordo com que a gente rendia. A gente catava o café, seleciona o café e enchia um saco. Aí depois eles pesava. Era assim, por quantia, por quilo. E no final de semana eles acertava com a gente. Tinha varias pessoas assim, na minha idade. Era uma situação financeira muito difícil, assim, difícil. E a nossa família era muito humilde mesmo, assim. Então a gente tinha que fazer alguma coisa pra ajudar. De pouquinho em pouquinho... (Adeíres)

O ingresso nos serviços domésticos como forma de ajudar a família financeiramente acaba por alimentar a condição de pobreza, reproduzida entre as gerações. Algumas situações vivenciadas na infância são comuns à maioria das entrevistadas. Elas definiram a infância como um período muito complicado de suas vidas, em que as dificuldades financeiras e a necessidade de trabalhar estiveram intensamente presentes, o que representou, de alguma forma, as trajetórias pessoais e profissionais.

Trabalhei muito em casa de família, cuidando de filhos dos outros, para poder ajudar em casa. (Lourdes)

Nossa mãe, eu comecei a trabalhar tão cedo, Cláudia (risos). Eu fui criada com essa família no interior. Com 5 anos, eu falo com a meninada hoje, com 5 anos eu já tinha obrigação dentro da casa, eu tinha que trabalhar. Se eu quisesse comer, eu tinha que trabalhar. (Aparecida)

O aprendizado do cuidado e da organização da casa com a família durante a infância tem influência na forma de realizar as tarefas quando se começa a trabalhar nas casas dos empregadores. O cuidado, o capricho do qual as entrevistadas falam está presente na sua casa e no trabalho, o que exemplifica os valores adquiridos na infância no âmbito das famílias.

Eu comecei a trabalhar eu tava com 10 ano, comecei a trabalhar de tudo quanto é trem que você pensar eu já fiz. Eu aprendi de pequena, como trabalhar. (Lourdes)

A trajetória de vida de Aparecida é marcada por política, militância, em grande parte, ligada à política partidária e à comunidade de bairros. Em sua narrativa, fica evidente o vínculo dessa trajetória com os aspectos relacionados desde a sua adolescência até os dias atuais.

Quando eu vim pra Belo Horizonte, em 73, que eu vim com um filho deles que veio fazer um tratamento, eu vim embora porque eu arranjei um namorado e eles não gostavam dele por causa de política, porque meu padrinho era do partido do Juscelino e nessa eu aprendi a gostar do Juscelino (risos). Só que eu não entendia as coisas como eu entendo hoje.

Então, eu acho que eu trabalhei com uma durante a campanha do Lula... “ah não, mas agora o Lula vai dar emprego pra vocês!” Eu perdi o emprego na casa dela, implicância sabe, porque o Lula tava tirando o povo da pobreza. É, ainda tem um povo rico que tem essa mentalidade. Não sabe o quanto ele ajudou. Ô, Cláudia, eu nunca passei fome com as minhas filhas, mas a pior coisa da vida é você querer comer e não poder! (Aparecida).

Podemos dizer que, além dos papéis de mãe e trabalhadora, Aparecida também exerce outro papel fundamental na sociedade, a militância política. Na narrativa de Aparecida, ela conta que, desde a adolescência, pela influência de um namorado, teve início o seu gosto pela política. Em Belo Horizonte, trabalhou durante muitos anos na casa de um político. Nos dias atuais, Aparecida participa de reuniões de associações de bairros, é engajada no Orçamento Participativo, dentre outras ações nessa área.

## 6.2 Aprendizado de sofrimento e subordinação

Recorremos ao pensamento marxista a respeito da subordinação da mulher ao homem por meio da divisão sexual do trabalho para atender os interesses econômicos e políticos institucionalizados e disseminados de geração para geração. Nas narrativas, as diaristas não expressam que reconhecem ter sido subordinadas em suas famílias por questões econômicas. As entrevistadas também não manifestam consciência do aprendizado que tiveram em suas famílias nesse lugar de subordinação da mulher. A questão, assim, fica oculta em suas narrativas.

O que eu sei aprendi na minha terra com a família que me criou. Tinha uma pessoa que me criava e me ensinou né, aprendi a trabalhar. Eu nunca passei aperto, Cláudia, graças a Deus. Quando eu vim da minha terra, eu sabia, eu já sabia trabalhar. Eu já sabia fazer de tudo, e ai de mim se eu fizesse errado, eu apanhava! Eu ficava de castigo. Então eu aprendi a trabalhar sabe... (Aparecida)

Dentro de um contexto de pobreza, iniciar as atividades de trabalho desde criança para ajudar no sustento das famílias é a configuração que aparece na maior parte das narrativas. Na trajetória de vida dessas mulheres, a divisão sexual do trabalho é constitutiva do processo de sua socialização se considerarmos as condições de pobreza relatadas pelas entrevistadas, “consolidando um imbricamento das relações sociais de gênero com relações de classe” (AVILA, 2010, p.219).

Iniciar as atividades laborais na fase infantil ou na adolescência não é uma prática do passado, é um fenômeno que permanece nos dias atuais, especialmente nas famílias que vivem em condições de pobreza, uma vez que, na amostra do perfil da classe doméstica nossa pesquisa, encontramos mulheres com mais de 65 anos já aposentadas e mulheres jovens entre 28 e 35 anos de idade. Independentemente do contexto, se rural ou urbano, a infância é um momento da vida que foi roubado dessas mulheres, que se tornaram trabalhadoras numa fase precoce, cedendo o tempo das brincadeiras, o tempo livre e a escola.

Podemos ver na fala de Adeíres que os pais ensinam aos filhos desde crianças que têm que fazer o que foi solicitado, que, mesmo que não gostem, devem atender às ordens, com submissão e “com alegria”. O aprendizado, a doutrinação, acontece na infância, no início da vida. Mesmo não gostando do trabalho, deve-se realizá-lo.

Meus pais me ensinou desde pequenininha: se alguém te pedir alguma coisa, não faz com cara feia. Porque tem gente que faz com a cara feia, com cara fechada. Tem que trabalhar com alegria. (Adeíres)

Começar a trabalhar como empregada doméstica diarista surge como uma possibilidade para sair de uma condição de pobreza na família. Assim, tornar-se trabalhadora doméstica é uma escolha, no âmbito da adversidade, que essas mulheres tomam ou são obrigadas a tomar, a qual tem um sentido de rompimento. Ter o que comer, não passar fome, auxiliar a família, ir para a capital e começar uma nova vida (casar-se, ter filhos, ganhar melhores salários, estudar) são as razões apontadas pelas entrevistadas como determinantes de uma decisão e da necessidade de inserção no mercado de trabalho.

Pertencer a uma família muito pobre, com muitos irmãos, vir de cidade do interior é a realidade de todas as entrevistadas. Mas o que mais se destacou nas narrativas foi o trabalho, uma dimensão fundamental na vida dessas mulheres. Inicialmente, na fase infantil, o trabalho se apresenta como uma ajuda nas tarefas da própria casa, na casa de outras pessoas ou no campo, como pudemos verificar na narrativa de Tereza.

Podemos dizer que são decisões simples, que destacam princípios morais desenvolvidos no decorrer da trajetória de vida. Além do conteúdo das narrativas citadas pelas trabalhadoras diaristas, existem outros depoimentos que direcionam ao fato de que os valores e a história que constituem a vida de cada um estão presentes no microuniverso da atividade humana de decisões.

Eu vou te contar a verdade: nos já catamos até cocô de cavalo para poder vender. Eu to contando. Trabalhei muito em casa de família, cuidando de filhos dos outros, para poder ajudar em casa. É que meu pai na época ele bebia muito, não tinha aquela responsabilidade, assim tinha muito filho, minha mãe teve 16 filhos, então a gente tinha que ajudar, porque senão não dava conta. (Tereza)

O aprendizado desde a fase infantil de realizar as tarefas da casa é a garantia de poder trabalhar na residência de outras famílias, como uma continuidade das atividades domésticas que já eram realizadas na própria casa. Portanto, essa socialização no trabalho produtivo representa a manutenção da rotina da casa e a possibilidade de ganho econômico, ajudando na renda da família. Assim, trabalhar na casa de outra família, com os ensinamentos, com a experiência adquirida até então, pode evidenciar o início da trajetória profissional.

Eu aprendi a passar roupa assim. Minha madrinha, por exemplo, hoje você vai aprender a passar calça. Eu ficava ali no canto olhando e meu padrinho só usava roupa de linho. No dia seguinte, ela falava assim: hoje você vai passar! (Aparecida)

Percebemos nas falas de Rosile e Aparecida como as dificuldades estruturais estão inseridas nas trajetórias dessas mulheres desde sua infância, o que, na maioria das vezes, pode

trazer consequências que perduram no decorrer da vida adulta. Geralmente inseridas no trabalho doméstico remunerado quando crianças, as mulheres tinham restritas chances e oportunidades de sair dele, pois haviam aprendido um ofício. Ingressar no mercado de trabalho nessa fase compromete toda a educação formal.

Eu sempre trabalhei em casa de família, né. Desde que eu saí do interior e vim pra aqui, pra Belo Horizonte, sempre foi em casa de família. Desde os 10 anos de idade. Trabalhei nas casas para ajudar minha família. Ahhh, eu comecei a trabalhar assim, lavar roupa para fora eu tinha uns 10 anos. (Tereza)

As mulheres que participaram desta pesquisa iniciaram sua vida profissional nos serviços domésticos, profissão em que permanecem até os dias atuais. Apenas uma das entrevistadas tem interesse em buscar outra atividade; as demais declararam que gostam do que fazem e não têm interesse de mudança. Quatro das entrevistadas têm mais de 60 anos e pretendem trabalhar nos serviços domésticos “até aguentarem”. Shirley também não tem interesse em procurar outro tipo de trabalho: “Como não estudei, eu vou continuar como diarista” (Shirley).

Nas trajetórias apresentadas pelas entrevistadas, prevalece a permanência no mesmo emprego por um período médio de cinco anos, desenvolvendo laços fortes e antagônicos de trabalho e de uma duvidosa relação de amizade entre empregadores e empregados. Ter participado durante muitos anos da organização da casa, do cuidado com as roupas, de conversas com os empregadores desenvolve sentimentos de vínculos de amizade e, em alguns casos, de pertencimento às famílias, mas, ao mesmo tempo, permanecem os sentimentos de desigualdade, exploração e servidão que destacam a relação de trabalho. Fazem parte da família, mas, ao mesmo tempo, persistem os tratamentos de servidão, de trabalho não reconhecido e desvalorizado e, em alguns casos, até há acusação de furto, como podemos observar no depoimento de Rosilene.

Teve um dia que meu empregador me acusou de estar pegando as colheres da casa dele e ele veio aqui em casa tirar satisfação comigo: “Cadê minhas colheres? Cadê?” Até me disseram pra não brigar com ele porque ele tinha fechado o escritório, tava falido. Eu pensei de comprar outras e pôr no lugar, mas não era eu. Só que as colherinhas de café tava indo embora pro lixo. Ele ficava sempre discutindo comigo, me xingando. Hoje nós somos amigos, ele brinca comigo na rua, mas antes nós dois vivia num pé de guerra. Muitas vezes as coisas estão a meu favor e contra ele, mas ele que pagava meu salário. (Rosilene)

A narrativa de Aparecida confirma uma prática social comum no Brasil: as crianças, especialmente as negras, provenientes de famílias numerosas e com baixo poder aquisitivo,

para ajudar financeiramente a família, eram enviadas para casas de empregadores, ou, como no caso de Aparecida, que foi deixada no hospital e “adotada” por um fazendeiro, foi criada nessa casa. Aprendeu as atividades domésticas, e a família ofereceu o estudo básico. Depois, na adolescência, Aparecida mudou-se para Belo Horizonte, encontrando emprego como doméstica. Na narrativa de Aparecida, ela reconhece que toda a discriminação, todo o sofrimento que passou na infância foi um aprendizado para a sua trajetória de vida e profissional.

E naquela ocasião, as coisas eram mais escondidas, né, e a minha mãe me deixou no hospital. Só que nós éramos três irmãos, éramos duas meninas e um menino. E cada um, nós nos separamos, que esse senhor me tirou do hospital pra criar. Só que pra tirar do hospital, o fazendeiro, ele era um fazendeirão, eh, tinha que registrar. Então, quando eu fiz 11 anos, me registraram em cartório pra saber se eu queria ou não morar com ele e eu não tinha opção, né.  
 “Seu pai é que não registrou porque eles tinham preconceito de cor”, né, e eu era criada, eu era empregada doméstica. Eles só me reconheciam como filha na hora da educação, que a educação era igual pra todos, sabe. Mas, do contrário, eu era empregada mesmo, sabe. Mas pra mim não teve, não fez diferença não, sabe. Foi bom porque aprendi a viver e a sobreviver, sabe. (Aparecida)

Para Aparecida, era muito clara sua função na casa em que morava. Ela foi adotada pelo fazendeiro (que, na fase adulta, descobre ser seu pai), mas, somente na hora da educação, ela era igualada aos demais membros da família. Para Aparecida, estar inserida em uma relação de tarefas domésticas, de trabalhadora doméstica, de criada, ainda na infância, foi o que deu origem à sua transição da fase de criança, jovem, cuidando dos afazeres domésticos em troca de casa, comida e educação formal básica, e o início de sua capacitação profissional, até chegar à fase adulta; esse foi o início de sua trajetória.

### **6.3 Da “ajuda” à ocupação principal**

Nas narrativas, a palavra “ajuda” é um termo comum para todas as entrevistadas quando relembram de sua infância. Na adolescência, ela cede lugar à palavra “trabalho”, destacando-se que a ajuda tornou-se a ocupação principal, perdendo sua característica temporária. É nesse momento, na fase de adolescência, que as trabalhadoras migram do campo para a capital, para se casar ou em busca de uma condição de vida melhor. Como não possuem escolaridade e experiência profissional, é com os afazeres domésticos que se dá sua inserção profissional em casas de família.

Todas as seis entrevistadas se tornaram trabalhadoras domésticas na fase da adolescência. A ajuda na casa das famílias tornou-se uma ocupação constante/definitiva. A

maioria das entrevistadas seguiu o caminho que lhes havia sido recomendado/ensinado, desde a fase infantil, primeiro, em decorrência da situação financeira vivenciada pelas famílias, depois, como consequência da baixa escolaridade e da falta de qualificação para realizar outras atividades. Ou seja, tornaram-se trabalhadoras domésticas porque não tiveram a oportunidade de estudar e de qualificar-se, porque, desde a infância, já trabalhavam nas casas de família, ou na própria casa, como domésticas.

Lourdes iniciou os trabalhos como doméstica ainda quando adolescente. Trabalhou muito tempo como mensalista e, quando engravidou, foi demitida pelos empregadores. Trabalhou durante anos como cozinheira em restaurantes e, quase na idade de aposentar-se, não tendo opção, foi indicada por um ex-empregador para passar roupas. Foi nesse período da vida que passou a ser diarista. Começar a trabalhar como diarista foi mais por falta de opção, na opinião de Lourdes, tendo em vista a idade mais avançada.

Não, isso aí num fui eu que escolhi não. Foi porque esse serviço que eu saí, foi igual o seu Antônio. O seu Antônio ele trabalhava num, num, num hotel onde eu trabalhei de camareira lá e quando eu saí de lá ele falo comigo assim se eu queria passar roupa. Porque ele falô que por causa da minha idade era difícil de arrumar outro serviço, por causa da idade. Ele falo assim: “Oh, se a senhora quiséir a gente combina”. Aí fui, passei e gostei e continuei, tem 8 anos que eu tó lá. (Lourdes)

Para Lourdes, que já tem mais 60 anos, a escolha de permanecer na profissão não representa uma escolha, mas uma falta de opção, conforme nos mostra o seu depoimento. A idade é uma das prerrogativas e um dos impedimentos para ter acesso a outros tipos de trabalho. “Ah agora eu já to muito velha então ninguém vai querer assinar minha carteira, com idade assim ninguém assina mais não né?” (Lourdes)

Castro (1989), ao investigar o emprego doméstico na Colômbia, questiona a sua prática como uma escolha. Trabalhar como empregada doméstica não significa uma escolha realizada por opção, por vontade própria, “mas uma imposição que é dada pelo reduzido número de alternativas de trabalho para o tipo de mão de obra que exige o serviço doméstico na sociedade colombiana” (CASTRO, 1989, p. 50).

#### **6.4 Identidade profissional**

O sistema capitalista, dentro das relações trabalhistas, se nutre da pobreza que abrange a categoria de trabalhadores, no nosso estudo, as diaristas. O capital necessita da condição de subalternidade e precariedade do trabalho para manter sua reprodução.

A trabalhadora doméstica compreende que o emprego doméstico está associado à não qualificação, e esta, por sua vez, implica uma ingresso nos subempregos. Esse contexto de informalidade e precarização determinado pelo modo de produção capitalista desenvolve na trabalhadora diarista uma percepção de valores construída de que a categoria profissional não tem valor social.

As trabalhadoras entrevistadas entendem o trabalho doméstico como uma profissão, porém, nenhuma delas indica esse tipo de serviço para seus filhos.

Ah, eu acho que não é futuro nenhum assim para que a gente queira para os filhos da gente, a gente quer uma coisa melhor, que eles estudem. Igual eu mesmo, eu parei no ensino médio, e não quero isso para eles, eu vi que perdi muita coisa e não quero que eles perdem. (Shirley)

Não porque ela mesma não ia querer não, ela acha o serviço pesado pra pessoa assim. Ela acha que é cansativo pelo seguinte, porque as horas que eu fico em pé né, às vezes a gente não pode sentá, porque se senta não rende o serviço né? Então eu não aconselharia pra ela não.[...] E também é decoradora numa loja. (Lourdes)

Não, nunca. Uma diarista não tem valor. É o que eu falo com elas aqui dentro de casa: vai estudar, estuda porque esse é um trabalho... (Rosilene)

Eu não me preparei pra ser outra coisa. Então eu sou muito grata por aquilo que eu faço na casa das pessoas. (Adeíres)

Foi com recursos do trabalho doméstico que as entrevistadas criaram seus filhos, a maioria delas, sozinha, sem ajuda de companheiros e de família. No caso de algumas, os filhos já estão na universidade. Quase todas conseguiram comprar casa própria, ou seja, mesmo sabendo das dificuldades enfrentadas e das conquistas realizadas, nenhuma delas deseja o mesmo futuro para os filhos. E, como dito anteriormente, todas as entrevistadas associam a condição de trabalhadora doméstica à ausência de estudos.

Não sei, acho que cada um tem seu trabalho né. Pra mim eu agradeço a Deus, porque foi com esse dinheiro de trabalhadora diarista que eu criei minhas filhas, né, fiz a minha casa né, eu acho que é isso. O serviço pra qualquer pessoa é de onde você tira seu ganha-pão, busca seu sustento, né. (Aparecida)

Le Guillant (2006, p.327), ao investigar o assassinato de duas mulheres praticado por suas duas empregadas domésticas, denominado “as irmãs Papin”, ocorrido na França em 1933, caracteriza a condição das empregadas domésticas como aquela que constituía a mais relevante persistência das relações entre senhor-escravo. O tempo e a transformação material dessa condição não modificam seu “estado”, que permenece sendo vivenciado a partir do mesmo registro afetivo. Mais do que os integrantes de outro grupo socioprofissional, as

trabalhadoras domésticas permanecem impotentes, isoladas, incapazes de investir seu ressentimento em uma ação organizada. Os sindicatos das trabalhadoras domésticas são praticamente imperceptíveis.

Considerando a devida distância temporal e geográfica entre os escritos de Le Guillant sobre as trabalhadoras domésticas e as vivências narradas pelas entrevistadas, podemos verificar que os estudos do autor permanecem válidos para os nossos dias, razão pela qual Rosilene justificapor que não indicaria os serviços domésticos como trabalho para seus filhos: “Não, nunca. Porque é um trabalho puxado, pesado e não valorizado”.

### **6.5 Na ausência e na instabilidade das normas, a autonomia**

O trabalho da empregada doméstica diarista, nos dias atuais, rompe em parte com as formas tradicionais do trabalho doméstico, quanto à continuidade e à prestação de serviços a um só empregador. As atividades realizadas por essas mulheres retratam a divisão social do trabalho, que reserva a elas as responsabilidades domésticas de cuidar da casa. No entanto, o trabalho das empregadas diaristas acontece de forma precária, já que ocorre na informalidade, excluindo-as dos direitos trabalhistas, direitos esses já conquistados pela categoria.

Ah, agora eu já to muito velha então ninguém vai querer assinar minha carteira, com idade assim ninguém assina mais não né. Não. Depois que eu, que eu, que eu aposentei num tive mais oportunidade de ninguém mais oferece de assina minha carteira não. [...] Direito? Ah, que eu saiba não, porque nunca ouvi fala que a pessoa que tivesse algum sindicato de pessoas que mexe com passagem de roupa e lavação de roupa, né. Se tem eu desconheço. (Lourdes)

As mulheres entrevistadas encontram vantagens no trabalho de diarista. Elas reconhecem as condições a que estão submetidas, ou seja, o fato de não possuírem direitos previdenciários e sociais, mas justificam a permanência no trabalho especialmente pelos maiores salários obtidos, pela menor carga horária e pela ausência de supervisão direta por parte dos empregadores. Portanto, não levam em consideração os prejuízos que podem ter, no decorrer dos anos, especialmente as entrevistadas, caso se mantenham, por muito tempo, nessas mesmas relações de emprego.

Que eu sei, nenhum né! (Risos). É assim, você trabalha, eu te pago e vai embora.  
Não tem direito.  
Não tem nenhum, eu não conheço. (Tereza)

De diarista eles não assina mesmo. (Adeíres)

As trabalhadoras diaristas vivenciam uma situação de vulnerabilidade, uma vez que são remuneradas pelos dias trabalhados, mesmo tendo um rendimento maior do que as trabalhadoras mensalistas. Se as diaristas adoecerem ou saírem de férias, elas deixam de receber seus salários, pois, na sua maioria, elas não têm registro na carteira de trabalho e não contribuem com o INSS. O volume e o ritmo do seu trabalho são intensos, pois, em um dia, a diarista deve fazer todo o serviço que seria realizado na semana por uma mensalista.

Ah, eu não tenho férias não, eu já tive. Quando eu trabalhava de carteira assinada, eu tinha, mas agora em casa assim eu num tenho não. (Lourdes).

Não. Eu ganho sessenta reais livre. Na da Prudente de Moraes eu vou a pé, mas volto de ônibus. Por minha conta, não tem vale-transporte. Como diarista não, não tenho direito a nada mais quando eu trabalhava na Miriam, eu sempre saí de férias. Como doméstica eu sempre tive. (Rosilene)

Igual nessa semana mesmo, eu to de dívida até o pescoço e a mulher que vou três vezes na semana viajou. Então a gente fica na mão. Não é uma coisa que você pode contar com aquilo como certo. (Rosilene)

O pagamento diário é percebido pelas entrevistadas como financeiramente mais vantajoso, uma vez que a soma das diárias mensais abre possibilidades de ganhos superiores aos salários recebidos pelas trabalhadoras domésticas mensalistas.

[...] falo alguma coisa, ela passô um pouco de aperto mas num faltô nada não, depois que a gente começô a trabalha. Eu falo que hoje, hoje em dia, o que nós num tinha antes agora nos temo, nós num temo é a saúde.(Lourdes)

Igual minha filha fala que não é pra eu trabalha mais. Mais a gente tem tudo que cê pensa, a gente tem arrumadinho, essa geladeira. A gente tem as coisa pra cumê, porque a gente já passô muita fome já.(Lourdes)

Nas narrativas apresentadas, as diaristas apontam que, na maioria das vezes, elas possuem os dias da semana pré-estabelecidos para cada casa na qual o serviço será prestado, mas existem negociações, de troca de dias e horários, entre os empregadores e as diaristas, o que representa uma transferência/mudança de diárias. Como se a relação de trabalho fosse regulada por um contrato que termina sempre que o trabalho e o pagamento são realizados, precisando ser renovado a cada nova prestação de serviço, como podemos observar na narrativa de Rosilene.

É igual eu te falei, eu que estipulo meu horário. Quando eu preciso, igual euto mexendo com esses negócio de cirurgia, eu aviso que vou chegar mais tarde. Às vezes eu chego 10, às vezes nove e meia. Mas se passa muito eu não vou porque quase não dá tempo de fazer quase nada. Igual um dia que eu fui no posto de saúde e eu liguei pra Miriam mas ela não me atendeu porque eu acho que ela tava fazendo

caminhada. Ela me ligou às 10 da manhã e eu ainda tava no posto. Eu falei que tava indo, mas ela falou que não era pra ir, senão não ia dar tempo de nada e ia ficar ruim pra mim e pra ela. Mas ela disse que não ia cortar meu dia não, que depois um dia que eu tivesse à toa, eu ia repor e ela acertava comigo certinho. Num quarta-feira a outra mulher viajou, ficou 10 dias fora, e eu paguei ela numa quarta-feira. (Rosilene)

As entrevistadas narraram também um sentimento de independência e de autonomia quanto às horas e aos dias trabalhados, uma vez que, na maioria dos casos, as diaristas não possuem horário rigidamente estabelecido e também não estão à disposição dos empregadores por tempo indeterminado, situações comuns no cotidiano das empregadas mensalistas. De um modo geral, as entrevistadas narraram realizar as tarefas que foram combinadas; quanto ao horário de chegada e de saída, elas declaram ter mais autonomia.

Uai, lá ninguém, até hoje, nunca boto horário de trabalho pra mim não. Por falaram que é... é igual eu falo com esse pessoal, oh, Cláudia. Se eu chego, eles fala assim ó: “Tem esse tanto de roupa aí, tem muita. Se a senhora ver que vai dar conta de passar, cê passa. Agora se a senhora num dé, a senhora pode passar o tanto que a senhora aguenta e depois a senhora volta e passa o resto”. Eles num dá horário pra mim ir, pra mim chega nem pra mim sair. (Tereza)

Posso, posso ir embora. Na hora que acabar, eu posso ir embora, ninguém me segura não. (Lourdes)

Sou eu. Eu que falo isso aí. Eu não gosto de chegar muito tarde, mas até cinco horas eu tenho que ir embora. A menos que não tenha jeito mesmo e eu ver que vai deixar a desejar, eu fico até seis, seis e meia. [...] Mas eu é que estipulo meu horário de trabalho, porque se eu deixar pra pessoa estipular você fica lá a noite toda, o dia inteiro (Rosilene)

As trabalhadoras diaristas narram que realizam suas atividades com maior flexibilidade, maior liberdade quanto à carga horária de trabalho e aos dias trabalhados. Podemos perceber na fala de Adeíres que a escolha por trabalhar como diarista surge da necessidade de compatibilizar o trabalho e o cuidado da própria casa, da própria família. Nessa situação, as diaristas cumprem a conhecida dupla jornada feminina de trabalho (na própria casa, com filhos e marido, e trabalho na casa do empregador).

No iniciozinho, eu trabalhei com a Suzana, eu ficava lá direto, de segunda a sábado. E quando é de segunda a sábado assim, elas gostam que fica sábado. Mas eu também gosto de ir pra casa, pôr minhas coisas no lugar tem que se arrumar. Meu marido não tem muitas condições, né. E por causa desse negócio de trabalhar no sábado que eu optei por ser diarista. (Adeíres)

As possibilidades de controle do trabalho influenciam a carga e a sobrecarga de tarefas que são demandadas e possibilitam maior ou menor envolvimento com o trabalho. A ausência

e a insuficiência do controle do trabalhador sobre o seu trabalho podem refletir no adoecimento desse trabalhador.

O trabalho perpassa as tecnologias, a dimensão coletiva, a formação e oferece diversas oportunidades de escolha para sua vida e, dessa forma, pode também se tornar uma doença. O trabalho é um encontro de riqueza. Se no trabalho encontramos a possibilidade de criar, ele pode ter valor. Para Schwartz (2008, p.1) se acontece o contrário, o trabalho não tem valor.

De um modo geral, as entrevistadas demonstraram que gostam do que fazem, como no depoimento de Lourdes: “eu faço por amor”, “eu vou trabalhar até quando tiver forças”. Esse e outros depoimentos ilustram a satisfação das diaristas ao desenvolverem suas atividades.

Assim, os valores e a dimensão histórica que compõem a vida de cada trabalhador se fazem presentes no *locus* de trabalho e na maneira como o trabalhador realiza sua tarefa. Todas as entrevistadas declararam ter aprendido o trabalho que realizam na prática, e sempre o realizam de uma maneira diferente; em cada casa é de um modo, cada casa tem uma exigência específica.

Aparecida, por exemplo, apesar de trabalhar fazendo a limpeza das casas, considera que sua profissão é de passadeira, uma atividade que a maioria das pessoas não gosta de fazer. E Aparecida conta com orgulho como é passar uma roupa muito bem-passada.

[...] toalha era só com eles, vinha até de avião pra lavar e passar! Tinha dia que eu trabalhava domingo pra adiantar as toalhas pra na segunda-feira estar indo pra onde eles queriam. Tudo de linho, só trabalhava com linho. Às vezes, fazia enxoval de noiva, tudo era de linho e cambraia. Tudo da melhor qualidade. Então, eu aprendi a trabalhar, a responsabilidade de criar minhas filhas, e aquilo que eu passei não deixei elas passar. Vai falar, o serviço era demais, mas eu tinha que fazer!  
(Aparecida)

Aparecida destaca o valor de seu trabalho, dos serviços que ela realiza nas residências, como numa série de reflexos, ou seja, a tensão de uma competitividade, de contratos/relação de prestação de serviços, o que reflete no seu trabalho de diarista, na remuneração, na carga de trabalho, no aumento das tarefas de trabalho que devem ser realizadas numa jornada diária. Nessa reflexão, Aparecida narra claramente a articulação entre os polos do mercado, polo político e polo-atividade:

A não ser na Cândida, que é menos roupa, e ela gosta de tudo muito bem-arrumadinho, ainda faço isso, mas pro resto não faço não. Eu só dobro e pronto. Ainda mais se for de elástico. Aí não tem jeito mesmo. Guarda-roupa de vestir, esse eu faço questão de ser bem-passado, faço questão. É muito feio roupa malpassada. A gente já tem o costume, né. (Aparecida)

Aparecida identifica a conexão entre o valor do seu trabalho, o valor que o mercado paga e a ausência de regulação do governo, ou seja, não tem uma legislação para o trabalho doméstico da diarista.

(Quando questionada sobre quem define o valor da sua diária) Sou eu, porque o Ministério do Trabalho é quem dá o norte pra empregada doméstica, porque aqui nós não temos sindicato. Em São Paulo e Rio tem, aqui não tem. Então quando alguém acha que tá muito, eu mando ligar. Uns não ligam outros já ligam. [...] A Cândida, por exemplo, me paga setenta, setenta e cinco. (Aparecida)

Antes o pessoal queria muito fixo, agora eles querem mais diarista. (Rosi)

Aparecida e Rosi percebem que essa lógica do mercado que pressiona a redução de gastos/despesas faz com que os patrões exijam mais do seu trabalho diário pagando um salário inferior. Assim, o empregador tem optado em contratar uma trabalhadora diarista que realize todas as tarefas da casa, isentando-se de pagar um salário mensal, pagando somente a diária, isentando-se do registro na carteira e do pagamento da contribuição para o INSS. Para um trabalho de diarista que deveria ser realizado semanalmente, já tem empregadores contratando quinzenalmente, para reduzirem as despesas. Essa situação gera acúmulo, comprometimento da qualidade nas atividades realizadas e aumenta o cansaço e a fadiga das trabalhadoras. É importante destacar que a trabalhadora diarista tem uma carga horária de trabalho menor que as trabalhadoras mensalistas, mas, como o seu trabalho é diário e mais pesado e intenso, produz mais cansaço e fadiga, podendo contribuir para o aparecimento de problemas de saúde.

Então, eu vou de quinze em quinze e passo do jeito que dá. Roupa de cama, por exemplo, acho muito bonito um lençol bem-passado. Mas eu não passo na casa de ninguém! [...]

Só que eles não quer pagar pelo tanto de serviço que tem e assim ninguém quer trabalhar. É um salário, um salário e meio chorando. E o serviço é demais. [...] Agora tem uma menina que eu faço a oitenta e que eu vou nela de vez em quando por causa da rotina dela. O marido dela é gerente do Itaú. Então, as pessoas que eu trabalho uma vai conhecendo a outra, vai falando. Um foi pro Espírito Santo e falou: Maria, vou te passar pra um colega meu. Aí eu vou só pra passar as camisas dele. Mas no dia que eu chego, Cláudia, tem trinta a trinta e duas camisas social, elas são brancas e azul clarinhas. Quando eu acabo eu to tão cansada, mas fica tão bom, que eu falo com ele: olha, nem em lavanderia as camisas vão ficar igual. E não fica mesmo, porque eu já repassei muitas roupas de lavanderia. (Aparecida)

Como o governo não tem definido o valor de mercado do trabalho da empregada doméstica diarista, fica sob a responsabilidade do empregador ou da diarista definir o valor deseus dia de trabalho.

Por exemplo, eu trabalho quarta e sábado. Uma quarta sim uma quarta não, porque de 15 em 15 eu vou pra Cândida, então uma menina, que é cunhada da Simone, né. E a outra eu vou pra esse rapaz que é lá da avenida Bandeirantes. Então, o que, vou o que: eu limpo o quarto dele, troco a cama, lavo o banheirinho dele, o escritório dele, porque ele é arquiteto e ele gosta que eu limpo o escritório dele. E aí ele me paga por dia 60, eu deixei, to deixando porque vou na quarta e no sábado. E qualquer coisa que eu faço pra mais um: ah, lava isso assim pra mim, faz isso pra mim, me ajude nisso aqui, então, no final do dia, eu saio da casa dele com 90 a 100 reais. Então, não tem necessidade de pedir o meu dia a 80, não tem necessidade. Mas tem pessoas que eu sou mais firme, sabe. [...] A Cândida, por exemplo, me paga 70, 65. (Aparecida)

Na narrativa de Aparecida, abaixo, podemos ver claramente que, quanto à autonomia ou à liberdade face ao informal, embora percam em termos de proteção social, as diaristas ganham podendo negociar seu horário de trabalho, o valor do seu salário, encobrendo a precariedade que, em geral, caracteriza o trabalho doméstico. Essa característica é vista como algo comum nos dias atuais, o que contribui para difundir modelos de trabalho com alto grau de precariedade e informalidade, ocultando uma relação de labor divergente, em que o empregador aproveita da ausência de regulamentação, da fragilidade da situação do trabalhador doméstico para imputar condições de trabalho, muitas vezes, degradantes e humilhantes. E a trabalhadora aproveita dessa brecha para ter uma maior flexibilidade de horário, poder cuidar dos filhos, da própria casa. Estabelecer valores de remuneração conforme o volume de trabalho.

Outra coisa, eu não tenho que marcar horário com você, porque eu não tenho nada assinado e se você acha que não da certo, pra mim tanto faz! Isso mata elas, porque elas querem que a gente fica com elas, quando fala que isso tanto faz elas porque elas querem a gente de segunda a sexta. Mas quando chega em casa, na porta já vai tirando o sapato, a bolsa fica no chão, não coopera e eu não to aqui pra isso não. Porque se pra mim tanto faz, pra ela também porque ela qualquer coisa chama a outra menina e se depois acontece qualquer coisa na casa, cai pra cima de mim. (Aparecida)

Olha, eu acho que como aposentada eu não tenho direito. Essa menina mesmo que trabalha três vezes por semana numa casa, hoje a patroa tem obrigação de assinar a carteira dela, né. [...] Agora eu ouvi, porque todo dia eu ouço a “Voz do Brasil”, que é o único jornal que ainda presta é a “Voz do Brasil”. A Dilma deu uma entrevista, né, falando que pode vir a ser lei o direito do fundo de garantia dela. Tem patroa que já paga, né. O Newton Cardoso naquela época já pagava. O que eu tenho de fundo de garantia foi quando eu trabalhei no asilo né, na conservadora também, né, e com Newton Cardoso. Das outras patroas não. (Aparecida)

A ausência de regulação do governo e o não reconhecimento da profissão propiciam a flexibilização de horários de trabalho dessas mulheres. Essa situação é vista como uma vantagem pelas entrevistadas, uma vez que, se estivessem trabalhando em uma organização ou indústria, por exemplo, não poderiam negociar com seus empregadores.

Trabalhar como diarista, mesmo sem o reconhecimento pela legislação trabalhista brasileira como uma categoria profissional, é mais vantajoso do ponto de vista das entrevistadas, uma vez que, segundo as mesmas, elas conseguem ter um ganho financeiro maior. As narrativas estão impregnadas de preocupação com o sustento da família, com o aqui e o agora, especialmente as das duas entrevistadas mais jovens, que estão distantes do tempo para a aposentadoria.

Saí da conservadora porque o salário é muito pouco. Eu ficava lá o dia todo e ganhava muito pouco, não tinha retorno. Não tava dando pra sobreviver com o salário que eles tavam me pagando. (Rosilene)

Não pago INSS. Quero aposentar, pretender a gente pretende, por enquanto ainda não. Rssss, tá muito longe ainda. (Shirley)

Eu trabalho tranquila, não fico afobada, ninguém me xinga. E quando eu to incomodada, eu pego e saio. Caso contrário, eu vou ficando até quando eles quiser. Mas eu gosto, gosto muito de trabalhar. (Adeíres)

O interesse das entrevistadas em trabalhar com carteira assinada apresenta-se dividido. Das seis entrevistadas, três já estão aposentadas, portanto, na opinião delas, não precisam mais ter carteira assinada. Apenas uma entrevistada declarou não ter interesse de ter a carteira assinada. Adeíres e Rosilene afirmaram que se submeteriam ao trabalho formal para adquirir os benefícios das demais categorias de trabalho, como podemos verificar nos depoimentos abaixo.

Não tenho carteira assinada, já aposentei. Não, porque não precisa né. (Aparecida)

Se eles me falasse que queria me assinar a carteira, eu achava era bom, porque eu sabia que mais tarde ia ser bom pra mim. E foi. Quando eu fui no INSS, eles me falaram que mais um pouquinho e eu podia aposentar por idade, né. Eu tenho 15 anos de contribuição. O povo fica querendo, mas na hora de pagar os benefícios. Legal não tem não né. Por exemplo, não tem férias, se não trabalhar eu não recebo. Diarista, assim, não tem décimo terceiro. Não tem assim, praticamente direito nenhum. (Adeíres)

Gostaria de ter carteira assinada outra vez. Eu vou fazer uma cirurgia agora em outubro e eu vou fichar de novo justamente por causa do INSS. (Rosilene)

Quando perguntei para Shirley se ela gostaria de ter carteira assinada, a resposta foi negativa.

Nem um pingo. Ah, porque eu não ia dar conta de olhar para ela (empregadora) todo dia. [...] Ah, é porque eu acho assim, porque eu não tenho que dar satisfação a ninguém, o horário pra mim se dá, bom, e se não tá eu não fico. E às vezes assim, quando eu vejo o serviço, porque é o meu modo de chegar fazer o que tiver de fazer

e ir embora. Porque não é obrigação de eu ter que ir lá todos os dias na casa prá puder fazer a mesma coisa, a mesma coisa, fazendo, fazendo, fazendo. E acaba ficando a mesma coisa. Aí eu prefiro diarista, porque chega e faz o que tem de fazer e vou-me embora. (Shirley)

Na narrativa, Shirley apresenta algumas vantagens em não ter carteira assinada pelo empregador, prefere permanecer na informalidade. A vantagem apontada por ela é não ter que dar satisfação para o empregador; ela é quem define se deseja ou não permanecer na casa em que trabalha. Se as condições de trabalho não atendem às suas expectativas, ela sai do emprego. A relação estabelecida com o empregador é de autonomia, de liberdade. A diarista não se sente subordinada ao empregador, o seu trabalho é de prestação de serviços, de uma não eventualidade, não existe contrato formal, portanto, segundo Shirley, ela estabelece as regras, é ela quem escolhe permanecer ou sair do emprego.

A narrativa de Aparecida declara a suposta liberdade de horário para iniciar os serviços e poder ir embora quando terminar. Ou seja, o não cumprimento de um horário apresenta-se como aspecto positivo na profissão.

Porque eu vou, faço meu trabalho e umas patroas até falam que quando acabar pode ir embora. E terminou o serviço, a gente tem liberdade. E aí você começa a hora que você quiser, por exemplo, lá na oficina, você chega dez horas e não precisa ficar lá, contando que o serviço fique pronto. Elas não fala nada não. (Aparecida)

A partir das narrativas, podemos perceber uma ambiguidade na fala das entrevistadas. Por um lado, elas desejam trabalhar com carteira assinada, dentro de uma legalidade, para ter direito de reconhecimento social e trabalhista, mas, por outro lado, resguardam-se de não serem registradas, pois essa decisão implicaria trabalhar todos os dias e mais dias na semana, ter um único empregador, além de ter o salário reduzido, uma vez que assinar a carteira implica descontar os impostos obrigatórios, referentes aos tributos sociais. Para Rosilene, a vantagem de trabalhar como diarista é poder fazer adiantamentos salariais, o que, na empresa, não seria possível. Receber ajuda do empregador é um ponto positivo, e sair desse emprego é considerado como um prejuízo.

O bom é que a Miriam me ajuda demais. Mas eu vou te falar a verdade, meus irmãos brigam todo dia comigo por causa disso. Eu não arrumei emprego fixo porque se eu sair da Miriam eu vou perder muito, porque ela me ajuda muito. Mas é assim, igual ontem eu precisei de cinquenta reais e peguei emprestado com ela. Se eu tivesse numa firma, eu não teria isso, tinha que esperar o dia certo. Ela não, eu já peguei cento e cinquenta reais com ela esse mês. Ela fala que eu to gastando dinheiro demais, que eu não vou receber nada no fim do mês, mas eu preciso pagar minhas contas, né. Já teve mês que eu recebi muito pouco, aí ela ficava com dó de mim e me dava mais cinquenta pra me ajudar. Por isso é que eu acho que se eu sair eu perco muito. (Rosilene)

É relevante destacar o “quantum” e a forma como os diaristas são remunerados, tendo em vista a justificativa de que recebem mais que a trabalhadora doméstica mensalista. A remuneração mais elevada é compreendida por dois motivos: primeiro, como forma de compensar a falta de reconhecimento do vínculo empregatício, dado que devem arcar por conta própria com sua contribuição previdenciária e custear o transporte; segundo, pelo número de contratos que possuem.

No incincho eu trabalhei com a Suzana, eu ficava lá direto de segunda a sábado. Mas eu gosto de ir para casa, pôr minhas coisas no lugar, tem que arrumar. (Adeíres)

Ah, não sei. Eu acho que eu... Penso que é bom trabalhar cada dia em um lugar! (risos)... e também [...] elas gostam que fica no sábado. [...] é por causa desse negórico de trabalhar no sábado que eu optei ser diarista. (Adeíres)

Ah, porque como diarista a gente ganha mais. (Shirley)

Apesar de as diaristas realizarem suas atividades com maior autonomia e liberdade quanto ao tempo, é percebido que assim o fazem para conciliar o trabalho na casa do outro e o cuidado da própria família. Nesse cenário, essas mulheres desempenham uma dupla jornada de trabalho, um período nas residências do empregador e outro período na própria casa.

Como dito anteriormente, para a ergologia, existe uma distância entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado, e essa distância possibilita compreender melhor o trabalho da empregada doméstica diarista. Incluímos nessa discussão a microgestão na atividade e os valores que entram no cotidiano de trabalho dessas mulheres. Mas sabemos que, no trabalho, existem outros motivos que entram em cena, que não estão prescritos. Assim, existem escolhas no trabalho que são renormalizadas consciente ou inconscientemente.

A fala de Adeíres mostra que ela, no seu cotidiano de trabalho, faz uso do corpo para atender ao ritmo das tarefas diárias, o que deve ser produzido. As tarefas não têm o controle total do seu corpo, que é quem, de certo modo, assume papel de regente para conduzir o ritmo de seu trabalho. As tarefas a serem realizadas definem o tempo, mas o tempo, o ritmo de trabalho em si, é de cada diarista. O tempo não é apropriado/suficiente para a realização das tarefas cotidianas, assim, cada trabalhadora procura levar em consideração os seus próprios limites.

Na mão. Eu não tinha máquina e não tinha como comprar e não tinha lugar pra colocar. Esse tanque ali era outro, mas era outro pouco maior que aquele. Tinha dia que era onze, uma hora da manhã, eu tava subindo e descendo essas escadas e, aqui era muito aberto, não tinha telhado, era só os tacos, eu tinha medo, tinha muito medo. As coisas que eu já fiz pra sobreviver, só Deus! Só Deus! (Aparecida)

Porque eu gosto da diarista. É igual assim, um serviço pesado, bastante, é assim a pessoa tem que saber encarar ela, porque não é uma coisa do dia a dia, porque uma coisa é você ser empregada doméstica, ir lá todos os dias naquele lugar pra puder limpar, tirar pó, essas coisas. Diarista não, você tem que arrastar, você tem que tirar, é uma coisa muito pesada mesmo, então, eu mesmo falo, não é qualquer uma que dá para ser diarista. A pessoa para ser diarista ela tem que ter capacidade higiênica também principalmente. (Shirley)

Nesse período que eu trabalhava carregando baldes, subindo e descendo, eu tomei um escorregão, sabe, subindo e descendo. Mas eu passei uma luta tão grande uma vez aqui na cozinha com uma mesa de madeira que, de tanto eu passar roupa a madeira estufou, sabe. (Aparecida)

Também, a perspicácia de buscar gerir o ritmo de suas tarefas pelo tempo subjetivo da trabalhadora diarista confirma-se pela antecipação das tarefas, procurando deixar espaços vazios entre as atividades cotidianas, empregando conforme sua urgência/carência física e subjetiva.

Para dar conta das infidelidades do meio, é necessário fazer escolhas considerando que as instruções estão impregnadas de enganos e são insuficientes para lidar com as variabilidades e as eventualidades. A forma de cobrir essa ausência de normas será sempre de um modo individual, uma tentativa de reconstituir o meio em torno de sua própria história, normas e valores.

Me incomodou e eu tive que sair. Vai ficando ruim, a gente fica... Ah não, tive que sair.

Igual essa casa de terça e quinta, tem que fazer arroz, pôr feijão no fogo, isso não tava combinado, porque eu até falei com ela nessa semana que pra fazer comida e faxina não dá certo. Porque ou você mexe com a cozinha ou mexe com a faxina. Porque tem que ficar ali se não queima, estraga. Ou você mexe com a cozinha ou mexe com a faxina. [...]

É apartamento. Falei com ela na quinta-feira: olha Beth, não tem como eu cuidar de cachorro e cuidar de casa. Ficar lavando casinha de cachorro, aquele tapete higiênico, cachorra fez cocô na sala, tive que pegar a pá pra pegar o cocô do cachorro, de vez em quando até vou, mas sempre não. (Rosilene)

O tema saúde é recorrente nas narrativas das diaristas. A saúde é um atributo do corpo. E o corpo é um atributo do sujeito operário, de quem foram tirados direitos e que oferece o que resta, ou seja, sua força física, como produto para venda em troca de uma remuneração. A saúde do corpo, dessa forma, vem concentrar sua segurança psicossocial. Não é permitido que um chefe de família adoça, considerando-se que sua doença possa resultar num drama familiar. O corpo é contabilizado como mercadoria, vale dinheiro e, possuindo valor monetário, tende-se a desconsiderar o seu valor qualitativo. A vida, em sua concreta riqueza de qualidades, é colocada em segundo plano, é protelada em nome do salário, riqueza abstrata.

E se fosse pra eu adoecer, igual eu já adoeci, eu trabalhando como diarista ou mensalista, eh, eu dentro de casa passo necessidade das coisas porque eu não tinha dinheiro.

Aí, um período que eu adoeci, porque eu fazia faxina, era diarista, e eu fui enfraquecendo não sabia por quê. Horário de comida, horário do alimento, cada casa é uma coisa diferente. Os produtos diferentes: ah, eu não quero que usa este, usa esse. Aí, minhas mãos foram ficando machucadas, eu fui enfraquecendo, enfraquecendo, caía muito. (Aparecida)

Eu não sei, e também não sei se vou voltar. Por causa da minha filha né, porque ela não fala as coisas comigo não, fala com a Tereza, para Tereza pegar no meu pé. Ela sabe que eu não preciso, que eu tenho o dinheiro da aposentadoria, que eu não tenho menino para tratar, ela sabe que dá para a gente nos virar aqui dentro de casa, mas as despesa daqui de casa é muito grande, os comilão aqui é demais, então isso aí esse R\$150,00 já ajuda sim, não é por prazer que eu trabalho, eu trabalho por prazer e também porque ajuda. Nunca pedi. Então agora ela fica falando que vai me dar dinheiro pra eu não trabalhar. Mas eu, se depender de mim, ela não vai me dar esse dinheiro não, porque eu quero é trabalhar. (Lourdes)

Nas narrativas das diaristas, ficam evidentes a fadiga e o cansaço. O trabalho sem descanso, de segunda a segunda, quando não é na casa dos patrões, é na própria casa, o trabalho ingrato, desvalorizado, invisível, pesado. Remunerado com um salário muito pequeno, que dá somente para a sobrevivência, trabalho quase escravo – sem direito a carteira assinada, férias remuneradas, INSS, 13º salário, “sem direito a nada, a diarista não tem nenhum direito” (Aparecida).

O trabalho é contínuo, praticamente sem descanso. Sacrifício é a palavra que melhor define a narrativa dessas mulheres. É notório como fadiga, cansaço, privações são experiências.

A trabalhadora se compromete, na atividade, com seu corpo físico e com a sua subjetividade, se responsabilizando em cumprir as tarefas estabelecidas, muitas vezes, impossíveis.

Nunca dou conta de sair mais cedo, nunca dá tempo. Eu até tento sair mais cedo pra descansar, porque é muito puxado, nunca dá tempo. Na Miriam eu posso sair mais cedo. Se eu tiver médico e falar com ela, ela fala pra eu fazer o que der, e posso ir. (Rosilene)

Recorrendo-se a Le Guillant (2006), no trabalho doméstico, o trabalhador coloca sua vida à disposição do empregador. Como podemos ver nas narrativas acima, as necessidades de assegurar a própria sobrevivência às diaristas colocam a saúde em segundo plano. O trabalho é a garantia essencial para a manutenção da vida.

Nas narrativas das entrevistadas, nos chama atenção o fato de que as quatro entrevistadas com mais de 60 anos, mesmo considerando-se as três aposentadas, todas pretendem continuar trabalhando “até darem conta”.

Porque eu tive um tumor na vesícula, e eu tive que tirá a vesícula. Qué vê onde é que eu tirei ela? Eu tirei ela todinha. Aí depois que eu tirei, daí a dois ano eu tive pancreatite, tive que tirá parte do pâncreas. Por isso que eu num posso fazer mais nada de serviço pesado. (Tereza)

Eu também já fui muito forte, nossa aguentei fazer muita coisa. As pessoa falava: “Nossa eu admiro ocê, com esse corpinho mindinho seu cê dá conta de fazer muita coisa”. Fazia mesmo, agora eu já num dô conta de fazer mais não. (Lourdes)

Se levarmos em consideração que a aposentadoria é um período de lazer, de descanso, por que essas mulheres que já se aposentaram permanecem trabalhando? A justificativa das entrevistadas deve-se à natureza socioeconômica, à necessidade de complementar a renda. Mesmo residindo em imóvel próprio e com os filhos adultos, o dinheiro que recebem de aposentadoria não é suficiente para manutenção própria.

Eu, logo que aposentei, eu tirei um empréstimo para mexer aqui em casa, fiz umas coisinha aqui, e agora, fico aí, to recebendo uma mixaria. Então, tem que trabalhar para poder repor né. Eu tive que repor, então eu tive que trabalhar, mas eu não reclamo não de trabalhar, eu até gosto. (Tereza)

Se depender de mim, enquanto eu aguentar ficar de pé eu to lá, mas acontece que minha filha num tá querendo deixar não, por causa dos problemas das varizes, mas se depender de mim eu num largo não, porque eles são muito bom pra mim, todos os três. São ótimas pessoa. (Lourdes)

Também podemos afirmar que o trabalho é fundamental para o desenvolvimento do sujeito e o seu reconhecimento social. Esse fato explica as dificuldades das pessoas de se desvincularem do trabalho. Ao considerarmos o ponto de vista social, nas palavras de Zanelli, Silva e Soares (2010), o trabalho é o principal determinante organizador da vida humana associada. É através dele que nos orientamos, das suas regras, dos horários, das tarefas, das relações sociais.

Para a psicologia do trabalho, trabalhar não representa apenas ter salário; trabalhar é o elemento fundante na constituição da identidade do ser humano. É pelo trabalho que o sujeito transforma a natureza do homem e, dessa maneira, o transforma. É através do trabalho que o sujeito pode manifestar aquilo que tem de mais humano, seu potencial de criar e planejar. E é através da atividade laboral que o sujeito coloca sua marca no mundo.

E eu não fico em casa parada por causa de doença, sabe. Eu tenho pavor de remédio, tenho pavor, Cláudia. Eu uso muito a homeopatia, porque eu tenho muito pavor de remédio, muito mesmo Cláudia. Tem gente que só fica em casa pensando, eu não tenho esse tempo! (risos). (Aparecida)

Se for por mim, ah... eu vou trabalhar até enquanto eu tiver força. (Tereza)

Entendemos que, neste momento de vida dessas mulheres, o trabalho está sendo, além de uma forma de socialização, útil também um uso de si por si mesmo e em um uso de si pelo outro. Na ausência das regulamentações do polo político, conforme a Constituição Federal, “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988, p.149). Portanto, os direitos dos idosos não estão sendo assegurados pelo governo, faltam políticas e programas concretos que beneficiem, ou melhor dizendo, que olhem para essa fatia da população, assegurando-lhes melhores condições de vida.

A boa relação com os empregadores e com a família e o bom tratamento no dia a dia de trabalho são aspectos fundamentais para a permanência dessas mulheres no trabalho. Os maus-tratos no dia a dia são o principal motivo declarado pelas entrevistadas para mudança de trabalho.

É, eu já tinha acabado de fazer. Aí eu falei agora eu não volto mais não. E ela não me deu nada para comer, não me deu nada.  
Ah! “A senhora volta terça- feira?” Eu falei:“Vooooolto....., já to aqui”, mas não volto mais não. A gente precisa muito de trabalhar, mas aguentar desaforo dos outros não. Eu não digo para você que não preciso. (Tereza)

Com a riqueza das narrativas, ficam claras as estratégias utilizadas por Tereza para lidar com a humilhação e o descaso.

[...] ela passou roupa muito bem mas é vagarosa, aí quando ela me ligou me chamando para voltar de novo, aí minha irmã falou com ela: “ela continua muito vagarosa, ela não vai mais não” (risos). Eu sem comer o dia inteiro, e ela ainda me chamou de vagarosa. No quintal sozinha, trancou todas as portas da casa. Menina ela trancou tudo! Se você me perguntar como é a casa da mulher eu não sei. Na área dela, só tinha aquela partezinha de mármore para passar a roupa, e tava tudo fechado, não tinha banheiro, lugar para tomar uma água. Tinha um banheirinho de empregada cheio de trem lá, e a água eu tava tomando a água do tanque, lá da torneira do tanque.(Tereza)

Uma das estratégias adotadas por Rosilene para dar conta de realizar todas as atividades da casa é priorizar as tarefas que aparecem mais, que chamam mais atenção aos olhos do empregador.

Ontem na Miriam era dia de passar roupa e olha o que eu fiz: a Miriam tira a roupa do varal e já joga no cesto. Eu tiro e vou dobrando. Fica muito mais fácil pra passar quando tá tudo dobrado. A Miriam vai jogando, vai socando e fica aquele trem. Eu pensei que não ia dar tempo de passar a roupa. Aí eu arrumei tudo dobradinho, tudo bonitinho lá. Aí na segunda, eu enrolo de novo, mas deixei dobradinho. Aí, quando junta muito, ela pega o monte e deixa tudo lá pra eu ver. É pra eu ver que tem que passar! (risos). Aí eu sei que naquele dia eu tenho que passar. (Rosilene)

Essa Cesarina eu trabalhei muito tempo também, eu trabalhava mesmo porque era para ela me ajudar, na época eu precisava muito, então trabalhava mesmo por necessidade, na época tinha semana que eu não tenho vergonha de falar eu trocava o serviço por mantimento, para poder trazer, para trazer as coisas para dentro de casa. Os meninos era tudo pequeno ainda. (Tereza)

Com a riqueza da narrativa acima, ficam claras as estratégias utilizadas por Tereza para lidar com a necessidade do dinheiro para sustento dos filhos. Ela faz escolhas, “usos dramáticos de si”. Os valores que a mantêm naquele trabalho são a necessidade, a troca dos serviços pela comida, para alimentar seus filhos, é a sua sobrevivência. O trabalho tem a ver com a esperança das pessoas, como uma matriz de desenvolvimento das pessoas.

Eu acho que é respeitar a faxineira. Igual a Miriam, graças a Deus não tenho que reclamar de nada. Pra ela tudo o que eu faço tá bom. Chego lá, tem uma listinha com as coisas pra eu fazer, eu faço e ela não fica olhando se eu fiz ou deixei de fazer. Eu acho que isso é ser uma boa patroa. Não fica questionando porque é que eu não fiz. Às vezes eu não fiz porque não dá tempo. O tempo às vezes é muito corrido.

## **6.6 A servidão**

Recorremos a Le Guillant (2006) quando o autor afirma que o trabalhador doméstico não representa nada, ele é um instrumento. A servidão está associada ao trabalhador que colocar a vida à disposição do empregador. Como o trabalhador necessita do emprego para garantir a própria sobrevivência, ele acaba se submetendo às ordens do empregador, situação esta que, de alguma forma, pode vir a comprometer a sua saúde.

### **6.6.1 Exploração e humilhação**

Para Costa (2004, p.137) o sujeito pobre, exposto constantemente à reificação, situado na saliência da opressão social, na condição de quem é “atravessado inapelavelmente pelas ondas de vibração mórbida da invisibilidade pública”, possui, contraditoriamente, um sentido aguçado contra esse estado de coisas.

Simone Weil (1996) destaca que, na humilhação social, existe um poder de todos os sujeitos ficando interrompido para o humilhado – o poder de inspirar sobre outra pessoa, sem esforço, pela simples presença (ninguém está em seu quarto do mesmo modo quando deixa de

estar só e mais alguém está presente; ninguém passa por alguém, numa calçada, como passa por um poste).

O sentimento da dignidade parece destruído. Deixa de ser espontâneo. É necessário dedicar atenção para preservá-lo. Uma dedicação nem sempre suficiente para o humilhado – a trabalhadora diarista não é humilhada porque sente ou supõe sê-lo: o sentimento e a suposição estão cravados numa situação real de depreciação, de humilhação e desprezo. A circunstância imediata é sempre a situação mediada pela história de desprezo que perpassa sua classe e atravessa sua família. Na condição de trabalhadora diarista, a submissão, a servidão é que se torna espontânea. Ou seja, torna-se natural.

A gente nunca tem valor. Eu acabo o meu trabalho na quinta-feira, e eu falei com a mulher, e só cinco e meia que eu saio de lá, e toda segunda ela reclama de alguma coisa. Mas se não tá feliz, arruma outra pessoa, porque eu faço o que eu posso. Eu não gosto de chegar nas casas dos outros e... Parece que to pegando um dinheiro que não é meu. Parece que eu não to fazendo meu serviço direito. Eu falo: “Toda vez que eu venho você reclama de alguma coisa. Arruma outra pessoa que faz tudo perfeito!” Aí eu falei com ela: “Porque às vezes a gente chega aqui e tem tanta coisa pra fazer... Faz isso, faz isso, faz isso. Acaba que a gente não vai dando conta de fazer tudo totalmente do jeito que vocês querem!” (Rosilene)

Varre, limpa o chão, lava-os mesmo quando não é necessário, passa pano nos móveis, janelas, portas, retira toda sujeira da casa, lava os banheiros, pias e cestos de lixo, almoça na área de serviço. (Rosilene)

A abolição da escravatura resultou na permanência dos ex-escravos no meio rural ou na expulsão deles para as periferias das zonas urbanas. Mesmo com a abolição, a maioria dos escravos não deixou de ser escravo. Aqueles que foram para as cidades, sem escolaridade (não sabiam ler e escrever), estavam destinados aos trabalhos braçal, doméstico ou fabril. Diante do significativo exército de reserva de mão de obra, eles tinham, dessa forma, “liberdade” de escolher: entre a humilhação do campo reproduzida na cidade, como, por exemplo, trabalhar como empregada doméstica nas residências, ou permanecer no meio rural, porém, não mais sob regime de escravidão.

Quando eu chegava lá, ele largava tudo pelo corredor, ou eu limpava, pia, cozinha e depois ia embora. (Lourdes)

Eu peguei lá quase de sete às sete. A mulher, eu não sei se ela não trata a gente bem ou se ela esqueceu de mim lá no fundo do quintal. Acho que ela esqueceu de mim, e eu não via nem ninguém, só via conversa lá de cima e ninguém descia. Aí quando foi, deu, tava escurecendo já eu falei com ela: “Tô indo embora”. [...] Quando deu quatro e meia, chega uma moça lá e conversou: “Sra., almoçou?” Eu disse: “Não. A casa tá toda fechada e ninguém me autorizou, ninguém me disse nada, eu não ponho a mão”. A moça era filha dela (patroa). Aí que ela me dispensou. Eu já tinha acabado de fazer. (Tereza)

A narrativa de Tereza pode nutrir a tese de formas invisíveis de servidão e humilhação. As entrevistadas têm consciência acerca da exploração a que estão expostas, justificando que se sujeitam a esse lugar para sobrevivência e também para oferecer um futuro melhor para seus filhos. Não foi escolha ou opção ser empregada doméstica, mas, sim, foram ensinadas desde a infância a cuidar da casa. Saíram do campo para cuidar da casa dos outros. Na ausência de escolaridade e de uma formação profissional, a “escolha/opção” era trabalhar nas casas de família.

As experiências vivenciadas no campo, na prática, pela maioria das entrevistadas favoreceram o apoio à sustentação de opiniões fortemente permeadas pelo conformismo. Agora, já com idade avançada e ganhando um pouco mais de dinheiro, conseguem adquirir coisas que no passado não eram possíveis. “Mais a gente tem tudo que cê pensa, a gente tem arrumadinho, essa geladeira. A gente tem as coisas pra cumê, porque a gente já passô muita fome já.” (Lourdes).

Lourdes, na sua narrativa, descreve as situações de maus-tratos e de humilhação vivenciadas na casa dos empregadores, ficando susceptível a ordens e castigos dos empregadores.

[...] ela pego um prato pra mim e outro pra outra e pôs separado pra nós. Aí o marido dela era mineiro, era daqui, vizinho nosso, os parente dele mora aqui pro bairro. Aí ele me levo pra lá pra cuida da casa dele, e a mulher dele era muito orgulhosa, então ele gostava de ficar conversando com nós, eu e a babá, ele não tinha esse negócio de separá a gente como empregada, ele era muito simples, e ela não. Ela era arrogante, aquela mulher metida, né. Ele ta lá com nós na cozinha né, dando coisa na boca do menino menor, e ela tinha botado negócio no nosso prato pra nós comer depois, né? Aí ele ta lá conversando nós pegamos nosso negócio e comemos leite e biscoitinho. A patroa chego na cozinha e falo com nós assim: “Onde cêta com a cabeça de comer coisa de prato de empregada?”. Xingô ele bastante, ele xingô ela bastante, deu briga né, então eu peguei meu acerto com ela lá e nunca mais fui lá. Eu fiquei muito chateada, tanto eu quanto a outra menina, porque nós era empregada. (Lourdes)

A maior parte dos depoimentos das entrevistadas declara que as condições de trabalho e o cotidiano dessas mulheres estão impregnados de humilhação e precariedade.

Trata a gente assim igual cachorro, põe a gente lá dentro da casa e sai todo mundo, num deixa uma água, num deixa um café, num deixa... Chegou, eu cheguei lá, ninguém me atendeu, só um rapaz. Rapaz até me mostrou: “Está aqui é a roupa para passar, o ferro, e não sei o que”. (Tereza)

O depoimento de Lourdes é perversamente desumano. Ela foi vítima de uma cultura arcaica de humilhação, que guarda resquícios escravistas, fazendo das trabalhadoras domésticas as mucamas dos dias atuais, impedindo o acesso à mesma alimentação da família. Um tratamento que retrata a humilhação e o desprezo pela trabalhadora, pelo ser humano.

Ela deixava de manhã os bife cortado, era um pra cada um. Mas se os menino comesse mais de um, ai nós num comia carne não. Os dois menino gostava de carne, e ela num recusava se ele quisesse comer dois. Ela já deixava cortado. “Eu vou deixar os bife cortado aqui, cês tempera e quando nós tivé chegando, frita”. Aí fritava de manhã e de tarde, mas pra nós nunca tinha carne, era o mais difícil. Às vezes tinha sobrado até um pedacinho, nós não contava direitinho as sobrinha da mesa pra nós cume. E a outra era uma negona forte né, aí nós comia duas colherinha e deixava pra ela. Ela falava que nós comiapoco, mas era pra deixar mais pra ela. Nós ainda ficava com fome. Tinha que deixar pra ela porque ela tinha um apetite de leão. Quando ela num comprava comida, quando vinha bacon, se vinha dois ela me dava um. Se você comprava ela também comprava. (Lourdes).

Eu já trabalhei em casa que eu fazia a comida e punha a comida lá na mesa, aí o pessoal comia, aquele papo e nós até babando. Depois que saíao pessoal de perto da mesa, tinha rapa de arroz, rapa de feijão. Ela falava assim: “Oh, põe tudo numa panela só e frita o ovo, porque num sobrô comida” Era assim. A pinha é dos menino, pera é do menino, tudo a fruta é dos menino. Banana, banana ela já comprava madura e daí, no outro dia de manhã, ela já tava preta. Alguém comprava preta que daí cês não comia. Quando tava preta cheia de musquitinho, aí ela deixava nós cume. (Lourdes).

Os vínculos estabelecidos entre as trabalhadoras e seus empregadores são contraditórios. A trabalhadora divide o mesmo espaço físico que seus empregadores, na busca de equacionar convivência e privacidade, intimidade e hierarquia em um contexto de desigualdade social. A alimentação que as trabalhadoras fazem para os empregadores nem sempre é a mesma que podem consumir. Os utensílios (prato, garfo, copos) são reservados, há os dos trabalhadores e os da família. A exclusão, a divisão acontece entre os espaços físicos, os objetos e a alimentação.

O espaço privado é o cenário onde se concretizam e se reproduzem as responsabilidades destinadas às trabalhadoras domésticas e às empregadoras. Contradição e ambiguidade andam juntas na dinâmica, e, em alguns momentos, a trabalhadora assume a realização das tarefas para a manutenção da ordem na residência e, ora, é excluída pela empregadora, que impõe hierarquia para manter suas próprias responsabilidades na casa. Para Kofes (2000), é como se se perguntasse qual a fronteira entre o desempenho do trabalho e os papéis de cada uma, como se, na busca de determinar os limites, existisse a seguinte questão: qual é o meu lugar e qual é o seu lugar aqui na minha casa?

Aí eu fiz a comida e tudo né, aí eu acabei, arrumei tudo direitinho. Na hora que aí chegaram pra almoçar, aí a dona falo assim: “Mas e as meninas não vão almoçar não?” Aí a mãe dela, a sogra, aí ela me chamo pra mim poder ir lá leva meu prato, e eu levei meu prato todo descascado né, aí ela falo: “Oh, Lourdes, traz seu prato pro cê bota comida pro cêto esperando”, com coisa que ela tava preocupada comigo. Eu e as menina comia lá na mesa, fazia conta da família. Mas lánós tinha nosso prato e nossos talheres e se sobrasse nós comia, se não sobrasse nós fazia um prato de mexido pra nós. (Lourdes)

[...] Aí nesse dia que fiz almoço né? Ela pediu pra eu levar meu prato, meu prato era o mais descascado, sabe, esses prato que dava nem pra usar mais. Aí eu peguei meu prato e a mãe da Luiza falo assim: “É nesse prato que elas come?” Aí eu falei pra ela: “Meu prato é esse“. Aí ela falô: “Oh, Lourdes, vai buscar seu prato”, aí eu falei: “Não, o meu prato é esse aqui”. “Não, Lourdes, o seu prato que cê come todo dia”, e eu falei: “Mas o prato que eu como todo dia é esse aqui”. Mas ela ficô com raiva, na hora que eles foi embora ela me xingô toda e eu xinguei ela toda também. (Lourdes).

E quando fazia bolo nós num comia no dia que fazia não, todo mundo comia o bolo ou manhã e de tarde, aí quando o bolo começava a dá aqueles fiapinho, ela chegava e falava: “Cês têm que comer o bolo, o bolo tá aí estragando e cê num come”, mas ela media o bolo né. [...] O pão lá no Rio de Janeiro eles fala bengala né? Lá no Rio de Janeiro é bengala. Aí ela tirava um pedaço pra ela, pros menino, pra dá pra eu e a menina, ela ia e media as coisa, na hora que ela chegava a primeira coisa que ela fazia era olhá se o pão tava do mesmo jeito. E fruta também, fruta nós tinha que come quando tava estragando, comprava fruta boa, pinha, maçã, e as fruta mais cara nós num comia, não, era só banana, e banana quando começava a ficar preta. A banana enquanto tava boa não era pra eu comê, era pra Luiz e outro menino, o mais novinho, eu esqueci o nome dele, mais era dos dois. Aí nos dava de comê pros menino na janta, no almoço, tinha que dá fruta pra eles, e nós dava, maçã nunca falô que tinha que comer as frutas. Aí ela falava comigo, cê num vai comê a banana não? Eu falava: “Eu não, lá em casa tem, eu não tenho costume de cumê trem da casa do outro não. Quando tá em condição de cume, mas quando tá assim a gente joga no lixo, a gente não come não”. Ela: “Cê tem uma mania de fala as coisa com atrevimento”, eu falava: “Não, eu tô falando a verdade. Na minha casa, bolo e comida estragada a gente joga é no lixo, a gente não come. Se a gente não pode comê enquanto tá boa”, ela falou: “E quem impede cês de cume?”, mas ela já fala já põe nome que a fruta é dos menino. (Lourdes).

Supostamente, o espaço da casa está desprovido das delimitações dos ambientes profissionais, tendo a diarista acesso aos ambientes da casa, acompanhando os diálogos das famílias, acompanhando os hábitos dos moradores da residência. Essas características profissionais são fortalecidas pela necessidade de obediência ao empregador, delimitando o seu espaço, estabelecendo seus desejos.

[...] eu tô trabalhando na sua casa, eu começar envolver com os seus problemas da sua casa, da sua família, eu acho isso errado. Tem muita patroa, eu vejo nas novelas aí que as patroas, aquelas aborrecidas, aquelas empregadas que entra na vida das patroas, eu acho isso errado, sabe eu acho que, eu não gosto. Se pedir minha opinião eu não gosto nem de opinião, nem nada, não gosto nem de dar opinião. Eu acho errado as pessoas entrar no meio de, da vida dos outros sabe. Então se perguntar: você viu isso na casa de fulano, não, não vi nada, não sei de nada.(Tereza).

A intimidade, a relação de “amizade” é consequência do cotidiano de trabalho e da convivência no mesmo espaço, da necessidade de que a trabalhadora doméstica integre e aceite o estilo de vida da família. A hierarquia aparece nas situações em que a função da trabalhadora se mistura com as atribuições do empregador de organização e manutenção da ordem na casa.

Eu procuro tá fazendo direito pra ser amiga da família. Eu acho que quando você é amigo da família é muito bom. Tem até vizinha que fala que parece que a gente é da família. Meu marido também fala que parece que a gente é da família. Mas tem que conviver bem, né. E se tiver que chamar a atenção, a gente vai aceitar, porque a casa é deles. Às vezes a gente pode ficar até sem graça, mas eles tá na razão deles de falar alguma coisa. Mas é muito difícil, quando vai falar fala rindo: “Ah, bem, a cerâmica tá toda manchada lá”. Eu falo: “Mas isso não é tinta do seu cabelo, não?” “Ah, Dê, desculpa!” Ai eu vou lá e limpo. Mas não tem problema não, eu vou lá e limpo! (Adeíres)

É uma relação de ambiguidade, pois, ao mesmo tempo em que Adeíres sente fazer parte da família, ela também se submete a ser chamada a atenção, ela tem que fazer tudo conforme o desejo, as necessidades da empregadora, mesmo que não concorde, não aceite, ela se submete.

Nas narrativas das entrevistadas, é evidente o distanciamento entre empregador e empregado, tendo em vista as fronteiras que não devem ser transgredidas, demonstrando clara relação de hierarquia entre empregador e subalterno. O espaço da trabalhadora é bem-demarcado, a exemplo da casa da senzala, com quarto e banheiro planejado para as domésticas, o que revela simbolicamente o status do seu lugar. Os ambientes da empregada geralmente são utilizados para guardar pertences que a família não deseja e estão fora de uso na casa.

A referência à servidão, à humilhação e à exploração é muito forte na narrativa das entrevistadas, é uma situação de trabalho vivenciada por elas, “um fantasma” presente e negado por elas, ou seja, negam-se como “servo”, distinguem-se como “indivíduo”, mas, do mesmo modo, negam-se como instrumento, como máquina, afirmam-se como “trabalhadora”, e não “animal”, como “pessoas da família”.

A exploração e a humilhação nos tratamentos diários são denúncia permanente nas narrativas das entrevistadas.

Eu falei: “Sabe por que, Conceição? Porque eu faço meu serviço do jeito que ela gosta!” Eu tava lá pra trabalhar, sabe, sabia do jeito que ela gostava. Eu fui pra lá pra lavar e passar, mas acabava que eu fazia de tudo na casa, sabe. Serviços gerais mesmo! (Aparecida)

Quando eu chego lá no fundo do quintal, não tinha nenhum tanquinho, era à mão. E lá ela mexia com Pet Shop. “Essas toalhas aqui, a senhora vai lavar primeiro, e depois a senhora vai lavar a roupa”. Eu peguei lá quase de sete às sete. (Tereza)

Almoço. Quando me dão almoço. Tem uma casa aí que eu chego aqui quatro horas da tarde seca de fome, aí é que eu vou almoçar aqui. (Tereza)

Aparecida fala sobre o uniforme, um uniforme de doméstica. Não significa uma roupa que ela escolheu, é curta, pequena ou grande demais, o corte não foi feito para o seu tamanho,

ou para o seu corpo. O uniforme não é uma roupa especial para momentos especiais, mas, ainda assim, a roupa da doméstica contém simbolismos de rebaixamento social. Quem veste é um trabalhador qualquer ao comando de todos aqueles que não vestem.

As empregadas domésticas diaristas são indivíduos singulares, possuem biótipos diversos, preferências que lhes são próprias, pensam o mundo e comunicam-se com ele de formas diferentes. A distinção é manifestada por palavras, gestos, atitudes que lhes são peculiares, assim como o modo como se vestem. O uniforme não muda: tem uma forma só. Aparecida não se mostra contente com o uso do uniforme.

O uniforme esconde, descaracteriza cada um e sua singularidade. O olhar claro, desembaraçado do oprimido contrapõe-se com o olhar funcional, opaco e simplificado dos patrões. A invisibilidade está na divisão de classes, opera entre os empregados e os patrões. Opera também para dentro, para as domésticas. O olhar claro pode sofrer a inflexão da cegueira social construída contra a imagem dos menos privilegiados, dos pobres. O oprimido não se ilude em relação à opressão.

Trabalhava de uniforme, todos trabalham de uniforme, sapato e meia. Porque ela não admitia ver ninguém. Um dia eu falei: “D. Lúcia, arranja calça comprida pra mim invés de vestido, porque tem que ficar subindo e descendo escada toda hora, o pessoal fica lá de baixo olhando a gente”. Ela falou assim: “Ô, Cida, não tem problema, não. O homem tem que vê a mulher e saber respeitar sem pôr a mão. Você vai continuar de vestido!” Eu tenho as pernas muito grossas, sabe. Mas mandou continuar de vestido. “Não tem essa de pôr calça, não. Eles estão na minha casa, eles têm que respeitar você! [...] Ela falava assim: “Nunca vi você com o uniforme sujo ou desarranjado”. E, cê pensa: do jeito que eu tava, de meia e sapato, eu agachava pra limpar chão. (Aparecida)

Consideramos que a rejeição, a negação ou a resistência de usar uniformes manifestam uma maneira de se distanciar do papel de trabalhadora doméstica. Para Aparecida, agachar-se para limpar o chão de uniforme, usando sapato e meia, pode ser considerado desvalorizante, humilhante e estigmatizante.

### **6.6.2 Invisibilidade do trabalho**

No enfoque mencionado nas narrativas das diaristas sobre as tarefas domésticas realizadas, surge uma noção de limpeza associada à higiene, do limpo àquilo de aparência bonita, brilhante, que as pessoas possam ver. No relato sobre as técnicas e os produtos utilizados, afirmam que o limpo é visível. É na dinâmica com o mundo social que as diaristas percebem que o significado do que seja cuidar da casa pode assumir outros contornos. Percebo

nas narrativas que apresentamos relação entre pureza e sujeira, relacionando a higiene à “visibilidade” ou não da sujeira. A contemporaneidade projetou essa preocupação, esse desejo irresistível de ordem e segurança. Uma sociedade perfeita, utopia dos iluministas, seria totalmente limpa e idêntica a si mesma, transparente e isenta de contaminações.

No depoimento abaixo, fica evidente o descaso do empregador com a trabalhadora; ela se sente como um animal, desconsiderada. É o trabalho invisível, o *saleboulot*. O ambiente doméstico está associado à higiene e à visibilidade ou não da sujeira. A hipótese de variadas formas de limpar está relacionada às narrativas e às práticas das entrevistadas. Rosilene relata que faz o máximo para satisfazer seus patrões, produzindo com seu trabalho um resultado visível, porém, não reconhecido, não valorizado. Ao fim de seu dia de trabalho, a casa pode apresentar sinais de coisas que não foram realizadas.

Casa estando limpa, você não vê a casa limpa. Mas quando tem alguma coisa suja, seu olho vai direto no que tá sujo. Porque fica visível o que tá visto. Pode tá tudo limpo, mas você só vê o sujo. Igual eu te falei: limpei a prateleira da mulher, ela cismou que eu não limpei. Ela não viu o chão que tava limpo, só olhou o que tava sujo. Então não tem valor! Nunca é valorizado! (Rosilene)

No destaque dado pela narrativa de Rosilene, acima, a certas tarefas domésticas, surge outra concepção de limpeza, atrelada a um aspecto bonito, brilhante, que se possa ver. Por exemplo, as técnicas de limpeza de Aparecida e Adeíres, trabalhadoras experientes, foram aprendidas quando iniciaram a profissão. O limpo é visível. No meio social de onde vêm as trabalhadoras, a própria definição do que seja cuidar da casa pode adotar outros contornos.

Eu aprendi uma coisa desde pequena, ainda volto e olho tudo pra saber se tá certo. Só saio se tiver tudo limpo, não sou empregada de passar pano em nada. Tudo o que puder eu lavo, porque conserva mais. (Aparecida).

Lavo os banheiros, o chão da cozinha, a área, lavo roupa e vasilha. Você não vê um nada. Troco toalha de mesa, janela tá sempre limpa pra não juntar poeira, mas não reconhece. (Aparecida).

Eu aprendi desde pequena: meu pai era um homem muito bravo e tudo tinha que ser muito limpo dentro de casa. Minha mãe tinha que rodar, porque ele era muito chato com roupa, roupas tinha que ser muito bem-lavada, vasilhas areadas, tudo dele tinha que ser limpinho... (Adeíres).

O trabalho honesto representou uma estratégia de defesa presente em todas as narrativas. A relação entre serviço honesto e serviço desonesto se mostra como complementar e, ao mesmo tempo, contraditória. Complementar, na medida em que serviço honesto e/ou desonesto são fundamentalmente ligados não como oposições entre verdade e mentira, mas

lembrando-nos da noção de estigma social. Honesto é algo de conteúdo positivado, reconhecido, relacionado ao bom, ao desejável. Desonesto é algo não reconhecido, não valorizado, sem *status*, sem valor. O omitido é esquecido pela sociedade, nem sequer possui peso moral para ser punido, porque não atribui a si mesmo uma culpa, uma atitude ilusória com conteúdo passível de ser castigado. O desonesto pode ser castigado, o desprezado, não. O desprezado sente a vergonha, o não reconhecimento, a marginalidade, que, indiretamente, podem propor uma punição social, por ele não ser do mesmo modelo que a sociedade, no seu liberalismo, diz propiciar a todos. Portanto, a punição vem como desprezo para os incapazes. Diferente seria se se tratasse de uma atitude desonesta, porque haveria uma lei para classificar, quantificar e punir esse comportamento. Contraditórios, na medida em que todas afirmam ser esse um trabalho honesto, mas que é tratado como se não fosse. Confundem-se, igualmente, serviço desonesto e serviço desprezado.

Pra essa faixa de mulher de trinta a sessenta, mas já até isso, né, eu sei que tem lugares aí que as mulheres tão voltando, mas eu não quero não. Eu queria montar minha lavanderia outra vez em casa. Isso eu quero. (Aparecida).

Assim, eu, em todo lugar que eu fui, sempre me trataram muito bem, mas nunca é recomendável. A gente nunca tem valor. Eu acabo o meu trabalho na quinta-feira, e eu falei com a mulher, e só cinco e meia que eu saio de lá e toda segunda ela reclama de alguma coisa. Mas se não tá feliz, arruma outra pessoa, porque eu faço o que eu posso. Eu não gosto de chegar nas casas dos outros e... Parece que tô pegando um dinheiro que não é meu. (Rosilene).

Casa estando limpa, você não vê a casa limpa. Mas quando tem alguma coisa suja, seu olho vai direto no que tá sujo. Porque fica visível o que tá visto. Pode tá tudo limpo, mas você só vê o sujo. Igual eu te falei: limpei a prateleira da mulher, ela cismou que eu não limpei. Ela não viu o chão que tava limpo, só olhou o que tava sujo. Então não tem valor! Nunca é valorizado! (Ruilene).

### **6.6.3 Desvalorização e reconhecimento**

O reconhecimento do trabalho realizado é um recurso fundamental para o enfrentamento das dificuldades cotidianas encontradas nas situações de trabalho, na busca de preencher os vazios e os imprevistos. Mas não é isso que acontece na vivência das trabalhadoras domésticas diaristas.

Dentre as diversas formas de evitar um desentendimento/conflicto com o empregador e ser “chamada a atenção”, as entrevistadas destacam algumas estratégias utilizadas no seu cotidiano de trabalho, como: realizar aquelas tarefas mais fáceis, também aquelas que as trabalhadoras mais gostam de fazer, priorizar também as tarefas que são mais valorizadas e

visíveis aos olhos dos patrões. Conseguem, dessa forma, se preservar, diminuir a tensão provocada por desentendimentos que possam humilhá-las e desvalorizá-las.

Eu chego, vou pra cozinha. Da cozinha eu vou pros quartos e faço de tudo pra não incomodar ela [...]. (Rosilene)

E também a gente responder é ruim. Quando tá tudo em paz é que é bom. (Adeíres)

O sentimento de dignidade parece desmanchado. Não é espontâneo. É necessário empenho do sujeito para resguardá-lo. Um empenho nem sempre possível para o humilhado – a trabalhadora diarista não é humilhada porque sente ou julga sê-lo: o sentimento e o julgamento estão cravados numa situação real de rebaixamento. A situação imediata é sempre a situação imposta pela história de rebaixamento que perpassa sua classe e cruza sua família. Na condição de trabalhadora diarista, a subordinação à subserviência é uma situação natural, espontânea, ou seja, algo mecânico, voluntário.

E além do mais, eu sempre procurei fazer benfeito, pra não precisar de ninguém reclamar. (Aparecida).

Então sempre vai ficar alguma coisa pendente. Aí eu falei pra arrumar outra que vai fazer melhor do que eu. Aí ela: “Não, não é isso não. É que às vezes você esquece! Mas não é isso não”. (Rosilene).

Para Yves Schwartz e Durrive (2007), a atividade representa o reconhecimento de que não existe nenhuma situação de trabalho que não seja mais ou menos transformadora, economias de alternativas permanentes que, na atividade, podem ser desenvolvidas ou não. Essas opções acontecem de forma consciente ou inconsciente, tendo-se em vista os valores que as conduzem: economia ou racionalidade do corpo; “economizar-se, economizar a fadiga, manter os ritmos, manter as cadências, isso faz parte dos valores em jogo”.

A narrativa de Adeíres representa uma fala comum das entrevistadas, uma ideologia que acredita no “servir o outro” como uma tarefa natural da mulher, englobando a identidade do empregador e da trabalhadora. Uma vez que o trabalho doméstico é realizado por sujeitos de classes menos favorecidas socialmente, envolvendo uma relação de poder vertical diferente com seus empregadores, a desvalorização social é significativa, e as contradições são criadas entre as mulheres de diferentes classes. A relação de trabalho entre as diaristas e suas empregadoras é impregnada de resultados das incongruências de classe e da identificação de gênero constituída entre as mulheres. Assim, segundo Leon, 1989, de um lado, encontramos a classe dominante, na figura das empregadoras, e, do outro lado, a classe dominada, as

diaristas, ou seja, está em jogo a subordinação social das mulheres e a exploração de classe. Está presente também na narrativa de Adeíres a submissão para se evitar o conflito entre as partes. A conotação suja do trabalho está relacionada à desvalorização das tarefas, tendo em vista as características que lhes são atribuídas.

Mas tem que conviver bem, né. E, se tiver que chamar a atenção, a gente vai aceitar, porque a casa é deles. Às vezes a gente pode ficar até sem graça, mas eles tá na razão deles de falar alguma coisa. Mas é muito difícil, quando vai falar fala rindo: “Ah, bem, acerâmica tá toda manchada lá”. Eu falo: “Mas isso não é tinta do seu cabelo não?” “Ah, Dê, desculpa!” Aí eu vou lá e limpo. Mas não tem problema não, eu vou lá e limpo! (Adeíres)

Na narrativa de Rosilene, verificamos o que Hughes (1996) e Lhuilier (2006a; 2006b) denominam de trabalho sujo, o menos valorizado hierarquicamente. O empregador faz a comida, o mais nobre, que exige um cuidado do dono da casa, e o menos valorizado fica para a trabalhadora. O que os autores denominam como sujo refere-se à desvalorização das tarefas, levando-se em consideração as características que lhes são imputadas no processo de divisão do trabalho, conforme os critérios de ordenamento moral de Hughes (1962). Ou seja, o trabalho das diaristas está impregnado de marcas de um passado de servidão, que foi desenvolvido socialmente e conservado até os dias atuais. As trabalhadoras diaristas são obrigadas a carregar essas marcas degradantes, o que auxilia a estruturar sua inserção marginal na escala de prestígio da sociedade.

A cozinha é assim, a maioria é depois do almoço, porque eu não mexo com almoço. Depois do almoço eu tenho que lavar a cozinha toda, lavar tudo, limpar debaixo dos armários, guardar as comidas, aí isso sempre fica por minha conta. Geralmente elas fazem a comida, põe na mesa, almoça, vai embora e a sujeira é minha, toda minha. Armário, limpar a janela, chão, limpar fogão. [...] Banheiro, é tudo: chão, box, vidro, limpar os armários, pia, geral também. Joga água, Pinho Sol, água sanitária, tudo. (Rosilene).

[...] tinha nojo de nós e ela, se tivesse que pega qualquer roupa nossa que tivesse no varal dela, ela achava ruim, colocava um balde pra nós lava nossa roupa. Colocôvaralzinho no outro lado, pra estender as nossa roupa separada, nosso vaso separado, tudo separado, foi isso, fui cansando disso sabe. (Lourdes).

Para a Ergologia, a atividade é a forma humana da vida. Sempre original, é realizada e vivenciada a cada vez de forma singular, personalizada. Ela está sempre apoiada/alicerçada no presente, “impossível viver em vários lugares ao mesmo tempo, e reenvia sempre a alguém, um corpo si singular” (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p.26). Assim, as circunstâncias não são iguais de um dia para o outro, ou de uma situação de trabalho para outra, pois existem no ambiente de trabalho muitas formas de infidelidade.

Por mais simples que seja, toda atividade de trabalho tem um uso de si: do corpo, da inteligência, da sensibilidade das emoções. Nas narrativas das trabalhadoras diaristas, podemos perceber a existência de aprendizagens anteriores, de crenças, de suas histórias de vida. Observamos a seguir como apresentam a atividade:

Hoje as pessoas não faz isso, elas põe na máquina e pronto. Mas eu, desde pequena, desde adolescente, eu aprendi a fazer assim, então a gente pode ser pobre, mas as coisas tá sempre limpinhas, né. Então ela falava assim: “Eu gosto que quara, que põe de molho.” Então, eu faço o que eu gosto, sempre gostei de lavar e arrumar as coisas direitinho. Eu quaro. (Adeíres).

[...] eu chego e passo a roupa e antes de tirar as roupas de cama pra lavar. Eu tiro as roupas de cama, coloco as roupas de cama limpas em tudo. Depois que eu termino com as roupas de cama, eu vou passar as roupas, e antes de passar tem que tirar pra passar. Aí depois de passar, ela manda colocar tudo limpo de novo. Depois eu posso começar por onde eu quiser, mas é tudo assim. (Rosilene).

A quantidade de trabalho diário das diaristas exige empenho e o uso constante do corpo si das pessoas que atuam no trabalho doméstico remunerado, ajustando, adaptando. A diarista está cotidianamente gerindo o seu dia a dia de trabalho, porém, encontra pouca aderência das esferas a que seu trabalho está relacionado. É muita pretensão pensar que a diarista, que trabalha uma vez por semana e tem todo o trabalho acumulado da semana, vai dar conta de todas as tarefas da casa. Nessa situação, configura-se um dispositivo de dois polos: o polo dos valores mercantis, que considera os rendimentos, o desempenho no trabalho, em que o seu impacto não pode ser reduzido no contexto da vida social e política; e o polo político, em que devem ser estabelecidas as questões legais, de direito, para políticas legais que regem o trabalho da diarista, coma definição da carga horária de trabalho, do salário mínimo para a categoria, estabelecendo as funções e as responsabilidades da trabalhadora diarista, devendo assegurar o estabelecimento do alicerce político entre as necessidades políticas e os objetivos da sociedade. Este é o polo que deve garantir o bem comum da sociedade.

A percepção da relevância do emprego está relacionada também a uma troca de favores. As trabalhadoras realizam as obrigações da casa, muitas vezes, tarefas que não estão prescritas e não são ditas quando da contratação. Sujeitam-se a humilhações, a subserviências, fazendo isso em troca do salário. Assim, as trabalhadoras avaliam que devem fazê-lo para receber seus salários; esta é a garantia. E, quando não estão satisfeitas com as tarefas que são definidas pelos empregadores, buscam outros empregos.

A gente é como um empregador: da mesma forma que ele precisa do seu trabalho, você também precisa do dinheiro dele. Então você tem que saber manear as coisas. Nossa, eu já passei tanta coisa na vida! Mas o que é que a gente vai fazer? [...] Vamos pra frente, cuidar dos nossos filhos. Tem que deixar pra lá, às vezes tá nervoso. [...] É sempre um precisando do outro. Tem que haver o respeito. Eu faço aquilo que ela me pede, senão ela tá me pagando pra quê? (Rosilene).

#### **6.6.4 Presentes e donativos**

Nas narrativas, a maioria das entrevistadas faz referência aos “presentes” recebidos dos patrões, geralmente, roupas usadas, geladeiras, sofás, computador, dentre outros. Os presentes doados pelos patrões complementam ou substituem uma parte da remuneração. A troca de bens que conduz a prestação de serviços domésticos como uma transferência de patrimônio tem o benefício de ser considerada como alguma coisa que supera o sentido preciso da relação financeira para incluí-la num sistema de comunicação que, além dos presentes, dos donativos, significados sociais são comunicados.

Algumas das entrevistadas reconhecem, nas doações dos patrões, um benefício, um ganho adicional em seus empregos. É esse o cálculo cravado na fala de Rosilene quando diz preferir permanecer como diarista, recebendo um salário baixo, apesar de ter o ensino médio completo. Mesmo podendo ter um ganho superior com emprego em uma empresa, isso não lhe garantiria os eletrodomésticos da sua casa, as roupas para os filhos, o computador, o sofá da sala. Ciente da grandiosidade de sua patroa, Rosilene entende que os benefícios recebidos na casa da patroa não equivalem aos benefícios que receberia em uma empresa.

O bom é que a Miriam me ajuda demais. Mas eu vou te falar a verdade, meus irmãos brigam todo dia comigo por causa disso. Eu não arrumei emprego fixo porque, se eu sair da Miriam, eu vou perder muito, porque ela me ajuda muito. (Rosilene).

Os presentes doados pelos patrões são objetos que já perderam a utilidade e/ou validade para o padrão de consumo. As trabalhadoras domésticas geralmente ganham aquilo que os patrões não vão mais utilizar: roupas, sapatos, uma calça que manchou, o fogão usado, a comida que sobrou do almoço. Cabe refletirmos sobre o simbolismo de objetos usados, sem utilidade para os patrões. Como os objetos não estão soltos dos contextos sociais onde eles existem, os agrados têm significado de acordo com o que atribuem socialmente. Os donativos simbolizam a hierarquia social. Assim, segundo Brites (2000), usam coisas de segunda mão sujeitos socialmente destacados como pessoas de “segunda classe”.

Ah, aqui eles gostam de dar presente (risos). Teve um dia que eu fiquei sem entender. Mas ela me dá um dinheiro sim. Assim, se eu trabalho e ela quer me dar, eu pego. A D. Maria também me dá uns agrado, assim, bastante. No final do ano passado, ela me deu foi dinheiro mesmo. (Aparecida).

Mauss (2012) destaca que trocas e contratos visivelmente voluntários são obrigatoriamente dados e recebidos. Para ele, negar-se a doar, desconsiderar o convite, como se negar a recebê-lo, significam “declarar guerra e recusar a aliança e comunhão. [...] “Receber uma dádiva é como um peso nas costas” (MAUSS, 2012, p.72-73). O autor diz ainda que “[...] a obrigação de retribuir dignamente é imperativa. A sanção da obrigação de retribuir é escravidão por dívida. [...] [O] individuo que não pôde retribuir o empréstimo é desqualificado e perde mesmo a condição de homem livre”. (MAUSS, 2012, p.72-73).

A Miriam me ligou, porque eu já tinha trabalhado na casa da Miriam. Aí ela falou: “Vem cá que eu comprei umas roupas de frio pros seus meninos e eu preciso conversar com você”. “Então tá, daqui a pouco eu passo aí. Eu largo serviço daqui a pouco e passo aí.” Eu fui lá e a Miriam me chamou pra voltar, porque a outra menina não tinha dado certo. (Rosilene).

Portanto, a dádiva, simbolizada pelos adiantamentos, os presentes, os agrados, é recebida de “bom grado” pelas diaristas, tendo-se como referência a “boa ação” do empregador. Elas tendem a ampliar no decorrer da convivência, com o trabalhador e o empregador intercalando continuamente suas posições (fazendo trocas de presentes de doações), nutrindo-se o vínculo entre as partes, como podemos perceber na narrativa de Rosilene.

O bom é que a Miriam me ajuda demais. Tudo que eu tenho na minha casa ela que me deu (geladeira, máquina de lavar, computador). É tudo usado, mas funciona, este sofá que estamos sentadas [...]. Eu não arrumei emprego fixo porque se eu sair da Miriam eu vou perder muito, porque ela me ajuda muito.

[...] Igual a Miriam, se eu não puder fazer o serviço que ela quer que eu faça, ela vai ter que chamar outra pessoa. Não tem condição uma coisa des sas. É sempre um precisando do outro. Eu faço aquilo que ela me pede, senão ela tá me pagando pra quê?

Sim. Algumas coisas eu comprei, algumas eu ganhei. Geladeira, essas coisas eu comprei. Outras eu ganhei. A Miriam compra até roupa pros meus meninos, mas as outras, assim, me dá verdura, frutas pros meninos. A de terça e quinta nunca me deu nada não. (Rosilene).

Todos esses benefícios doados se inscrevem na teoria da dádiva. As relações de trocas se inserem na vida de Rosilene como forma de melhorar suas condições de vida, mas, em troca, ela faz o que o empregador manda. A boa relação com o empregador é uma condição

para receber algo em troca. Mas será que essas relações são verdadeiras? Elas existiriam se não houvesse algo mais em troca, apenas o salário do seu dia de trabalho?

### 6.7 Saberes investidos na atividade de trabalho

A experiência formadora, segundo Josso (2004), representa a experiência determinada por uma ação que é revelada a priori ou posteriormente. Dessa forma, considera a experiência vivida como forma de transformar uma vivência em experiência. Assim, a autora relaciona a história de vida com os processos de formação dos trabalhadores.

Aparecida, na sua narrativa, descreve o seu envolvimento e a responsabilidade para o desempenho de sua atividade realçando a força dessa atitude, que dá sentido e valor ao seu trabalho.

[...] a Miriam tira e a roupa do varal e já joga no cesto. Eu tiro e vou dobrando. Fica muito mais fácil pra passar quando tá tudo dobrado. A Miriam vai jogando, vai socando e fica aquele trem. Eu pensei que não ia dar tempo de passar a roupa. Aí eu arrumei tudo dobradinho, tudo bonitinho lá. Aí na segunda, eu enrolo de novo, mas deixei dobradinho. Aí, quando junta muito, ela pega o monte e deixa tudo lá pra eu ver. É pra eu ver que tem que passar! (risos). Aí eu sei que naquele dia eu tenho que passar. (Rosilene).

As trabalhadoras diaristas descrevem detalhadamente o fazer do seu trabalho. Existe um acúmulo de saberes práticos que facilita percorrer a respeito da atividade que realizam. O objeto de trabalho e os meios de trabalho nos quais as diaristas exercem sua ação estão presentes nas narrativas descritas. Percebemos como elemento relevante do processo o trabalho em si, ou seja, o trabalho real, o trabalho vivo.

Geralmente eu passo roupa até o meio-dia, depois vou para a sala e dou uma faxina na sala. Aí ou vou pros quartos, só varro, e depois limpo os banheiros. Passo aspirador, passo lustra móveis, passo pano com óleo de peroba, tiro a poeira de tudo, limpo os vidros da varanda, que lá tem uma varanda que é de vidro, e varro o sofá com escovinha. (Rosilene).

O trabalho não é apenas uma simples execução, envolve o trabalhador como um todo, é sempre uso de si, considerando, simultaneamente, o uso de si por si e o uso de si pelos outros. Mesmo que o trabalho seja apenas intelectual, ele mobiliza todo o corpo. O corpo armazena as informações na memória e as esquece para trazê-las à tona no momento em que melhor convier; o corpo está sempre em alerta. O corpo percebe quando é necessário procurar alguma atividade.

Nunca dou conta de sair mais cedo, nunca dá tempo. Eu até tento sair mais cedo pra descansar, porque é muito puxado, nunca dá tempo. Na Miriam, eu posso sair mais cedo. Se eu tiver médico e falar com ela, ela fala pra eu fazer o que der, e posso ir. (Rosilene).

Quando solicitadas a relatar como realizam seu trabalho nas residências, cada entrevistada explica seu método de trabalho. Fica clara a diversidade entre o trabalho prescrito e o real. Assim, o que evidencia a distancia entre o prescrito e o real é a imprevisibilidade no trabalho, ou seja, nas palavras de Trinquet (2010a), “o trabalho não é e não pode ser previsto”, tanto da perspectiva da experiência quanto da teoria.

Igual ontem, ela mandou usar alho-poró. Uma torta de alho-poró e batata. Aí ela deixa escrito. Aí quando tem muito tempo que não faz ou eu tô apertada, ela deixa o alho separado, as batatas em rodela. As outras eu já sei como faz, já tem 12 anos que eu trabalho lá. Tem a receita, mas faço do meu jeito. Então eu já sei tudo. Tem que quebrar o ovo no mio da massa e ela não quebrou. Tem que por queijo ralado, aqueles de saquinho. Eu ponho dele e pego o pedaço, ralo e ponho no meio dele também. (Rosilene).

Tem que dar geral. Mas a roupa na Miriam é muito simples, porque nem suja, e até antes do meio-dia eu já passei as roupas. E eu não deixo acumular assim também não. Se eu não passo na sexta, eu passo na segunda. (Rosilene).

É percebido que cada trabalhadora criou técnicas próprias para o trabalho doméstico, mas nas narrativas podemos perceber que existem semelhanças de métodos, de técnicas entre elas. Aparecida e Adeíres fazem referência a alguns saberes que foram aprendidos, desenvolvidos e aprimorados com o decorrer da experiência. Para Schwartz (2003), os usos de si por si nos levam a pensar a respeito da produção de saberes na situação de trabalho, no desenvolvimento das competências e nos processos de aprendizagem no trabalho. Para a ergologia, toda atividade de trabalho possui saberes acumulados nas suas técnicas e em seus fazeres; a atividade também está repleta de normas de vida, de maneiras de “exploração da natureza e dos homens uns dos outros” (SCHWARTZ, 2003, p.23).

Às vezes, ela compra aqueles plásticos grandes e eu ponho lá no terreiro, que é tudo cimentado, e ponho tudo lá pra quorar. As de cor eu não ponho muito não. Eu só lavo mesmo no sabão de coco, porque são roupas boas, né, roupas caras. Aí depois eu enxáguo elas e ponho na maquina só pra enxáguo. Aí eu ponho no cabide pra secar direitinho, que ela gosta que põe porque fica mais fácil pra passar. (Adeíres).

Tem que saber, a roupa branca tem três tons de branco, você não pode botar sabão em pó, porque senão você mancha a roupa. Então é muita responsabilidade. (Aparecida).

A melhor goma é a que você faz em casa. Ou é a de polvilho ou a de maisena. Na firma, quando eu trabalhava na firma, na semana que eu tirava só para lavar roupa e engomar, eu gastava, às vezes, até cinco quilos de polvilho para engomar roupa. Ficava só lavando e engomando, pra depois eu passar. (Aparecida).

Os sujeitos possuem uma infinidade de vivências, que podem compreender a condição de experiência a partir de um trabalho reflexivo sobre o que o sujeito passou e o que foi possível o trabalhador observar, perceber e sentir.

Quando lava hoje e eu vou amanhã, eu não faço isso não, porque põe no cabide e as roupas ficam mais juntinhas. Pra essas 32 camisas, ela compra três vidros daquele “Passe bem”. Às vezes, eu uso esses três vidros pra passar tudo de uma vez. Agora, outras casas não usa isso não, né. A Cândida que gosta. Então, o que acontece: só quando a roupa tá muito seca ou às vezes tá muito amontoada e vai secando né, aí já vou molhando né, porque o ferro é a vapor e o que acontece: o ferro vai soltando o vapor e você fica toda vida secando a roupa. Quando o ferro é comum, eu falo que é o melhor ferro pra passar. Então você passa mais rápido e fica melhor a roupa. [...] Cada um tem seu jeito de trabalhar. O meu é assim, sabe. Eu aprendi a passar roupa assim. Minha madrinha, por exemplo: “Hoje você vai aprender a passar calça”. Eu ficava ali no canto olhando e meu padrinho só usava roupa de linho. No dia seguinte, ela falava assim: “Hoje você vai passar!” Quem disse que eu podia falar que não aprendi? Eu apanhava! E eu aprendi que quando você quer uma roupa bem-passada, primeiro você passa ela toda do avesso. Depois você vira só pra consertar! (Aparecida)

Para que a experiência seja formadora, é essencial pensarmos em um ângulo de aprendizagem que represente “atitudes, comportamentos, pensamentos, saber-fazer, sentimentos que caracterizam uma subjetividade e identidades” (JOSSO, 2004, p.48). Dessa forma, as experiências relatadas das recordações-referência, instituídas a partir das narrativas de formação, não indicam que a vida orientou o sujeito, mas, sim, o que foi aprendido a partir da experiência, da vivência, da vida. No decorrer da entrevista, as trabalhadoras foram incentivadas a refletir a respeito das aprendizagens que a vivência de diarista lhes trouxe.

Eu aprendi muito. Ela tem paciência, me explicou tudo muito direitinho, tudo o que eu vou fazer eu já lembro dela. Se eu limpava a porta e ficava alguma coisinha, ela vinha me falava: “Tá vendo aquele negócio assim e assim? Faz assim.” Ou então na pia, se ela visse, ela falava: “Faz assim.” Se tinha uma mancha no móvel, ela me ensinava a tirar. Então era assim. Então eu era nova quando eu tava lá. Hoje em dia eu tô velha, não tô aguentando muita coisa mais não. Então eu fazia tudo e ficava muito satisfeita. E ela falava que eu era muito rápida. [...] Mas eu, desde pequena, desde adolescente, eu aprendi a fazer assim, então a gente pode ser pobre, mas as coisas tá sempre limpinhas né. Então ela falava assim: “Eu gosto que quara, que põe de molho.” Então, eu faço o que eu gosto, sempre gostei de lavar e arrumar as coisas direitinho. Eu quaro. Às vezes ela compra aqueles plásticos grandes e eu ponho lá no terreiro, que é tudo cimentado, e ponho tudo lá pra quara. As de cor eu não ponho muito não. Eu só lavo mesmo no sabão de coco, porque são roupas boas, né, roupas caras. Aí depois eu enxáguo elas e ponho na máquina só pra enxáguo. Aí eu ponho no cabide pra secar direitinho que ela gosta que põe porque fica mais fácil pra passar. [...] Assim, camisa com camisa, camisetas, calcinhas, tudo separadinho. Caças jeans ela deixa tudo separadinho, porque lá tem o quartinho onde a gente passa roupa, né. Separa tudo, eu até fico com dó, porque ela é muito boa. Ela faz almoço e quer que eu sente na mesa com ela, se o Renato sai pra trabalhar, os outros saem também, ela fica sozinha. Então a gente conversa muito por causa disso. Ela até falou pro Renato: “Vou contratar a Adeíres pra ficar só conversando comigo, porque eu fico muito sozinha! (risos).(Adeíres).

Josso (2004) diferencia os conceitos de aprendizagem pela experiência e experiência existencial. A primeira está relacionada com o processo de transformação mínima do sujeito; a segunda está relacionada à identidade enraizada do sujeito. É possível identificar as aprendizagens associadas à sobrevivência, ao cuidado com as roupas, com a casa à percepção do fazer doméstico como fonte de renda e sustento da família.

Aprendizagens associadas ao cuidado com a casa, com as roupas, o que fazer para atender à necessidade do outro, para agradar ao outro, podemos identificar como aprendizagens pela experiência, que, para Josso (2004), estão atreladas a transformações mínimas. Mas a situação de identificar a sua independência, como mulheres que conseguem seu salário através do trabalho doméstico, e, também, o fato de perceberem que o trabalho de diarista lhes possibilitou um contato maior com as pessoas, podemos associar ao que Josso (2004) denomina de experiência existencial, que está relacionada ao todo da pessoa, à identidade e à maneira como ela se coloca no mundo.

O fato de o trabalho da diarista ser considerado simples, não demandando nenhuma qualificação, beneficia a apropriação do polo do mercado, do polo político e do tempo de trabalho dessas mulheres, uma vez que a categoria não possui legislação específica, portanto, não possui uma jornada mínima e máxima de tempo de trabalho. As tarefas a serem realizadas também não são claras, ficando a critério de cada empregador e trabalhador “negociar” esse tempo de trabalho e as tarefas a serem realizadas, incluindo o valor da remuneração.

Se o tempo de trabalho para a realização de todas as atividades da jornada é demandado (pelos empregadores), incorporado e reconhecido, demonstrando uma maior carga no trabalho pela diarista, existe outra situação também nessa relação entre empregadora e diarista, mas que não é prescrita, e, sim, é expressa nas orientações deixadas pelos empregadores e está relacionada a uma preparação emocional para essa mobilização de si que antecede a tarefa, conforme podemos observar na narrativa de Rosilene.

Às vezes eu não fiz porque não dá tempo. O tempo às vezes é muito corrido. Tem que dar conta. Igual essa de quinta-feira, já falei com ela que não dá pra cuidar da casa e do cachorro. Vou ficar com o cachorro pendurado? Eu não gosto de cachorro, não suporto cachorro, principalmente do cocô, tenho nojo. Tanto é que esses dias eu fui trabalhar e deixei a cachorra presa. (Rosilene)

Quando Rosilene fala das diversas tarefas que o cotidiano de trabalho impõe, ela está se referindo à imprevisibilidade da demanda, à quantidade e à variabilidade de tarefas que devem ser realizadas no espaço de tempo, geralmente oito horas de trabalho diário, o que configura a complexidade do trabalho, demandando planejamento e organização para cumprir

com todas as tarefas no fim do seu dia de trabalho. A questão do controle, da qualidade e da quantidade das atividades realizadas é uma característica da organização do trabalho que atravessa e tenciona frequentemente o cotidiano das trabalhadoras domésticas diaristas.

No entanto, os patrões não concebem a possibilidade de outra ordem. Agem como se existisse (como se só pudesse existir) um único código de valores e perspectivas compartilhado entre elas.

Com certeza lavar coco de cachorro, essas coisas, não é obrigação minha mesmo não. Igual à outra lá também com comida. O filho dela tinha que ir pra escola, precisava almoçar. Aí o marido dela ligou falando pra fazer pra ele. Eu fiz o arroz e cozinhei o macarrão. Aí, fui pra quebrar seu galho. Se você quiser me contratar como cozinheira, o salário é outro. Aí o menino dela comeu o arroz: “Nossa, mãe, que delícia!” Eu falei que como cozinheira, o salário era outro, mas ela prometeu pro menino que um dia vai me chamar só como cozinheira, cozinheiro muito bem. A menina lá é minha amiga. Mas aí eu falei: eu não vou ficar lavando vasilha não, se é pra cozinhar, é só cozinhar.

Cumprir com o que eles pedem: eu quero que limpa os vidros, que lava o banheiro. Igual à mulher de quinta feira, ela estipula o serviço: “Olha, hoje você passa a roupa e dá uma faxina na sala. E dá uma passada nos quartos e na cozinha.” Tem vez que tem que dar faxina na cozinha. É isso, eu faço o que eles mandam. Ser uma boa faxineira é cumprir com a sua obrigação.

Igual essa casa de terça e quinta, tem que fazer arroz, pôr feijão no fogo, isso não tava combinado, porque eu até falei com ela nessa semana que pra fazer comida e faxina não dá certo. Porque ou você mexe com a cozinha ou mexe com a faxina. Porque tem que ficar limpa, não queima, estraga. Ou você mexe com a cozinha ou mexe com a faxina. (Rosilene).

Lavo os banheiros, o chão da cozinha, a área, lavo roupa e vasilha. Você não vê um nada. Troco toalha de mesa, janela tá sempre limpa pra não juntar poeira, mas não reconhece. Hoje o grande problema da maioria da falta de empregada é esse. (Aparecida).

É umas horinhas que eu fico fora de casa, fico em casa, [...] e as horinhas que eu saio de casa, na hora que eu volto, eu volto fortalecida porque memo que eu fique sozinha. Igual eu te falei que às vezes o pessoal vão trabalhar [...] Me deixa lá e eu fico umas hora sozinha lá, mas nesse momento que eu to trabalhando sozinha eu to refletindo, eu to fazendo umas análise da minha vida, e aí eu me sinto melhor, me sinto melhor, eu me sinto bem. (Lourdes)

O desenvolvimento do saber requer tempo que é diferente do tempo solicitado pelo mercado. O tempo ergológico, como para Schwartz (2007), representa o tempo dos acertos de uns aos outros, tempo de armazenar um determinado número de formas de competências, eficácia e de produção dos valores para o polo do mercado. O mercado também, na categoria profissional de empregadas domésticas, favorece a contratação das mulheres, se apropriando de saberes adquiridos em processos informais de aprendizagem, quase sempre, com a família e ainda na infância, aprendido este não visível e não dimensionável.

Entendemos que, nesse contexto, esse desafio também se aprende com o tempo, de forma que as trabalhadoras, no seu dia a dia de trabalho, pensam e criam mesmo que no ínfimo: aprender a se movimentar de maneira imprevista no tempo imprevisto, ser capaz de perceber os limites e a escassez do prescrito e a presença das variabilidades e tecer soluções.

O saber prático dos trabalhadores é essencial para que eles possam ter autonomia de lidar com as situações de trabalho. Esse saber possibilita que eles reinventem a cada momento a sua atividade para além das limitações de trabalho, o que é primordial para reduzir os riscos.

O aprendizado ainda na infância é questão de orgulho na narrativa das entrevistadas, é esse saber que elas reproduzem nos dias atuais, na própria casa e nas casas onde elas trabalham.

E sabe, a gente vai aprendendo no dia a dia com as pessoas, é uma família que eu aprendi muito sabe.

E eu sabia que eu sabia passar roupa, porque na casa onde eu fui criada, antigamente usava muita roupa engomada, tudo era linho, roupas pregueadas, então eu tô acostumada a passar roupa. Acho que a minha responsabilidade vem de pequena mesmo.

Eu chego, faço, e quando eu vou embora, eu aprendi uma coisa desde pequena, ainda volto e olho tudo pra saber se tá certo. Só saio se tiver tudo limpo, não sou empregada de passar pano em nada. Tudo o que puder eu lavo, porque conserva mais. (Aparecida).

Da minha forma, e até peço a marca: “Olha, eu gosto de limpar com tal produto assim”. A mulher da mercearia até brinca comigo: “Você tá bebendo água sanitária?” (risos). Mandeí pegar três litros de água sanitária. E aí, assim, a de quarta-feira me perguntou como que eu limpava vidros. Eu falei que gostava de limpar com pano molhado e pano enxuto. Lá na Miriam, teve um tempo que a gente tava combinando água com vinagre. Cada casa tem um estilo diferente. Quando pergunta o que é que eu gosto de usar, eu falo: “Pra limpar aquilo ali, eu uso aquilo ali.” (Rosilene)

Apesar de a trabalhadora ter desenvolvido sua própria técnica para lavar e passar a roupa, arrumar a casa, podemos observar os passos que, a partir do cotidiano de trabalho, foi aprendendo, ou seja, a prática do dia a dia, os saberes da experiência. As entrevistadas declararam que alguns saberes elas desenvolveram e aprimoraram com o tempo.

Para Schwartz e Durrive (2007), o “uso de si por si” leva à reflexão sobre a produção de saberes em situação de trabalho, ao desenvolvimento de competências e a processos de aprendizagem no trabalho. “[...] toda a atividade de trabalho encontra saberes acumulados nos instrumentos, nas técnicas, nos dispositivos coletivos, toda a situação de trabalho está saturada de normas de vida, de formas de exploração da natureza e dos homens uns pelos outros” (SCHWARTZ, 2003, p.23).

Eles nunca falaram comigo o jeito que eles queria que eu fizesse. Do jeito que eu fiz, gostaram e continuei fazendo. (Lourdes).

[...] põe no cabide e vigia pra ir secando pra não ficar duro. (Adeíres).

Assim, camisa com camisa, camisetas, calcinhas, tudo separadinho. Caças jeans ela deixa tudo separadinho, porque lá tem o quartinho onde a gente passa roupa, né. Separa tudo, eu até fico com dó, porque ela é muito boa. Eu não sou melhor que ninguém, mas as camisas tava muito ruim de passar, sabe. Eu falo com ela: “Você não leva a mal não, mas põe essas roupas no sabão de coco, elas são branquinhas, né, parece que ele é juiz”.

Eu vi a menina lavando roupa branca com preta, com marrom, e eu falei: “A água que você lava roupa de cor não pode lavar roupa branca”, expliquei pra ela. Porque fica mais fácil até pra nós pra lavar. Porque camisa de homem você tem que esfregar a gola, o colarinho e os punhos pelo menos. Tem que esfregar pra pôr na máquina, porque a máquina não limpa não. A roupa do rapaz é muito manchada, não sei por que, eu acho que ele come e cai, ele não presta atenção, né. (Adeíres)

No relato de Adeíres, os valores que ela desenvolveu em suas experiências com os empregadores refletem na forma como ela realiza a atividade. É através do seu fazer que temos acesso aos valores que estão engajados no trabalho, as referências concretas.

## 7 À GUIZA DE CONCLUSÃO

No início desta tese de doutorado, havia muitas questões, muitas dúvidas e muitos percalsosa serem enfrentados pela pesquisadora. O caminho trilhado conduziu-a a escolhas, decisões e à vivência de algumas dramáticas. Nem todas as questões foram respondidas, e, por isso, esta parte apresenta não só considerações, mas também algumas conjecturas na expectativa de que novas pesquisas possam dar continuidade à investigação sobre as relações entre o trabalho informal das trabalhadoras diaristas e os usos de si.

Esta tese tem relevância social, política e econômica para o desenvolvimento das mulheres trabalhadoras diaristas, para a construção de políticas públicas que procuram resolver as questões das desigualdades e para a construção de cidadania. Todas essas complexidades nos conduzem a refletir os progressos jurídicos, uma vez que a realidade que se apresenta não contempla melhorias na realidade estrutural que envolve essa categoria de trabalhadores.

Acreditamos que o trabalho doméstico remunerado está passando por uma transformação na sociedade brasileira. As relações do trabalho doméstico estão se configurando de outras maneiras. Nos dias atuais, não é muito comum encontrarmos trabalhadoras que durmam na casa dos empregadores, que trabalhem todos os dias da semana na mesma residência, sem folga.

As contratações de trabalhadoras domésticas diaristas estão sendo mais frequentes nos dias atuais, o que resulta em novos arranjos e novas práticas trabalhistas. A prática profissional das trabalhadoras diaristas se caracteriza na execução de tarefas diversas, como cozinhar, lavar roupas, passar roupas, limpar a casa e efetuar organização geral das residências. Essas atividades, no passado, ficavam sob a responsabilidade de trabalhadoras em regime de contrato de mensalistas. O contrato atual da diarista manipula novos arranjos de contratação, segundo os quais todas as atividades domésticas são determinadas para uma única trabalhadora, que deverá executá-las em apenas um dia de trabalho.

Assim, o trabalho da empregada doméstica diarista nos indica situações problemáticas, uma vez que as mudanças anunciadas nas práticas contratuais e nos arranjos familiares, a respeito da organização das famílias e das responsabilidades domésticas, não aconteceram, e, por outro lado, verificamos que as estruturas sociopolíticas que as cercam, bem como as atividades que devem ser realizadas em um único dia de trabalho, estão bem próximas da tradicional forma do trabalho doméstico. Entendemos que a prática de substituir a

trabalhadora mensalista pela trabalhadora diarista é uma estratégia dos empregadores como forma de não assumir os encargos trabalhistas.

Portanto, o trabalho das diaristas compõe um cenário que se apresenta como recente em nossa sociedade, mas que ainda guarda resquícios das práticas de desigualdades da realidade brasileira. Podemos verificar que não há reconhecimento dessa subcategoria de trabalhadoras domésticas pela justiça brasileira, mesmo com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 66, a chamada PEC das Domésticas, representando um progresso na luta de direitos e igualdades para essas trabalhadoras domésticas. No entanto, o caminho a ser percorrido é grande, uma vez que a implementação depende de legislação específica, ainda não estabelecida.

As narrativas das entrevistadas sobre suas vidas, desde a idade infantil até os dias de hoje, são permeadas de vivências de intenso sofrimento, em alguns momentos, sentimentos de desamparo, de busca pela sobrevivência, poucos momentos de alegria e muita luta, muito trabalho. As narrativas fazem referências a situações de trabalho fisicamente desgastante e pesado, à humilhação, à servidão e a maus-tratos. O trabalho iniciado ainda na fase infantil foi justificado pelas condições financeiras, para alimentar e proteger minimamente a família.

Do mesmo modo que o trabalho nos serviços domésticos remunerados adquire valor moral, a saúde também é simbolizada de forma semelhante. Nenhuma das mulheres que participou das entrevistas nega que o trabalho que fazem é penoso, cansativo, pesado, guardando em si determinados perigos e riscos de adoecimento, porém, elas continuam trabalhando, apesar das características das tarefas que cumprem, dos desconfortos, do mal-estar e do cansaço que sentem, em algumas situações, até minimizando os problemas.

Apesar de as diaristas entrevistadas se referirem à sua profissão como um trabalho semelhante a qualquer outro, como um meio digno de sobrevivência e de trabalho, todas concordam que se trata de um trabalho precário, visto como socialmente desvalorizado, invisível e estigmatizado, especialmente sem futuro.

Como vimos, o trabalho no espaço privado representa trabalhar na intimidade dos empregadores, mas, ao mesmo tempo, ele é limitado, a convivência com a trabalhadora deverá ser restrita à prestação de serviços, ela é isolada do convívio social com seus empregadores. O trabalho doméstico remunerado se caracteriza pela invisibilidade na vida cotidiana, geralmente percebido/visto como à margem da vida pública. A diarista é responsável por eliminar a sujeira e organizar as casas onde presta serviço, lembrando Douglas (2010), que diz que o sujo agride a ordem. Mas, ao mesmo tempo, a trabalhadora representa uma ameaça a partir de seu contato com a sujeira dos empregadores, ou seja, a sua

forma de viver, de tratar o outro no dia a dia, sua intimidade, suas relações de um modo geral. Assim, é necessário distanciar a trabalhadora, evitando seu acesso a questões pessoais e mantendo a subordinação.

As mulheres diaristas que participaram da pesquisa percorreram variadas experiências em suas trajetórias de vida e profissional que as marcaram significativamente, constituindo questões de análise para a realidade, o que levou essas mulheres a identificar novos vínculos trabalhistas, mesmo que movediços, possibilitando vivenciarem, em alguns casos, situações diferentes. Sentimentos vivenciados diante das diferentes situações de vida e trabalho

Nas palavras de Brites (2013), a família, quando paga uma diarista, está fazendo a redistribuição social de renda, como as empresas. Mesmo as famílias não tendo incentivos do Estado, elas pagam um empregado. São discussões que merecem atenção da sociedade brasileira. Ou seja, o trabalho doméstico remunerado tem valor de mercado, é um trabalho que está sendo vendido para possibilitar que o empregador, que compra os serviços da diarista, possa exercer sua profissão.

Um aspecto relevante une todas as entrevistadas, independentemente da idade: o fato de se considerarem uma categoria de trabalho e de buscarem, através do trabalho de empregada doméstica diarista, viver uma vida digna e honesta. Isso, para as entrevistadas, é possível porque trabalhar na casa do outro para sobreviver, embora seja um trabalho penoso, desvalorizado, estigmatizado, sujo e pouco rentável, é, sobretudo, um trabalho que possui valor.

A precariedade da vida pessoal e de trabalho e a condição de vulnerabilidade social das trabalhadoras entrevistadas destacam-se sobremaneira: por um lado, desde uma perspectiva objetiva, caracterizada pelo seu potencial mensurável, por meio dos relatos de ganhos salariais baixos e condições desgastantes e intensas de trabalho; por outro, desde uma perspectiva subjetiva, que se apresenta nas experiências vividas pelas diaristas, nas normas e nos valores apreendidos e no valor que atribuem à sua condição, passível de nutrir a baixa autoestima presente nas narrativas e na imagem negativa que as diaristas têm de si.

As trabalhadoras diaristas encontram-se numa camada social em que o nível de escolarização lhes impõe mais restrições às poucas ofertas que o mercado de trabalho oferece, visto que esse é um dos critérios que são demandados para a ocupação de um posto de trabalho. É a essa camada da população que são destinados os salários mais baixos. Nesse contexto, delineiam-se trajetórias de trabalhadoras no mercado de trabalho informal, orientadas por diversos motivos.

Ainda nas narrativas, quanto ao aspecto “ser” diarista, tivemos opiniões diversas, principalmente na perspectiva de como essas trabalhadoras percebem a atividade que realizam. Um depoimento que surgiu, embora um tanto velado, foi o de que partes dessas trabalhadoras se ressentem de trabalhar com a sujeira/lixo dos empregadores. Por um lado, essa situação foi declarada e identificada como um dado que identifica o trabalho como ruim, mas, por necessidade de sobrevivência, acaba-se “acostumando”, afinal, tem-se que “enfrentar” a alternativa que resta. Uma delas afirma: “[mesmo não gostando do que faço] tenho que fazer, foi assim que aprendi desde cedo na vida”. É um modo de vida que, no passado dessas mulheres, era uma “ajuda” e tornou-se uma profissão. As narrativas destacam a precariedade das condições de trabalho, como um trabalho sujo, que ninguém vê, não valoriza e não tem reconhecimento.

Ao mesmo tempo, existe uma valorização nas atividades realizadas, remetendo ao trabalho autônomo, como a liberdade de organizar o próprio horário e os dias trabalhados, a ausência do empregador no cotidiano de trabalho, a percepção de que podem ter maiores rendimentos comparando os serviços de diaristas com outros trabalhos no mercado formal.

O trabalho informal das diaristas é desvalorizado socialmente, exercido, na sua maioria, por mulheres. Conhecer o contexto do cotidiano de trabalho dessas mulheres contribuiu para elucidar algumas características dos usos de si.

Adotar a abordagem ergológica, proposta por Yves Schwartz (2007), foi fundamental para pautar os caminhos investigativos em que transitei. Com essa concepção, tive a certeza de que ouvir as trabalhadoras diaristas seria fundamental para conhecer o processo de trabalho e como o mesmo é desempenhado no seu cotidiano. Junto com essa intenção, procurei desenvolver uma base teórica que sustentasse minhas análises empíricas nas entrevistas com as diaristas.

A abordagem ergológica nos sugere focar o olhar e enxergar o trabalho como atividade humana permeada constantemente pelo debate de normas. Compreendi que, mesmo havendo diferenças nas tarefas realizadas pelas diaristas em cada casa, existe também uma distância entre a maneira como uma atividade é prescrita e a maneira como ela é realmente realizada. Mesmo no cotidiano da diarista, em que a princípio as tarefas são rotineiras e repetitivas, as trabalhadoras não executam as tarefas exatamente como lhes foi orientado, ou seja, conforme as prescrições. Há uma renormalização frequente, nada agressiva, mas eficiente, na qual cada trabalhadora exerce sua atividade de trabalho “à sua maneira”, renormalizando-a e executando-a como queira.

Assim, perceber o trabalho por esse viés possibilitou expandir tudo aquilo que está no nível micro das atividades e verificar o que as constitui. Como as estratégias de administrar o cotidiano de trabalho, as negociações, a sobrecarga de trabalho, a ausência de uma padronização das atividades, as relações com os empregadores, as escolhas e as decisões são subsidiados pelos valores e pela história de cada trabalhadora. É nesse microcosmos que conseguimos depreender o debate de normas, de tal forma que a atividade humana não se mostra como um espaço onde tudo está determinado previamente, mas um lugar de renormatizações permanente. E, ao renormatizarem, os trabalhadores desenvolvem saberes práticos. Saberes estruturados na experiência concreta, que, uma vez desenvolvidos, permitem identificar novas maneiras de executar a mesma atividade, experimentando renormatizações consecutivas.

A partir das renormatizações, as trabalhadoras vivenciam permanentes dramáticas, que envolvem o “uso de si por si” e o “uso de si pelos outros”, pois, em toda atividade de trabalho mediada por relações mercantis de trabalho, existe a presença de dramáticas. Quanto ao que envolve e comanda uma atividade de trabalho, as normas e as regras estão incluídas na dramática do uso de si pelos outros.

Foram as análises em profundidade das narrativas sobre o trabalho das diaristas que permitiram identificar um dos maiores conflitos (a desvalorização e a falta de reconhecimento) por que passam as profissionais entrevistadas. São conflitos entre valores de dimensões distintas e que, no cotidiano de sua atividade, confrontam-se e/ou conformam-se, dependendo do grau com que são operados pelo e no sujeito.

A partir da elaboração ergológica do espaço tripolar, identifiquei a trabalhadora diarista na sua atividade de trabalho no polo da gestão, em uma situação conflituosa entre a complexa arbitragem entre os valores do polo mercantil (que visa ao lucro), dimensionáveis, e os valores do polo político (bem comum), não dimensionáveis. Essa apresentação foi atribuída a partir das narrativas, que revelam a complexa tarefa das trabalhadoras diaristas em terem que sustentar determinadas ordens dos empregadores que não se aplicam exatamente com a forma que elas pensam. Conforme essa perspectiva, pudemos observar como os empregadores polarizam suas prescrições fundamentadas, secundarizando, ou até mesmo desprezando, o polo político, a legislação, as políticas sociais, os benefícios.

Ainda de acordo com esta análise, essa visão está em total desacordo com os princípios dessas trabalhadoras, que, na sua percepção e na sua prática, beneficiam o polo dos valores não dimensionáveis em detrimento dos valores do polo mercantil.

No entanto, ao mesmo tempo em que esses sujeitos se mostram resistentes em abrir mão daquilo em que acreditam, revelam a necessidade que têm de se renderem a determinadas prescrições de natureza mercantil; considerando que vivem em uma sociedade capitalista, necessitam encontrar maneiras de sobrevivência. Por outro lado, também admitem que o próprio mercado de trabalhadores domésticos remunerados esteja vivenciando um conflito, uma vez que as mulheres mais jovens não têm se interessado tanto pelos serviços domésticos. As mulheres mais jovens possuem um nível de escolaridade maior e conseguem trabalho em outros setores da economia, assim, o mercado tem se tornado escasso desses profissionais. Consequentemente, os serviços ficam mais onerosos para as famílias, mas o mercado também necessita dos serviços dessas profissionais para manutenção dos lares.

As narrativas também revelam que, quanto a esses mesmos conflitos no microuniverso das residências, na relação direta com os empregadores, existe uma maior flexibilidade em relação à gestão das escolhas referentes ao polo da gestão, uma vez que as diaristas sentem-se mais livres para pactuarem negociações em que possam explicitar alguns de seus princípios e valores.

Apesar de se sentirem não reconhecidas e invisíveis na relação de forças que se firma entre a execução do trabalho real, parte de sua atividade, e o nível macro da sociedade, saem do “escuro”, da invisibilidade, fazendo vir à tona na sua atividade de trabalho, no microuniverso das residências, aquilo que acreditam serem os valores fundantes de uma sociedade mais humana e igualitária. É na gestão desses conflitos que se delimita, em dimensão microscópica, e que fica reforçada a força dessas práticas.

Alicerçada em valores análogos ao bem comum, ao polo dos valores não dimensionados, colocando em destaque a necessidade que esse sujeito tem de, através do seu trabalho, identificar novas alternativas para essa sociedade mercantil ancoradas/alicerçadas principalmente em valores dimensionados.

Considerando a abordagem ergológica, de um modo geral, as trabalhadoras diaristas vivenciam no seu dia a dia de trabalho uma dramática, pois, além de manejarem com a frequente variabilidade de um meio infiel, precisam decidir, arbitrar, encontrar a estabilidade aceitável entre o uso de si requerido e o uso de si autorizado; um uso de si que é requerido por escolhas que são deliberadas por valores de dimensões contraditórias.

Ainda assim, esta pesquisa deu visibilidade àquilo que a ergologia destaca como a enigmática relação entre duas dimensões de valores, ou seja, os valores dimensionados e os valores sem dimensão, a partir de evidente conexão entre eles, ou seja, tanto no âmbito verticalizado da sociedade – a relação e o diálogo entre micro e macro – quanto no ambiente

horizontalizado das relações – os debates que acontecem entre as próprias diaristas e os valores que direcionam ou os debates que acontecem dentro das residências, em que se percebem confrontados valores dimensionados e não dimensionáveis a um só tempo.

Portanto, a partir das abordagens de trabalho e do reconhecimento, Yves Clot (2010) nos coloca uma provocação ao sugerir transformações nas investigações sobre o reconhecimento e o trabalho propondo transferir-se o nível interpessoal para o transpessoal, redefinindo o conceito de coletivo de trabalho. Numa contribuição de Honneth (2003) para esta pesquisa, a ausência de prescrições normativas e de reconhecimento no local de trabalho impede os sujeitos de se desenvolverem como sujeitos autônomos, além de intervir na sua autoestima.

A análise das narrativas também possibilitou constatar que as trabalhadoras diaristas, ao fazerem menção aos saberes, às experiências formadoras expressivas, apontam sempre um conceito a uma situação “*charneira*”<sup>21</sup>, mesmo que não tenhamos feito referência a este conceito no momento das entrevistas. O conceito “charneiro”, para Schwartz (2012), define o debate de normas, a dobradiça entre o social e o psíquico, a subjetividade e a noção de renormalização. É um conceito que pode ir além do dualismo, muito emblemático no caminho da filosofia e das ciências sociais, entre o social e o individual, entre alma e corpo, entre a natureza e a cultura. Para Josso (2006), como vimos, essas situações aparecem como o ponto máximo de um estado de crise ou como uma ocorrência ou um fim exterior; o sujeito é vítima de contradições, de incoerências, protestos, imaginários ou reais, que uma determinação pode clarear/esclarecer ou tornar novamente aceitáveis.

A escolha de permanecer como trabalhadora diarista está associada à flexibilidade de dias trabalhados e horários de trabalho e a um aparente ganho financeiro superior, e às possibilidades concretas de construção da vida. O que dá seguimento às trajetórias atuais, especialmente para as trabalhadoras mais velhas, é uma preocupação com a idade já avançada, pois declaram que irão continuar trabalhando até dar conta do trabalho. Existe um reconhecimento de ser uma profissão que estabeleceram no decorrer dos anos e de que a remuneração é fundamental para a sobrevivência de todas, mesmo aquelas que recebem uma aposentadoria. Uma situação que mobiliza duas das entrevistadas (Aparecida e Adeíres) é a busca de novos conhecimentos, é um dar-se conta de que apenas os valores e os

---

<sup>21</sup> O termo “*Charneiro*” foi cunhado por Yves Schwartz em seminário público, em 25 de maio 2012, na Université de Aix Marseille – França. Significa a dobradiça entre o social e o psíquico. Josso (2006), em seu livro “Experiências de vida e formação”, conceitua “*momentos ou acontecimentos charneira*” como momentos que simbolizam uma passagem entre duas etapas da vida, um “divisor de águas”; acontecimentos que separam, dividem, articulam as etapas da vida.

saberes vinculados ao trabalho doméstico não são suficientes para suprir o desejo de realizar outras atividades, como no caso de Adeíres, que participa de oficinas de trabalhos manuais; já Aparecida está sempre à frente de trabalhos comunitários e é uma mulher envolvida com as questões políticas do país, uma militante, cujo maior sonho é ter sua própria lavanderia. Nas narrativas dessas duas mulheres, existe o desejo de ter mais autonomia, mais liberdade no seu cotidiano de trabalho.

O trabalho da diarista é visto pela sociedade como trabalho que não gera lucro, um trabalho reprodutivo, mas não é levado em consideração que ele propicia as condições para que o trabalho produtivo continue a acontecer na sociedade capitalista. O trabalho da diarista não tem como objetivo direto a produção de lucro ou mais-valia, porém, responde às necessidades dos que se ocupam dessas atividades, encontrando o reconhecimento social da ocupação.

O trabalho realizado pelas diaristas se inscreve na divisão social do trabalho, que restringe às mulheres as funções relacionadas à esfera doméstica. Porém, acontece de maneira ainda mais precária, uma vez que é realizado na informalidade, isento das conquistas já abarcadas pela categoria das empregadas domésticas mensalistas.

As trabalhadoras diaristas encontram vantagens no trabalho que realizam. Elas têm consciência sobre a situação precária a que estão submetidas e justificam as condições e a permanência, sobretudo, pela remuneração mais elevada, comparando-se com a trabalhadora mensalista, pela carga horária de trabalho menor, pela flexibilidade de horários e pela ausência de supervisão, visto que, na maioria dos casos, a diarista trabalha sozinha nas residências. Conforme apresentamos nesta pesquisa, é uma tendência no mercado de trabalho a migração das empregadas domésticas mensalistas para o trabalho de diarista ou outros setores da economia. Dessa forma, têm consciência dos prejuízos que podem ter, como o não direito a férias, ausências remuneradas e aposentadoria, por exemplo.

Por fim, queremos reafirmar o que supomos ter ficado claro nesta tese: não percebemos que as trabalhadoras diaristas que participaram desta pesquisa se sintam trabalhadoras isoladas, porém, entendemos que devemos debater a emancipação das mulheres trabalhadoras diaristas em uma sociedade capitalista e sua condição de trabalho informal, a inclusão e a exclusão dessa categoria de trabalho. Esse é o grande desafio dos responsáveis pelas políticas públicas e a legislação, o polo político e o polo do mercado, comprometidos com a ética e as classes menos privilegiadas, na busca do reconhecimento e da visibilidade dessa categoria de trabalho, que não aparece na esfera pública, mas mantém a vida material e afetiva das famílias/da sociedade. É precisamente esse desafio que necessita ser destacado

pelas pesquisas e as iniciativas nos diversos âmbitos da sociedade e da academia. Muito embora seja inegável a importância da participação dessas trabalhadoras para a economia e para a sociedade, essa categoria profissional ainda continua invisível.

Portanto, espera-se que este estudo possa contribuir no sentido de dar visibilidade a essa categoria profissional, sendo necessário vencer questões jurídicas, que devem ser as primeiras a ser superadas, mas não as únicas. É necessário desenvolver políticas públicas articuladas e construídas num espaço democrático, com a participação das trabalhadoras diaristas, na busca da conscientização dessas mulheres da importância trabalho dessas mulheres, mas, sobretudo, da sociedade, destacando-se a relevância do trabalho doméstico remunerado.

Além disso, é desejável que esta pesquisa possa fundamentar a realização de outros estudos relacionados ao trabalho da diarista e contribuir para respaldar a pertinência da aplicabilidade das ferramentas teórico-metodológicas das abordagens da Ergologia e das clínicas do trabalho para a compreensão do trabalho nesses contextos.

## REFERÊNCIAS

- ABDERRAHMANE, F. A ergologia na Argélia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, Supl. 1, p.327-333, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462011000400016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000400016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 jul. 2012.
- ALBORNOZ, S. G. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.14, n.1, p.127-143, 2011.
- ALGRANDI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 84-154.
- ALVAREZ, D.; TELLES, A. L. Interface ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: ALVAREZ, Denise et al. (Org.). **Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 63-90.
- ÁLVARO, M. A. G. Trabalho doméstico e desigualdade social. **Enfoques**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.109-132, 2012. Disponível em: <[http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/pdfs/06\\_MariaAngelaGemaqueAlvaro.pdf](http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/pdfs/06_MariaAngelaGemaqueAlvaro.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2012.
- ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. Cap.19.
- AMADO, G.; ENRIQUEZ, E. Psychodynamique du travail et psychosociologie. **Revue Internationale de Psychosociologie**, Nancy, v.3, n.6-7, p.157-167, 1997.
- ANDRADE, D. G. Empregado doméstico. **Revista do TRT - 3ª Região**, Belo Horizonte, v.27, n.57, p.69-75, 1997. Disponível em: <[http://www2.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev\\_57/Darcio\\_Andrade.pdf](http://www2.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_57/Darcio_Andrade.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 200p.
- ANTUNES, R. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.13-22.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005. 287p.
- AQUILINI, G. H.; COSTA, P. L. O sobre-desemprego e a inatividade das mulheres na metrópole paulista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.49, p.17-34, 2003.
- ARANHA, A. V. S. O controle da qualidade total e a intensificação do trabalho alienado. In: FIDALGO, F.; MACHADO, L. **Controle da qualidade total**. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.

ARANTES, P. E. *Sale boulot: uma janela sobre o mais colossal trabalho sujo da história; uma visão no laboratório francês do sofrimento social*. **Tempo Social**, São Paulo, v.23, n.1, p.31-60, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a03>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

ARAÚJO NETO, J. A. C. A categoria “reconhecimento” na teoria de Axel Honneth. **Argumentos**, Fortaleza, v.3, n.5, p. 139-149, 2011.

ARAÚJO, J. N. G. et al. Trabalhadores em situação de desemprego: uma experiência de apoio psicológico. **Mental**, Barbacena, v.4, n.7, p.107-125, 2006. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=42000707>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

ARAÚJO, J. N. G. Psicossociologia do trabalho. In: VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2013. p. 321-326.

ARAÚJO, J. N. G. Trabalho e usos da subjetividade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, p. 35-46, 2012. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/762/705>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. 352p.

ASHFORTH, B. E.; KREINER, G. E. Howcanyou do it?: dirty work and the challenge of constructing a positive identity; a criticalanalysis. **The Academy of Management Review**, v.24, n.3, p.413-434, 1999. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/259134>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

ATHAYDE, M.; BRITO, J. Um livro-ferramenta e seu uso na perspectiva ergológica tecida entre nós: apresentação à edição brasileira. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: Ed. UFF, 2007. p. 5-9.

ATHAYDE, M.; BRITO, J. Vida, saúde e trabalho: dialogando sobre qualidade de vida no trabalho em um cenário de precarização. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 587-597, nov./fev. 2009/2010.

AVELINO, M. B. **O futuro do emprego doméstico no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Doméstica Legal, 2011. Disponível em: <<http://www.domesticalegal.org.br/livro/index.asp>>. Acesso em: 29 nov.2011.

ÁVILA, M. B. A crise mundial e o impacto da reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho. In: COSTA, Albertina et al. (Org.) **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

ÁVILA, M. B. **Divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico**. Recife: SOS CORPO, 2009a. 91p.

ÁVILA, M. B. Notas sobre o trabalho doméstico. In: LIMA. M.E.B. et al. (Org.). **Transformando as relações trabalho e cidadania, produção, reprodução e sexualidade**. São Paulo: CUT, 2007.

ÁVILA, M. B. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência.** Recife: Editora da UFPE, 2009b.

AZERÊDO, S. A ânsia, o sino e a transversalidade na relação entre empregadas e patroas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.19, p.323-334, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a14.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2011.

BARCELLOS, S. F. **A saúde mental na categoria das empregadas domésticas.** 2008. 55f. Monografia (Especialização em Psicologia do Trabalho) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1994. 226p.

BARROS, V.A.; SALES, M.M.; NOGUEIRA, M.L.M. Exclusão, favela e vergonha: uma interrogação ao trabalho. In: GOULART, I.B. (Org.). **Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p.323-335.

BARROS, V. A.; SILVA, L. R. Trabalho e cotidiano no Instituto Médico Legal de Belo Horizonte. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 10, p. 318-333, 2004.

BARUS-MICHEL, J. **Le sujet social: étude de psychologiesociale clinique.** Paris: Dunod, 1987. 209p.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manualprático.** Petrópolis: Vozes; 2002. 516p.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.14, n.1, p. 59-72, 2011.

BENDASSOLLI, P. F. Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.17, n.1, p. 37-46, 2012.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Org.). **Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade.** São Paulo: Atlas, 2011. 288p.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Org.). **Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade.** São Paulo: Atlas, 2011. p.3-21.

BERGANTINI, I. C. **Balanco crítico da bibliografia brasileira sobre trabalho doméstico.** 1987. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 248p.

BERTAUX, D. Écritesociologie. **Social Science Information**, Paris, v.19, n.1, p.7-25, 1979.

BERTONCINI, J. H.; PIRES, D. E. P.; SCHERER, M. D. A. Condições de trabalho e renormalizações nas atividades das enfermeiras na saúde da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, Supl. 1, p.157-173, 2011.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, Beverly Hills, v.10, n.2, p.141-163, 1981.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v.2, n.1, p.68-80, 2005.

BORGES, A.; FRANCO, A. Economia informal da RMS: verdades e mitos. **Análise e Dados**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 68-89, 1999.

BORGES, M. E. S. Trabalho e gestão de si: para além dos “recursos humanos”. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.7, p.41-49, 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v7/v7a05.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

BOSSI, A. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 420p.

BOURDIEU, P. (Org.). **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 752p.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 432p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 311p.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J.G. (Ed.). **Handbook of the oryand research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

BRASIL. **Consolidação das Leis Trabalhista e Constituição da República Federativa do Brasil**. 38. ed. São Paulo: Saraiva: 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 set. 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/de15452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/de15452.htm)>. Acesso em: 25 maio 2013.

BRASIL. Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006. Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 jul. 2007.

BRASIL. Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 dez. 1972. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5859.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5859.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações - CBO**. Brasília: MTE, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Trabalho doméstico: direitos e deveres; orientações**. 4. ed. Brasília: MTE, 2012. 36p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Trabalho doméstico: direitos e deveres; orientações**. 3. ed. Brasília: MTE, 2007. Disponível em: <<http://blog.mte.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C813E3D169912013D265EC9EA10E6&inline=1>>.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Diaristas também buscam os seus direitos**. Notícias, 23 mar. 2013. Disponível em: <[http://www.tst.jus.br/home?p\\_p\\_id=15&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_15\\_struts\\_action=%2Fjournal%2Fview\\_article&\\_15\\_groupId=10157&\\_15\\_articleId=4036349&\\_15\\_version=1.1](http://www.tst.jus.br/home?p_p_id=15&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_15_struts_action=%2Fjournal%2Fview_article&_15_groupId=10157&_15_articleId=4036349&_15_version=1.1)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Direitos de domésticas não se estendem as diaristas**. Notícias, 16 out. 2003. Disponível em: <[http://www.tst.jus.br/home?p\\_p\\_id=15&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_15\\_struts\\_action=%2Fjournal%2Fview\\_article&\\_15\\_groupId=10157&\\_15\\_articleId=233393&\\_15\\_version=1.0](http://www.tst.jus.br/home?p_p_id=15&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_15_struts_action=%2Fjournal%2Fview_article&_15_groupId=10157&_15_articleId=233393&_15_version=1.0)>. Acesso em: 07 ago. 2012.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 379p.

BRITES, J. **Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico**. 2000. 239f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre.

BRITES, J. G. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.43, n.149, p.422-451, 2013.

BRITES, J. Serviço doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. **Campos: Revista de Antropologia Social**, Curitiba, v.3, p.65-82, 2003.

BRITES, J.; TIZZIANI, A.; GORBÁN, D. Trabajo doméstico remunerado: espacios y desafíos de lavisibilidad social. **Revistade Estudios Sociales**, Bogotá, v.45, p.226-228, 2013.

BRITO, J. E. **Reestruturação da Telemar e a constituição de competência industriosa na operação de serviços aos usuários: uma investigação a partir da abordagem ergológica**. 2008. 232f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

BRITO, J. E. Reflexões epistemológicas sobre a ergologia. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29, 2006, Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/posteres/GT09-1830--Int.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

BRITO, J. E. et al. Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n.126, p.316-329, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=100524977013>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

BRUSCHINI, C. **Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher.** São Paulo: Nobel, 1985. 147p.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira em décadas recentes. **Revista de Estudos Femininos**, Florianópolis, v.2, n. esp. p.179-199, 1994.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bi-polaridade do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as "novas" ocupações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23, 1999, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1999.

BRUSCHINI, M. C. A. **Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995; relatório elaborado para a OIT/Organização internacional do Trabalho.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. 85p. (Textos FCC, 17).

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.24, n. 2, p. 31-333, jul./dez. 2006.

BUNGE, M. A. **Teoria y realidad.** Barcelona: Ariel, 1972. 301p.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campina, v.14, n.1, p.153-174, 2000.

CACCIAMALI, M.C. A economia informal 20 anos depois. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.21, n.4, p.217-232, 1994. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/626/871>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

CACCIAMALI, M.C. **Estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção.** São Paulo: IPE/USP, 1983. 146p.

CACCIAMALI, M. C. (Pré-) conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes. **Econômica**, Niterói, v.9, n.1, p.145-168, 2007.

CACCIAMALI, M. C. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 19, n. esp., p. 25-48, 1989.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção.** 1982. 163f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração, São Paulo.

CAILLÉ, A. Reconhecimento e sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.23, n.66, p.151-163, 2008.

CAILLÉ, A. **Théorie anti-utilitariste de l'action.** Paris: La Découverte, 2009.

CAMARGO, S. Experiência social e crítica em André Gorz e Axel Honneth. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.25 n.74, p.107-120, 2010.

CAMINO, L. Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v.8, n.1, p. 16-442, 1996.

CANGUILHEM, G. **La connaissance de lavie**. Paris: Vrin, 2003. 198p.

CANGUILHEM, G. Meios e normas do homem no trabalho. **Pro-posições**, Campinas, v.12, n.2/3, p.109-121, 2001.

CANGUILHEM, G. Milieuetnormes de l'hommeautravail. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v.3, n.23, p.120-136, 1947.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 293p.

CANTO, L. P. M. **Narrativas de trabalhadoras domésticas estudantes da EJA e suas relações com o saber**. 2009. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Faculdade de Educação, São Leopoldo.

CARNEIRO, M. T.; ROCHA, E. Do fundo do buraco: o drama social das empregadas domésticas. In: SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.125-142.

CARRETEIRO, T. C. O.; BARROS, V. A. Clínicas do trabalho: contribuições da psicossociologia no Brasil. In: BENDASSOLLI, P.F.; SOBOLL, L.A.P. (Org.). **Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011.p.208-226.

CARVALHO, L. Só a gente que vive é que sabe: depoimento de umadoméstica. **Cadernos de Educação Popular**, Petrópolis: Vozes, v. 4, p. 09-78, 1982.

CARVALHO, L. **Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica**. Petrópolis: Vozes, 1982. (Cadernos de Educação Popular, v. 4).

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998. 611p.

CASTRO, M. G. Que se compra y se vende enelservicio doméstico? el caso de Bogotá. In: LEÓN, M. (Ed.) **Debate sobre la mujer en América Latina y el Caribe**. Bogotá: T. L. ACEP, 1982.

CASTRO, M. G. **Trabalhadoras domésticas: a busca de uma identidade de classe**. Salvador: UFBA, 1989. (Cadernos CEDES).

CAUSSE, L.; FOURNIER, C.; LABRUYÈRE, C. **Les aides à domicile: desemplois em pleinremue-ménage**. Paris: Syros, 1998. 226p.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994. 351p.

CHAUÍ, M. Introdução. In: LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 9-56.

CHIES, P. V. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista de Estudos Femininos**, Florianópolis, v.18, n.2, p.507-528, 2010.

CHINALI, I.G. **Empregada doméstica: mulher e trabalhadora; uma proposta de intervenção do serviço social**. 1992. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CHRISPIM, C. Espelho, espelho, seu. Maria, Maria. **Revista do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher**, n.4, p.20-21, 2002.

CIAMPA, A.C. **Estória de Severino e a história de Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 242p.

CLOT, Y. A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.22, n.1, p.207-234, 2010a.

CLOT, Y. Clínica do trabalho e clínica da atividade. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Org.). **Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 4-21.

CLOT, Y. **Entrevista: Yves Clot. Florianópolis, 18 maio 2006**. Entrevista concedida a Dulce Helena Penna Soares; Maria Chalfin Coutinho; Henrique Caetano Nardi; Leny Sato. **Cadernos de Psicologia e Sociologia do Trabalho**, São Paulo, v.9, n.2, p.99-107, 2006.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010b. 343p.

CLOT, Y. **Travail et pouvoir d'agir**. Paris: PUF, 2008. 312 p

COSTA, A. et al. (Org.). **Divisão sexual do trabalho, estado e crise do capitalismo**. Recife: Edições SOS Corpo, 2010. 194p.

COSTA, F. B. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Editora Globo, 2004. 254 p.

COSTA, J.B. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. 2007. 287f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais. Disponível em: <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2711/1/2007\\_JoazeBernardinoCosta.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2711/1/2007_JoazeBernardinoCosta.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2012.

COSTA, M. S. Reestruturação produtiva e trabalho na indústria têxtil brasileira. In: NEVES, J. A. B.; FERNANDES, D. C.; HELAL; D. H. (Org.). **Educação, trabalho e desigualdade social**. Belo Horizonte: Editora Argvmentvn, 2008. p. 245-269.

COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Cadernos CRH**, Salvador, v.23, n.58, p.171-190, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a11.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2013.

COSTA, M. S.; GUERRA, E. Trabalhadores de rua: exclusão, viração, incerteza, marginalidade: o caso dos flanelinhas. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I.

(Org.). **Marchas e contra marchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: UFPB, 2011. p. 333-376.

COSTA, M. S.; GUERRA, E. Trabalhadores de rua: exclusão, viração, incerteza, marginalidade; o caso dos flanelinhas. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: UFPB, 2011. p. 333-376.

COULON, A. **A escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995. 135p.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v.19, n. esp. p.29-37, 2007.

CUNHA, D. M. G. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, O. M. G.; GOMES, F. S. (Org.). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p.377-418.

CUNHA, D. M. Do desconforto em comum aos diálogos entre ergologia e psicossociologia do trabalho. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PSICOSSOCIOLOGIA DO TRABALHO, 1, 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012.

CUNHA, D. M. Ergologia. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Org.). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-Rom.

CUNHA, D. M. Ergologia e psicossociologia do trabalho: desconforto intelectual, intersecções conceituais e trabalho em comum. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 55-64, 2014.

CUNHA, D. M. **La formation humaine entre le concept et l'expérience du travail**: éléments pour une pédagogie de l'activité. 2005. Tese (Doutorado) - Université de Provence, Faculté de Lettres, Aix-en-Provence.

CUNHA, D. M. Notas conceituais sobre atividade e corpo-si na abordagem ergológica do trabalho. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30, 2007, Caxambu. **Anais...**Rio de Janeiro: ANPED, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3586—Int.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

CUNHA, D. M.; ALVES, W. F. Da atividade humana entre *paideiae politeia*: saberes, valores e trabalho docente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.28, n.2, p.17-34, 2012.

DANIELLOU, F. Apresentação à edição brasileira. In: DANIELLOU, F. (Coord.). **Aergonomia em busca de seus princípios**: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. p. 1-18.

DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.27, n.1, p.65-84, 1997.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Atlas. 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **PED**: conceitos, metodologia e operacionalização. São Paulo: DIEESE, 1995.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**: apresentação dos microdados - 1997 a 2008. 2.ed. São Paulo: DIEESE, 2008a.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **PED – microdados da pesquisa de emprego e desemprego**: bases regionais. 2. ed. São Paulo: DIEESE, 2008b. CD-Rom.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**: conceitos, metodologia e operacionalização. São Paulo: DIEESE, 2009a.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: microdados. Rio de Janeiro, 2001-2009. São Paulo: DIEESE, 2009b. CD Rom.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Pesquisa de emprego e desemprego**. São Paulo: DIEESE, 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **As trabalhadoras domésticas e as mulheres dedicadas aos afazeres domésticos nas cidades de São Paulo e Salvador**: relatório de pesquisa. São Paulo: DIEESE, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012a.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Trabalho doméstico**: o trabalho doméstico remunerado no espaço urbano brasileiro. São Paulo: DIEESE, 2012b.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **O emprego doméstico no Brasil**: São Paulo: DIEESE, 2013. (Estudos de pesquisas, n. 68).

DI RUZZA, R.; HALEVI, J. **De l'économie politique à l'ergologie**: lettres amis. Paris: L'Harmattan, 2003. 142p.

DOMÉSTICAS podem passar a ter hora extra e adicional noturno. **Jornal Hoje**, 19 jun. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornalhoje/noticia/2011/06/oit-quer-estender-domesticas-todos-os-direitostrabalhistas.html>>. Acesso em: 14 de jun. 2011.

DOMÉSTICAS: documentário. Direção: Fernando Meirelles; Nando Olival. Produção: Andréa Barata Ribeiro. Interpretes: Claudia Missura; Graziela Moretto; Lena Roque; Olívia Araújo; Renata Melo; Róbson Nunes, Tiago Moraes, Milhem Cortaz, Raul Gazolla. Rio de Janeiro: ImagensFilmes, 2001. 1 DVD (85 min.).

DOMINGUES, E. P.; SOUZA, K. B. **The welfare impacts of changes in the brazilian domestic work market**. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2012. (Working Papers 96).

DOUGLAS, M. G. **Pureza e perigo**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DRUCK, M. G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cadernos do CRH**, Salvador, v.1, n.24, p.35-55, 2011.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p.62-83.

DURAN, Maria Angeles. **A dona de casa**: crítica política da economia doméstica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, Supl. 1, p.47-67, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2012.

DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y. Glossário da ergologia. **Laboreal**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.23-28, 2008.

DUTRA, E. V.; MORI, N. **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente**: legislação (federal, estadual e municipal) sobre direitos das mulheres a partir da Constituição de 1988. Brasília: Letras Livres, 2006.

EGGERT, E.; SILVA, M. A. Observações sobre pesquisa autobiográfica na perspectiva da educação popular nos estudos de gênero. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, v.26, n.85, p.51-68, 2011.

EIGENHEER, A. L. Q. T.; ALVAREZ, D. Interface ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: FIGUEIREDO, M. et al. (Org.). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. Cap.3, p.63-90.

EMERSON, R. M.; POLLNER, M. Dirty work designations: their features and consequences in a psychiatric case selection. **Social Problems**, v. 23, p. 243-255, 1976.

ENRIQUEZ, E. Perda do trabalho, perda da identidade. In: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. M. (Org.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT/PUCMinas, 1999. p. 69-83.

ESTEVÃO, J.; FERREIRA, E. S. O fenômeno da economia informal em Cabo Verde. **Anais**, Praia, v.2, n.1, p. 57-72, 2000.

FARIAS, Z.A. **Domesticidade**: cativo feminino? Rio de Janeiro: Achimé, 1983. 150p.

FERREIRA, J. S. Do silêncio ao preconceito: a (des)caracterização do emprego doméstico no pensamento acadêmico. **História e Perspectiva**, Uberlândia, n.23, p. 129-144, jan./dez. 2000.

FERREIRA, J.S. Trabalho em domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e patroas. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v.23, n.1/2, p.339-360, 2010.

FIGUEIREDO, M. et al. (Org.). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 344p.

FIGUEIREDO, M.; ALVAREZ, D. Gestão do trabalho na perfuração de poços de petróleo: usos de si e 'a vida por toda a vida'. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, Supl. 1, p.299-326, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/15.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Cadernos do CRH**, Salvador, v.17, n. 41, p. 211-229, 2004.

FLEISCHER, S. **Passando a América a limpo**: o trabalho de *housecleaners* brasileiras em Boston, Massachussets. 2000. 205f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, Brasília.

FLEISCHER, S. Pensando a identidade brasileira no contexto do housecleaning em Boston, Massachussets. In: MEETING OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2001, Washington. **Proceedings of the...** Washington: Latin American Studies Association, 2001. p.1-17.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo, Editora UNESP, 1997. 154p.

FOURGEYROLLAS-SCHWEBWL, Dominique. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam orgs. **O trabalho das mulheres**: tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999. p. 62-93.

FRAGA, A. B. A OIT e o Congresso Nacional na discussão sobre o serviço doméstico remunerado: ampliação ou redução de direitos? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36, 2012, Água de Lindóia - SP. **Anais...** Águas de Lindóia: ANPOCS, 2012.

FRAGA, A. B. **De empregada a diarista**: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro.

FRAISSE, G. Domesticidade, empregos de serviço e democracia. In: HIRATA, H.; MARUANI, M. **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora SENAC, 2003. p. 179-182.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2008. 79p.

FRASER, N. Redistribución y reconocimiento: hacia una visión integrada de justicia del género. **Revista Internacional de Filosofía Política**, v. 8, p. 18-40, 1996.

FREUD, S. A cabeça de Medusa (1940). Tradução: Jayme Salomão. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 23.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.v.21.

FREYSSINET, J. **Le chômage**. Paris: La Découverte, 1991.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **As várias faces do mercado de trabalho no Brasil**: publicação especial do convênio da pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: FJP, 2006. Disponível em: <[http://www.fjp.mg.gov.br/ produtos/cei/as\\_varias\\_faces\\_do\\_mercado-de\\_trabalho\\_no\\_brasil.pdf](http://www.fjp.mg.gov.br/ produtos/cei/as_varias_faces_do_mercado-de_trabalho_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Mapa do mercado de trabalho da região metropolitana de Belo Horizonte**: evolução da ocupação, do desemprego e da renda, por macrounidades espaciais. Belo Horizonte: FJP, 2009. 52p.

FUNDAÇÃO SEADE. **Gênero no mundo do trabalho**. São Paulo: Ellus, 2000.

GAUER, R. M. C. Da diferença perigosa ao perigo da igualdade: reflexões em torno do paradoxo moderno. **Civitas**, Porto Alegre, v.5, n.2, p. 399-413, 2005.

GIUBERTTI, A. M. **O trabalho doméstico e o Ministério do Trabalho e Emprego**. 2010. Disponível em: <[portal.mte.gov.br/data/files/.../O\\_trabalho\\_domestico\\_MTE\\_2010.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/.../O_trabalho_domestico_MTE_2010.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2012.

GLAT, R. **A Integração social dos portadores de deficiência**: uma reflexão. 2. ed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 39-52, 1998.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 233p.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. 158p.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, F. S.; CUNHA, O. M. G. (Org.). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GRAHAM, S. L. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GUÉRIN, F. **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgar Blücher, 2001.

GUERRA, I.C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**: sentidos e formas de uso. Cascais: Principia, 2006. 95p.

GUILLANT, L. Incidências psicopatológicas da condição de “empregada doméstica”. In: LIMA, M. E. A. (Org.) **Escritos de Louis Le Guillant**: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

GUILLANT, L. Introduction à une psychopathologie sociale. **L'évolution Psy-chiatrique**, Paris, v.1, n.19, p.1-52, 1954.

GUILLANT, L. **Quelle psychiatrie pour not retemps?** Toulouse: érès, 1984.

GUILLANT, L.; LIMA, M. E. A. (Org.). **Escritos de Louis Le Guillant**: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006. 359p.

GUIMARÃES, N.A.; HIRATA, H. **Desemprego**: trajetórias, biografias, mobilizações. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro**. Tradução G. Sperber, P. A. Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, J. A nova intransparência: a crise do bem estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.18, p.103-114, 1987.

HEINSLER, J. M.; KLEINMAN, S.; STENROSS, B. Making work matter: Satisfied detectives and dissatisfied campus police. **Qualitative Sociology**, v. 13, n. 3, p. 235-250, 1990. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/BF00989595>> .

HENAUT, M. **De la rueca a la red**: la economia sumergida. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2001.

HIRATA, H. Entrevista: Helena Hirata. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.199-203, 2006.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, H. Socióloga discute o desemprego e a questão de gênero no mundo do trabalho. Entrevista concedida a Patrícia Mariuzzo. **Inovação Uniemp**, Campinas, v.2, n.5, p. 6-9, 2006. Disponível em: <[http://inovacao.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-23942006000500002&lng=es&nrm=iso](http://inovacao.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-23942006000500002&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 01 nov. 2011.

HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Cadernos do CRH**, Salvador, v.24, n. esp. p.13-20, 2011.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Divisions exuelle du travail professionnel et domestique: evolution de la problématique et paradigmes de la "conciliation". In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO: COMPARAÇÕES BRASIL-FRANÇA, **Anais...** São Paulo e Rio de Janeiro, 2007a.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luís Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, A. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 46-47, jan./abr. 2008.

HUGHES, E. C. Division du travail et role social. In: HUGHES, E. C. **Le regard sociologique**. Paris: Éditions de L'Ehess, 1956.

HUGHES, E. C. Good people and dirty work. **Social Problems**, v.10, n.1, 1962. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/799402?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21102539370217>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

HUGHES, E. C. **Le regard sociologique**: essais choisis, Paris: Editions de L'école des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1996. 344p.

HUGHES, E. C. Les honnêtes gens et le sale boulot. **Travailler**, Liege, n.24, p.21-34, 2010.

HUGHES, E. C. Social role and the division of labor. **The Midwest Sociologist**, v.18, n.2, p.3-7, 1956. Disponível em: <<http://jstor.org/stable/25514945>>. Acesso em: 10 out. 2011.

HUGON, P. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.18, n.2. p. 32-63, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do registro civil 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD**: microdados 2001-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 1 CD Rom.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Comunicado da Presidência n. 32, PNAD 2008**: primeiras análises. Brasília: IPEA, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação atual das trabalhadoras domésticas no país, 2011**: comunicado 90; primeiras análises. Brasília: IPEA, 2011. 171p.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Domestic workers across the world**: global and regional statistics and extent of legal protection. Geneva: ILO, 2013. 65p.

IRIART, J. A. B. et al. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p. 165-174, jan./fev. 2008.

JACQUES, M. G. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: TAMAYO, A.; ANDRADE, J. E. B.; CODO, W. (Org.). **Trabalho, organizações e cultura**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1996. (Coletâneas da ANPEPP, 11). p. 21-26.

JAKOBSEN, K. et al. **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

JARDIM, F. A. A. **Entre desalento e invenção**: experiências de desenraizamento e desemprego em São Paulo. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

JARDIM, F. A. A. **Entre desalento e invenção**: experiências de desenraizamento e desemprego em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2009.

JOSSO, M-C. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Revista de Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 63, p. 413-438, 2007.

JOSSO, M-C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.86, p.93-103, 2010.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÓLIO, M. et al. (Org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

KOFES, M. S. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 117-141, 1994.

KOFES, M. S. **Mulher: mulheres**: diferença e identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas. 1991. 379 p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

KOFES, M. S. **Mulheres, mulheres**: identidade, diferença e desigualdades na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. 470p.

KOFES, M. S. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 1982. 192 p.

KOVARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975.

KREIN, J. D.; WEISHAUP PRONI, M. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de Trabalho, n.4).

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1993.

LAUTIER, B. **L'économie informelle dans le tiers monde**. Paris: La Découverte, 1994.

LAUTIER, B. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. **Contemporaneidade e Educação**, v. 2, n.1, p. 28-92, 1997.

LEÃO, I. B. et al. Implicações psicossociais do desemprego para a consciência individual: manifestações no pensamento e emoção. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 1, n. 2, p. 1-2, dez.2006.

LEON, M. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder. **Estudios Feministas**, v. 8, p. 191-207, 2000.

LEONE, E. T. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. Brasília: OIT, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de Trabalho, n.3).

LEONE, E. T. **População ocupada, escolaridade e rendimentos: uma comparação entre homens e mulheres em regiões metropolitanas do Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004.

LEPLAT, J.; HOC, J. M. Tâcheetactivitédansl'analysepsychologique dessituations. **Cahiers de Psychologie Cognitive**, v.3, n.1, p.49-63, 1983.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEVY, A. et al. **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

LHUILIER, D. A invisibilidade do trabalho real e a opacidade das relações saúde-trabalho. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.21, n.1, p.13-38, jan./abr. 2012.

LHUILIER, D. **Clínicas do trabalho**. Èrès: Ramonville Saint-Agne, 2006a. 246p.

LHUILIER, D. Cliniques du travail. **Nouvelle Revue de Psychosociologie**, v. 1, p. 179-193, 2006b.

LHUILIER, D. **Cliniques dutravail**. Toulouse: EditionsÈrès. 2006c.

LHUILIER, D. Cliniques dutravail: enjeux et pratiques. **Pratiques Psychologiques**, v. 12, p. 205-219, 2006d.

LHUILIER, D. Le sale boulot. **Travailler**, v. 2, n. 14, p.73-98, 2005. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-travailler-2005-2-page-73.htm>>.

LHUILIER, D. Travail, management et santé psychique. **Connexions**, v. 91, p. 85-101, 2009.

LIMA, J. C.; SOARES, M. J. B. Trabalho flexível e o no informal. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul./dez., 2002.

LIMA, M. E. A. (Org.). **Escritos de Louis Le Guillant**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LIMA, M.E.A. A polêmica em torno da centralidade do trabalho da sociedade contemporânea. **Destarte**, v.2, n.2, p.161-194, 2003.

- LIMA, M.E.A. Trabalho e identidade: uma reflexão à luz do debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. **Revista Educação, Tecnologia**, v.12, n.3, p.5-9, 2007.
- LIMA, M.F.; JIMENEZ, S.V. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.27, n.2, p.73-94, 2011.
- LIMA, M. M. Considerações em torno do conceito de estereótipo: uma dupla abordagem. **Revista da Universidade de Aveiro: Letras**, n.14, p.169-181, 1997.
- LINCOLN Y. S.; GUBA, E. G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, N. K. ; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2006. p. 169 -192
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Brasília: Liber Livros, 2005.
- MACHADO, M. N. M. **Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado**. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.
- MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo Editora, 2001.
- MARCONDES, Mariana M. A divisão sexual dos cuidados: do welfarestate ao neoliberalismo. **Revista Argumentum**, v. 4, n. 1, p. 91-107, 2012.
- MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC, 2000.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo: Editora Abril, 1984. Livro 1, Cap.5.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. Livro 1, v. 1.
- MATTEI, L. Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 271-294, 2003.
- MATTOS, M. J. S. **Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Edições 70. 2012.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. v. 1.
- MÉDA, D. **O trabalho um valor em vias de extinção**. Lisboa: Fim do século Edições, 1999.
- MELLO, S. C. **Feminismos de segunda onda no Cone Sul problematizando o trabalho doméstico (1970 - 1989)**. 2010a. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa

Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis.

MELLO, S. C. O trabalho doméstico como um problema: o ponto de vista de um periódico feminista brasileiro (1976-1978). **Fronteiras**, Florianópolis, n. 15, p. 85-97, 2007.

MELLO, S. C. Trabalho doméstico é trabalho: discussões feministas no Cone Sul (1970-1989). **Outros Tempos**, v. 7, n. 9, p. 240-259, 2010b.

MELLO, S. C. Um trabalho naturalmente feminino? discussões feministas no Cone Sul (1970-1990). **Tempo e Argumento**, v. 03, p. 210-231, 2011a.

MELLO, S. C. Uma profissão invisível: dona de casa (1970-1989). **Perseu: História, Memória e Política**, v. 7, p. xx, 2011b.

MELLO, S. C.; OLIVEIRA, V. B. F. O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, p. 132-138, 2005.

MELO, H. P. et al. **Os serviços no Brasil**. Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1998.

MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. In: MELO, H. P.; SABBATO, A. (Org.) **Os serviços no Brasil: estudos de casos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

MELO, H. P. **Os afazeres domésticos contam**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2005. (Textos para discussão).

MELO, H. P. Nas bases da pirâmide social: entrevista. **Maria Maria: Fundo do Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher**, Brasília, v. 4, p. 8-11, 30 jul. 2002.

MELO, H. P. O café e a economia fluminense, 1889/1920. In: SILVA, Sérgio S.; SZMRECSÁNY, Tamás. (Org.). **História econômica da primeira república**. São Paulo: Hucitec, 1996. v. 3, p. 215-234.

MELO, H. P. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1998.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. **Os afazeres domésticos contam**. Economia e Sociedade, Campinas, v.16, n.3, p.435-454, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182007000300006>>.

MELO, H. P.; PENA, M. V. A condição feminina e a teoria econômica. **Literatura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 3-9, fev. 1985.

MELO, H. P.; PESSANHA, M. C.; PARREIRAS, L. E. Da cozinha para o mercado: a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90. In: GALEAZZI, Irene M. S. **Mulher e trabalho**. Porto Alegre: FEE, 2002.

MELO, H. P.; RODRIGUES, L. M. C. S. Mulheres e ciência: uma história necessária: pioneiras da ciência no Brasil. Rio de Janeiro: SPBC, 2006. 47 p

MELO, H. P.; SERRANO, F. A mulher como objeto da teoria econômica. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

MELO, H. P. et al. Os afazeres domésticos contam. In: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **As trabalhadoras domésticas e as mulheres dedicadas aos afazeres domésticos nas cidades de São Paulo e Salvador: informações qualitativas e quantitativas**. São Paulo: DIEESE, 2003.

MELO, Z. M. **Os estigmas: a deterioração da identidade social**. Belo Horizonte: Sociedade Inclusiva, 2005. Disponível em: <<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

MELO, Z. M.. Estigmas: espaço para exclusão social. **Revista Symposium**, Recife, Ano 4, n. esp., p. 18-22, dez. 2000.

MINGIONI, Enzo. **Fragment societies Oxford**. Cambridge: Brasil Blackwell. 1991.

MIRAS, Claude. L'informel: unmode d'emploi. In: LAUTIER, B. et al. **L' état et l'informel**. Paris: L'Harmattan, 1991.

MOLINIER, P. et al. Introduction au dossier. **Travailler**, v. 2, n.24, p.9-20, 2010.

MOLINIER, P. **Les enjeux psychiques du travail**. Paris: Payot, 2006.

MORI, N.; BERNARDINO-COSTA, J.; FLEISCHER, S. Trabalho doméstico: desafios para a igualdade e valorização. In: MORI, Natalia et.al. (Org.). **Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador**. Brasília: CFEMEA, 2011.

MORICE, A. Lesmaîtres de l'informel. In: LAUTIER, B.; MIRAS, C.; MORICE, A. **L'état et l'informel**. Paris: L'Harmattan. 1991.

MUNIZ, H. P. **A gestão do tempo de permanência do paciente de neurocirurgia no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho**. 2000. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Rio de Janeiro.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, n.3, 2. Sem. 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

NEVES, M. A.; JAYME, J. G.; ZAMBELLI, P. A Nova Informalidade: o trabalho dos camelôs no cenário urbano de Belo Horizonte. **Ser Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social**, Brasília, v. 1, n. 19, p. 157-189, jul./dez. 2006.

NOBRE, M. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, A. A. et al. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

NORONHA, E. G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.53, p.111-129, 2003.

NOUROUDINE, A. A importância do trabalho mercantil é tamanha que, na linguagem. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 69-83, 2011

NUNES, J. H. Trabalho e identidade em ocupações subalternas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS SOBRE O TRABALHO, 11, 2009, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2009.

ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTE, G. **Redécouvrir l'expérience ouvrière: Vers une autre psychologie du travail?** Paris: Editions Sociales, 1986.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, F.; SATO L.; MAZZIO, S. A. As estratégias de sobrevivência e de busca de emprego adotadas pelos desempregados. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, v. 1, n. 1, p. 15-42, 1998.

OLIVEIRA, J. S. **O espaço econômico das pequenas unidades produtivas: uma tentativa de delimitação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. (Textos para discussão, n.27).

OLIVEIRA, M. C. **Apropriando-se do trabalho: um estudo sobre o trabalho dos garis coletores de lixo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências. Humanas, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, S. S.; ALVAREZ, D.; BRITO, J. C. A dimensão gestonária do trabalho: aspectos da atividade de cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1581-1589, jun. 2013.

OLIVEIRA, S. S.; BRITO, J. C. A dimensão gestonária do trabalho e o debate de normas e valores no teleatendimento. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, Supl. 1, p.265-284, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/13.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

ONG quer desculpa de Delfim por comparar domésticas a animais. **Folha Uol**, São Paulo, 05 abr. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/898757-ong-quer-desculpa-de-delfim-por-comparar-domesticas-a-animais.shtml>>. Acesso em: 06 ago. 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Mais trabalho decente para trabalhadoras e trabalhadores domésticos no Brasil**. Brasília: OIT, 2001. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/doc/trabalho\\_domestico\\_40.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/doc/trabalho_domestico_40.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A OIT e a economia informal**. Lisboa: OIT, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção e recomendação sobre trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos**. Brasília: ILO, 2012. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_169517.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_169517.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção e recomendação sobre trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos**. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <[http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/housework/doc/trabalho\\_domestico\\_nota\\_5\\_565.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/housework/doc/trabalho_domestico_nota_5_565.pdf)>. Acesso em: 05 abr.2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Salários dignos para as trabalhadoras domésticas remuneradas**. Brasília: OIT, 2011. (O trabalho doméstico remunerado na América Latina e Caribe; Notas OIT, n. 2).

OSORIO, C.; RAMMINGER, T. O trabalho como operador de saúde. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ALAST, 2013. v. 1. p. 1-15.

PASLEAU, S.; SCHOPP, I. **Le travail domestique et l'économie informelle** Université de Liège. Liège: LABORESI, 2000.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e história de vida: na pesquisa psicossociológica **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 1, jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/>>

PEDRO, J. M.; MELLO, S. C.; OLIVEIRA, V. B. F. O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert. **História Unisinos**, São Leopoldo, v.9, n.2, p.132-138, 2005.

PEREIRA, B. P. **De escravas a empregadas domésticas**: a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. Trabalho apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo: ANPUB, 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH-Bergman.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2012.

PERES, A. Meninas domésticas. **Maria, Maria: Revista do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher**, n.4, p.32-39, 2. sem. 2002.

PERROT, M. História das mulheres, da academia para os almoços de domingo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p.243-266, jan./abr. 2007.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo, Boitempo, 2001.

POCHMANN, M. **O trabalho sob o fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

POLAKIEWICZ, E. M. **A crise atual do trabalho e seus reflexos na comunidade israelita de Belo Horizonte**: O projeto AVIV. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

PORTES, A; CASTELLS, M.; BENTON, L. A. (Org.) **The informal economy**: studies in advanced and less developed countries. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1989.

POUPART, J. et al. **Pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

- PRANDI, Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- RIBEIRO, M. A. Psicose e desemprego: um paralelo entre experiências psicossociais de ruptura biográfica. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 10, n. 1, p. 75-91, 2007.
- RICOEUR, P. **Parcours de larecnaissance**. Paris: Éditions Stock, 2004.
- RONCADOR, S. Criadas no more: notas sobre testemunhos de empregadas domésticas. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 21, p. 55-71, 2003
- ROSA, M. I. **Usos de si e testemunhos de trabalhadores**: com estudo crítico da sociologia industrial e da reestruturação produtiva. São Paulo: Letras & Letras, 2004.
- SABADINI E, M. S.; NAKATANI, P. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura**, v. 8, n. 2, p. 265-2190, Jul/Dic. 2002.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SALVADORI, M.; HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 879-888, set./dez. 2009.
- SANTOS FILHO, J. C. Pesquisa quantitativa *versus* pesquisa qualitativa: o desafio o paradigmático. In: SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.p. 13-59.
- SANTOS, E. H. Ciência e cultura: uma outra relação entre saber e trabalho. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 7, p. 120-130, fev./jul. 2000.
- SANTOS, E.H. A dramática do uso de si na atividade do trabalho. **Revista Gestão Universitária**, Belo Horizonte, n. 305, out. 2011. Disponível em: <[http://www.redemebox.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27052:a-dramatica-do-uso-de-si-na-atividade-do-trabalho&catid=325:305&Itemid=21](http://www.redemebox.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=27052:a-dramatica-do-uso-de-si-na-atividade-do-trabalho&catid=325:305&Itemid=21)>.
- SANTOS, E.H. Trabalho prescrito e real no atual mundo do trabalho. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 1, p. 14-27, fev./jul. 1997.
- SANTOS, E.H.; SANTOS, G. Contribuições da “pedagogia da ferramenta” para uma pedagogia do trabalho. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 102-110, maio/ago. 2006.
- SANTOS, N. J. V. **Desigualdade e identidade no serviço doméstico**: intersecções entre raça, classe e gênero. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- SANTOS, N. J. V. Identidades, diferenças e desigualdades nas interações de serviço doméstico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011a.

SANTOS, N.J.V. Servidão e subalternidade: a construção da identidade da trabalhadora doméstica. In: NUNES, J. H.; FREITAS, R. A. **Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade**. Goiânia: Ed. PUC-GO, 2011b.

SANTOS, W. A. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Trabalho apresentado no I Colóquio Internacional: (Des)envolvimentos Contra a Pobreza. Montes Claros, Unimontes, 2008.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SATO, L. Trabalho e saúde mental. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Saúde, meio ambiente e condições de trabalho: conteúdos básicos para uma ação sindical**. São Paulo: CUT, 1996.

SATO, L.; LACAZ, F. A. C.; BERNARDO, M. H. Psicologia e saúde do trabalhador: práticas e investigações na saúde pública de São Paulo. In: CAMPOS, W. C.; SILVA, E. B. (Org.). **Trabalho e saúde**. São Paulo: DIESAT, 2008.p. 151-172.

SAWAIA, B. **Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHERER, M. D. A.; PIRES, D.; SCHWARTZ, Y. Trabalho coletivo: um desafio para a gestão em saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.43, n.4, p. 721-725, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102009000400020&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102009000400020&script=sci_arttext)>.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n.7, p.38-46, jul./dez., 2000e.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, Supl. 1, p.19-45, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/02.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

SCHWARTZ, Y. Dicionário - Actividade. **Laboreal**, v.1, n.1, p. 63-64, dez. 2005. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/dicionario/>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

SCHWARTZ, Y. Disciplina epistêmica, disciplina ergológica: paidéia e politéia. **Revista Proposições**, São Paulo, v. 13, p. 75-98, jan./abr. 2002.

SCHWARTZ, Y. Entrevista Yves Schwartz. **Trabalho, Educação, Saúde**, v. 4, n. 2, p. 457-466, 2006.

SCHWARTZ, Y. Ergonomia, filosofia e exterritorialidade. In: DANIELLOU, F. (Coord.). **A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos**. São Paulo: Edgar Blücher, 2004b.

SCHWARTZ, Y. **Expérience et connaissance du travail**. Paris: Messidor Éditions, 2012a.

SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Revista Educação e Sociedade**, Ano 19, n. 65, p 9-34, dez. 1998.

SCHWARTZ, Y. **Paradigma ergológico: o trabalho em constante reconstrução**. São Leopoldo: Unisinos, 2008. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/17865-o-paradigma-ergologico-o-trabalho-em-constante-reconstrucao-entrevista-especial-com-yves-schwartz>>

SCHWARTZ, Y. **Reconnaissance du travail: pour une approche ergologique**. Paris: PUFF, 1997.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e gestão: níveis, critérios, instâncias. In: FIGUEIREDO, M. et al. (Org.). **Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004a. p. 23-33.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e saber. In: SEMINÁRIO TRABALHO E SABER, 2003, Belo Horizonte. **Trabalho e Saber**, Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e saber. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 21-34, fev./jul, 2000a.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. **Proposições**, Campinas, v.2, n.32, p.34-50, 2000b.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e valor. **Tempo Social; Revista Sociologia USP**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 147-158, out. 1996.

SCHWARTZ, Y. Travail et gestion: nive aux, critères, instances. In: SCHWARTZ, Y. **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe**. Toulouse: Octares, 2000f. p. 433-438.

SCHWARTZ, Y. Travail et industrialisation: éléments pour une histoire de la chimie des colorants. In: SCHWARTZ, Y. **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe**. Toulouse: Octarès, 2000d. p. 263-274,

SCHWARTZ, Y. Um dispositivo dinâmico à três pólos: a pesquisa de um dispositivo de saber. In: SCHWARTZ, Y. **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe**. Toulouse: Octarès, 2000c. p. 86-103.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.) **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: Ed. UFF, 2007.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. Glossário da ergologia. **Laboreal**, v. 4, n. 1, p. 23-28, 2008b. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php>>. Acesso em: 12 set. 2012.

SCHWARZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: Ed. UFF, 2007.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Travail et ergologie: entretiens sur l'activité humaine**. Éditions: Octarès, 2003.

SCHWARTZ, Y.; ECHTERNACHT, E.H. O trabalho e a abordagem ergológica: usos dramáticos de si no contexto de uma Central de tele-atendimento ao cliente. **Informática na Educação: Teoria & Prática**, Porto Alegre, v.10, n.2, p.9-24, jul./dez. 2007.

SCHWARTZ, Yves. Qual sujeito para qual experiência? **Revista Tempus**, Brasília, v.5, n. 1, p. 55-67, 2011.

SCHWARTZ, Y.; RUFINO, Adriano; FYAD, Abderrahmane (Col.). Revisitar a actividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projecto de uma sinergia franco-lusófona. **Laboreal**, Porto, v.4, n.1, p.10-22, 2008a. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV658223439657;8:3872>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

SILVA FILHO, J. F.; JARDIM, S. R. **A danação do trabalho**: relações de trabalho e o sofrimento. Rio de Janeiro: Te Corá Editora, 1997.

SILVA, A.P. et al. Conte-me sua história: reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 25-35, 2007.

SILVA, C. O. As ações de saúde do trabalhador como dispositivo de intervenção nas relações de trabalho. In: ROSA, E. N. et al. (Org.), **Psicologia e saúde**. Vitória: EDUFES, 2007. p. 75-90.

SILVA, E. F. **Trabalhadores/as de escola e construção de uma “comunidade ampliada de pesquisa”**: a busca da promoção da saúde a partir dos locais de trabalho. 2003b. Tese (Doutorado)- Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro.

SILVA, F. S. **Ai de vós**: diário de uma doméstica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção Vera cruz; v. 351).

SILVA, J. P. Sobre a relação entre trabalho e reconhecimento na teoria de Axel Honneth: uma nota crítica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 34, 2010, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2010.

SILVA, J. P. Trabalho e integração social. In: BRAGA, S. et al. (Org.). **Marxismo e ciências humanas**. São Paulo: Xamã, 2003a. p. 269-279.

SILVA, L. A. M. Da informalidade a empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. **Caderno do CRH**, v. 15, n. 37, p. 81-109, 2002.

SILVA, L. M. Informalização: mas o que se quer dizer com isto? **Monitor Público**, Rio de Janeiro, v.3, n.11, p.1-51, out./dez., 1996.

SILVA, L. M. Mercado de trabalho ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Org.). **Além da fábrica**: sindicatos, trabalhadores e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003b.

SILVA, L. A. M. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. 1971. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional, Rio de Janeiro.

SILVA, L. A. M.; CHINELLI, F. Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil atual. **Contemporaneidade e Educação**, v. 2, n. 1, p. 24-45, 1997.

SINDICATO DOS HOSPITAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Publicada portaria que cria comissão para examinar Convenção N° 189 e Recomendação N° 201 da OIT**. São Paulo: SINDHOSP, 2012. Disponível em: <<http://www.sindhosp.com.br/noticias/2643/Publicada-portaria-que-cria-comissao-para-examinar-Convencao-N%C2%BA-189-e-Recomendacao-N%C2%BA-201-da-OIT>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, K. et al. **Mapa do trabalho informal**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p.11-13.

SINGER, P. Trabalho informal: origens e evolução: o trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, K. et al. **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOBOLL, L. A. P. (Org.). **Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

SORATTO, L. H. **Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas**. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília.

SOUZA, E. C. **O conhecimento de si: narrativas do itinerário escolar e formação de professores** 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, J. **Ralé brasileira: o que é e como vive**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2009a

SOUZA, J. (Org.). **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo horizonte: UFMG, 2003.

SOUZA, J. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, J. (Org.). **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: UNB, 2000.

SOUZA, P. C. Z.; ATHAYDE, M. A contribuição da abordagem clínica de Louis Le Guillant para o desenvolvimento da psicologia do trabalho. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 6-19, jun. 2006

SOUZA, P. R. **A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas**. 1980. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

SOUZA, P. R; TOKMAN, V. E. O problema ocupacional: o setor informal urbano. In: SERRA, J. (Coord.). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Estudos Latino-Americanos, v. 5).

SOUZA, W. F. **Gestão em saúde, uma perspectiva ergológica: com quantos gestos se faz uma gestão**. 2009b. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Rio de Janeiro.

SOUZA, W. F.; ATHAYDE, M. Com quantos gestos se faz uma gestão em saúde. **Tempus - Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 135-157, 2011.

SPINK, M. J. P.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: abordagens teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J. P.; MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: abordagens teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: abordagens teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios Invisíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TAYLOR, C. **Philosophical arguments**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

TOKMAN, Victor. El sector informal quince años después. **El Trimestre Económico**, v. 53, n. 215, p. 513-536, jul./set. 1987.

TOPALOV, Christian. **Naissance du chômeur, 1880-1910**. Paris, Albin-Michel, 1994.

TORRES, Cristina. **El trabajo doméstico y las amas de casa**: el rostro invisible de las mujeres. Montevideo: CIEDUR, 1988. (Mujer y Trabajo, nº 2).

TRABALHADORES formais e informais correm riscos pendurados em janelas. **Bom Dia Brasil**, 11 nov. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/11/trabalhadores-formais-e-informais-correm-riscos-pendurados-em-janelas.html>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

TRINQUET, P. Entrevista: Pierre Trinquet e o ponto de vista da atividade em formação profissional e segurança no trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 13, n.1, p. 149-157, 2010b.

TRINQUET, P. Trabalho e educação: o método ergológico. **HISTEDBR**, Campinas, v. 10, n. 38, p. 93-113, ago. 2010a. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art07\\_38e.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art07_38e.pdf)>.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003. 685p.

VIDAL, D. **Les bonnes de Rio**: emploi domestique et société démocratique. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2007.

VIEGAS, S. **Trabalho e vida**. Trabalho apresentado na Conferência "Trabalho e Vida", Belo Horizonte, 1989.

VIEIRA JÚNIOR, P. R.; SANTOS, H. H. A gênese da perspectiva ergológica cenário de construção e conceitos derivados. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n.1, p.83-100, jan./abr.2012.

VILASSANTI, E. C. **O complexo categorial da “atividade humana” na obra marxiana.** 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Belo Horizonte.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais.** Tradução Augustin Wernet. São Paulo: Cortez, 2001.

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WILLIAMS, R. Indústria. In: WILLIAMS, R. **Palavras-chave:** um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 230-234.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. C. L. (Org.), **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.p.107-125.

ZANELLI, J. C.; ANDRADE, J. E. C.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2004. 520p.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; SOARES, D. H. P. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho:** construção de projetos para o pós carreira. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.

## ANEXOS

### Anexo A - Formulário de Entrevista

#### *Formulário de Entrevista*

Trabalho doméstico das empregadas diaristas

#### 1 - Dados iniciais

Nome:

Idade:

Estado Civil:

n de filhos:

Natural de:

Escolaridade:

nº de pessoas que moram na residência:

Você é o provedor da família?

Qual é a profissão do marido? Há quanto tempo é casada?

Bairro em que mora:

Mora em casa própria ou alugada?

Onde trabalha atualmente? Trabalha em quantas casas?

Há quanto tempo é trabalhadora diarista?

Quantos dias você trabalha na semana?

Quantas horas você trabalha por dia?

#### 2 - Emprego contrato

Quando começou a trabalhar?

Tem carteira assinada? (caso negativo)

Gostaria de ter carteira assinada?

Quanto recebe em cada casa?

Quanto é sua renda mensal?

E a renda da família?

O trabalho de diarista é uma ocupação provisória?

Você já teve algum empregador ou patroa que queria assinar a sua carteira e você não aceitou? Por quê?

Quais direitos você tem como diarista?

Você contribui para o INSS, por exemplo, como autônoma? (se sim)

Quando pretende se aposentar?

O que vai fazer depois de se aposentar?

(se não) E a aposentadoria? Como fará daqui a alguns anos?

Você já ficou doente e não pôde trabalhar durante um tempo? O que você fez?

Quando você recebe o seu pagamento?

Você tem férias?

Você já foi à justiça em alguma situação de trabalho?

Quem definiu a duração da jornada de trabalho?

#### 3 – Horário

Você tem horário fixo ou pode ir embora quando termina as atividades?

Tem horário para chegar e para sair?

Você realmente sai nesse horário?

#### 4 – Relação com trabalho

Que tipos de trabalho já desempenhou?

Por que se tornou trabalhadora doméstica diarista?

Você recomendaria este trabalho para seus filhos?

Você conhece seus direitos trabalhistas como diarista?

#### 5 - Trajetória profissional

Em quantas casas já trabalhou? Relatar cada uma delas, onde foi, se tinha carteira assinada, quanto recebia.

Como você chegou a essas casas? Foi indicada... Agência...

#### 6 - Trabalho real

Que tarefas você realiza?

Quando você começou a trabalhar, era comum encontrar trabalho como diarista?

Quando sai de uma casa, você sente falta de algo? (ex., da família...)

Há quantos anos é trabalhadora doméstica diarista?

Já foi mandada embora? Por quê?

Já pediu para sair de alguma casa? Por quê?

O que é ser uma boa trabalhadora diarista?

Você foi contratada para realizar que tipo de tarefa no seu trabalho?

Às vezes você faz tarefas que não estavam combinadas? Quais?

Você ganha algo a mais por isso?

Essas tarefas mudam ou são sempre as mesmas?

Há alguma tarefa doméstica que você se nega a fazer?

O que é ser empregada diarista?

Para você o que é ser um bom empregador?

O que é ser uma boa trabalhadora diarista?

#### 7 - Vida

Quem cuida dos afazeres domésticos na sua casa?

Você já pagou alguém para realizar essas tarefas?

Com quem você deixa/deixou os seus filhos enquanto trabalha?

Eventualmente você pode chegar mais tarde ou sair mais cedo do seu trabalho?

Você almoça no trabalho? Recebe almoço? Come com a família?

O emprego doméstico tem algo de específico em relação a outras profissões? O quê?

Mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre o seu trabalho?

#### 8 – Relacionamento

Como é a sua relação com a família empregadora?

Você recebe algo da família além do salário/da diária? Presente... Roupas...alimento...

No seu aniversário, no Natal.. Você recebe algum bônus, lembrança...?

Você já teve algum desentendimento com a patroa? Como você resolveu?

Nesses anos, você já passou por alguma situação ruim no seu trabalho?

Você já foi maltratada, acusada de algo ou xingada?

#### 9 - Formação - Qualificação

Você fez algum curso ou passou por algum treinamento para desempenhar o seu trabalho?

Fale de um acontecimento na sua vida profissional que ficou marcado.

## Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:  
Conhecimento e Inclusão Social  
Faculdade de Educação da UFMG**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS/AS PARTICIPANTES DA PESQUISA: Usos de si e informalidade no trabalho da empregada diarista**

Atenciosamente, Prezado(a) Sr.(a),

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa de doutorado “Usos de si e informalidade no trabalho da empregada diarista”, orientada pela Professora Doutora Daisy Moreira Cunha, professora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, e realizada pela aluna do curso de doutorado Cláudia Regina Barros Ribeiro, também vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

O propósito desta pesquisa é conhecer quem são as diaristas, conhecer sua história profissional e sua “história de vida”, como administram suas atividades diárias, os impactos do seu trabalho na sua vida. Também serão pesquisados os aspectos mais importantes de sua relação com o trabalho, com a sociedade.

Para tanto, faço o pedido de sua autorização, que prevê: participação nas entrevistas, que serão realizadas individualmente e registradas através da utilização de gravador. As informações colhidas nas entrevistas serão transcritas pela pesquisadora e validadas com cada participante e, posteriormente, utilizadas na elaboração da tese de doutorado. Um risco mínimo a que o(a) senhor(a) poderá estar exposto diz respeito a algum constrangimento por estar sendo gravado ou um sentimento de exposição, uma vez que as perguntas da entrevista dizem respeito a questões pessoais, de sua vida, do seu trabalho.

Caso isso aconteça, o(a) senhor(a) poderá recusar responder perguntas que não saiba ou não queira responder em qualquer momento da entrevista. Sua participação é voluntária, cabendo-lhe o direito de não aceitá-la.

Chamamos a atenção à garantia ao direito do anonimato aos entrevistados, ao sigilo em relação aos mesmos, o direito à recusa em participar da pesquisa, a garantia da utilização do material somente na elaboração da tese resultante da pesquisa citada acima e, por fim, a garantia ao entrevistado em retirar esse consentimento em qualquer momento da investigação sem qualquer penalidade.

Pretende-se a autorização de V.Sa. para participação desta pesquisa. Você estará contribuindo com o projeto como participante da pesquisa, e qualquer dúvida em relação à mesma será esclarecida pela pesquisadora. É imprescindível a leitura completa do documento antes de expressar ou não o seu consentimento.

No caso de haver concordância de sua livre e espontânea vontade em participar, assine a autorização que se encontra no fim do termo. A assinatura deste formulário de consentimento formaliza sua autorização para o desenvolvimento de todos os passos anteriormente apresentados.

Este termo de consentimento será guardado pela pesquisadora e, em nenhuma circunstância, será dado a conhecer a outra pessoa. Caso você tenha interesse, poderá receber os resultados da pesquisa quando forem publicados.

Cabe esclarecer que a pessoa, como participante da pesquisa, poderá retirar esse consentimento a qualquer momento da investigação sem qualquer penalidade. Em caso de dúvida, você pode procurar os pesquisadores responsáveis – Claudia Regina Barroso Ribeiro (31-3189062 ou 995404161) e Daisy Moreira Cunha (31-3409-6153) ou o Comitê de Ética da Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo telefone 31-3409-4592 ou pelo endereço Av. Antônio Carlos nº 6627 – Unidade Administrativa II – 2º andar – sala 2005 – Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG, CEP 31 270.901. Antecipadamente, agradecemos sua colaboração.

---

Claudia Regina Barroso Ribeiro  
Doutoranda da Faculdade de Educação

---

Daisy Moreira Cunha  
Professora Doutora da Faculdade de Educação

#### AUTORIZAÇÃO

Eu,....., portador da Carteira de Identidade número ....., telefone ( ) ....., informo que entendi as informações prestadas neste termo de consentimento e concordo em participar da pesquisa “Usos de si e informalidade no trabalho da empregada diarista”, como parte do grupo de investigação elaborado pelos pesquisadores responsáveis.

....., de ....., de 2011  
(Local)                      (dia)                      (mês)

.....  
(Assinatura)